

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Geografia



MPL

**(RE)APROPRIAÇÃO DA TÉCNICA (E DO ESPAÇO)
NA AUTOGESTÃO HABITACIONAL:**



Rio de Janeiro,
Maio de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÚCLEO DE PESQUISAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL

**(RE)APROPRIAÇÃO DA TÉCNICA (E DO ESPAÇO)
NA AUTOGESTÃO HABITACIONAL:**

práticas espaciais na construção de um modelo de promoção de moradia por
movimentos sociais no Chile.

O caso do Movimiento de Pobladores en Lucha

DANIEL ALBERTO MEZA CORVALÁN

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro,
2016

CIP - Catalogação na Publicação

M617(Meza Corvalán, Daniel Alberto
(Re)apropriação da técnica (e do espaço) na
autogestão habitacional: práticas espaciais na
construção de um modelo de promoção de moradia por
movimentos sociais no Chile: o caso do Movimiento
de Pobladores en Lucha / Daniel Alberto Meza
Corvalán. -- Rio de Janeiro, 2016.
201 f.

Orientador: Marcelo José Lopes de Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências,
Departamento de Geografia, Programa de Pós
Graduação em Geografia, 2016.

1. movimento de pobladores. 2. promoção
habitacional. 3. territorialização. 4. política
prefigurativa. 5. construtivismo tecnológico. I.
Souza, Marcelo José Lopes de, orient. II. Título.

DANIEL MEZA CORVALÁN

(RE)APROPRIAÇÃO DA TÉCNICA (E DO ESPAÇO) NA AUTOGESTÃO HABITACIONAL:
práticas espaciais na construção de um modelo de promoção de moradia por movimentos sociais no Chile. O caso do Movimiento de Pobladores en Lucha

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aprovada em: / /

Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza (Orientador)
(PPGG / IGEO / UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Luciana Côrrea do Lago
(IPPUR / UFRJ)

Prof. Dr. William Ribeiro da Silva
(PPGG / IGEO / UFRJ)

Prof. Dr. Matheus da Silveira Grandi (Suplente)
(FFP / UERJ)

Prof. Dr. Paulo Pereira de Gusmão (Suplente)
(PPGG / IGEO / UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecer a meu orientador, Dr. Marcelo Lopes de Souza, por me receber no Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Sócio-Espacial (Nuped), colocar confiança nessa dissertação, e permitir manter um diálogo aberto durante esse tempo. Meus agradecimentos, também, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia por ter aceitado um imigrante da disciplina nas suas filas. Aos trabalhadores e funcionários em geral, tanto do CCMN quanto de outras dependências do campus do Fundão, que mantendo em funcionamento aquela infraestrutura ofereceram mais de um cantinho para trabalhar por longas jornadas. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento fornecido a través da bolsa de pesquisa para o último ano.

Em segundo lugar, agradecer ao projeto *Contested Cities*, pelo apoio financeiro, intercâmbio acadêmico e pela possibilidade de participar em múltiplas instâncias de debate que foram fundamentais para construir este e outros projetos. Junto a isto agradecer aos meus colegas e amigos mais próximos Eduardo e Matheus; meu anterior orientador Ernesto López; e o resto dos colegas do projeto com que comparti em diferentes momentos nestes últimos três anos.

Em terceiro lugar, agradecer com especial admiração ao *Movimiento de Pobladores en Lucha* (MPL), e sua luta, inspiradora de reflexões contidas nesta dissertação e outras tantas que excede ela. Agradecer às companheiras da EaGIS-MPL Daniela e Paula, por ter recebido a proposta de trabalho e ter participado na elaboração do itinerário de trabalho de campo; a Lautaro, por sua fraterna e permanente disposição de trocar ideias; a todos aqueles, pobladores, lideranças e profissionais que deram um alto na sua rotina para me receber e alugar um pouco de seu tempo; e finalmente para as assembleias de pobladores em geral que constroem desde sua luta diária uma alternativa de transformação social.

Em terceiro lugar, agradecer a minha mãe, por seu esforço e fonte de inspiração, minhas irmãs, e minha família em geral em Santiago, sempre presentes apesar da distância; à comunidade chilena aqui presente no Rio, especialmente a Marcelo, Anita e Hugo; e, por último, mas não menos importante, a minha amada Cristiane e sua família. Sem você no caminho e nos momentos difíceis, estas reflexões seriam apenas ideias sem conexão, nem sentido. Obrigado.

RESUMO

MEZA CORVALÁN, Daniel. **(Re)apropriação da técnica (e do espaço) na autogestão habitacional:** Práticas espaciais na construção de um modelo de promoção de moradia por movimentos sociais no Chile. O caso do Movimiento de Pobladores en Lucha. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A mobilização social por moradia no Chile tem reemergido na última década, incorporando-se a um novo cenário sociopolítico. A postura do Estado perante ‘a questão da moradia’, construída a partir da medição do déficit habitacional e do apoio financeiro do subsídio habitacional, tem entrado em crise devido a uma série de deficiências que se expressam nas unidades habitacionais e bairros construídos nas décadas passadas. Em resposta a esta situação, organizações de pobladores levantam alternativas de mudanças na constituição das organizações sociais como sujeitos autônomos, influenciados pela emergência de movimentos sociais contemporâneos em outros países de América Latina. Esta dissertação tem por objetivo aprofundar nas formas de promoção popular da moradia, impulsionada pela reemergência do movimento de pobladores em Santiago do Chile. Propondo-se sistematizar a experiência específica do Movimiento de Pobladores en Lucha, enfocando especialmente as práticas sócio-espaciais estendidas na comuna de Peñalolén e processos de territorialização através de assembleias de moradia. Trata-se a construção de uma política popular prefigurativa que se materializa por meio de uma promoção habitacional que responde não apenas às críticas dirigidas à política habitacional vigente, mas que aponta mudar as relações sociais que conformam o cotidiano, ao tempo que transtoca as relações sociais e conexões com outros atores (técnicos e profissionais), envolvidos na materialização de projetos habitacionais. Considerando algumas conceptualizações em relação às categorias de poder, território e tecnologia, a análise permite compreender a construção de um modelo popular de promoção habitacional que implica a inserção de instâncias sociais de ingerência, participação e decisão sobre questões técnicas do processo. Em síntese, o modelo de promoção habitacional dos pobladores gere a produção de projetos habitacionais, materializando avanços materiais para as classes populares, ao tempo que se projeta em longo prazo, planejando elementos para avançar em gerar um maior controle nos processos de promoção habitacionais.

Palavras chaves: movimento de pobladores, promoção habitacional, política prefigurativa, territorialização, construtivismo tecnológico.

RESUMEN

MEZA CORVALÁN, Daniel. **(Re)apropriação da técnica (e do espaço) na autogestão habitacional:** Práticas espaciais na construção de um modelo de promoção de moradia por movimientos sociales no Chile. O caso do Movimento de Pobladores en Lucha. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

La movilización social por la vivienda en Chile ha remergido en la última década, incorporándose a un nuevo escenario sociopolítico. La postura del Estado frente a ‘la cuestión de la vivienda’, construida a partir de la medición del déficit habitacional y del apoyo financiero del subsidio habitacional, ha entrado en crisis pese a su éxito cuantitativo de viviendas, debido a una serie de deficiencias en las unidades habitacionales y barrios construidos en las décadas pasadas. Al mismo tiempo, también existen cambios en la constitución de las organizaciones sociales como sujetos autónomos, influidos por la emergencia de movimientos sociales contemporáneos en otros países de Latinoamérica. La presente disertación tiene por objetivo profundizar las formas de promoción popular de la vivienda, impulsada por la reemergencia del movimiento de pobladores en Santiago de Chile. Se propone sistematizar la experiencia específica del Movimiento de Pobladores en Lucha, enfocando especialmente las prácticas socio-espaciales extendidas en la comuna de Peñalolén y procesos de territorialización a través de asambleas de vivienda. Se trabaja en torno a la construcción de una política popular prefigurativa que se materializa por medio de una promoción habitacional que no sólo responde a las críticas a la política habitacional vigente, sino que cambia las relaciones sociales del cotidiano, al mismo tiempo que se trastocan las relaciones sociales y conexiones con otros actores (técnicos y profesionales), involucrados en la materialización de proyectos habitacionales. Considerando algunas conceptualizaciones alrededor de las categorías de poder, territorio y tecnología, el análisis permite comprender la construcción de un modelo popular de promoción habitacional que implica la inserción de instancias sociales de injerencia, participación y decisión sobre cuestiones técnicas del proceso. En síntesis, el modelo de promoción habitacional, materializado en los avances materiales, al tiempo que se proyecta a largo plazo en la planificación de elementos para avanzar en generar mayor control en los procesos de promoción habitacional.

Palabras claves: movimiento de pobladores, promoción habitacional, política prefigurativa, territorialización, constructivismo tecnológico.

LISTA ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| <i>Ilustração 1. Esquema de funcionamento do Plano Nacional de Moradia DFL 431 de 1953.</i> | 75 |
| <i>Ilustração 2. Territorialização do MPL na comuna de Peñalolén .</i> | 116 |
| <i>Ilustração 3. Plano de síntese da oposição à atualização do Plan Regulador Comunal de 2011.</i> | 118 |
| <i>Ilustração 4. Graus de envolvimento.</i> | 142 |
| <i>Ilustração 5. Reunião do Projeto MPL1 no terreno do projeto no ano 2007.</i> | 151 |
| <i>Ilustração 6. Conjunto MPL1: “Conquistadores de Lo Hermida”, agosto de 2015.</i> | 151 |
| <i>Ilustração 7. Plano do Conjunto MPL1: Conquistadores de Lo Hermida.</i> | 154 |
| <i>Ilustração 8. Cerimônia de colocação de primeira pedra do projeto MPL2, setembro de 2009.</i> | 157 |
| <i>Ilustração 9. Conjunto MPL2: “Las Araucarias”, agosto de 2015.</i> | 157 |
| <i>Ilustração 10. Plano do Conjunto MPL2: Las Araucarias.</i> | 159 |
| <i>Ilustração 11. Visita de obras do MPL6 em fevereiro de 2016.</i> | 163 |
| <i>Ilustração 12 Matriz teórica da proposta de área social.</i> | 167 |
| <i>Ilustração 13. Crescimento da população em zonas urbanas no Chile e no Brasil.</i> | 187 |
| <i>Ilustração 14. Localização da zona urbanizável da comuna de Peñalolén em relação ao centro da cidade e a circunvalação Américo Vespúcio.</i> | 191 |
| <i>Ilustração 15. Estratificação socioeconômica predominante por quarteirão. Comuna de Peñalolén em referência ao resto de Santiago.</i> | 192 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------------------------|---|
| AACH | Associação de Arquitetos de Chile |
| ANDHA | Agrupação Nacional de Endividados Habitacionais |
| ANDHA Chile a Luchar | Agrupação Nacional de Endividados Habitacionais |
| AVE | Modalidade de Aquisição e Melhoramento de Moradia Existente, de 2001 |
| AVN | Modalidade de Aquisição de Moradia Nova, de 2001 |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BVCH | Escritório de Arquitetura Bresciani Valdés Castillo Huidobro |
| CAP | Caixa de Poupança e Empréstimos, de 1965 |
| CASEN | Formulário de Caracterização Socioeconômica Nacional, de 1985 |
| CChC | Câmara Chilena da Construção, de 1951* ¹ |
| CHC | Comitês Habitacionais Comuns, de 1975 |
| CHP | Caixa de Habitação Popular, de 1936 |
| CIAM | Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna |
| CMSP | Conselho de Movimentos Sociais de Peñalolén, de 2010. |
| CNPP | Conselho Nacional de Promoção Popular, de 1965 |
| CNT | Construção em Novos Terrenos, de 2001 |
| CORFO | Corporação de Fomento da Produção, de 1939* |
| CORHABIT | Corporação de Serviços Habitacionais, de 1965 |
| CORMU | Corporação de Melhoramento Urbano, de 1965 |
| CORVI | Corporação da Moradia, de 1953 |
| COU | Corporação de Obras Urbanas, de 1965 |
| CSBS | Conselho Superior de Bem-Estar Social, de 1925 |
| CSH | Conselho Superior da Habitação, de 1936 |
| CSHO | Conselho Superior de Habitações Operárias, de 1906 |
| CSHP | Conselho Superior de Higiene Pública, de 1892 |
| CUT | Central Única de Trabalhadores, fundada em 1953 |
| DDU | Repartição de Desenvolvimento Urbano, de 1976* |
| DFL | Decreto com Força de Lei, mandato do Presidente que conta com a delegação de poderes do Congresso |
| DITEC | Repartição Técnica de Estudos e Fomento Habitacional, de 1976* |
| DL | Decreto Lei, mandato do chefe de Estado em ditadura (sem congresso) |
| DOM | Diretor de Obras Municipais, de 1975 |
| DPH | Repartição de Política Habitacional, de 1976* |
| DS | Decreto Supremo, mandato do Presidente que deve ser aprovado do Congresso |
| CDS | Adensamento predial, de 2001 |
| EaGIS-MPL | Empresa de Auto-Gestão Imobiliária e Social, de 2008 |
| EETT | Especificações Técnicas de um projeto de arquitetura |
| EGIS | Empresas de Gestão Imobiliária (e) Social, de 2006 |
| EP | Entidades Patrocinante, de 2011 |
| FCAS | Formulário de Caracterização Socioeconômica, de 1985 |
| FCPH | Fundos Concursáveis para Projetos Habitacionais Solidários, de 2001 |
| FECH | Federação de Estudantes da Universidade do Chile, fundada em 1906 |

¹* Instituições do Estado ainda em vigência.

| | |
|--------------------|--|
| FENAPO | Federação Nacional de Pobladores, fundada em 2008 |
| FPS | Formulário de Proteção Social, de 2006 |
| FRAP | Frente de Ação Popular, fundado em 1956 |
| FSEV | Fundo Solidário de Escolha de Moradia, de 2011 |
| FSV | Fundo Solidário de Moradia, de 2001 |
| FUCVAM | Federação Uruguaia de Cooperativas de Moradia e Ajuda Mutua |
| JCHP | Junta Central da Habitação Popular, de 1931 |
| JEPV | Junta Executiva do Plano da Moradia, de 1953 |
| JPC | Junta de Planejamento e Coordenação, de 1953 |
| KDP | Planta industrial de produção de moradias doada pela União Soviética em 1971 |
| LyU | Agrupação Luta e Moradia, de 2003 |
| MAL | Movimento de Allegados em Luta, de 2006 |
| MINVU | Ministério de Moradia e Urbanismo, fundado em 1965 |
| MIR | Movimento de Esquerda Revolucionária, fundado em 1965 |
| MNRJ | Movimento Nacional pela Reconstrução Justa, 2010 |
| MOI | Movimento de Inquilinos e Ocupantes |
| MOP | Ministério de Obras Públicas, fundado em 1887 |
| MPL | Movimento de Pobladores em Luta, fundado em 2006 |
| NUPED | Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sócio-Espacial |
| ONEMI | Repartição Nacional de Emergência, fundado em 1974 |
| PAC | Plano Compartido de Ação do Programa Chile Barrio, de 1992 |
| PAP | Plano de Poupança Popular, de 1967 |
| PCCh | Partido Comunista de Chile, fundado em 1912 |
| PDC | Partido Democrata Cristão, fundado em 1957 |
| PET | Programa Espacial para Trabalhadores, de 1985 |
| PHS | Plano de Habilitação Social, de 2005. |
| PI | Partido Igualdade, fundado em 2009 |
| PIS | Projetos de Integração Social, de 2014 |
| PPPF | Programa de Proteção ao Patrimônio Famílias, de 2006 |
| PR | Partido Radical, fundado em 1863 |
| PRACAM | Programa de Autoconstrução e Ajuda Mútua, de 1951 |
| PRC | Plano Regulador Municipal |
| PS | Partido Socialista, fundado em 1933 |
| PVB | Programa de Moradia Básica, de 1984 |
| PVP | Programa de Moradia Progressiva, de 1990 |
| PVsDsD | Moradia de Interesse Social Dinâmica Sem Dívida, de 2000 |
| SELVIP | Secretaria Latino-Americana de Moradia Popular, fundada em 1991 |
| SEPPLAT-MPL | Secretaria Popular de Planejamento Territorial, de 2012 |
| SEREMI | Secretarias Regionais Ministeriais, de 1976* |
| SERVIU | Serviço Regional de Moradia e Urbanismo, de 1976* |
| SINAP | Sistema Nacional de Poupança e Empréstimo, de 1959 |
| CSP | Construção em Terreno Próprio, de 2001 |
| UF | Unidade de Fomento, de 1975*. Equivalente a um valor monetário de R\$134. |
| UNMP | União Nacional por Moradia Popular |
| UP | Unidade Popular, fundada em 1969 |
| USAID | Agencia Internacional para o Desenvolvimento |
| UTEM | Universidade Tecnológica Metropolitana |

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------|
| AGRADECIMENTOS | IV |
| RESUMO | V |
| RESUMEN | VI |
| LISTA ILUSTRAÇÕES | VII |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | VIII |
| INTRODUÇÃO | 12 |
| | |
| <u>CAPÍTULO 1. A SOCIEDADE INSTITUINTE E A APROPRIAÇÃO DA TÉCNICA: UM POSICIONAMENTO ANTE A ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO HABITACIONAL</u> | 23 |
| | |
| 1.1. ALÉM DO ESTADO: A QUESTÃO DO PODER PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS. | 25 |
| 1.1.1. MOVIMENTOS SOCIAIS SEM TOMAR O PODER? | 25 |
| 1.1.1.1. Antipoder ou contrapoder? | 26 |
| 1.1.1.2. Heteronomia e autonomia | 27 |
| 1.1.2. O ESTADO E A PROJEÇÃO DO PODER POPULAR | 30 |
| 1.1.2.1. O papel das políticas populares prefigurativas | 34 |
| 1.1.3. AUTOGESTÃO EM SENTIDO AMPLO E EM SENTIDO ESPECÍFICO | 36 |
| 1.2. A AUTONOMIA DA TECNOLOGIA CONTRA A AUTONOMIA SOCIAL | 39 |
| 1.2.1. QUESTÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A PROMOÇÃO DE MORADIA MODERNA | 39 |
| 1.2.2. UMA CRÍTICA AOS EFEITOS DA ASCENSÃO DA TECNOLOGIA MODERNA | 40 |
| 1.2.3. PROPOSTAS TECNOLÓGICAS A PARTIR DA ANÁLISE DOS EFEITOS | 43 |
| 1.2.4. A SEPARAÇÃO DO FENÔMENO TÉCNICO | 47 |
| 1.2.5. UMA ANÁLISE AO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA TECNOLOGIA | 51 |
| 1.3. CONCLUSÕES DE CAPÍTULO | 54 |

| | |
|---|------------|
| <u>CAPÍTULO 2. RUPTURAS E CONTINUIDADES NA CONSTRUÇÃO DA PROMOÇÃO HABITACIONAL ESTATAL E MOBILIZAÇÃO POPULAR PELA MORADIA NO CHILE</u> | 57 |
| 2.1. O MOVIMENTO DE INQUILINOS NA CONSTRUÇÃO ESTADO MODERNO | 58 |
| 2.1.1. A CONCENTRAÇÃO URBANA DE SANTIAGO, A CONTENÇÃO DO ESTADO E AS CLASSES POPULARES | 58 |
| 2.1.2. O ENSAIO DE ESTRUTURA INSTITUCIONAL E A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO POPULAR | 61 |
| 2.1.3. A ASCENSÃO DOS CONFLITOS E OS AVANÇOS DO MOVIMENTO POPULAR | 63 |
| 2.1.4. O INCIPIENTE ESTADO MODERNO E O FIM DO MOVIMENTO DE INQUILINOS | 66 |
| 2.1.4.1. Construindo a institucionalidade habitacional do Estado moderno | 67 |
| 2.2. MOVIMENTO DE POBLADORES E OS GOVERNOS PROGRESSISTAS | 76 |
| 2.2.1. A PERIFERIA E A EMERGÊNCIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRENO E SUA POLITIZAÇÃO | 76 |
| 2.2.2. A EMERGÊNCIA DA AUTOCONSTRUÇÃO ASSISTIDA | 79 |
| 2.2.3. O MOVIMENTO DE POBLADORES E A POLITIZAÇÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL | 81 |
| 2.2.4. O GOVERNO DO PDC E A PROMOÇÃO POPULAR HABITACIONAL | 83 |
| 2.2.5. A UNIDADE POPULAR E A 'VIA CHILENA AO SOCIALISMO' | 86 |
| 2.3. A REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO E A MOBILIZAÇÃO DE NOVOS POBLADORES | 89 |
| 2.3.1. DITADURA MILITAR, A TECNOCRACIA E INSERÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL | 89 |
| 2.3.2. A VOLTA DA DEMOCRACIA: NOVAS ÊNFASES, MESMOS CÓDIGOS | 95 |
| 2.3.3. REVISAR O SUCESSO DA POLÍTICA HABITACIONAL E A REEMERGÊNCIA DOS POBLADORES | 97 |
| 2.3.4. A MOBILIZAÇÃO E A TESE DO RETORNO DOS POBLADORES | 100 |
| 2.3.5. A POLÍTICA HABITACIONAL VIGENTE | 102 |
| 2.4. CONCLUSÕES DE CAPÍTULO | 103 |
| <u>CAPÍTULO 3. A PROMOÇÃO POPULAR DA MORADIA DO MPL: A LUTA PELA INSTALAÇÃO DE UMA FERRAMENTA PREFIGURATIVO</u> | 106 |
| 3.1. O MOVIMENTO DE POBLADORES EN LUCHA | 106 |
| 3.1.1. 'PORQUE AQUÍ VIVIMOS, AQUÍ NOS VAMOS A QUEDAR': ANTECEDENTES | 106 |
| 3.1.2. 'NUESTRO SUEÑO ES MÁS GRANDE QUE LA CASA': PRINCIPAIS ENUNCIACIONES | 110 |

| | |
|--|------------|
| 3.1.3. 'DE LA TOMA DE PEÑALOLÉN 'A TOMARNOS PEÑALOLÉN': DINÁMICA TERRITORIAL | 113 |
| 3.2. CONSTRUINDO UM MODELO DE PROMOÇÃO HABITACIONAL | 118 |
| 3.2.1. 'CONSTRUYENDO LA NUEVA POBLACIÓN': MOBILIZAR A DEMANDA LOCAL | 118 |
| 3.2.1.1. 'Somos la unión de comités de nuevo tipo': mudanzas organizativas | 119 |
| 3.2.1.2. 'Es um processo largo, pero aqui estamos': Três fases na promoção habitacional | 122 |
| 3.2.2. 'SI EL ESTADO NO PUEDE, Y EL PRIVADO NO QUIERE...': EAGIS E CONSTRUTORA POPULAR | 126 |
| 3.2.2.1. 'A ferramenta de produção dos pobladores': validando um órgão técnico-popular | 126 |
| 3.2.2.2. 'Me siento tan contenta, siento haber crecido': formação de pobladores | 131 |
| 3.2.2.3. 'Profesionales rebeldes' e 'aliados del área social': o papel dos apoios e serviços | 136 |
| 3.2.3. 'DESDE QUE EMPEZAMOS A PONERLE NÚMEROS SABÍAMOS QUE UN PROYECTO IBA A SER CATEGÓRICAMENTE DISTINTO DEL ANTERIOR': PRODUCTOS HABITACIONAIS | 145 |
| 3.2.3.1. MPL1 - Conquistadores de Lo Hermida: 'El terreno determina la asamblea' | 148 |
| 3.2.3.2. MPL2 - Las Araucarias: 'Cuando la asamblea cree que aprieta un botón y listo' | 155 |
| 3.2.3.3. MPL6: 'Pensábamos construirlo pero no entendíamos lo que significaba' | 160 |
| 3.3. AGREGANDO UM MODELO DE PROMOÇÃO HABITACIONAL PREFIGURATIVO | 163 |
| 3.3.1. 'AYER ÉRAMOS COMITÉ, HOY, ENTIDAD PATROCINANTE, MAÑANA...': PROJEÇÕES | 163 |
| 3.3.2. 'EL ÁREA SOCIAL SE PLANIFICA': SISTEMATIZAÇÃO DA FERRAMENTA | 166 |
| 3.4. CONCLUSÕES DE CAPÍTULO | 169 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS. | 171 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 175 |
| ANEXOS | 186 |
| ANEXO 1. DADOS GERAIS COMPARATIVOS | 187 |
| ANEXO 2. DADOS GERAIS DA COMUNA DE PEÑALOLÉN | 188 |
| ANEXO 4. A PROMOÇÃO HABITACIONAL DOS POBLADORES NA ASCENSÃO DAS LUTAS | 193 |
| A mesa e área social como alternativa | 195 |
| ANEXO 5. LISTADO DE ENTREVISTAS | 197 |
| ANEXO 6. ROTEIROS DE ENTREVISTAS | 198 |

INTRODUÇÃO

A questão problematizada nesta dissertação remete, de maneira geral, aos processos de mobilização pela moradia em América Latina, interpelação aos Estados-nação, e a adoção de alternativas para superar as carências habitacionais pela via da promoção popular. O problema habitacional no continente se tem acumulado a partir do processo acelerado de concentração urbana e as formas de mercantilização que excluem uma parcela importante da população da satisfação da necessidade habitacional. Se bem, a modernização das estruturas estatais tem adotado por momentos um relativo compromisso por dar solução habitacional às massas subalternas, estas se submetem a objetivos externos.

Na história recente do Chile, a adoção de uma política habitacional baseada na busca do equilíbrio entre o fomento do setor privado, empreiteiras e indústria da construção, e apoiar (subsidiar) o acesso ao mercado da moradia nas camadas pobres, tem-se ancorado fortemente um particular modelo de promoção habitacional. Os bons resultados quantitativos da aplicação deste modelo têm colocado o Chile como o primeiro país de América Latina em gerar uma redução quantitativa do déficit habitacional. Vinculada a uma reestruturação político-econômica dos Estados-nação, caracterizada comumente como neoliberalismo, a lógica deste modelo tem se tornado paradigmático no cenário atual, sendo difundida por diversos organismos internacionais e supranacionais (como o Banco Mundial, a ONU, etc.).

Apesar deste sucesso aparente do modelo, ele não tem estado isento de críticas. A qualidade da moradia, a localização dos conjuntos, a falta de interação e condições para a formação e construção social de comunidade, o endividamento, o aumento dos custos, entre outros questionamentos, motivou vários analistas a assinalar esse sucesso como falso (DUCCI, 1997; SABATINI, 1997; SUGRANYES, 2005; HIDALGO e ARENAS, 2003). Efeito disto é a entrada, na década de dois mil, a um período de revisão da política habitacional. Embora, tem havido diversas modificações e mudanças de enunciações, o centro da política e suas práticas não têm sido maiormente perturbadas. Em paralelo, desde a mobilização social, emergiram diversas organizações de pobladores, que desde a reivindicação, avança para posições mais radicais e críticas do sistema. Propõe-se que existe um novo ciclo das lutas urbanas no país, caracterizado pelo retorno dos pobladores ou um novo movimento de pobladores (MPL, 2010;

PULGAR, 2014), o qual tem adotado uma posição crítica sobre a produção de cidade e a política habitacional.

Se bem, este é um processo que vem se formando desde começos da década de noventa, com o retorno das ações das organizações de pobladores e as primeiras ocupações de terreno pós-ditadura, um novo cenário se tem estabelecido a partir da extensão de redes de articulação destes agentes sociais a escala nacional (e inclusive destes com outros movimentos de luta pela moradia no continente). No centro desses processos se tem instalado a proposta de auto-gestão habitacional, entendida como aquelas “formas de produção social do hábitat de forma coletiva e organizada, sustentada por organizações sociais que procuram, de maneira explícita, o desenvolvimento de processos políticos de construção de poder popular” (RODRÍGUEZ, M C, 2007, p. 18). Elas são, ao mesmo tempo, parte de um projeto de construção política e uma proposta para a gestão de políticas públicas que não implica a tomada do poder do Estado, senão que aspira para um objetivo de transformação social mais ampla, a ser construído no tempo presente. Portanto, elas são, mais do que uma forma de organização social dirigida a melhorar a qualidade do investimento público na política habitacional, que aperfeiçoa seu valor de uso (RODRÍGUEZ, 2009).

Destaquem-se assim as experiências em países do sul de América Latina, que vão tomando diferentes formas. Algumas combinações referidas têm sido: i) a cooperação na projeção, gestão e execução direta com contratação de mão de obra autônoma complementar; ii) a cooperação na projeção, gestão e parte da execução, contratando empresa construtora; iii) a cooperação na projeção e gestão, delegando a execução a uma empresa construtora; iv) a coordenação vertical na projeção e gestão pelas lideranças, contratando mão de obra autônoma para a execução; e v) a coordenação vertical na projeção e gestão pelas lideranças, contratando uma empresa construtora para a execução (LAGO, 2012). Nessa dialética entre a instalação destas formas e a mudança das estruturas que sustentam a promoção de moradia pública, tem sido institucionalizadas por alguns períodos diversas políticas, como a Lei 341 de 2002 da Cidade de Buenos Aires e a atuação do *Movimiento de Inquilinos e Ocupantes* (MOI) (RODRÍGUEZ, M C, 2007, 2009); os quase cinquenta anos da política de cooperativas de moradia e da experiências da *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda y Ayuda Mútua* (FUCVAM) (GONZÁLEZ, 2013); e o Minha Casa Minha Vida Entidades de 2009 no Brasil, promovido pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e outros movimentos de luta pela moradia no país (LAGO, 2012), entre outras experiências. Todas elas têm encontrado um espaço de convergência continental na *Secretaria Latinoamericana de Vivienda Po-*

*pular*² [Secretaria Latino-Americana de Moradia Popular] (SELVIP) que, desde a década de noventa, difunde o modelo cooperativista de autogestão de moradia através da troca entre organizações sociais de movimentos populares (SELVIP, 2012).

Incorporando esta influência, organizações de pobladores no Chile que vinham desenvolvendo práticas de organização e mobilização de recursos para viabilizar seus projetos habitacionais, têm tentado replicar alguns elementos desta experiência. Não obstante, apesar das críticas, a revisão da política habitacional chilena, e as demandas dos pobladores por integrar o modelo cooperativo no Chile, ainda essas práticas têm ficado por fora ou nos margens da política oficial. Embora tenham existido instâncias de diálogo desta proposição, sucessivos programas têm incorporado uma porcentagem mínima da proposta, ora apenas como sentenças sem uma prática realizável (SUGRANYES e MORALES, 2012). Apesar desta marginação, o certo é que a proposta tem influenciado estas organizações, introduzido certas competências particulares nos pobladores desde níveis mais elementares, permitindo-lhes operar na política (CASTILLO COUVE, 2014), até propostas mais avançadas de autoprodução social com um sentido político mais claro. As demandas sociais por conseguir um maior grau de controle nos processos e na produção habitacional. Estas se enfrentam e questionaram, em diferentes graus, às práticas e formas tecnocráticas da racionalidade econômica que predomina na política habitacional e deslegitima o saber popular.

Contrário a esta marginação, organizações como o *Movimiento de Pobladores en Lucha* (MPL) [Movimento de Pobladores em Luta] têm procurado formas alternativas para construir um modelo de promoção de moradia, forçando os limites da política vigente. A experiência do MPL, desde 2006, se tem tornado paradigmática para o conjunto de movimentos populares deste tipo no Chile, articulados principalmente na *Federación Nacional de Pobladores* (FENAPO) [Federação Nacional de Pobladores]. É através das práticas estendidas pelo MPL que se pretende indagar em profundidade as dinâmicas que sustentam proposta do MPL e suas projeções. A sua relação com certas enunciações na história de mobilização pela moradia no Chile, principalmente durante o período de governos progressistas entre 1964 e 1973; e as conexões internas e externas das práticas sociais desenvolvidas.

Sendo o ator participante deste processo, esta dissertação se origina da problematização da proposta e os seus obstáculos. No caso chileno é difícil negar que existe certo despreço pelas

² Desde o Decimo Terceiro Encontro SELVIP de 2013 em Santiago do Chile a organização tem adotado a sigla SELVIHP, adicionando o termo Habitat Popular no final.

propostas dos setores populares que opera no nível da institucionalidade do Estado e os profissionais técnicos, esse despreço também se reproduz na falta de aprofundamento na proposta da autogestão. Exemplo disto é a recorrente confusão entre conceitos como autogestão e autoconstrução, que reduz a autogestão à mera construção, ou a confusão associada à tendência de assimilar toda demanda deste tipo aos canais de participação existentes na institucionalidade, pelo geral, deficientes. A pertinência desta dissertação se centra nestas lacunas, que obstaculizam a compreensão destes processos e sua capacidade de produzir o espaço a partir do desenvolvimento individual e coletivo dos moradores, questão que adquire um destaque particular no momento atual.

Propõe-se assim um enfoque disciplinar misto, que atravessa conceitos e categorias usados por diferentes disciplinas, tais como *poder*, *espaço* e *tecnologia*, estudando mediante a pesquisa participante as conexões estabelecidas entre estes nas práticas estendidas pela organização. Relacionam-se assim, variáveis relativas à subjetivação destes novos grupos de moradores, a formulação de espaços para convergência do saber técnico e popular, e a adoção de uma posição de gestão autônoma da produção do espaço vinculada ao processo de promoção habitacional. Nesse sentido se propõe uma série de perguntas em relação a: quais seriam as feições deste modelo de promoção de moradia que permite abordar estas conexões?

* * *

Aprofundar a reflexão sobre a noção do espaço como um objeto multidimensional vai muito além de considerar seus limites físicos, tem significado um ponto de inflexão na minha atuação como profissional, ativista e militante. Durante minha formação em arquitetura, uma das principais questões que se vai construindo a partir dos primeiros anos de curso, gira em volta de: O que fazer com as ferramentas adquiridas? A situação de descrédito da disciplina, historicamente vinculada a uma elite que recorre aos serviços de arquitetura de maneira privada, coloca uma incerteza ainda maior, afastando a prática da motivação que me empurrou a estudar o curso. Essa motivação que cultivei desde criança no bairro onde morei, buscando ler as intenções por trás de cada decisão, de identificar certas ênfases no projetado. Aquele conjunto habitacional, construído de maneira particular nos anos sessenta, dirigido para um setor de trabalhadores e funcionários públicos, guarda vários aspetos do que aspirava encontrar na

disciplina naquela época em que comecei esse caminho. O conjunto habitacional referido, em si foi desenhado pelo escritório BVCH, uns dos escritórios de arquitetura mais importante da história da moradia de interesse social no Chile, que desenvolveu uma série de projetos públicos de moradia em todo o país, na época em que “os melhores arquitetos trabalhavam na política habitacional” (PÉREZ OYARZUN, 2006).

A busca me levou a procurar outras formas de desenvolver a profissão, envolvendo-me em pesquisas acadêmicas em estudos urbanos e trabalho em bairros populares. Formas menos convencionais. Em 2011, minha colaboração em projetos de pesquisa na Universidade de Chile me levou a ser estagiário no departamento de urbanismo do município de Santiago. Ali adquiri um manejo bastante específico sobre os instrumentos aplicados no planejamento urbano, além de compreender em parte quais são as relações e motivações que vão construindo esses instrumentos. Aquele ano, em particular, foi um ano caracterizado pela mobilização social (principalmente motorizados pelos estudantes), que nos levou a muitos a assumir uma maior participação em diferentes espaços de organização e debate. No final desse mesmo ano me convidaram a participar nas mesas de debate sobre a atualização do Plano Diretor da comuna³ de Peñalolén, atividades realizadas em conjunto por diferentes organizações sociais e estudantes de arquitetura e geografia da Universidad de Chile. Foi nessas atividades onde tive um encontro mais próximo a um percurso histórico de lutas urbanas, na luta dos pobladores por defender e ter voz na construção de seu território.

Durante esse processo me envolvi como apoiador técnico do *Movimiento de Pobladores en Lucha* (MPL), aportando, junto a outros profissionais comprometidos, o saber técnico sobre o planejamento do Estado para gerar em conjunto argumentos contra o projeto da prefeitura. Ao serem tarefas práticas minha vinculação foi rápida. O projeto de atualização do plano diretor seria rejeitado no plebiscito comunal de dezembro de 2011, porém a motivação dos envolvidos derivou em continuar avançando em desenvolver uma prática de planejamento popular do território dos pobladores. No começo de 2012 formamos a *Secretaria Popular de Planificación Territorial* (SEPPLAT) do MPL, com o objeto de fornecer elementos para instalar de

³ Comuna corresponde à menor subdivisão administrativa do território, a qual é dirigida pelo *Alcalde* [prefeito]. A administração do Estado fica subdividida assim: *Presidente da República*: território nacional; *Intendente*: administração regional (15 regiões do país); *Gobernador*: território provincial (54 províncias); e *Alcalde* para o território comunal ou local (356 comunas), sendo apenas o primeiro e o último de eleição popular e o resto, designados pelo presidente. Outro dato importante, é que Área Metropolitana do Gran Santiago é composta desde 1981 por 32 comunas, as que têm aumentado para 37, produto da conturbação. Cada comuna é responsável de administrar a educação pública de ensino básico e médio, postos de saúde pública e planejamento urbano, tendo que elaborar o Plan Regulador Comunal, semelhante aos planos diretores no Brasil.

maneira explícita o planejamento urbano estatal como um campo em conflito. A ideia central era fazer convergir aportes técnicos profissionais e *pobladores* das assembleias da organização, internalizando o saber técnico manifestado nas solidariedades e apoio esporádico de estudantes e acadêmicos, que tinham sido mobilizados para o conflito pelo plano diretor. Isto significou uma mudança significativa nas formas de encarar este tipo de conflitos, instalando uma via de apropriação do saber técnico pelos espaços locais através práticas que superam a mera reivindicação.

Esse engajamento me levou a ter relação com diferentes espaços na organização, conhecendo a realidade das bases sociais de outras comunas da cidade de Santiago e do país. Como profissional também tive contato com a experiência da *Empresa de Autogestión Inmobiliaria y Social* (EaGIS) [Empresa de Auto-Gestão Imobiliária e Social] do MPL, participando de nutridas discussões e disjunções sobre o atuar da organização na produção de moradia. Sem dúvida, boa parte dessas discussões prévias têm motivado reflexões presentes nesta dissertação de mestrado, propondo-se aprofundar estas inquietudes que mesmo atravessam a organização. Para que constrói habitação o movimento social? Até que ponto e em que grau é coerente se envolver a organização nestes objetivos? Que relações supõem o saber técnico e a autogestão habitacional que devem ser incorporados no desenvolvimento da organização?

* * *

Antes de tentar dar respostas a estas questões é necessário trazer uma reflexão fundamental sobre como nos posicionamos frente a uma reflexão deste tipo. Nos estudos urbanos abundam as pesquisas sobre o tratamento global de certos fenômenos, o que leva a reduzir processos, práticas e formas que não intervêm de maneira relevante na estrutura social. Referimo-nos a um distanciamento adotado por certas perspectivas e vertentes teóricas que consideram como fonte de conhecimento apenas as ações de grande porte, no geral, que em geografia se expressam através de representações cartográficas em escalas muito pequenas (de maior afastamento), negligenciando outras dimensões da produção do espaço (SOUZA, 2007). Embora, estes enfoques comumente se vinculam à observação da atuação do Estado, ora seriam reproduzidos por estudos sobre movimentos sociais (SOUZA, 2008), trivializando estes. O importante nesse sentido é o estabelecimento de um lugar de referência e construção discursiva apropria-

da a minha posição como militante em relação ao objeto de estudo. Porém, como seguir uma pesquisa de maneira tão próxima, que me situa no objeto de estudo?

A noção científica determinista tradicional se caracteriza por colocar a ação de conhecimento a partir do pesquisador, situado em uma posição superior para gerar sua compreensão a partir do estudo de uma realidade externa a ele. Conhecer deste modo seria adquirir informação de um ambiente cuja natureza é operacionalmente independente do sujeito que conhece, e portanto do fenômeno do conhecer. O paradigma do sujeito observador e do objeto observado constrói a ideia de uma realidade objetiva. Essa proposição tem sido questionada fortemente desde começos do século XX. Em 1926, Heisenberg propôs que o objeto observado não é realmente o objeto em si mesmo, mas que o objeto exposto a nosso método de interrogação. A realidade que podemos observar é condicionada às características do observador, para o qual, também há múltiplas possibilidades de comportamento de um fenômeno. Consequentemente para as ciências sociais e humanas, mas também para as chamadas ciências duras, o princípio determinista teria a impossibilidade de demonstrar a totalidade do conhecimento (MATURANA e VARELA, 2003a).

Seguindo estas proposições, quando perguntamos sobre o espaço urbano (e neste caso sobre processos sociais, em parte, vividos), nos perguntamos também por um fenômeno no qual estamos envolvidos não aplicadas por pertencer a um determinado espaço urbano se não por formar parte do social. Além de dar questionar a pretensão de objetividade ainda presente em parte da produção científica nos estudos urbanos, devemos pensar em: como surge a ação de autodescrição, auto-observação, autoconsciência, desde nosso lugar de enunciação? Com isto não se pretende cair no relativismo, e na ideia que os fenômenos são compreensíveis por si mesmos, pelo contrário, procura-se construir mecanismos explicativos e de captação da realidade adequados às possibilidades de nossa ‘ação de conhecimento’ de construir por si mesma o fenômeno estudado. Maturana e Varela (2003a; 2003b) propõem substituir a dicotomia sujeito-objeto do determinismo científico pela dicotomia observador-observado. Isto supõe uma ação de conhecimento baseada na observação de regularidades desde nossa experiência para tentar completar o fenômeno estudado, e diminuir os pontos cegos. Esta proposição salienta que os pontos cegos são condições inerentes à observação. Que a possibilidade de um superobservador científico dono da verdade é nula. A única forma de superar os pontos cegos é através das interações e acoplamentos com outras observações. Apenas um segundo observador, Obs₂, que atua sobre o primeiro ato de observação pode advertir e aprender os pontos cegos do Obs₁, por operar desde outros esquemas de distinção. Obs₃ faria o próprio com essa Obs₂,

Obs₄ com o Obs₃, Obs_n ..., e assim infinitamente. As ações de interação e acoplamento nos tiram da naturalização do recorrente, e nos levam para uma compreensão mais apurada.

Esta dissertação, propondo-se como pesquisa participante, busca essas interações e acoplamentos a partir do meu engajamento anterior com a realidade social em particular do objeto de estudo, relação que determina a ênfase em certos pontos de interesse a ser abordados por esse trabalho. Defino como pesquisa participante de maneira geral já que se bem ela cabe nessa classificação, existe a realização de uma coleta de dados mais específica e reflexões que se fizeram junto ao grupo social, que foram realizadas previamente ou durante o período de desenvolvimento do mestrado. Portanto podemos dizer que ela também está composta por uma pesquisa de tipo pesquisa-ação (THIOLLENT, 2012), quer dizer, uma pesquisa em estreita relação e envolvimento de outros militantes e *pobladores* das assembleias de moradia, a qual foi realizada através de uma coleta de dados e entrevistas durante o mês de agosto de 2015. Dita pesquisa específica tinha o objetivo de entregar informação para atualizar a sistematização da experiência da EaGIS do MPL, o que faz parte de um projeto mais ambicioso do movimento de dar sustento teórico e prático para institucionalizar um modelo de autogestão que permita difundir experiências deste tipo. Porém, as complicações de continuar as análises dos dados e manter o contato fluido na distância com a organização têm algumas etapas a meio caminho, na espera de retomar a reflexão (sempre ficam cabos soltos!).

Referente à dissertação em si, a pesquisa se desenvolveu por meio de um desenho misto. A partir de uma bagagem prévia do caso, que constitui o ponto de partida da pesquisa, veio uma primeira etapa de conceptualização do caso de estudo. Considerando a distância física que mantive com a organização em questão, o qual pode ser uma desvantagem, esse processo também significou um distanciamento crítico. Uma distância que permite tomar tempo para revisar e assimilar as reflexões realizadas por outros militantes e ativistas próximos da organização, além da revisão teórica sobre as categorias envolvidas. A partir desse momento veio um processo não lineal de análise de informação, tanto daquela informação produzida pela própria organização (comunicados públicos, manifestos, livros, etc.), quanto daqueles aspectos que contextualizam o caso de estudo, referido à promoção de moradia em Santiago do Chile, a história da política habitacional no Chile e sua relação com a mobilização popular pela moradia, e outras experiências na América Latina. Essa segunda etapa foi atravessada pelo estudo de campo específico que teve como objeto a atualização da sistematização a partir da coleta de informação qualitativa.

A informação qualitativa de fonte primária foi extraída de um processo de recopilação planejado junto aos militantes a partir de um plano prévio de estudo de campo elaborado pelo autor. Considerou-se um listado de trinta e um entrevistados possíveis, entre lideranças de projetos habitacionais construídos, militantes fundadores, construtor externo, apoiadores profissionais e técnicos, atores externos associados como o construtor privado e funcionários públicos relacionados ao processo de promoção de moradia. Destes se realizou um conjunto de vinte entrevistas em profundidade, de desenho semiestruturado, desenhadas a partir de três categorias de análise: a definição como ator no processo, sua relação com outros atores envolvidos, e vinculações com o espaço produzido. De maneira complementar, a informação de fonte secundária sobre a organização foi consultados desde sítios web e materiais impressos disponibilizados por estes. Por outro lado, a informação de fonte secundária de contextualização, dirigida a nutrir a revisão sobre a mobilização pela moradia e as políticas habitacionais no Chile, foi realizada a partir de estudos técnicos do *Ministerio de Vivienda y Urbanismo* (MINVU) [Ministério de Moradia e Urbanismo], artigos e livros acadêmicos, e a revisão dos documentos oficiais (leis, decretos e resoluções institucionais) disponibilizadas pela biblioteca do *Congreso Nacional de Chile* (online)⁴.

* * *

O objetivo global de pesquisa é aplanar as relações entre poder, técnica e território nos processos de promoção habitacional de novas organizações de *pobladores* na última década, em Santiago do Chile. Para isto se consideraram os seguintes objetivos específicos atrelados:

- i) Retomar a discussão sobre os modelos de promoção de moradia;
- ii) Identificar as conexões e tensões entre diferentes atores envolvidos no processo de promoção de moradias;
- iii) Sistematizar a experiência da organização em relação ao processo de produção de moradia, na noção política prefigurativa.

Propõe-se que o modelo de promoção habitacional desenvolvido pelo MPL constitui em si como uma tecnologia socialmente construída, composta por uma série de práticas que ope-

⁴ <http://www.leychile.cl/>

ram, não apenas na execução de projetos de moradia (autogestão em sentido estrito), mas em um processo mais abrangente (autogestão em sentido amplo).

O desenvolvimento desta dissertação está dividido em três capítulos. O primeiro, correspondente a uma revisão de referências teóricas das principais categorias abordadas para a análise do caso de estúdio. Considera-se nesta revisão as implicações gerais relativas à aposta pela autonomia e a política emancipatória prefigurativa por parte dos movimentos sociais na América Latina. Esta questão tem influenciado de maneira importante a prática particular do MPL em Santiago e as formas que adota o modelo de promoção habitacional por eles desenvolvida. Por sua vez, este último elemento, ao conter práticas que requerem da operação de habilidades técnicas, e sua condição de reconhecidas institucionalmente pelo Estado, leva a uma segunda questão, referida à tensão entre a autonomia social frente ao desenvolvimento tecnológico dominante. Trata-se este tópico como uma forma de instalar uma discussão sobre a reconfiguração da tecnologia, no caso, da promoção habitacional e as relações sociais associadas a ela, a partir da entrada dos movimentos sociais como sujeitos que operam a técnica, inclusive, nas margens da institucionalidade.

O segundo capítulo analisa a história da política habitacional chilena e a emergência de atores sociais da população popular nas grandes cidades, como forma de contextualizar o caso de estudo e salientar certos elementos marcantes na experiência atual dos pobladores. Destacam-se aqui as origens da disputa pela moradia popular e as primeiras políticas habitacionais; o desenvolvimento de uma institucionalidade acorde ao Estado moderno instalado durante a primeira metade do século XX (o qual avança assumindo um maior compromisso pela problemática social), à contestação por parte de movimentos sociais que adquirem um caráter sociopolítico mais apurado; e, por final, o momento atual construído a partir das políticas de corte subsidiário estabelecidas pela ditadura militar e operadas pelos governos que se sucederam na volta à democracia em 1990. Estes momentos são aprofundados a partir de uma detenção nos processos sociais relevantes e os arranjos institucionais adotados em cada período, estabelecendo-se nexos entre estes, de tipo de continuidades e de rupturas com o presente.

O terceiro capítulo desenvolve o caso de estudo em questão, tentando dar conta do modelo construído até agora, nos dez anos de existência da organização, e o desenvolvimento de projetos habitacionais através de diferentes formas de atuação no plano habitacional. Para o qual se começa com uma contextualização mais específica da organização, no espaço em que se desenvolve e as dinâmicas organizativas espalhadas, e as funções envolvidas no processo.

Considera-se o relato de aspectos mais específicos referidos a partir de narrações dos projetos desenvolvidos. No final se desenvolve uma tentativa de sistematização geral do modelo, tentando destacar a complexidade desta estrutura.

De maneira geral, a análise se destaca pela oportunidade de vincular o enfoque construtivista da tecnologia com o estudo de uma experiência de política popular, de caráter emancipatória e prefigurativa, promovida pelo movimento social. Salienta-se a possibilidade instalar uma discussão sobre a reformulação da técnica a partir da prática dos movimentos sociais, pelo menos, no campo da habitação. De forma complementar, são analisados aspectos secundários do modelo de promoção habitacional como: a centralidade na formação de comunidades, a integração social com um território mais amplo, a noção da territorialização do grupo como parte de um movimento maior, as mudanças nas relações sociais e intermediações contidas no desenvolvimento de projetos, entre outros.

CAPÍTULO 1.

A SOCIEDADE INSTITUINTE E A APROPRIAÇÃO DA TÉCNICA: UM POSICIONAMENTO ANTE A ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO HABITACIONAL

No pensamento das ciências da sociedade, o estudo da ação coletiva e os movimentos sociais tem tido uma atenção especial desde a década de setenta. Esta tem se tornado uma área de conhecimento vinculada comumente à sociologia, cujas origens destes estão no tratamento patológico dos fenômenos de mobilização social no século XIX. O lugar de enunciação destas pesquisas era construído a partir da desconfiança que tinha a classe dominante para o surgimento de ações de revolta e os seus efeitos na sociedade. Sem ir mais longe, o economista e sociólogo alemão Lorenz von Stein, que cunhou o próprio termo *movimento social* em 1842, usou ele para referir os distúrbios e a contestação da ordem na França, caracterizando estes como parte da manifestação de instintos selvagens e irracionais no comportamento das massas (GOHN, 2008). Não obstante, o percurso destes estudos se tem diversificado bastante. A partir dos anos sessenta, com a emergência de mobilizações sociais em boa parte do mundo, a atitude de analistas e pesquisadores mudou principalmente movida pela simpatia e proximidade que alguns destes têm estabelecido pelas agendas dos movimentos.

O aumento de atenção pela temática, embora tenham permitido uma melhor compreensão da ação coletiva e suas motivações, também tem ampliado as dúvidas a respeito. Uma tensão sempre presente tem relação com o próprio o conceito de *movimento social* e sua definição. Uma pergunta recorrente ao respeito é: o que permitiria distinguir os movimentos sociais de outras ações coletivas? (GOHN, 2008). Algumas das vertentes mais referidas a esse respeito são as estabelecida por Touraine e Castells, que estabelecem esta distinção entre movimentos sociais e outras ações coletivas a partir de sua componente crítica e suas projeções de transformação social. Esse sentido crítico, que permite estabelecer horizontes mais ambiciosos, de cuja mobilização se produz uma efetiva transformação da estrutura social e urbana (CASTELLS, 1983 apud SOUZA, 2006a), não estaria presente em outras ações mais limitadas, sobretudo aquelas de caráter paroquiais ou clientelistas, que às vezes também são referidas como movimentos sociais, ora por falta de rigor conceitual, ora por ingenuidade (SOUZA, 2008).

Por outro lado, historicamente tem existido uma tendência predominante nos estudos sobre movimentos sociais que tem negligenciado a análise espacial (SOUZA, 2008). Existe, neste sentido, um viés disciplinar relacionado ao domínio da sociologia, e ao pouco interesse apresentado por geógrafos e outras disciplinas afins ao estudo dos movimentos sociais e sua referência com espaço. No Brasil, esta situação tem sido patente sobretudo desde os anos noventa, depois de um período mais prospera de produção de conhecimento ao respeito. Situação semelhante ocorreria no Chile, onde a influência do aporte do *Centro Interdisciplinario de Desarrollo Urbano* da Universidade Católica de Chile e o passo de Castells em princípios dos anos setenta marcou boa parte do enfoque nos estudos críticos de movimentos sociais de caráter mais estruturalista. A disputa teórica foi a instalação de uma dicotomia entre o enfoque centrado na luta de classe desde uma abordagem centrada no trabalhador e, de maneira secundária, os movimentos sociais urbanos em Castells, e outros enfoques, principalmente o enfoque lefebvriano (CORTÉS, 2012). Nesses anos, para Castells a categoria de movimentos sociais não deveria ser diretamente relacionada à reprodução do espaço cotidiano, senão ao espaço associado à estrutura de reprodução capitalista, e os processos que guardavam as contradições de classe na produção. Isto tem implicado pouco aprofundamento na dimensão espacial destes fenômenos. A pergunta que surge é: como retomar a consideração sobre a espacialidade produzida pelos movimentos sociais como uma categoria explicativa a se considerada?

Souza (2006a) propõe superar a lacuna no estudo da dimensão espacial através de um foco mais apurado sobre os fenômenos, por meio de representações e análises em escalas maiores (mais “de perto”). Cunhando o termo “olhar de sobrevoos”, análogo à expressão “pensamento de sobrevoos” de Merleau-Ponty, Souza critica as análises que propõem uma observação de movimentos sociais apenas concentrando a atenção nas estruturas macroeconômicas, o que negligencia boa parte das dinâmicas desenvolvidas pelos próprios protagonistas destes estudos, potencialidade fundamental para estas experiências. Não cair no olhar de sobrevoos implica transcender, por um lado, o objetivismo, muitas vezes referente ao olhar do Estado ou outros objetos de conhecimento que se posiciona desde o ponto de vista dominante, e, por outro, o subjetivismo ou particularismo, que se limita ao objeto em si (como se ele estivesse livre da estrutura). Em outras palavras, apresenta-se o desafio de se posicionar de maneira crítica desde outros lugares de enunciação discursiva a partir de estudos sócio-espaciais que não sejam reducionistas com a realidade social (SOUZA, 2006b).

Feitas estas considerações transversais é possível abordar duas questões mais específicas, fundamentais para esta dissertação, a respeito à promoção habitacional por movimentos soci-

ais. Elementos relativos à transformação de práticas sociais como forma de intervir na sociedade, e à institucionalização ou a tensão com a luta institucional, que aportando uma compreensão sobre o significado desta alternativa de produção de moradia. Com relação a isto, neste capítulo se realiza uma revisão conceitual relacionando três categorias chaves: poder, tecnologia, e território, e suas conexões com a promoção de moradia.

1.1. Além do Estado: A questão do poder para os movimentos sociais.

1.1.1. Movimentos sociais sem tomar o poder?

Tentando dar uma historicidade da emergência dos movimentos sociais é possível reconhecer no geral, diversas ondas de mobilização na América Latina. Após as ondas dos anos sessenta, quando o termo de *movimentos sociais* se espalhou pelo mundo, poder-se-ia dizer que vieram novas ondas de mobilização, conhecidas como *novos movimentos sociais*, os quais adotaram agendas não consideradas pela tradição de sujeitos subalternos em movimento, principalmente grupos do movimento operário, as quais se constituíram em torno ao reconhecimento de direitos sociais, movimentos étnicos, feministas, e uma série de pautas que diversificaram as lutas populares. Na década de oitenta começa a haver uma tendência descendente de mobilização, vinculada a algumas conjunturas de crise econômica e social. Na década de noventa essa crise se agudiza, surgindo, porém, a adoção de uma série de inovações de formas de mobilização, vinculadas à entrada de novos atores, como as ONG na intermediação com o Estado e outros canais participativos (SOUZA, 2006a).

A partir de então, e mais consistentemente já entrado o século XXI, instala-se no continente uma nova onda de movimentos sociais, que poderíamos reconhecer como *novíssimos movimentos sociais* (SOUZA, 2009). Esta onda mais contemporânea se corresponde com uma incorporação de agendas e sujeitos sociopolíticos mobilizados, como o movimento negro, movimento de estudantes, os movimentos indígenas e os sem-tetos. Estes últimos, particularmente, produto das ondas contemporâneas de extrativismo e a extensão de redes de transporte de recursos naturais, têm sido berço de mobilizações e radicalização dos repertórios de luta, adotando agendas de autonomia sociopolítica, aportando elementos paradigmáticos para outros grupos. Começando por uma primeira consideração fundamental, passaremos a analisar que compreende e em que aporta esta posição de autonomia em sua relação com a categoria de poder.

1.1.1.1. *Antipoder ou contrapoder?*

Alguns autores, bastante difundidos, propõem que essa nova perspectiva revolucionária nos movimentos sociais na América Latina teriam como consideração a rejeição da tomada do poder (HOLLOWAY, 2005). Existiria uma rejeição do poder em relação à nova posição de autonomia instituída pelos movimentos, a que nos referimos quando consideramos uma rejeição ao poder? Holloway estabelece uma relação de causalidade entre a nova estruturação políticoeconômica em escala global e a mudança nas práticas locais de busca de uma transformação da sociedade desde experiências autonomistas. O argumento seria que o poder não estaria na institucionalidade dos Estados-nação, sendo esta apenas um “nó na rede de relações sociais” (HOLLOWAY, 2005, p. 17) que organizam a reprodução do capital. Portanto, as perspectivas de transformação que buscam a tomada do Estado estão condenadas a ficar truncadas por uma estruturação em rede que as supera, reduzindo-a uma mera instrumentalização da luta popular.

Então, não haveria busca do poder nas experiências autonomistas? Holloway afirma que não, que haveria *antipoder*, baseado no exercício do poder-fazer do movimento social contra o poder-sobre dos “poderosos”. Estas duas categorias de poder em Holloway (2005), vão caracterizar uma noção de antipoder, como proposta desenvolvida pelos novos movimentos sociais, que se define apenas na oposição do poder dos poderosos. Nos termos de Holloway, o antipoder exercido pelos novos movimentos sociais se define como o poder-fazer, a mera capacidade de fazer coisas, permite colocar ao sujeito em uma posição dotada de poder. Em outras palavras, a consciência da capacidade de realizar ações permite reposicionar o sujeito. Vale destacar que seu caráter é inerentemente social. Ao contrário, o poder-sobre corresponde à fratura do fazer como projeção quando um grupo reduzido se separa e se apropria dessa projeção do fazer, para dirigir a execução desta concepção particular, o que Holloway trata como *poder-sobre*. Esta situação estabelece um grupo com poder sobre outro grupo que carece deste, ao menos aparentemente. Nestes termos, a busca da tomada do Estado seria distanciar-se do poder-fazer para transformar a sociedade. Porém, qual o conteúdo da noção de poder compartilhada pelo poder-fazer e pelo poder-sobre? Por que seria bem-recebida e aplicada esta postura pelas organizações dos novos movimentos sociais?

Tentando responder à segunda pergunta, para depois voltar à primeira, pode-se responder esta a partir do lugar que tem tido a tomada do poder nas experiências dos movimentos sociais desde finais do século XIX. Zibechi (2000) realiza uma revisão histórica da virada reformista

nos movimentos sociais, os quais começam a adotar a ideia da necessidade estratégica de tomar o poder para sustentar o modelo político-econômico operário e não repetir a derrota na Comuna de Paris. O problemático desta nova posição, em termos gerais, tem sido que a adoção da tomada do poder pelo partido operário, e não diretamente pelos operários, colocou os partidos como intermediários da tomada do poder, o que significou também a aceitação da reprodução de lógicas verticalizadas. Na aposta pelo Estado como o principal horizonte de boa parte do movimento operário, o conjunto da classe operária ficou dependente das estruturas da organização partidárias e o estabelecimento do horizonte da tomada do poder como ponto de partida para começar a desenvolver uma sociedade proletária.

A noção de poder como vinculada ao Estado se aprofundou durante a passagem para o Estado de bem-estar desenvolvido de maneira desigual nos Estados-nação do ocidente. A lógica do Estado bem-estar, se bem permitiu melhoras nas condições de reprodução da classe trabalhadora, também significou uma paralisação política e social da classe. Isto inverteu as estratégias de luta dos operários, que se desenvolviam na vida cotidiana, em âmbitos de compromisso coletivo e comunitário. Assim, a luta sobre a exploração virou a luta salarial. A luta contra a opressão do Estado virou a luta por mais e maior Estado. Instalou-se uma lógica de fragmentação da classe operária, cuja dispersão se caracteriza pela incapacidade de gerir seus interesses, ficando à mercê da representatividade política. As únicas instâncias coletivas nesse tecido de relações eram os sindicatos, porém, estes também foram atravessados pela representatividade e pela aspiração ao Estado. Inclusive, mais tarde, as experiências da luta armada para a tomada do poder vão manter essa lógica, postergando a transformação social. Embora tenham existido diferentes momentos de questionamento desta postura, a crise definitiva desta perspectiva viria com o fracasso dos socialismos reais (ZIBECHI, 2000). Em suma, a vinculação do poder com a tendência geral dos movimentos operários do século XX, que conectou a tomada do poder à intermediação dos partidos políticos operários, motivou o afastamento e a constituição de novas posições que advogam pela rejeição do Estado e revolução sem tomada do poder.

1.1.1.2. Heteronomia e autonomia

Tentando responder à primeira pergunta qual seria o conteúdo que relaciona o poder-fazer e o poder-sobre?, para começar essa sessão faremos uma breve revisão do conceito de poder. Em diferentes trabalhos, Souza (1995; 2006a; 2006b; 2010a; 2012a; 2012b; 2013), e outros pes-

quisadores vinculados ao Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (Nu-PeD) têm operacionalizado uma conceptualização da categoria de poder visando realçar o conteúdo associado à ação coletiva. Construída a partir de autores como Foucault, Arendt e, principalmente, Castoriadis, esta conceitualização permite compreender os movimentos sociais como sujeitos de poder em termos positivos, e não apenas por oposição ao poder.

Foucault (apud SOUZA, 2012b) se refere às práticas de opressão e controle que concentram uma profunda revisão do exercício do poder do Estado e das instituições sobre a sociedade. O exemplo mais claro é sua comparação entre a sociedade moderna e o *panóptico*, tipologia arquitetônica elaborada pelo utilitarista inglês Jeremy Bentham para conseguir uma configuração espacial que permitisse um ponto de controle privilegiado no desenho das prisões. A base do *panóptico*, no controle e na ameaça de punição é, para Foucault semelhante à base da sociedade moderna, que a define como uma “sociedade disciplinar”, composta de diferentes aparatos de opressão. Um dos aspectos interessantes deste análise seria que o poder não corresponde a um objeto ou um lugar a dominar para poder estender a dominação sobre um grupo maior, o poder é uma propriedade social, de ação ou condição. Esta análise não reduz o caráter negativo do exercício do poder à proibição ou censura, embora em parte importante das tecnologias do exercício do poder que Foucault especifica como soberania, segurança e disciplina, cujas formas não se limitam apenas ao poder do Estado (SOUZA, 2012b). Este último termo de *poder heterônomo* se considera como o poder exercido desde um lugar exterior ao sujeito, que o induz ou submete a realizar ações (SOUZA, 1995).

Apesar de Foucault não aprofundar na possibilidade de um poder não heterônomo, autores como Arendt e Castoriadis aportariam elementos para aplicar a categoria de poder em forma positiva. Para Arendt, o poder é uma habilidade social de caráter coletivo, não individual, que se define por ser uma forma de agir em comum acordo. Sempre se apresenta como um potencial de um grupo social, o que o distingue de outras categorias. Desse modo, quando se diz “alguém está ‘no poder’” se diz em realidade que alguém está “investido de poder, por certo número de pessoas, para atuar em seu nome” (SOUZA, 2010, p. 19). Condição distinta para outras categorias, como autoridade ou violência, que, particularmente por sua simultaneidade com o fenômeno de poder, costumam gerar para confusões. Para esclarecer este ponto podemos reconhecer a existência de poder tanto em relações verticais de direção e execução, onde uma cúpula governa uma população; quanto em relações horizontais, a exemplo de revoltas populares contra autoridades que detêm capacidade de atuar com violência, inclusive quando os primeiros renunciam à confrontação em termos de *violência*. Entanto o termo de *autorida-*

de seria referido aos atores que detêm cargos a serem obedecidos por um grupo social, sem questionamentos, e *violência* refere a uma relação de caráter instrumental, que forçam ao sujeito a atuar de uma determinada forma, sendo uma relação usada recorrentemente para combater processos que coloquem em perigo sua posição de poder (SOUZA, 1995).

Castoriadis, contudo, caracterizou de maneira concreta essa possibilidade de um poder não heterônomo, simulando a existência de um *poder autônomo* em sentido positivo e libertário. Considerando este poder como aquele exercido a partir do *autos-nomos*, (dar-se) a si mesmo as suas leis ou normas, o poder autônomo se constrói a partir da busca da democracia radical, distinta da democracia liberal representativa da atualidade. O poder autônomo supõe a adoção do princípio instituinte social, que se manifesta tanto de forma individual, através da *psique singular* que vai construindo constantemente o indivíduo, quanto de forma social, através do papel da sociedade constituída e seu imaginário. A heteronomia se manifesta tanto pelo *poder explícito*, exercido pelas instituições autorizadas a emitirem injunções sancionáveis, garantindo o monopólio das significações imaginárias sociais, quanto pelo *infrapoder*, exercido pela sociedade instituída e, igualmente, pela sociedade instituinte. Este *infrapoder* tem o potencial de dar lugar à autonomia, através de um “atuar reflexivo de uma razão que cria um movimento sem fim” em relação ao poder instituinte, o qual envolve ao sujeito de “maneira individual e social em simultâneo” (CASTORIADIS, 1997, p. 12). Independente de ser autônomo ou heterônomo, o poder para Castoriadis remete à “capacidade de umas instâncias qualquer (pessoal ou impessoal), de levar alguém (ou várias pessoas) a fazer (ou a não fazer) o que, entregue a si mesmo, ele não necessariamente faria (ou talvez fizesse)” (CASTORIADIS, apud SOUZA, 2010, p. 20). Com isto, abre-se um campo de influências e persuasão, em sentido positivo, livre de assimetrias estruturais de poder. Por este motivo, a autonomia envolve um sentido coletivo, através de formas explícitas e conscientes de se adotarem de normas sociais; e individual, com a capacidade de fazer escolhas de maneira livre (SOUZA, 2012b).

Em suma, nessa definição se observa o poder como vontade de atuação coletiva presente nas situações de heteronomia e autonomia. Ainda que isto se semelhe ao *poder-fazer* e *poder-sobre* formulados por Holloway (2005), a vinculação do poder com a livre vontade ou submissão do grupo social permite definir um conceito de poder de modo positivo, e não *antipoder*, apenas em oposição ao “poder dos poderosos”. A conceptualização desenvolvida por Souza, a partir de Castoriadis e Arendt, vai-se referir à geração de *contrapoderes*, como o exercício do poder, salientando a autonomia, ao tempo de se opor à heteronomia. Outro ponto importante antes de encerrar esta revisão, diz respeito ao Estado, e sua rejeição por parte de

grupos autonomistas. Ela não necessariamente equivale à rejeição da heteronomia, podendo ser reproduzida em níveis particulares de perda da autonomia individual ou social. Como em toda sociedade, os processos instituintes e o exercício livre no plano individual e coletivo, vem-se implicados à sociedade instituída, que atua sobre os sujeitos individuais e sociais. Apenas o exercício de uma democracia radical pela da sociedade instituinte permite uma mudança das formas heterônomas de configuração da sociedade para formas autônomas.

1.1.2. O Estado e a projeção do poder popular

Superando a noção de poder como objeto ou lugar a ser conquistado, coloca-se em questão a ideia de Estado como centro das estratégias de mobilização sociopolítica. O Estado, presente como lugar de referência para a transformação social, na visão tradicional dos partidos operários, tem definido tanto posições *estadocêntrica*, por parte dos grupos aderentes a esta estratégia, quanto posições *estadofóbica*, por parte dos opositores mais acérrimos que tem ficado sua ação política nesta rejeição. Esta última corresponde a um enfoque que por um lado tem dado continuidade aos postulados desenvolvidos pelos movimentos anarquistas (SOUZA, 2010), como também têm sido adotados por outros grupos, vinculados a novas propostas teóricas de um marxismo heterodoxo, que rejeita a marca recente das experiências dos socialismos reais (HOLLOWAY, 2005). Nesta seção procuramos caracterizar, a partir de alguns elementos, a busca de autonomia desde o movimento social, e a posição perante o Estado e as políticas públicas. O objetivo desta revisão é estabelecer uma vinculação entre o poder autônomo e as formas de poder popular que têm sido discutidas nas últimas décadas (principalmente a partir das experiências do zapatismo no México, o pós-crise na Argentina e outras experiências na região), como forma de nutrir a revisão desta dissertação.

Como se refere na seção anterior, o Estado tem tido um lugar relevante ante as mobilizações da classe subalterna. Várias organizações e movimentos têm aderido de maneira organizada ao corpo político partidário de coletividades, que têm participado de experiências de candidaturas, eleições ou tomada armada do Estado. Embora seja comum reconhecer matizes entre estas experiências, reflexo das diversas vertentes que determinam a cada grupo político, grupo de vanguarda, ou partido político, o mundo popular como também pelo mosaico de cenários sócio-históricos, que geram uma multiplicidade de situações e componentes, às vezes menos binários que estes primeiros que tendem a se debater entre posições de esquerdas e direitas. As formas de levante ou intervenção destes grupos políticos podem ser classificados em duas categorias: populistas e populares. Entendendo que os dois grupos reconhecem as contradi-

ções da condição das classes subalternas, é possível distinguir entre: i) populistas⁵, aqueles que adotam um compromisso secundário com o enfrentamento destas contradições, colocando em primeiro lugar a manutenção da harmonia e a reprodução do sistema capitalista, e ii) os populares, que, ao contrário, colocam as contradições como uma questão primária (MAZZEO e STRATTA, 2007). Em outras palavras, as intervenções populistas procuram resolver as contradições em função dos interesses estratégicos e de longo prazo das classes dominantes, enquanto as intervenções populares fazem isto em função dos interesses de longo prazo da emancipação das classes subalternas.

Historicamente, nos processos de mobilização social na América Latina, têm sido relevantes as enunciações sobre a capacidade do povo de criar e fazer valer o poder popular. Poderíamos definir este como o processo em que as classes subalternas formam parte do exercício de um poder alternativo através de seus lugares de vida (trabalho, estudo, habitação, etc.), o que os permite ganharem posições, visando modificar a correlação de forças e constituir um campo hegemônico. Significa assumir o potencial transformador contido na agregação de relações sociais do sujeito popular, por si mesmos (MAZZEO e STRATTA, 2007), sem desígnios nem conquistas, estes processos são movimento de criação de si mesmos como sujeito. Considerando Hegel, são processo de autogeração do sujeito⁶, de particularização dentro da universalidade em que está imerso (DRI, 2007).

Essa noção fundamenta as possibilidades e condições de conectar alianças populares desde abaixo. A instituição de sujeitos populares e sua articulação tem o potencial de reproduzir formas de poder autônomo, que permitam desenvolver experiências de transformação de relações sociais. Um ponto em questão nesse sentido tem sido colocado a partir do lugar do Estado frente a estas experiências. “O problema da tática não consiste em saber se é possível conquistar o poder logo, já que no caso este seria apenas uma aparência, (...) consiste em desenvolver no operário as bases de um poder de classe permanente” (BRICIANER, 1975 apud MAZZEO, 2005, p. 30). Portanto, se uma política popular não deva se dirigir ao Estado, nem conceber este como uma instância para estender uma política emancipatória, tampouco deveria pensar esta última sem pensar o Estado. A luta contra o Estado é simultaneamente a luta

⁵ Bobbio define por populista como a forma de ação política que se bem coloca no povo seu lugar de enunciação, e pousa ter um papel relevante na consecução de melhor distribuição em termos materiais, ela termina sendo consolidadora com as relações sociais e de produção capitalistas, e suas classes dominante, inclusive rejeitando, nessa postura, a própria luta de classes (BOBBIO et al., 1998).

⁶ Esta perspectiva de subjetivação do grupo envolvido, seguindo escritos de Hegel, Marx, e outros autores mais contemporâneos, é uma reflexão que se bem, não faz parte desta dissertação, valeria a pena aprofundar no futuro.

pelo Estado, embora não se considere assim desde certas correntes. De maneira diferente, as experiências localistas e paroquiais de “socialismo em apenas um bairro” têm demonstrado ser um fracasso ao expor aos grupos envolvidos à violência do Estado. É preciso procurar uma dialética entre o exercício do poder instituinte e uma aposta pela mudança social, e uma mudança política, entre assembleias de base e sínteses que se projetam em instâncias coletivas e orgânicas de maior alcance em termos espaciais e temporais.

Desta maneira, diferentes autores realizam conceitualizações sobre a posição particular que adotam os movimentos sociais. Ao estar assentado sobre vínculos e laços inconsistentes, o Estado tem a função de ser a meta estrutura que garante o funcionamento da ordem hegemônica, porém não ser o ator principal (CERDEIRAS, 2001). Propõe-se considerar o Estado como um ponto denso onde se concentram e condensam as relações de poder. Ele contém a correlação de forças do momento histórico, derivadas da condensação entre forças de classes e frações de classes sociais. Contudo, estes diversos conflitos e contradições constroem uma estrutura estatal que apresenta conjunturalmente fortes contradições internas. Em outras palavras, ele se apresentaria como uma “membrana que oferece pontos vulneráveis e potencialidades a serem exploradas” (POULANTZAS, 1985, p. SOUZA, 2010, 26) por movimentos de subversão da ordem estabelecida.

Existiria um paradoxo para os movimentos emancipatórios na contradição entre a luta contra o Estado, e a luta que se condensa no Estado. Uma dirigida a eliminar o Estado como instância de reprodução das desigualdades e a opressão, e a outra voltada para as conquistas populares (THWAITES REY, 2004). Este paradoxo é tratado por diferentes autores, os quais originaram diversos enfoques a respeito. Observando a experiência zapatista, Cerdeiras (2001) propõe desenvolver uma busca em relação às políticas populares *à distância do Estado*, por parte dos novos movimentos populares (diferente da proposta que descreve Holloway algum tempo mais tarde [2005]). Esta nova posição está associada a processos internos de subjetivação na base social contida na particularidade de uma situação emancipatória; e externos, através de conexões entre “a particularidade e a universalidade formal do Estado” (CERDEIRAS, 2001, p. 6).

Nesse momento, em que as estratégias ou políticas de emancipação, à distância do Estado, devem lidar com as políticas governamentais do Estado, cria-se uma nova instância, que Cerdeira chama de “espaço de exigência”. Esta instância está formada pela interseção entre o bloco formado por estas particularidades, as reivindicações de direitos e a cultura subalterna, e

a universalidade do Estado (CERDEIRAS, 2001). Assim, apesar de que se declare esta posição à distância do Estado, e se realize uma prática fora das lógicas do Estado, chegará um dia se terá que lidar com ele, abrindo instâncias de exigência. Destaca-se aqui o termo universalidade do Estado que estabelece Cerdeiras, no caso, distinguindo este do governo em particular, que comumente possui uma visão mais restrita vinculada ao enfoque partidário, como também da tecnocracia instalada no Estado. As possibilidades de achar pontos de encontros dependem de esta universalidade, não achando lugar nos intermediários e seus pressupostos rígidos correspondentes aos partidos políticos, aos especialistas tecnocratas⁷.

A respeito dessa instância de conexão entre a experiência emancipadora e o Estado, são consideradas uma série de matizes. Souza destaca que esta posição adotada pelos novos (novíssimos) movimentos sociais seria uma posição *estadocrítica*. Esta posição em particular permitiria superar a dicotomia binária entre a posição *estadocêntrica*, vinculada à adoção exclusiva ou principal da tomada do poder do Estado, e a posição *estadofóbica*, que rejeita todo tipo de relação possível com o Estado (SOUZA, 2012). A partir desta posição estadocrítica os movimentos estendem uma estratégia composta por múltiplas formas de luta acionadas em simultâneo, que podem ser categorizadas em três: i) formas *junto ao Estado*, comumente nas relações geradas para conseguir acordos com governos locais para estabelecer melhores condições e avanços em matérias sociais no curto prazo; ii) formas *apesar do Estado*, em processos de formação social fora das lógicas promovidas pelo Estado; e iii) *contra o Estado*, explorando conflitos e disputas particulares como expressões das contradições de classe (SOUZA, 2006a; 2010a). Outros autores têm tentado expressar uma situação similar através da caracterização das formas *rumo ao Estado*, *no Estado* e *contra o Estado* (RODRÍGUEZ, E, 2007), ou *desde o Estado* (MPL, 2011), sendo que as primeiras duas, assim como a última, remetem às formas mais próximas de luta histórica dos movimentos populares, atravessados pelos partidos políticos tradicionais.

⁷ Noberto Bobbio aponta quatro razões para o termo de tecnocracia aparecer ainda difuso no debate, a saber: a) a ambiguidade na identidade do ator referido na própria origem do termo a princípios do século XX; b) a amplitude histórica do fenômeno tecnocrático e a prefiguração de uma civilização tecnocrática; c) a própria essência do termo *kratos*, que não define seus alcances, podendo significar influências nas decisões até a extensão de um regime social despolitizado, baseado na competência; e d) o próprio enquadramento social dos tecnocratas, ora categoria profissional, ora nova classe social, ora grupo, etc. Para esclarecer a compreensão geral do termo, Bobbio define, em termos estruturais, que a tecnocracia faria referência a um “sistema social onde as relações efetivas de poder dentro das estruturas produtivas não obedecem nem à lógica de propriedade, nem à lógica de controle das estruturas”, onde o domínio da técnica se coloca sobre outras lógicas estruturais (BOBBIO et al., 1998).

1.1.2.1. *O papel das políticas populares prefigurativas*

Essa posição adquirida, na última década, tem significado uma ruptura importante com diferentes elementos da trajetória do movimento popular e suas relações nas dimensões do poder, a tecnologia e a produção do espaço. Renna (2014) afirma, desde uma reflexão intelectual (e militante desde a organização MPL), que o novo movimento de moradores tem realizado uma ruptura de fundo, conteúdo e forma com relação a seus pares do passado. Respectivamente a cada uma destas categorias, isto se manifesta na inovação na adoção de um enfoque autônomo sobre a construção de um horizonte utópico, a extensão de estratégias, e práticas sócio-espaciais, principalmente a sua relação com as forças políticas tradicionais. A construção resultante é uma nova posição por parte dos movimentos populares, que: a) desloca o horizonte político da esquerda tradicional, diluindo as fronteiras entre meios e fins; b) realça a estratégia prefigurativa de uma sociedade emancipada no presente a despeito da “tomada do poder”, e c) se desdobra em formas de atuação coletiva baseadas na horizontalidade. Desde este ponto se traça a busca de uma posição autônoma, a qual adquire sentido na territorialização dos movimentos sociais nos espaços em disputa (ZIBECHI, 2007), no caso, o espaço urbano e a reprodução do hábitat popular.

Talvez, pelo mesmo motivo histórico, as formas de luta menos ancoradas na oposição das visões *estadocéntricas* e *estadofóbicas* geram maiores desafios para sua compreensão. As experiências de construção autônoma têm colocado em cena diversas práticas espaciais, algumas de caráter insurgente, de subversão direta da ordem e das relações estabelecidas, ora outras menos contestatórias, que servem de base para um processo de ruptura mais amplo. Destacam-se entre estas as tentativas de pôr em prática formas de atuação que antecipem ou prefigurem o projeto de sociedade que os sujeitos aspiram. A transformação social aqui e agora. Diferente de outras categorias acionadas nos estudos das ações coletivas e movimentos sociais, como a mobilização de recursos (OLSON, 1992 apud OUVIÑA, 2013), que observa racionalidade da ação coletiva no cenário atual, ou as identidades desenvolvidas em particular, a partir do interesse individual por melhorar sua condição o estudo das políticas de prefiguração resgata especialmente os aspectos vinculados à construção do projeto de sociedade baseado na recuperação da utopia.

A política popular prefigurativa remete às experiências conselhistas e sua ascensão entre 1917 e 1921, em vários países na Europa, destacando-se o caso italiano, documentado por Gramsci. Os conselhos passaram de instrumentos de mera defesa dos direitos dos trabalhadores, para se

tornarem instâncias representativas de todos os trabalhadores da empresa, incluindo profissionais e técnicos. Sua proposta é a tentativa de reorganizar sobre novas bases toda a sociedade partindo pelos nós de produção. Os conselhos como o germe do futuro Estado operário. A expansão destes conselhos permitiu o avanço de vários objetivos socialistas, sem a conexão direta com as instâncias do Estado, como: i) a conjugação da luta política e a luta econômica através da autocondução das massas e a produção direta, que tornaram o cidadão-assalariado em companheiro-produtor social; ii) a socialização do conhecimento técnico visando à superação da divisão do trabalho; iii) a subjetivação dos operários, substituindo a lógica de competência pela solidariedade e o cooperativismo; iv) a conversão do lugar cotidiano (no caso as fábricas) em uma instância de formação, não apenas em questões econômico-administrativas, mas também político e culturais; v) a orientação do espontaneísmo das massas; vi) a prefiguração da nova ordem a partir da expropriação das funções do Estado burguês e a tentativa de formas inovadoras de relações sociais; vii) a reformulação das bases sociais de organização de novo tipo, gerando novas formas de organização e aliança territorial; e viii) a desarticulação do burocratismo dos sindicatos através da iniciativa operária direta (OUVIÑA, 2007).

Tentando analisar esta experiência histórica, além de algumas conceitualizações existentes sobre o tema, Ouviaña (2013) destaca dois autores que permitem construir uma noção operativa de prefiguração. Em primeiro lugar, resgata-se a Gramsci, que durante sua juventude associou a prefiguração à necessidade de construir no presente as novas instituições pós-capitalistas, em oposição à estratégia de tomada do poder na corada na lógica de construir a partir do Estado. Esta proposição em Gramsci visa conquistar uma situação de autonomia integral dos setores subalternos. Por outro lado, Basso, quem destaca o uso deste conceito para observar os processos de mudança ao interior do próprio Estado, em outras palavras, as experiências de prefiguração no interior do Estado. A partir destas duas reflexões, sintetiza que a política prefigurativa contém: i) a concepção da revolução como um processo de longo prazo; ii) a simultaneidade de ter que lidar tanto com os elementos objetivos materiais do processo produtivo e a estrutura social, quanto subjetivos das relações sociais; iii) a multidimensionalidade da prática prefigurativa. Estes princípios são operados através de uma série de práticas que atuam em três dimensões fundamentais: a organização (coletividade), a ação coletiva (táticas e estratégias), e os sujeitos (forças sociais que se constituem) nesse percurso (OUVIÑA, 2013).

Em suma, como principal aspecto das políticas populares prefigurativas estaria a construção de instâncias de experimentação de novas relações sociais (OUVIÑA, 2013). Estas novas re-

lações se inserem no cotidiano da base social, manifestando, de maneira embrionária, a sociedade futura. A estratégia se desenvolve através da contestação, que força o limite do possível para gerar os ajustes que permitam o avanço da luta prefigurativa, desenvolvendo formas de autoafirmação propositiva do grupo social. A operação dessa autoafirmação e prática prefigurativa precisa de graus de articulação crescentes para evitar o isolamento do movimento. Nesse sentido, o objetivo é desenvolver lutas a partir do espaço cotidiano. Em outros termos, no caso das mobilizações pelos meios de reprodução social, as lutas deveriam ser *a partir* das motivações e da demanda pelos direitos, e não meramente reivindicativas. Isto implica ir além de formas de mobilização apenas *no* bairro (SOUZA, 2006), ou outras formas endógenas na busca da política popular e territorialização em apenas um bairro (MAZZEO, 2005). Isto implica considerar o interno e o externo em termos não excludentes, para desenvolver uma política de caráter pendular (OUVIÑA, 2007) que permita o fortalecimento interno dos espaços de prefiguração e, por outro, tente gerar âmbitos de coordenação, irradiação e confluência, superando a escala local.

1.1.3. Autogestão em sentido amplo e em sentido específico

Considerar as estratégias de prefiguração nas experiências dos movimentos sociais nos remete a um termo bastante utilizado nas últimas décadas, o termo de *autogestão*. Este termo, embora tenha sido utilizado de maneira difusa, apontando para uma diversidade de acepções que se debatem entre a busca por novas práticas por parte de movimentos sociais para superar certas conjunturas, e outras que consideram elementos mais rudimentares como uma forma de fazer as coisas. Às vezes, a utilização pouco cuidadosa e clara do termo, e até mesmo sua banalização deliberada, formam parte de uma tentativa de invisibilidade destas práticas insurgentes, através de formas de atuação que escondem relações de cooptação e utilitarismo⁸. Procurando esclarecer este e outros termos acionados por movimentos sociais, na seguinte seção se tenta salientar três aspectos centrais que definem o termo de autogestão como uma estratégia geral (sentido amplo), e como uma prática de adoção operativa, que associam o termo a aspectos mais específicos (sentido estrito), porém não por isso esvaziada de conteúdo político.

⁸ Clarificar o termo de autogestão e o uso deste por parte de movimentos sociais na América Latina merece uma pesquisa aparte, que aborde as acepções do termo nas práticas discursivas e materiais relacionando o contexto sociopolítico particular e as influências de certas correntes de pensamento e atores associados (universidades, partidos políticos, as ONG, *Think Tanks*, ativistas ou intelectuais, etc.). A mera adoção de um termo deveria fazer pensar nas mudanças que provoca nas práticas sócio-espaciais. Sem as pretensões de manter uma suposta pureza do termo, vale se perguntar por sua essência, e até que ponto ela é adotada por uma experiência concreta, ou se trata de uma tática conjuntural para se inserir em certas discussões ou reforçar alianças com outros atores?

Historicamente, a autogestão, como formas horizontais e antiautoritárias de organização, tem estado presente em múltiplas experiências - se bem, muita de elas-, não representadas pelo próprio termo. Nas últimas décadas na América Latina pode se reconhecer duas vertentes predominantes, entre organizações cooperativistas liberais, vinculados a igrejas evangélicas, que procuram apenas gerar maiores graus de democratização na tomada de decisões nas empresas e pequenos empreendimentos comunitários, e outros grupos mais radicais que vinculam o termo a uma luta emancipadora (SCHTEINGART, 1990). Resgatando estes últimos, Souza (2012a) destaca dois momentos relevantes em que estas formas atravessaram a sociedade, instalando estes preceitos de maneira mais clara: a Guerra Civil Espanhola e o final da década de sessenta.

Mais recentemente, as experiências dos zapatistas e de outros movimentos sociais na América Latina têm recuperado estas estratégias, incorporando-as em projetos de transformação social. Estes projetos se baseiam na recuperação material, a introdução de mudanças culturais e na adoção de estruturas organizativas horizontais (JEIFETZ, 2002). Neste último sentido, estabelece-se uma superação da autogestão como mera política de subsistência. A consideração da heteronomia como antagonista dos processos de autogestão, uma dominação a ser superada, implica dirigir a autogestão em base a uma política de projeção sociopolítica. Nesse sentido a autogestão seria uma manifestação do poder autônomo, que surge de maneira positiva a partir da sociedade instituinte e se opõe ao poder heterônomo, constituindo um *contrapoder* (e não um *antipoder* como foi analisado na seção anterior).

Uma terceira oposição se estabelece a partir das aspirações dos grupos autogestionários. Por um lado, existem experiências de caráter endógeno, que se propõem mudanças nas relações sociais de um grupo determinado, sem a pretensão de mudar estruturas do Estado, e, por vezes, sem estabelecer contato com outras experiências do tipo. Por outro lado, encontram-se as experiências de autogestão que efetivamente reconhecem a necessidade de se posicionar perante o Estado e outros atores, seja para conseguir meios materiais e mudanças normativas que determinam o desenvolvimento da experiência, ou, mesmo para propor ganhar espaços na institucionalidade estatal. Embora, não seja o momento para discutir a validade da forma específica que esta busca pode ou não adotar, vale destacar aqui que seu aspecto central seria o reconhecimento da estrutura estatal e do contexto sociopolítico com um objeto em contato com a experiência autogestionária, que pode se dar através da institucionalização de relações ou normas. Estabelece-se assim uma relação dialética entre processo e estrutura, a partir da qual a construção de estratégias autogestionárias como política popular, vai se ajustando à socieda-

de instituída, e aos níveis de demanda e mobilização social que compõem certas conjunturas (JEIFETZ, 2002). Estes três aspectos permitem estabelecer relações entre as acepções atuais do termo e sua origem.

Destacando sua origem, Berthier assinala que o conceito de autogestão foi teorizado como princípio de ação pela corrente libertária, às referências à lógica de que o desenvolvimento da “emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores” (BERTHIER, 2002 apud SOUZA, 2012a, p. 63). Isto implica estruturas operadas fundamentalmente por organismos de base nos seus espaços de reprodução. É preciso distinguir então as formas de autogestão, como práticas sob um princípio emancipatório, e outras formas mais próximas à cogestão com o Estado, que têm por objetivo principal os resultados materiais obtidos no curto prazo. A importância de fazer esta separação, naturalmente, não é para desprezar estas últimas, senão compreender os alcances e projetar avanços em cada situação.

Até aqui, podemos estabelecer a autogestão como um princípio geral de ação das formas alternativas de produção, mas também podemos nos referir à autogestão como uma prática mais específica. Souza realiza uma distinção entre estes aspectos a partir da etimologia do termo, especificamente separando sua partícula *gestão*, e sua relação com outro termo relacionado, *planejamento*. Formar-se-ia um par operativo entre estes dois termos que remetem a dois momentos diferentes de atuação. Na produção do espaço, a gestão se vincula à administração de recursos e relações sociais no presente, entretanto o planejamento antecipa ou projeta o futuro. Par operativo que pode ser utilizado por movimentos sociais, formando a noção de uma autogestão (em sentido específico) e autoplanejamento. Para o autor, assim como comumente se destaca as práticas de autogestão, resulta necessário resgatar o termo de planejamento, questão que implica desvincular o termo de sua impopularidade nos movimentos sociais e organizações radicais, principalmente pela associação quase exclusiva do planejamento conservador do Estado (SOUZA, 2012a). A manutenção apenas da noção de autogestão levaria a uma confusão que terminaria por sublinhar aspectos mais conjunturais, deixando de lado o horizonte de transformação emancipatório, fundamental para a uma política popular segundo os interesses em longo prazo.

Em suma, a projeção da autogestão (em sentido amplo) se assenta em duas temporalidades, uma em médio e em longo prazo como autoplanejamento e outra em curto prazo como autogestão (em sentido estrito). Essa noção permitiria construir uma atuação prática no presente, sem deixar de considerar o horizonte de transformação. Evidentemente, com isto não se pre-

tende mudar o vocabulário das organizações e movimentos sociais, os quais muitas vezes recriam significados e apropriam conceitos seguindo as demandas conjunturais. Simplesmente se afirma aqui a importância de ter uma noção ampla na temporalidade da autogestão e das práticas sócio-espaciais acionadas pelos movimentos sociais.

1.2. A autonomia da tecnologia contra a autonomia social

1.2.1. Questões introdutórias sobre a promoção de moradia moderna

Historicamente, a aceleração do processo de urbanização tem sido acompanhada por um processo de modernização das estruturas governamentais dos Estados-nação, com uma especial atuação sobre os assentamentos das classes subalternas. O controle do espaço urbano deu lugar a projetos urbanísticos de grande escala, que transformaram as cidades seguindo as aspirações das classes dominantes, onde a moradia cumpre um papel fundamental. Um exemplo paradigmático disto são os largos bulevares que atravessaram a cidade de Paris, no projeto do barão Haussmann, no século XIX, abrindo espaço para o consumo burguês e, para quando fosse necessário, avançar com o Exército e aplacar as revoltas populares (FRAMPTON, 1998). Isto vale para projetos semelhantes espalhados no mundo que formaram parte de um processo maior de urbanização, que, poderia se dizer, reproduzem-se mediante diversas formas até o dia de hoje.

Anos mais tarde, a própria moradia pública, como produto e reflexo, desse processo urbano vai ser determinada de maneira radical pelos preceitos modernos. No período do entre-guerras ganha espaço o discurso do movimento moderno, o qual demandava fazer prevalecer uma racionalidade econômica que aperfeiçoasse o produto do trabalho. A partir deste ponto, a arquitetura, e, conseqüentemente, a moradia pública, submete-se à técnica e aos temas amplos da política e a economia, correspondente ao mundo industrializado e não ao mundo dos artesãos. Inicialmente os promotores destes projetos, em sua maioria arquitetos socialistas, procuravam da massificação da promoção de moradia, concentrar-se-iam nos problemas do *Wohnung für das Existenzminimum*⁹ [moradia para o mínimo existencial] (1929) (FRAMPTON, 1998). Porém, o estudo da sofisticação tecnológica da produção de moradias, baseado na industrialização, levaria, em poucos anos, a estandardização e o funcionalismo a um novo

⁹ Título do segundo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Frankfurt no ano 1929.

patamar, convertendo a moradia no *machine à habiter* [máquina para habitar]. Nela, a aplicação do positivismo lógico se inseriu às práticas da arquitetura moderna da mesma forma que se adotava às chamadas ciências puras, como formas do domínio técnico que superavam os objetivos da mera eficiência construtiva (HARVEY, 1998).

Após a Segunda Guerra Mundial, a urgência por produzir as moradias destruídas permitiu a ampliação da adoção deste enfoque, viabilizando sua operacionalização tanto pelo capitalismo desenvolvimentista, quanto pelo socialismo burocrático. A influência destes se estenderia aos países de influência direta do bloque ocidental, sob a via de acordos de cooperação para o progresso técnico. A consagração da arquitetura moderna na moradia gerou diversos projetos de moradia que viraram “símbolos de alienação e desumanização” (HUYSENS, apud HARVEY, 1998, p. 52-53).

1.2.2. Uma crítica aos efeitos da ascensão da tecnologia moderna

Este devir, ocasionado pelo aprofundamento do racionalismo nas sociedades industrializadas será observado de maneira crítica por diversos autores. Existe na filosofia uma tradição de estudos críticos sobre a filosofia da tecnologia, principalmente atravessado por um enfoque humanista de análise sobre os efeitos da tecnologia na sociedade. Em oposição à instrumentalização e ao determinismo tecnológico, e sua fé no progresso técnico como principal motor da sociedade, estes autores vão colocar em questão o sentido que vai adquirindo a técnica na tecnologia moderna¹⁰ (MITCHAM, 1989). Entre os autores desta corrente, destacam-se os escritos de Heidegger, Ortega y Gasset, Jaques Ellul, e Lewis Mumford.

Considerando este último, como um representante destacado, Mumford toma como ponto de partida de sua escrita a reflexão sobre o homem e sua essência, enfatizando que está é inevitavelmente a sua condição de ser pensante. Apesar de imerso no cotidiano em atividades terrenais, o homem, assinala Mumford, não é determinado pela ação de *fazer* (*homo faber*), mas pelo *pensar* (*homo sapiens*). A essência “não é o instrumento, mas a mente”, o inventar ou interpretar (MITCHAM, 1989, p. 54), sendo os motores centrais do avanço tecnológico. A partir deste ponto, ele realiza uma revisão histórica ampla, distinguindo o desenvolvimento de dois grupos de tecnologias, a *politécnica* e *monotécnica*. A primeira, *politécnica*, é uma forma

¹⁰ De maneira geral, corresponde distinguir entre técnica como os meios operados para fazer algo, e a tecnologia como a aplicação das ciências para o desenvolvimento da técnica.

dirigida para a vida, que se compatibiliza com as aspirações desta, realizando a potencialidade humana; e a segunda, *monotécnica*, corresponde a uma forma autoritária dirigida para deter o poder, legitimando-se através do conhecimento científico. Estas tecnologias estariam presentes ao longo da histórica, podendo-se distinguir sociedades com maior predomínio de uma sobre outra. A partir deste enquadramento, vale assinalar-se-ia que na atualidade haveria um forte predomínio da *monotécnica*.

Um ponto provocador na proposta de Mumford, que lhe distingue de outros autores, é o fato dele não relacionar a origem desta *monotécnica* à revolução industrial. A partir de sua ampla revisão histórica, ele determina esta origem na adoção da hierarquia social, relacionando estreitamente as categorias de poder e tecnologia, em um construto que ele vai chamar de *megamáquina*. Esta *megamáquina* vai instalar o que ele chama de mito da máquina, afirmando-se como benéfica e irresistível a partir da noção de progresso e da realização de grandes façanhas (a construção das pirâmides, a expansão territorial de impérios, etc.). Porém, a *megamáquina* vai se basear na opressão da essência humana, submetendo ela à noção de progresso, crescimento e superioridade (MITCHAM, 1989).

Outro autor importante desde esta perspectiva humanista é Ivan Illich (1985). Ele desenvolve uma revisão mais enfocada na instalação das instituições modernas, criadas para a promoção da educação, da saúde, da moradia, e de maneira geral todas as dimensões particularmente desenvolvidas na sociedade industrial. O elemento central desta tese indica que o percorrer destas instituições, ainda que em um primeiro momento se tenham legitimado na extensão de benefícios sociais, tendem à dominação da sociedade por meio da heteronomia e a reprodução da dependência. O paradoxo das instituições modernas se refere a que a contínua sofisticação destas não implica uma melhora proporcional nos benefícios estendidos para a sociedade, a estagnação destes. Porém, na dependência, os custos desta sofisticação e das lógicas de competitividade, consumismo e alienação estendidas por estas instituições produziram efeitos nocivos na população gerando uma cada vez maior marginalização. A observação da instalação destas instituições revela que, além de ampliarem o leque de formas de satisfazer as necessidades da sociedade, elas se baseiam na geração de dependência e sofisticação, que aumenta os requerimentos para sua reprodução.

Para a conceitualização deste processo Illich utiliza a categoria de ferramenta, distinguindo, de maneira análoga a Mumford, entre ferramentas tradicionais e ferramentas modernas. Esta noção de ferramenta corresponde a um sentido amplo do termo, definido como tudo aquilo

que serve para satisfazer as necessidades humanas por meio de bens e serviços. Em outras palavras, podemos falar de ferramentas para nos referir de igual maneira objetos materiais, disciplinas, instituições e legislações que compõem um determinado arranjo tecnológico no espaço-tempo. Nestes termos, o percurso das ferramentas modernas na sociedade industrial pode se identificar com a ultrapassagem de dois umbrais críticos, que manifestam uma inflexão no caráter da ferramenta moderna e seus efeitos. Um primeiro umbral, correspondente à inserção das ferramentas modernas através da especificação e tecnificação de disciplinas e a produção industrializada, que gera um primeiro período de aumento na produtividade e extensão do consumo da técnica. Este umbral, que podemos referir a começos do século XX, gera diversas melhorias nos índices de satisfação de necessidades e transforma as práticas cotidianas. Um segundo umbral crítico, correspondente à consolidação das ferramentas modernas na sociedade moderna através da repetição, reprodução e expansão destas (ILLICH, 1985). Apesar do aumento no domínio das ferramentas modernas, vai diminuindo a utilidade de cada novo patamar alcançado.

À medida que se vão desenvolvendo avanços, muda o *leitmotiv* da ferramenta moderna. Cada vez menos vinculada à utilidade de satisfazer necessidades, instala-se como motivação a auto-legitimação destas ferramentas modernas. Coloca-se, assim, a necessidade de recriar as condições para sua reprodução, gerando um processo associado de burocratização institucional. Por sua vez, a sofisticação da ferramenta tecnológica tende a aumentar os custos para sua reprodução, impedindo o acesso de uma parcela cada vez maior da população, as quais já tem sido lavadas a uma condição dependente dos benefícios destas, aumentando a insatisfação de necessidades e ampliando a dominação do Estado e das corporações privadas (ILLICH, 1985).

O problema neste processo de perda das ferramentas tradicionais e sua substituição pelas ferramentas modernas não reside na perda em si destas ferramentas tradicionais, mas a perda da autonomia que vem a reboque. Sem cair no romanticismo pela técnica tradicional, Illich (1985) concentra a análise no grau de autonomia que as ferramentas oferecem para a sociedade, definindo duas categorias, as ferramentas *manejáveis* e as *manipuláveis*. Em termos gerais, as primeiras seriam um meio para dirigir e transformar a energia metabólica para uma tarefa específica, enquanto a segunda precisa de uma força exterior, porém a distinção entre as duas, em princípio, não é igual um maior nível de complexidade tecnológica se não ao origem da energia.

1.2.3. Propostas tecnológicas a partir da análise dos efeitos

A distinção central entre estas duas categorias seria, mais precisamente o efeito de gerar dependência e degradar a autonomia humana, viabilizando o poder heterônomo. Portanto, as ferramentas manejáveis conteriam um princípio de autolimitação, e que não busca sua reprodução, se não se oferece “ficar à disposição” para serem utilizadas posteriormente. A partir desta distinção, existe uma série crescente de matizes na medida em que a ferramenta moderna adota uma forma mais determinada por sua capacidade de manipulação que por outros fatores externos. Exemplo disto é a automatização, que tem por objetivo diminuir a margem de maneabilidade de que as pessoas têm das ferramentas, substituindo seu lugar pela máquina, e com isto aumentando a dependência de energia externa. Existe uma perda de autonomia ao assumir o avanço da ferramenta moderna em formas cada vez menos manejáveis a qual é definida, não apenas pela dependência da energia externa, mas, pela aceitação das condições trazidas por estes avanços (ILLICH, 1985). Isto é referido como o imperativo tecnológico, que submete a autonomia social à inovação e reprodução das ferramentas, sem importar os seus custos. As “sociedades que adotarem o imperativo tecnológico, este se colocam ao serviço do progresso indefinido em qualidade ou em quantidade dos produtos e dos serviços, destruindo com isto a base para lograr a construção do socialismo” (BOREMANN e ILLICH, 1978, p. 396), no sentido de alternativa de construção popular do desenvolvimento social. Esta lógica teria especial manifestação na América Latina, onde as instituições dominantes procuram importar e instalar as tecnologias de vanguarda do mundo industrializado, relegando as massas postergadas à miséria.

A proposta que se desdobra desde esta perspectiva, aponta para o desenvolvimento de uma tecnologia social, baseada na autonomia social. Esta autonomia deveria ter três aspectos: i) a propriedade social dos meios de produção; ii) o controle social dos mecanismos de distribuição; e iii) o acordo comunitário sobre a autolimitação das tecnologias aplicadas. A crítica de Illich para o marxismo e os movimentos operários do século XX, e principalmente dos socialismos reais, corresponde a que estes se centraram nos primeiros dois pontos, deixando de lado o terceiro. A mudança não se realiza apenas com a propriedade da ferramenta, mas com o caráter que adquire essa ferramenta. A rejeição do imperativo tecnológico seria o primeiro passo para caminhar na direção de configurações e arranjos tecnológicos sob uma determinação social, questão que tem maior potencialidade de se realizar em um “movimento mundial pela política popular” desenvolvida desde os países da periferia mundial, América Latina,

África e (na época) China por sua condição menos dependente à tecnologia moderna (BO-REMANN e ILLICH, 1978, p. 397).

O projeto que norteia esta proposição de Illich (1985) chamado por ele de *convivialidade*, baseada na superação da busca da sobrevivência para dar passo à efetivação da autonomia, realizável pelo uso das ferramentas conviviais ou manejáveis. Ele assinala que a convivialidade se propõe eliminar a escravidão do homem à sobrevivência sem submetê-lo à escravidão da máquina. Sua realização se desenvolve através de uma melhor distribuição da energia das pessoas, e seu uso de forma criativa. Isto implicaria uma autolimitação seguindo a defesa de valores essenciais como: i) a sobrevivência, como condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento social; ii) a equidade, como condição base para o trabalho, e iii) a autonomia criadora, como poder de controle exercido pelo sujeito. Propõe-se, desse modo, a inversão radical das instituições estatais, principais promotoras do uso da ferramenta manipulável em detrimento da ferramenta manejável. Com efeito, a realização desta inversão requer ter em consideração as tensões entre o funcionamento das instituições, na satisfação das demandas sociais, bem como aquelas funções que procuram a realização do indivíduo. Para Illich, a viabilização desta proposta está vinculada ao aproveitamento de certos graus de independência social, presentes, em sua maioria, nas chamadas sociedades atrasadas (ILLICH, 1985).

A proposta de Illich sintetiza de maneira notável a lógica de avanço das instituições modernas a partir dos efeitos que estas têm na sociedade, colocando a questão da autonomia e da criatividade da vida humana como motivação principal da ação técnica. Uma proposta que guarda uma série de pontos em comum é realizada por Manfred Max-Neef (1986; 1998). Em sua proposta pelo “Desenvolvimento em Escala Humana” se realiza uma revisão dos limites do desenvolvimento industrial através de suas duas vertentes, o *desenvolvimentismo* (ora de esquerda, ora de direita), e o *monetarismo neoliberal*. Fazendo uma análise das possibilidades destas duas vertentes para desenvolver uma sociedade, Max-Neef estabelece a necessidade de um plano de ações visando uma transformação não conjuntural do desenvolvimento social, baseado na satisfação das necessidades humanas fundamentais, gerando níveis crescentes de autonomia. Desta forma se estabelece a necessidade de aprofundar as articulações orgânicas entre o social e a natureza; entre o social e a tecnologia; entre o social e o pessoal; processos globais e locais; e entre o planejamento e a autonomia.

Embora, a proposta de Max-Neef (1998) não comprometa mudanças diretas na institucionalidade do Estado, ele propõe um modelo composto de uma série de questões a serem resolvidas de maneira socializadas em espaços horizontais de tomada de decisão. Isto implica uma virada na lógica estatal, principalmente na América Latina, invertendo seu papel histórico semipartidário. Assim, propõe-se a possibilidade de uma democracia social ou cotidiana que resgate a dimensão molecular do desenvolvimento social, através de organizações e espaços em escala local, vinculada à prática de uma verdadeira cultura democrática. Em suma, um modelo de tomada de consciência popular contra as desarticulações entre as cúpulas políticas e as motivações populares; que reconheça a complexidade social e não considere apenas as prescrições tecnocratas.

Em termos mais operativos, este modelo se centra em trabalhar as necessidades e os *satisfatores*, termo semelhante à ferramenta em Illich, definido como o meio de solução das necessidades. Um destaque importante de Max-Neef (1998) é sua revisão detalhada dos *satisfatores* como meios utilizados para a satisfação das necessidades. Ele assinala que estes atuam simultaneamente de forma: intra-humana (individual), inter-humana (social), e extra-humana (em contato com o meio), onde a maior autonomia destes teria uma direta relação com aspectos individuais e coletivos do sujeito social.

Outro elemento importante nesta proposta ressalta que o desenvolvimento é determinado à medida do social, portanto depende das necessidades fundamentais. Estas, para Max-Neef (1998), são únicas e válidas para todas as culturas e períodos históricos. Em outras palavras, “o que está culturalmente determinado não são as necessidades humanas fundamentais, mas os satisfatores destas necessidades” (MAX-NEEF, 1986, p. 239). Dessa maneira, Max-Neef desenvolve uma visão sistêmica das necessidades, considerando-as a partir de sua simultânea interação e interrelação (coexistência das necessidades), complementaridade entre elas, e relações de compensação (afetação entre necessidades). A partir deste ponto, afirma-se que as disciplinas modernas, como desenvolvedoras de satisfatores, têm-se tornado mais especializadas, reducionistas e tecnocratas, ao não considerar essa relação sistêmica, criando formas próprias de atuação desumanizante. Uma oposição a esta tendência a partir da humanização dos satisfatores não significaria apenas rejeitar as disciplinas, mas procurar uma transdisciplinaridade em função dos processos democráticos cotidianos. Destaca-se aqui a medida dos espaços de reprodução cotidiana que compõem o mundo popular.

Metodologicamente, um aspecto interessante da proposta de “desenvolvimento a escala humana” é a consideração de um método de avaliação de satisfatores por necessidades, como forma de trabalhar processos de construção de satisfatores que reconheçam as subjetividades do grupo social. Isto significa rejeitar o positivismo inerente na atuação tecnocrata, que considera apenas a voz do especialista como imposição seguindo aspectos de racionalidade econômica.

A ideia é avaliar os potenciais dos satisfatores através de uma matriz de classificação das necessidades como marco de operação crítica e propositiva. A matriz (Tabela 1) proposta se compõe de uma classificação dos satisfatores seguindo aspectos axiológicos como: *subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade*; e formas existências: *ser* (atributos), *ter* (instituições), *fazer* (práticas) e *estar* (meio). Enquanto satisfatores, a partir desta matriz pode-se analisar a capacidade destes de dar satisfação a uma ou a diversas necessidades, assim como prejudicar ou inibir a satisfação de outras. Assim, tendo uma noção relacional dos satisfatores, é possível fazer uma primeira classificação segundo seu caráter de: i) *destrutores*, que não satisfazem necessidades e anulam a satisfação de outras necessidades, gerando efeitos negativos importantes; ii) *pseudo-satisfatores*, que promovem uma falsa sensação de satisfação de necessidades; iii) *inibidores*, que pela forma de satisfazer uma necessidade afetam a satisfação de outras necessidades; iv) *singulares*, que apenas atingem uma necessidade; e, por último, v) *sinérgicos*, que atuam sobre uma necessidade, estimulando e aportando à satisfação de outras de maneira simultânea. E uma segunda classificação como exógenos e endógenos com relação à sociedade civil, entendida como comunidade com capacidade de desenhar seus próprios projetos de vida em comum.

Tabela 1. Matriz de classificação de satisfatores, seguindo necessidades de categoria existencial e axiológicas. Fonte: Max-Neef (1998).

| Exis- tenciais | Ser | Ter | Fazer | Estar |
|---------------------------|--------------------------------------|--|-------------------------------------|--|
| Axiológicas | | | | |
| Subsistência | Saudável, solidário, adaptável | Alimentação, abrigo, trabalho | Procriar, descansar, trabalhar | Entorno social |
| Proteção | Cuidadoso, seguro, equilibrado | Direitos, família, seguridade social | Cooperar, prever, planejar, | Contorno social, moradia |
| Afeto | Autoconfiante, respeitoso, tolerante | Amizades, família, animais domésticos | Fazer o amor, expressar, apreciar | Privacidade, intimidade, espaços coletivos |
| Entendimento | Consciente, crítico, disciplinado | Educação, métodos, comunicação | Pesquisar, compreender, interpretar | Âmbitos de interação formativa |
| Participação | Receptivo, disposto, comprometido | Responsabilidades, obrigações, atribuições | Cooperar, afiliar-se, compartilhar | Âmbitos de interação de participação |
| Ócio | Curioso, despreocupado, humor | Jogos, espetáculos, | Abstrair-se, sonhar, fantasiar | Espaços de encontro e tempo livre |
| Criação | Apaixonado, imaginativo, audaz | Destrezas, métodos, habilidades | Inventar, desenhar, construir | Âmbitos de produção e retroalimentação |
| Identidade | Coerente, autêntico, integrado | Símbolos, costumes, valores | Comprometer-se, definir-se, crescer | Âmbitos de pertencimento |
| Liberdade | Autônomo, aberto, rebelde | Igualdade, poder de decisão | Discrepar, arriscar, meditar | Plasticidade, espaço-temporal |

1.2.4. A separação do fenômeno técnico

Após revisar este enfoque de análise sobre a técnica moderna e sua configuração, é possível observar a possibilidade de uma inversão do caráter alienante da técnica moderna. A adaptação tecnológica a nível geral impõe outra lógica instrumental, baseada na reestruturação social, de progresso em função da autonomia social. Illich descreve o percurso das sociedades industrializadas colocando aspectos chave dos efeitos do progresso tecnológico das ferramentas. Este percurso de progresso tecnológico se naturaliza como um projeto social a partir da racionalidade técnica, o que vários autores têm caracterizado como fetichismo da tecnologia¹¹. A

¹¹ Considerando a caracterização do fetichismo da mercadoria realizada por Marx, em que assinala que as formas de transição de mercadorias no capitalismo atuam através da troca de valores por meio da abstração de um preço. Esse preço em si e suas variações constituem um fetiche que oculta as relações de exploração e despossessão que produziram a mercadoria em si. De maneira análoga atua um fetiche da tecnologia na sociedade, assumindo a inovação tecnológica e a produção de novas mercadorias como uma forma de (NOVAES e DAGNINO, 2004)

adoção de um determinismo tecnológico, que estabelece uma relação unidirecional entre tecnologia e sociedade, é adotada em diversos graus e de maneira derivadas da pelas correntes políticas derivadas da revolução industrial.

Por um lado, as propostas liberais, livradas das determinações absolutistas das monarquias, aderiram à vontade do progresso tecnológico. No começo do século XIX, o pensador francês Henri de Saint-Simon sustentava que, para manter a ordem social e não cair no liberalismo irreflexivo e desorganizado do *laissez faire*, a classe industrial (entendida em uma agregação dos produtores, entanto por cultivadores, fabricantes e negociantes) devia dirigir a sociedade, deixando sua posição subalterna para deslocar os burgueses do poder. Consequentemente, esse movimento colocaria como única solução a centralização das relações sociais de produção (do mercado de trabalho, a banca, a tecnologia, etc.) no Estado, única instituição social capaz de racionalizar e dirigir os esforços, evitando assim a anarquia da liberalização e a guerra dos interesses da lógica burguesa. Por sua vez, os avanços tecnológicos seriam determinados pelos requerimentos da sociedade, o principal desses requerimentos é superar a pobreza, sendo a política: “a ciência da produção” (SAINT-SIMON, 1960). Assim, a vertente *sansimoniana* coloca a necessidade de uma reorganização da sociedade baseada na centralização das relações sociais e sua direção seguindo critérios técnicos.

Em distinta medida, os socialismos utópicos, os marxismo-leninismo e a socialdemocracia deram continuidade ao determinismo tecnológico. A partir destas proposições, desenvolve-se o chamado socialismo utópico, que podemos identificar como a aplicação de um enfoque positivista e determinista da técnica, em coerência com a busca pela criação de uma institucionalidade em grande escala. Uma utopia estadocêntrica que corporaliza a reorganização da sociedade a partir de enunciações relativas à melhora da eficiência. Em outros termos, distingue-se a separação entre o Estado e o resto da sociedade, propondo um Estado dirigido por uma classe, sejam os industriais, os burocratas, os tecnocratas, que controlariam as dinâmicas do desenvolvimento. Este momento de inflexão se instala de diversas formas através do racionalismo econômico como lógica reitora (CASTORIADIS, 1979), assumindo a técnica como um âmbito neutro. O próprio Marx avançaria seus escritos para uma ideia próxima ao determinismo tecnológico que considera uma visão tecnológica neutra, onde o homem se objetiva em “dar, dominar e modelar as forças da natureza”¹², questão que, para Castoriadis, deixaria em aberto certa noção neutra e inclusive mitológica da técnica, que anseia realizar esse domínio

(MARX, apud CASTORIADIS, 1987, p. 243). É bem verdade que estes escritos se encontram nos trabalhos posteriores de Marx, diferentes e às vezes opostos a escritos onde um jovem Marx sustentava a necessidade de mudanças nas práticas tecnológicas nos processos emancipatórios.

Esta noção do termo *tecnologia*, vinculada à construção de uma estrutura estatal, que sustenta relações de poder atravessadas pela tecnocracia, tem seus cimentos em uma antiga separação conceitual do termo de *técnica*. Em primeiro lugar existe uma distinção mais recente entre técnica e tecnologia definida pela incorporação do saber científico no desenvolvimento de ferramentas técnicas. Porém o conteúdo que determina a neutralidade tanto da técnica quanto da tecnologia remetem a uma separação mais antiga. Autores como Castoriadis (1987) e Feenberg (2010b) fazem um resgate etimológico dos antecedentes desta distinção na separação dos conceitos gregos *technè* (método de elaboração de objetos) e *poiesis* (criar coisas artificiais), e seu efeito na oposição entre *zoon logon echon* (ser vivo que possui falar-pensar) e o *homo faber* (como homem que fabrica ferramentas).

Existe, em um primeiro momento, uma série de ajustes na compressão do significado do verbo *technè*, que em princípio tinha um significado aproximado ao ‘fabricar’, ‘produzir’, ou ‘construir ferramentas e instrumentos’, mas que em um segundo momento adquire o sentido do ‘fazer ser’ ou ‘trazer à existência o bem construído’, posteriormente estes autores reconceitualizam o termo para passar de maneira mais definitiva a referir o ‘fazer eficaz de uma produção’, dirigido ao saber de uma ocupação ou profissão, ou, no geral, como modo de fazer. No período clássico na Grécia, junto essa nova acepção, aparecem novas oposições que delimitam de melhor maneira o sentido que adquire o verbo *technè*, entre: a) *technè* e *paideia*, da ocupação profissional lucrativa e o aprender desinteressado; b) *technè* e *tuchè*, do fazer eficaz consciente e o fazer por acaso; c) *technè* e *physis*, do fazer ser e o sendo natural; e, d) *technè* e *poièsi*, que aparece como uma conexão destacada por Aristóteles (CASTORIADIS, 1987). Coincidentemente, o significado inicial deste último verbo de *poieô* foi ‘fazer’ (incluindo as duas acepções contidas nos verbos *(to) make* e *(to) do* da língua inglesa), aquilo que “faz existir outra coisa que já era ou é *physis* ou é *technè* (...) [através da] transformação apropriada dos materiais” (CASTORIADIS, 1987, p. 237-238). Aristóteles afirma que a *technè* é uma *hexis poiètikè*, um hábito ou disposição adquirida para a criação, que estabelece o princípio de ser no criador, e não no criado (CASTORIADIS, 1987). Esta distinção se manifesta de maneira mais clara na adoção dos conceitos de *technè* e *poiesis* no próprio Aristóteles. No caso da *poiesis*, a referência a uma existência primeira que vai ser referida a uma *ideia criada* para

logo ser realizada de maneira material pela ação da *technè*. Enquanto, a *technè* se separa da ideia em si da criação que fica no mundo das ideias, para referir exclusivamente aspectos relativos à sua materialização (em termos de Platão) (FEENBERG, 2010b).

O sentido contemporâneo de técnica apresenta múltiplas continuidades com o desenvolvimento do termo na antiga Grécia. Haveria ainda hoje uma distância que afeta o termo de *técnica*, mantendo uma separação a través de uma conceitualização que tende a se afastar de fazer referência a um saber explicitado, acionado de maneira voluntária e sempre à disposição de um sujeito determinado pela atividade e não pelo produto. A acepção atual é mais ampla, podendo conter uma prática herdada ou padronizada em um dispositivo interno ou externo ao sujeito. Contudo, a técnica não julgaria a utilização dos meios, mas sua eficaz utilização e adequada disposição, respondendo ao disposto em outra instância. Seria este, então, o cerne da separação entre o *que* é produzido e o *para que* seja produzido, que caracteriza a visão que sustenta tanto o determinismo tecnológico, quanto a própria dicotomia entre racionalidade técnica e aspectos de desenvolvimento social (tão presentes em matéria econômica, sobretudo no debate conjuntural sobre políticas de ajuste do Estado).

Assim, na atualidade o posicionamento do determinismo tecnológico, além de dar suporte à tecnocracia, também estabelece uma dicotomia entre a consideração de aspectos tecnológicos e aspectos sociais que tendem a favorecer a afirmação da tecnocracia. Em outros termos, a essência da tecnologia se assenta sobre dois aspectos chave, uma instrumentalização tecnológica, historicamente consolidada, e outra ‘instrumentalização’ social. As duas instrumentações contêm princípios opostos que reforçam sua posição com relação à outra. A instrumentalização tecnológica, seguindo Feenberg (2010a), pode ser resumida em quatro aspectos que compõem a reificação da tecnologia própria do determinismo. São estes: i) a descontextualização, separando o objeto tecnológico de seu meio social, econômico, geográfico e cultural, e o integrando a um sistema artificial puramente técnico (presente no chamado estilo internacional em arquitetura, que motivou o desenvolvimento da moradia como máquina e sua noção reducionista das necessidades, objetivando um caráter condutivista sobre a construção da sociedade); ii) o reducionismo, filtrando apenas as qualidades tecnicamente úteis e racionais, simplificando os objetos técnicos (presentes nas práticas que salientam a racionalidade para a invisibilização de aspectos culturais que não se submetem aos requerimentos da sociedade moderna); iii) a autonomização, afastando ou isolando o sujeito da ação técnica de seus efeitos sobre os objetos (presente na separação do piloto do avião e a explosão da bomba); e iv) a tomada de posição, que permite o posicionamento estratégico de certos sujeitos na ação técnica em rela-

ção aos objetos operantes, incluindo a mão-de-obra e outros atores envolvidos, para maximizar a eficiência presentes nas estruturas modernas de sustentar a produção.

Como forma de superar estas componentes, Feenberg concebe quatro componentes que procuram recompor essa separação presente na técnica moderna. Estes principais componentes de instrumentalização social serão: i) a sistematização das ferramentas técnicas, que reintegra o objeto técnico com seu meio para constituir um dispositivo socialmente acoplado, por tanto, não descontextualizado; ii) a mediação, que reinsere ao objeto simplificado aspectos éticos e estéticos derivados desse contexto social; iii) a vocação, que reconhece o significado humano da aquisição de habilidade, por tanto que transforma a matéria dos objetos, e não a separa do sujeito (este último se subjetiva a partir da ação técnica, e não apenas de sua manipulação esporádica); e, por último; iv) a iniciativa, que reestabelece a base do controle estratégico da ação técnica no produtor e consumidor através de práticas de cooperação voluntária, de coordenação de esforços e de apropriação de recursos (FEENBERG, 2010a).

Longe de estabelecer uma dicotomia de duas opções excludentes, Feenberg (2010a) assinala que as tecnologias se definem, em maior ou menor grau, por estas duas instrumentalizações. O primeiro momento de instrumentalização, dominante na sociedade industrial, corresponde à *concreção da tecnologia*, que tem produzido as ferramentas que definem a sociedade industrial e seu estado atual, sendo seguido por um segundo momento de instrumentalização, correspondente ao que Feenberg chama de *diferenciação da tecnologia*, onde se desenvolve a reversão. As tecnologias modernas tendem a se definir por uma separação destes dois momentos, não aprofundando, no segundo momento da instrumentalização pela sociedade, um projeto de transformação social da tecnologia. Tal projeto depende, mais do que uma volta ao passado, do estabelecimento de instâncias de inversão que enfatizem as componentes de diferenciação da tecnologia.

1.2.5. Uma análise ao processo de construção da tecnologia

A compreensão da tecnologia moderna, e dos processos específicos de configuração das ferramentas, podem se dar também se estudando a partir de uma análise particular sobre os processos de configuração tecnológica que definem os objetos técnicos existentes. A diferença da revisão anterior, que deu ênfase aos efeitos que a ferramenta moderna exerce sobre a sociedade para a dominação do Estado e as corporações, esta segunda forma de aproximação procura estudar diretamente os processos e as instâncias de configuração tecnológica, por sobre seus

efeitos. A importância deste enfoque recai na possibilidade de criar instrumentos de análise para estudar o específico do estabelecimento destas ferramentas.

Desde a década de oitenta tem emergido, no mundo anglo-saxão, uma corrente científica de estudos sobre tecnologia, que busca estabelecer um foco sociológico sobre estes processos de configuração tecnológica. Assim, emergem diferentes teorias de caráter construtivista que estudam estes processos sociais, tentando desenvolver análises específicas sobre suas particularidades. Uma destas vertentes corresponde ao enfoque da Construção Social da Tecnologia (CST), que analisa as conexões e a variedade de agregações entre tecnologia e sociologia, visando abrir a ‘caixa preta’ do processo de definição das configurações técnicas finais e as alternativas possíveis que foram descartadas nesses processos. Essa inquietude pela construção da tecnologia é motivada por um questionamento da lógica mecânica de relacionar o progresso tecnológico ao produto técnico final que tem prevalecido na sociedade, como se este último fosse a melhor alternativa de resolver a necessidade atingida. A CST propõe desenvolver um princípio de simetria que considera de igual modo, as alternativas tecnológicas finais de um artefato e as alternativas descartadas, analisando-se assim, com imparcialidade, todos os argumentos que sustentam estas alternativas e as configurações finais. Assim, entendendo a criatividade tecnológica através das conexões nos processos sociais, identifica-se o papel destes atores no processo e as razões por trás das decisões dominantes (BIJKER, 1997).

A despeito do enfoque da CST conter certa pretensão de neutralidade na sua base, ao dar o mesmo peso aos diversos argumentos possíveis de tipo social, político, econômico, cultural e técnico, ela constitui uma interessante proposta metodológica de analisar os fenômenos tecnológicos como uma agregação sócio-técnica. A metodologia da CST é sequencial, baseada no estudo dos atores e seu papel na fixação de critérios, para o qual é proposta a consideração de uma série de categorias associadas. Em primeiro lugar, identifica-se em detalhe a composição de atores, como *grupos sociais*, a partir da adoção de uma visão particular em relação ao processo de configuração tecnológica (AIBAR e BIJKER, 1993). Estes grupos sociais se posicionam a partir da colocação, explícita ou implícita, de problemas e demandas, e sua percepção perante cada uma das alternativas ou soluções disponíveis e projetadas. A descoberta destes problemas e soluções permite visualizar a *flexibilidade interpretativa* do artefato, e os mecanismos de clausura dos conflitos acionados pelos atores. Essa flexibilidade interpretativa resgata as diferentes opções por igual, tentando seguir todas as conexões que sustentam a definição do objeto técnico.

O interessante da análise a partir desta abordagem é a possibilidade de detectar as disparidades existentes entre os atores e os efeitos na configuração dos artefatos. Neste sentido, a participação dos atores em relação dos problemas e soluções permite abrir espaço para estes colocar sobre a mesa seus argumentos. Estes são validados a partir do conjunto de conceitos e técnicas promovidos pelo enfoque CST que constituem o conceito de *marco tecnológico* (BIJKER, 1997). A inclusão dos grupos sociais depende de sua estruturação em relação com o marco tecnológico instaurado. Porém, que tipos de atores realmente são incorporados nesta confrontação? De que maneira se estrutura o marco tecnológico correspondente a determinada configuração? Bijker (1997) destaca que os atores mais incluídos ao marco tecnológico tendem a ser mais conservadores em relação aos menos integrados, os quais têm o potencial de gerar mudanças radicais na configuração técnica.

A última década, a CST tem ampliado sua aplicação abordando dimensões mais políticas da configuração da tecnologia. Salientando a agenda por alcançar uma maior democratização dos processos de construção e a ampliação dos marcos tecnológicos, os autores se têm focado no estudo de casos mais particulares, porém centrais em destacar elementos a serem aportados ou considerados nestes processos. Exemplo disto são os estudos de Bijker e Aibar (1993) sobre o controle democrático de tecnologias de grande porte, como são os diques e a infraestrutura costeira dos Países Baixos; e o trabalho Bijker e Bijsterveld (2000), que relata experiência das *Vrouwen Adviescommissies voor de Woningbouw* [Comitê Assessor Feminino pela Moradia], grupo, também dos Países Baixos, que têm realizado desde meados do século XX, trabalhos de revisão e seguimento dos projetos habitacionais, representa a um público leigo nos processos de elaboração e construção de conjuntos habitacionais de diferentes escalas. Particularmente neste último exemplo, vinculado à promoção de moradia, aparece uma série de aspectos relevantes a partir da entrada das mulheres como assessoras *ad-honorem* nos processos de reconstrução pós-guerra na década de quarenta e cinquenta. Além de estabelecer uma instância de representação do público leigo, estas instâncias instalam sugestões baseadas na experiência e nas preferências culturais, muitas vezes não consideradas ou deliberadamente marginalizadas pelos profissionais. Considera-se também que estas práticas inseriram processos

notáveis de subjetivação do grupo envolvido, adotando posições de reivindicação de gênero, o que permitiu ampliar a flexibilidade técnica¹³.

Em suma, a virada dos estudos construtivistas sobre tecnologia a partir da década de noventa tem tido um envolvimento particular com o estudo de processos sociopolíticos na configuração da tecnologia. Considerando estes contextos e as formas de condicionamento das disposições dos grupos relevantes, vai-se substituindo o enfoque reducionista que promove a separação destes e seu contexto. Ainda que a adoção de um explícito posicionamento explícito a respeito de um grupo social relevante ainda seja considerada como uma escolha do autor, e não um elemento fundamental para a teoria da CST (BIJKER e AIBAR, 1993; BIJKER e BIJSTERVELD, 2000), mantendo um halo de neutralidade na proposição do enfoque, destaca-se que o posicionamento desde os chamados grupos menos incluídos nos marcos tecnológicos instituídos, tem permitido aportar elementos para melhorar as condições de democratização, fundamentais para o desenvolvimento tecnológico. Isto implica tomar parte de uma agenda de pesquisa que deixa em segundo lugar a avaliação das alternativas em si, realçando os aspetos que determinam a configuração destas, e colocando em primeiro lugar as conexões e agregações sócio-técnicas que se manifestam através de processos de subjetivação e construção social da tecnologia, sobretudo, a partir dos atores excluídos.

1.3. Conclusões de Capítulo

Neste capítulo se tentou articular uma série de discussões, com o objetivo principal de construir um debate sobre a questão da autonomia social na configuração de objetos técnicos e a sua vinculação possível aos processos de movimentos sociais. Em primeiro lugar, a distinção entre as formas de poder heterônomo e autônomo permitem estabelecer uma conceitualização transferível para a configuração das tecnologias modernas e as possibilidades de intervir nestes processos. Primeiramente: reconhece-se um panorama de desenvolvimento tecnológico que gera maiores graus de heteronomia, não diretamente através de proibições e coerção explícita, mas através do estabelecimento de estruturas institucionais, estatais e não estatais (por exemplo, financeiras), que definem os limites e as condições de desenvolvimento da produ-

¹³ Inclusive elaborando propostas de conjuntos habitacionais “feministas”, considerando comedores comunitários e apartamentos sem cozinhas como forma de se posicionar contra a reprodução da figura da mulher dona de casa e abrir as atividades cotidianas das mulheres ao espaço público (BIJKER e BIJSTERVELD, 2000).

ção. Neste caso, a promoção de moradia pode ser considerada como uma manifestação desta lógica.

Com relação aos movimentos sociais. Segundo: vincular este cenário desde os movimentos sociais na América Latina, chama a refletir sobre os níveis de autonomia da sociedade e a consideração da autonomia como fator de avaliação dos efeitos dos próprios objetos tecnológicos. Terceiro: um importante campo de aplicação dos princípios do enfoque de construção social da tecnologia poderiam operar nos casos de disputas de organizações e movimentos sociais contra o Estado e atores de mercado, processos que constituem o plano das lutas institucionais. Quarto: a busca da autonomia dos movimentos sociais através de uma combinação de estratégias de luta, que adota entre estas a forma prefigurativa, nos faz pensar além das situações convencionais de construção social da tecnologia, dando lugar a práticas não estatais, onde os marcos técnicos e a flexibilidade tecnológica são controlados e determinados pela configuração de sujeitos sociais de caráter emancipatório.

A respeito das projeções sobre a promoção de moradia por movimentos sociais. Quinto: o envolvimento do movimento social em processos de promoção de moradia é uma forma de operar através de uma contradição social que faz parte do cotidiano de uma parcela importante da população subalterna. A atuação dos movimentos sociais neste âmbito cotidiano tem o potencial de envolver processos de subjetivação nessa população, estabelecendo-os como um sujeito ou grupo social relevante na configuração habitacional. Sexto: a estratégia prefigurativa encontra um âmbito de operação na promoção de moradias, não apenas no produto moradia (provavelmente uns dos aspectos mais rígidos deste âmbito), mas nas relações sociais vinculadas ao processo.

Por último, a respeito da promoção de moradia como tecnologia. Sétimo: a incorporação da moradia nos processos de mobilização de movimentos sociais implicaria um processo de diferenciação da tecnologia, que possibilita sua sistematização ou contextualização no meio, a mediação de fatores não racionais (nos termos convencionais), a consolidação da vocação do grupo social como produtores ou participantes do processo de promoção habitacional, e por último, a adoção de formas de iniciativa popular e horizontais, tais como cooperativas. Oitavo: a promoção habitacional atual cumpre um papel particular para sociedade e, particularmente, para a estrutura estatal. Embora não tenha sido diretamente parte da revisão anterior, para estudos posteriores, seria conveniente vincular o papel da moradia no contexto determinado ao processo de configuração tecnológica desta, como forma de observar as possibilida-

des e dificuldades de se conseguir resultados positivos por parte dos atores sociais nestes processos.

Como temos apresentado, a promoção de moradia como tecnologia é um âmbito a ser distinguido na suas formas de heteronomia e autonomia. Historicamente, as formas que a promoção habitacional têm adotado constituem um objeto de estudo para o enfoque que está se tentando levantar aqui. No seguinte Capítulo 2, tomar-se-á como objeto de estudo as políticas habitacionais e as formas institucionais que o Estado dispõe como forma de controlar o âmbito da promoção habitacional e o hábitat popular. Em paralelo a isto se realiza uma revisão das principais lutas populares que têm tomado a questão da moradia, tentando assim gerar conexões entre estas duas componentes.

CAPÍTULO 2.

RUPTURAS E CONTINUIDADES NA CONSTRUÇÃO DA PROMOÇÃO HABITACIONAL ESTATAL E MOBILIZAÇÃO POPULAR PELA MORADIA NO CHILE

As experiências atuais de autogestão habitacional, a serem analisadas através da revisão conceitual do Capítulo 1, inserem-se em uma série de processos mais amplos que têm haver com aspectos relativos à construção da sociedade chilena. Portanto, para uma compreensão mais acabada de tal análise, e, sobretudo, para o leitor que não esteja naturalizado com o caso chileno e sua história recente, é preciso abordar alguns elementos que vinculam dois processos fundamentais: i) o processo de mobilização e ações coletivas empreendidas por organizações populares na luta pela moradia, particularmente na constituição destes atores sociopolíticos consistentes e relevantes na construção de territórios populares, e ii) a construção de marcos institucionais e normativos, as ações e os efeitos que são estendidos pelo Estado, para dar resposta ao entendido como problema da moradia. Assim o Capítulo 2 se propõe como uma revisão de elementos centrais destes dois processos na história do último século no Chile.

Antes de começar seria pertinente justificar a seleção destes dois elementos a serem trabalhados. Um enfoque mais convencional, e que vários autores têm desenvolvido (HIDALGO, 2000, 2002; AGUIRRE e RABÍ, 2001; MINVU, 2004; RAPOSO, 2008; SUGRANYES, 2005) tivesse considerado apenas o segundo processo, referido à dimensão institucional, entendendo as políticas habitacionais, em si mesmas, como resultantes de processos de construção sociais. Porém, para esta pesquisa representa uma redução dos processos sociais que restaria atenção às dinâmicas populares e a dialética entre estas e a estrutura social e suas práticas espaciais. Em outras palavras, seria prestar atenção exclusivamente àqueles processos que conseguem permear as estruturas institucionais do Estado. Se bem que estes podem ter alguns objetivos concretos em curto prazo, que signifique entrar na luta institucional, parte da atuação de movimentos sociais e organizações populares não se cristalizam na estrutura do Estado. Realçar por si só a mobilização social permite considerar práticas que, mesmo em relação ou tensão com o Estado, não tenham a pretensão de serem institucionalizadas na estrutura do Estado, especialmente frente a contingências desfavoráveis.

Por outro lado, um enfoque menos convencional, em oposição ao anterior, poderia substituir o foco central considerando exclusivamente os processos de mobilização social e conformação

do sujeito sociopolítico, questão que outros autores têm aprofundado amplamente (ESPINOZA, 1988; GARCÉS, 2002, 2003; SALAZAR, 2012), porém, o foco exclusivo nesses processos forneceria ainda uma visão também limitada para o objetivo desta pesquisa. Embora, os estudos sobre movimentos sociais, e em particular do movimento de pobladores no Chile, têm percorrido um longo caminho, desenvolvendo diversos enfoques, o isolamento desses processos seria ainda insuficiente para construir um relato de contexto sobre: as práticas, os alcances e, sobretudo, as disputas que os movimentos sociais empreendem. Propõe-se uma terceira observação que tenta colocar em diálogo às duas observações anteriores, continuando o enfoque metodológico que outros autores têm desenvolvido para períodos mais particulares desta história (CASTELLS, 1973, 1987; PALMA e SANFUENTES, 1979).

Evitando redundar em generalizações, reducionismos e determinismos que podem trazer o olhar de sobrevoos e o particularismo, a ideia central é procurar conexões entre estes elementos, tanto para a análise do caso de estudo do capítulo 3 quanto para a revisão histórica de o capítulo a seguir como elemento complementar. Com especial atenção foi revisada a existências dos principais arranjos institucionais para cada período, observando sua operação no espaço e sua vinculação com as organizações populares. Estes foram separados e apresentados em quadros para dar a alternativa de leitura da narrativa histórica, possibilitando um aprofundamento nesses detalhes ou não.

2.1. O movimento de Inquilinos na construção Estado Moderno

2.1.1. A concentração urbana de Santiago, a contenção do Estado e as classes populares

Nos meados do século XIX o processo de concentração urbana se consolida nos polos de incipiente atividade manufatureira e mineração. O processo gera uma forte atração de população empobrecida, que migra do campo para a cidade, assenta-se nas periferias das concentrações urbanas de forma precária. Até então, um grupo reduzido de população subalterna desenvolvia atividades nas cidades, a grande maioria estava fora, realizando labores de camponeses, operários nômades da mineração e construtores de redes de infraestrutura (ferrovias, estradas, etc.). Em uma nova conjuntura que começa a se instalar neste período, intensifica-se a coexistência na cidade destes grupos com as elites, as quais começam a ser superadas em número por estes imigrantes (ESPINOZA, 1988).

Essa polarização toma corpo na estruturação interna das cidades. O caso mais emblemático desse processo é Santiago do Chile¹⁴, que durante esse período vira a maior concentração urbana do país em população, passando a representar um 9,5% da população total em 1895 (256 mil habitantes)¹⁵. Na sua estrutura, reconhecia-se uma forma concêntrica, caracterizada por um centro correspondente à cidade burguesa, o qual está composto por tabuleiro de xadrez de ruas largas onde se localizavam no começo as instalações governamentais e residências particulares das classes demandantes. Junto elas, tem duas periferias estendidas no norte e no sul, onde se localizaram as instalações como o cemitério, a cadeia, e estações de trem, e os assentamentos dos setores subalternos. O incremento da população na cidade se concentraria nessas duas periferias, com resultado da migração e o crescimento vegetativo. Isto significaria o adensamento dos *conventillos* [cortiços] e a multiplicação dos *ranchos* ou moradias improvisadas de materiais apodrentes. Esses *ranchos* eram instalados tanto em ocupações espontâneas de "tierras de nadie" [terras de ninguém], correspondentes a espaços abandonados ou terras estatais sem fiscalização, quanto em *inquilinos* [locação de chão], correspondentes à divisão de terrenos rurais próximos à cidade (ESPINOZA, 1988).

Nesse processo, os assentamentos subalternos viraram uma preocupação para as elites, abrindo-se espaço no debate em organizações eclesiásticas e no Estado oligárquico da época. Por um lado a corrente higienista, estendida na Europa e em parte de América, associava a propagação de doenças às condições precárias de moradia dos setores subalternos.

Quadro 1. Consejo Superior de Higiene Pública

A noção dos assentamentos como um problema sanitário para o conjunto da população gerou inevitavelmente uma responsabilização do Estado com o problema habitacional dos pobres, a partir do qual se criou as primeiras instituições públicas na matéria como, principalmente, o *Consejo Superior de Higiene Pública* (CSHP) [Conselho Superior de Higiene Pública] em 1892, cuja missão era controlar os focos de insalubridade. Este primeiro órgão era composto por: um secretário, um oficial, dois inspetores sanitários, um médico chefe, e um farmacêutico, que operavam a escala local fiscalizando as condições de habitação.

¹⁴ Junto a Valparaíso, cidade que sofreu três eventos que terminariam confirmando a predominância de Santiago: o terremoto de 1906, que destruiu grande parte das construções da cidade; a inauguração do Canal de Panamá em 1914, diminuindo consideravelmente o tráfego marítimo pelo porto da cidade; e a crise de 1929, que trasladaria a maior parte das atividades portuárias para Santiago.

¹⁵ Em 1865, seis cidades tinham uma concentração de população semelhante, por volta do 6% da população total de país em cada uma. Santiago nem era a primeira na lista com 6,3% (115 mil habitantes), sendo superada por Valparaíso. Porém, o terremoto e incêndio Daqui a frente, a tendência da migração para Santiago vai continuar, acelerando-se até alcançar um 22,7% em 1952 (um milhão 350 mil habitantes), para depois diminuir sua aceleração. Atualmente se estima que a população da área metropolitana alcance aproximadamente um 42% (7 milhões 134 mil habitantes) do total do país (dados projetados do Censo 2002, na espera do Censo de 2017).

Por outro lado, a encíclica *Rerum Novarum* [Das Coisas Novas] de 1891¹⁶, veio a definir a posição geral da igreja católica frente à questão social, a qual propunha melhorar as condições dos despossuídos para apaziguar “o ódio de classes”, impedir a difusão do socialismo nas massas, e introduzir valores morais como a propriedade privada, a família e os bons costumes. Isto fortaleceu a operação das instituições de beneficência existentes, vinculadas aos setores conservadores da aristocracia (HIDALGO e ARENAS, 2003). Tanto em Santiago como em Valparaíso, houve um importante papel destas instituições assistencialistas. Porém, já nesta época, além da percepção das elites, a própria população pobre começou a enxergar suas condições de vida como parte da injustiça, gerando os primeiros protestos e enfileiramentos com as forças de ordem no centro da cidade (ESPINOZA, 1988), o que gera uma tensão entre o tratamento dos pobres e a noção que estes tinham de si mesmo, questão que vai reaparecer sucessivamente nos momentos álgidos de mobilização.

Além do enfoque higienistas e da violência exercida para manter a ordem pública da cidade, houve uma tendência por gerar uma institucionalidade estatal que abordara o problema de maneira mais ampla. As tentativas de remoção de moradias precárias e reassentamento das em novos assentamentos de contenção para população migrante nas proximidades de Santiago representaram a expressão mais clara da lógica de contenção, dominante nas iniciativas estatais do período (DE RAMÓN, 1990). O fracasso destas tentativas, produzido pela falta de oportunidades de emprego e reprodução social nestes assentamentos de contenção, reorientou a preocupação do Estado para a geração de regulações sobre as condições materiais das moradias na cidade. A primeira iniciativa deste tipo foi uma normativa de 1843 sobre construção de *cuartos redondos* [quartos redondos] (moradia composta por um quarto único sem janelas, apenas com uma porta como conexão para o exterior). Após vieram, em 1883, as primeiras concessões para produtores de moradia operária em remoção de assentamentos precários, e a normativa de 1891 sobre construção de *conventillos* [cortiços] (conjunto de moradias em locação, composta por uma sucessão de *cuartos redondos* ou outras tipologias). Até então, todas elas tiveram operação na escala local, na cidade de Santiago. A partir da década de oitenta do século XIX se discute a possibilidade de criar uma legislação sobre moradia a escala nacional, a qual, depois de uma série de projetos de lei sem sucesso, e de recorrentes levantamentos operários em demanda de solução à ‘questão social’, esta se torna realidade em 1906, sendo a primeira lei de moradia na América Latina.

¹⁶ Documento que influenciou as bases do movimento político da Democracia Cristã, que teria uma importante presença no Chile a meados do século XX, chegando pela primeira vez na presidência no ano 1964.

2.1.2. O ensaio de estrutura institucional e a emergência do movimento popular

A novidade trazida pela Lei 1838 “sobre Habitações Operárias” era que, além de considerar a operação de um marco normativo, esta avançava na fiscalização mais direta do processo, criando uma instância de caráter político-técnico de atuação, no nível nacional e provincial, onde convergiam diversos atores envolvidos.

Quadro 2. Consejos Superior de Habitaciones Obreras

Influída pelos acordos do Congresso Internacional de Moradias Baratas realizado em Paris em 1889, e os exemplos da legislação belga (1889) e inglesa (1990), a lei criou fundamentalmente dois órgãos: o *Consejo Superior de Habitaciones Obreras* (CSHO) [Conselho Superior de Habitações Operárias], que regia a escala nacional (e excepcionalmente provincial para a capital, Santiago); e os *Consejos Provinciales de Habitación Obrera* [Conselhos Provinciais de Habitação Operárias], presente em todas as províncias salvo Santiago, onde operava o órgão central. O CSHO era composto por: i) o Intendente da província de Santiago, ii) um representante da Municipalidade de Santiago, iii) a autoridade da Igreja Católica no Chile, iv) um representante do Conselho de Obras Públicas, v) um representante do CSHP, vi) um representante da *Junta de Beneficencia Pública* [Junta de Beneficência Pública], e vii) dois representantes das sociedades operárias designados pelo presidente. Entanto, o órgão provincial tinha uma composição semelhante, sendo composto por: i) o governador, ii) o representante da municipalidade principal, iii) o pároco, iv) o médico da ciudades; v) presidente de uma sociedade operária com personalidade jurídica, e vi) os vizinhos que sejam nomeados pelo Presidente da República. Os dois espaços congregavam atores da administração política, a igreja e o médico higienista, além de indivíduos de organizações da sociedade civil designados. A diferença que o órgão provincial exercia seus labores de forma *ad-honorem*. Todas elas tinham uma presencia marginal de atores sociais populares ou subalternos, próprio do Estado oligárquico da época, o que podemos considerar, daqui a frente, como objeto de observação.

A Lei 1838 estabeleceu um primeiro patamar para tratar a questão social da moradia e, sobre todo, institucionalizar espaços de decisão incorporando diversos atores. Porém, ao revisar a lacuna entre objetivos e resultados de sua aplicação resulta evidente certa continuidade do enfoque de contenção dos pobres. O CSHO e CSHP consideram como objetivo da lei: i) promover a produção de novas habitações salubres para serem vendidas às classes operárias, ii) estabelecer normas de construção, e iii) intervir em prol o saneamento de imóveis existentes, inclusive demolindo os imóveis irrecuperáveis; o ênfase neste último ponto demonstrou o descompasso entre as ideias contidas na nova institucionalidade e a prática estendida por estes atores. Em termos concretos, o resultado de quase vinte anos da lei foram 15.147 moradias demolidas contra apenas 3.243 unidades de moradia promovidas e materializadas, o que signi-

fica um retrocesso no parque habitacional disponível quase cinco vezes maior que a moradia produzida (HIDALGO, 2007). Isto ocorre em período de urbanização acelerada, onde a população de Santiago aumentou em 160 mil habitantes aproximadamente (Ver anexo XX).

Além da continuidade do enfoque do período anterior, os analistas assinalam algumas razões do fracasso da política habitacional. Em primeiro lugar, o financiamento do Estado foi insuficiente, apenas servindo para manter em funcionamento o CSHO e não projetos. Em segundo lugar, o Estado tinha dirigido seus esforços para promover moradias com promessas de venda, as que podiam ser compradas através de um pagamento adicional sobre o aluguel pagado por um máximo de vinte anos. Porém, essa situação não se correspondia com as condições laborais da época, os operários que conseguiram postular e comprovar suas condições de compra formava parte de uma parcela minoritária da classe subalterna. A população pobre na época, em um 97%, eram inquilinos, e poucos tinham as possibilidades de poupar dinheiro para acessar a ter propriedade (ESPINOZA, 1988).

Neste cenário, a partir de 1914, as dificuldades no consumo e de reprodução das classes populares motivaram à convocatória das chamadas *Ligas de arrendatarios* [ligas de inquilinos], plataformas nas quais convergiram diferentes organizações sociais e políticas na reivindicação da moradia. As *Ligas* começaram em Valparaíso, mas depois foram replicadas em Santiago e outras cidades. Em todas houve uma forte influência dos movimentos e partidos operários da época, que se traduzia na inserção de diferentes discussões e propostas para sobrepor a crise. O Partido Democrata, por exemplo, propunha uma via mutualista baseada no princípio de defesa mútua dos indivíduos; enquanto anarquistas anti-institucionalistas colocavam a necessidade de desenvolver a ação direta e gerar insurreição explorando os conflitos. No ponto de convergência e síntese destas visões, a prática das ligas ficou relegada aos processos de negociação com outros atores: o mercado, negociando condições de pago, diminuir as taxas aluguel e suspendendo os despejos; e o Estado, neutralizando a violência dos despejos, solicitando e gerindo recursos públicos para desenvolver “*ollas comunes*” ou “*ollas del pobre*” [painelão comunitário] (ESPINOZA, 1988).

Em poucos anos, as *Ligas* radicalizaram sua agenda através da pressão mais do que apenas pela negociação desenvolvida até então, conseguindo suas primeiras vitórias. Na demanda das Ligas apareciam as propostas de diminuição em um 40% dos alugueis e fazer cumprir as exigências higiênicas aos proprietários, demandando também ao Estado cumprir as normas municipais de asseio, e combater os abusos cometidos contra os inquilinos. Embora, a primeira

vitória atingida foi mais modesta, relativa à suspensão das demolições realizadas pela CSHO, esta seria fundamental para que as ligas fossem ouvidas por outros atores com maior poder de decisão, como era a igreja católica. Em 1918 o Arcebispo de Santiago apresentou um projeto de diminuição das taxas de aluguel em um 30%, o que gerou a confusão e exaltação por parte dos rentistas e até do próprio Estado (ESPINOZA, 1988). Como consequência da pressão moral da igreja e a mobilização das Ligas, o projeto foi incorporado pelo Estado através das CSHO, mas apenas como uma recomendação dirigida aos proprietários e produtores de unidades para a alocação por aluguel, situação que marcou um precedente transcendental nesse percurso.

2.1.3. A ascensão dos conflitos e os avanços do movimento popular

Nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial, instalou-se um cenário de crise econômica relacionado à agricultura, aumentando as tensões sociopolíticas nas posições dos diferentes atores. Durante a época haveria uma ampla articulação de organizações operárias e de base social¹⁷, as que levantariam uma extensa agenda de demanda. Se bem, nessas demandas a moradia explicitamente não apareceu, eram incorporados outros pontos relativos à reprodução social das classes subalternas, instando ao Estado tomar uma maior responsabilidade por melhorar as condições de vida da classe. O Estado gerou um sistema de arrecadação, incorporando um imposto à renda até então inexistente, o que trasladou as tensões para a pugna entre o Estado e os proprietários de imóveis. Como contrapartida, a estratégia dos proprietários foi aumentarem de maneira considerável os aluguéis, envolvendo novamente os inquilinos ao conflito.

A questão da renda, o imposto, e sobre todo, o preço do aluguel, foram instalados como o centro das disputas e as tensões entre os diferentes atores. O fracasso da negociação das organizações sociais com o Estado para regular (e não apenas recomendar) os valores de aluguel justo, trouxe um momento de mobilização. Enquanto não havia acordo entre Estado e latifundiários, nas organizações sociais tampouco havia união, estendendo-se inclusive demandas

¹⁷ Dessa articulação de organizações se encontram principalmente: a Federación de Obreros de Chile [Federação Operária de Chile] (FOCH), as organizações de trabalhadores anarquistas, a Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile [Federação de Estudantes da Universidade de Chile] (FECH), o Congreso Social Obrero [Congresso Social Operário] (CSO) de caráter mutualista, a Federación de la Clase Media [Federação da Classe Média], entre outras organizações (ESPINOZA, 1988).

entre si contraditórias¹⁸. A saída da crise foi associar as próprias condições de salubridade dos imóveis ao pagamento de aluguel. Considerando que os CSHO normaram um padrão mínimo de higiene imóvel, a estratégia adotada pelas Ligas, em termos gerais, foi reclamar pela injustiça do aluguel por imóveis fora do padrão aceitável, exigindo assim a suspensão do pagamento e da dívida até que os proprietários latifundiários regularizem a situação (ESPINOZA, 1988). Dessa maneira, apelando para aspetos morais, a demanda conseguiu calar no cenário da época. Embora, essas demandas chegavam aos espaços de poder, as Ligas e federações eram ainda atores não reconhecidos pelo Estado, nem pelo CSHO, nem pelos latifundiários, em outras palavras, não tinham incidência direta na tomada de decisão. Apenas tinham conseguido ter avanços através da igreja católica. Isto motivou busca de outros canais, começando um período de greve dos inquilinos, realizada por moradores organizados na escala dos *convetillos* que articularam uma rede para suspender pagamento. Estes exigiam: i) o reconhecimento das federações como atores válidos nas negociações com proprietários; ii) o cumprimento de padrões de salubridade; iii) a eliminação de multas por dívida; e iv) a alternativa de afastar o administrador designado [mordomo] em caso de problemas de convivência; além de uma série de demandas particulares. A ascensão da escalaridade incrementou o poder de negociação da articulação de organizações de inquilinos, também gerou tensões tanto externa quanto internamente. Em uma primeira instância, apesar das tentativas por desenvolver unidade nas federações, as disputas particulares entre moradores e proprietários latifundiários terminaram diluindo o conflito para uma série de conflitos particulares, fragmentando e isolando os atores sociais (ESPINOZA, 1988). A final de contas, essas primeiras jornadas de greve não significaram um avanço importante, porém estas gerariam um importante aprendizado para as organizações.

Na década de vinte, um cenário de maior intensidade e disputas se construiu a partir da emergência de diversos atores sociopolíticos, causando rupturas com as dinâmicas até agora desenvolvidas. Entre as tendências estavam representadas em uma diversidade de grupos: conservadores-autoritaristas, parlamentários oligarcas, militares socialistas, nacionalistas, populistas, e revolucionários. Nas organizações de inquilinos, no caso das Ligas de Inquilinos, principal referente da época, houve uma estruturação vertical da organização, encabeçada por delegados sindicais, que levou a replicar as lógicas autoritárias destas organizações na gestão e adesão de indivíduos às organizações locais. Outras agrupações, como os mutualistas da

¹⁸ Como a demanda por acusar as precárias condições dos imóveis, que procurou a demolição de alguns destes, contrário à demanda por terminar com as demolições (ESPINOZA, 1988).

Sociedad de Arrendatarios y Defensa Mútua [Sociedade de Inquilinos e Defesa Mútua], desenvolviam uma lógica diferente, de regime sob livre adesão e menor verticalidade (SALAZAR, 2012).

Quadro 3. Tribunales de la Vivienda

Apesar da posição conservadora dessa segunda junta de governo, o caráter geral da lei DL 261 seria bastante progressista. Mediante essa lei foi aprovada o controle do aluguel e o pagamento de um 50% do aluguel em caso de incumprimento das condições de salubridade antes estabelecidas pelo CSHO. Constituíra-se, também na Lei 261, a figura dos Tribunales de la Vivienda [Tribunais da Moradia], que estabelecia órgãos para o controle territorial das dinâmicas habitacionais a escala local¹⁹. Estes eram compostos por: i) um engenheiro ou arquiteto designado pela autoridade local, ii) um proprietário dos maiores contribuintes designado pelo município ou pela junta de vizinhança, e iii) um representante das Ligas de Arrendatarios correspondente ao local. A incorporação de um representante das Ligas em um espaço institucional validou as ligas como atores no processo de promoção habitacional. As atribuições dos Tribunais da Moradia eram: i) declarar moradias em estado insalubres, ii) avaliar o aluguel fiscal das propriedades, e iii) colocar condições de despejo menos violentas. A avaliação do aluguel fiscal controlava os incrementos no valor do aluguel, já que este último não podia superar em mais de um 10% a avaliação fiscal. Assim, estas plataformas se constituem como espaços de tomada de decisão e disputa entre os grupos representados, técnicos, latifundiários e organizações sociais de inquilinos, o que representa não só o reconhecimento do movimento de inquilinos, mas também a saída da igreja na tomada de decisões e uma tecnificação incipiente da atuação do Estado.

Neste cenário começa um período de inflexão sociopolítica a partir do qual se reconfigura a participação dos atores no governo, o qual tem uma importante intervenção sobre a moradia. Em setembro de 1924, grupos das forças armadas fizeram um golpe de Estado para desativar o congresso e instalar uma junta de governo, com o objeto de desfazer as travas existentes para a aprovação da agenda social demandada por uma série de organizações. Se bem, este fato marcaria o fim do período oligarca vinculado ao domínio do poder por parte do Congresso Nacional, abriu-se uma disputa por instilar um novo regime dominante. Um segundo golpe de Estado tiraria do governo a primeira junta militar, instalando outra para preparar o retorno do presidente do período interrompido e começar a elaboração de uma nova Constituição. Nesta conjuntura houve uma série de mobilizações populares, intensificando-se no mês de

¹⁹ Em principio, áreas de operação dos *Tribunales de la Vivienda* dependiam do governo departamental, definido por um pequeno conjunto de municípios, porém poderia variar segundo a densidade de população (ESPINOZA, 1988).

fevereiro de 1925²⁰. É precisamente perante a instabilidade desse mês, a junta de governo decretou a DL 261 de 1925: “Sobre aluguel”, que institucionalizava, parcialmente, as demandas dos inquilinos, e marca a quebra entre grupos autoritaristas e oligarcas.

2.1.4. O incipiente Estado moderno e o fim do movimento de inquilinos

Apesar do DL 261 de 1925, novas disputas internas, pela condução do movimento de inquilinos, e a constituição de um novo Estado com a promulgação da Constituição de 1925, anulava pouco a pouco os avanços. Nas federações e nas *ligas*, grupos institucionalistas propunham aprofundar o espaço aberto, evitando os despejos de moradias, participando no desenvolvimento de leis e aumentando a presença local nos Tribunais da Moradia; enquanto outros não institucionalistas procuravam uma via em curto prazo a partir da radicalização dos confrontos derivados dos próprios conflitos pontuais. Esses desacordos no plano político provocaram uma recomposição das articulações do movimento de inquilinos (ESPINOZA, 1988).

Quadro 4. Consejo Superior de Bienestar Social

Na conjuntura nacional, o retorno do presidente Arturo Alessandri, do período presidencial interrompido, significaria o reposicionamento de grupos populistas-conservadora e autoritários, os que teriam grande influência na formação do novo Estado. Como primeira medida no plano habitacional se decreta, em março de 1925, o DL 308: “*De habitaciones baratas y el Consejo Superior de Bienestar Social*” (CSBS) [De habitações baratas e o Conselho Superior de Bem-Estar Social], que substituiu o CSHO da Lei 1838 de 1906, e os conselhos provinciais, colocando como primeiro objetivo a impulsão da construção de novas moradias. O CSBS era composto por: i) o diretor geral da *División General de Higiene Social* [Divisão de Higiene Social], ii) o diretor geral da *Agencia del Trabajo* [Agência do Trabalho], iii) um representante da *División General de Sanidad* [Divisão Geral de Sanidade], iv) um representante do curso de arquitetura da Universidade do Chile, e v) dois representantes designados pelo presidente das associações de trabalhadores (um dos operários e outro dos empregados). Enquanto na escala provincial se replicou essa composição através de representantes locais das mesmas instituições, a diferença seria incorporação da instituição do trabalho do Estado.

A passagem do CSHO para o CSBS era uma expressão da reconfiguração institucional do Estado, seguindo uma lógica de tecnificação, quem entre outras coisas, afastou a presença direta da igreja na tomada de decisão, e deu maior intervenção dos técnicos nos problemas sociais (HIDALGO. 2000). O DL 308 marca um compromisso maior do Estado, através de

²⁰ Os registros da imprensa formal, apesar de sua posição conservadora, assinalam uma convocatória de mais de 80 mil na cidade de Santiago, que na época tinha uma população de 560 mil habitantes (ESPINOZA, 1988).

maior financiamento e construção direta, e um enfoque mais sistemático e abrangente sobre a produção de moradias. Por sua vez, os *Tribunais da Moradia* perderam terreno ante os CSBS e sua representação provincial, além de um panorama que tendia a derivar os conflitos locais para outras instâncias principalmente tribunais de justiça que assinaram estes problemas na lógica da delinquência (ESPINOZA, 1988). O fim dos Tribunais da Moradia veio na reforma de 1927, que anexou estes aos Tribunais do Trabalho, sendo matéria a ser tratada por sindicatos e não das organizações de Inquilinos.

O enfoque do DL 308 e outras reformas da época seriam um adiantamento do caráter tecnocrático da Constituição de 1925, que marcaria o fim do Estado oligárquico e a consolidação de um Estado mesocrático, baseado no saber técnico-profissional (HIDALGO, 2000). Nas décadas seguintes, esse caráter vai ser aprofundado no chamado “Estado de compromissos” onde o papel social dos governos do partido radical, “o partido da classe média chilena” (GARCÉS, 2002), colocou a tecnocracia em uma função de intermediário entre as pressões da oligarquia e os setores populares. Dessa maneira, conseqüente com essas mudanças, vai se realçar a figura do funcionário público e os profissionais de classe média, separando a atividade pública das questões conjunturais e as disputas políticas²¹. Entre estes profissionais, os arquitetos foram adquirindo maior influência, agrupados na *Asociación de Arquitectos de Chile* (AACH) [Associação de Arquitetos de Chile], introduzindo as ideias racionalistas sobre a habitação e o urbanismo trazida dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) na Europa. Estes labores irão perfilando o papel principal tomado pelos arquitetos, até meados dos setenta, centrado na elaboração de estudos, e posteriormente no *Plan Nacional de Vivienda* [Plano Nacional de Moradia] que começariam a se realizar a partir de 1953, como forma de trabalhar a produção de maneira coordenada os processos técnicos (HIDALGO, 2000).

2.1.4.1. *Construindo a institucionalidade habitacional do Estado moderno*

A adoção destas mudanças no Estado significou uma importante reestruturação nas instituições dirigidas à questão habitacional, gerando novos órgãos especializados e instrumentos mais sofisticados. Apesar das diferenças, de maneira transversal, na presidência do antes general

²¹ Embora que se reconhece como uma tendência constante no século XX a atuação dos partidos políticos para conduzir as sociopolíticas, também existe uma forte rejeição aos partidos e à ‘política’, principalmente desde a emergente classe média. A ascensão da tecnocracia como de legitimar algum governo ou ditadura militar é uma alternativa aos partidos políticos é uma fórmula recorrente, que se observa fortemente na década 1920, com a reformulação do Estado, e no final da década de setenta, durante a ditadura militar, na adoção do neoliberalismo (GARCÉS, 2002).

golpista, Ibáñez del Campo (1927-1931 e 1952-1958), no curto período da República Socialista instalada por militares progressistas (1932), na presidência de Arturo Alessandri (1920-1925 e 1932-1938), no período dos governos do Partido Radical (1938-1952), e na presidência Jorge Alessandri (1958-1964), podem ser reconhecidos quatro visões, correspondentes a quatro matizes do processo de aperfeiçoamento da instituição técnica da habitação. Um primeiro momento (

Quadro 5) relevante teve lugar em 1931, durante o governo conservador-populista de Ibáñez del Campo. Sua principal atuação em matéria habitacional estaria marcada pelo decreto da Lei 33: “de Fomento de la Habitación Obrera” [de Fomento da Habitação Operária], a qual requalificou os padrões da moradia de aluguel e dos novos loteamentos, e criou um sistema de financiamento e créditos mais acessível.

Quadro 5. Junta Central de la Habitación Popular

Em 1931, com o estabelecimento da Lei 33 a *Junta Central de la Habitación Popular* (JCHP) [Junta Central da Habitação Popular], que substituiu o CSBS. A JCHP era composta presidida pelo ministro do *Ministerio de Bienestar Social* [Ministério de Bem-Estar Social], e composta pelo chefe do *Departamento Administrativo de la Habitación* [Departamento Administrativo da Habitação], o *Inspector General del Trabajo* [Inspetor Geral do Trabalho], o administrador geral da *Caja Nacional de Ahorros* [Caixa Nacional de Poupança], e um representante da *Caja de Crédito Hipotecario* [Caixa de Crédito Hipotecário], além de outros quatro membros nomeados pelo presidente, dos quais um correspondia aos sindicatos de operários. Esta composição, se bem que diminuiu os técnicos vinculados ao enfoque higienista, aprofunda o caráter técnico colocando ênfases em outros aspetos, principalmente os relativos ao financiamento habitacional e a racionalidade econômica. Isto fica patente no sentido que adquiriram as políticas seguintes, que vieram a reforçar os esquemas de financiamento para o acesso à propriedade, e na própria definição de Habitação Popular na lei, que foi determinada pelo limite de preço no aluguel e na venda de imóveis para moradia.

Quadro 6. O Departamento de la Habitación e o Comisario de Subsistencias y Precios

De forma complementária durante a República Socialista de 1932, promulgou-se a Lei 402 que formaria o *Departamento de la Habitación* [Departamento da Habitação], que dotou o Estado de profissionais na área técnica (edificação), jurídica, econômica e de gestão. Aliás, durante esse período se tentou criar uma institucionalidade de controle da especulação nos bens de consumo básico, correspondente ao *Comisario de Subsistencias y Precios* [Comissário de Subsistências e Preços]. Estas duas instituições marcariam dois aspetos que apoiariam as diferentes inovações institucionais a futuro.

Em um segundo momento (

Quadro 6), em 1932, durante a República Socialista, o Decreto Lei 402 formaria o Departamento de la Habitación [Departamento da Habitação], o qual ampliaria o plantel específico de profissionais no Estado sobre a política habitacional. No terceiro momento, em 1936, durante o segundo período de Arturo Alessandri, decreta-se a Lei 5950: “*Caja de Habitación Popular*” (CHP) [Caixa de Habitação Popular], instituição dependente ao Ministério do Trabalho que aprofunda o nível de particularidade e racionalidade econômica, centralizando os órgãos de técnicos (departamentos de estudos, financiamento, de compra de solo, etc.) e os recursos já existentes, sob a administração do *Consejo Superior de la Habitación* (CSH) [Conselho Superior da Habitação].

Quadro 7. O Consejo Superior de la Habitación da Caja de Habitación Popular

O CSH era composto pelo Presidente da CHP (nomeado pelo Presidente da república), o administrador geral da *Caja de Seguro Obligatorio* [Caixa de Seguro Obrigatório], o presidente da *Caja de Crédito Hipotecario* [Caixa de Crédito Hipotecário], o Superintendente de Bancos, um representante da *Asociación de Arquitectos de Chile* [Associação de Arquitetos de Chile], o Presidente da *Caja Nacional de Ahorros* [Caixa Nacional de Poupança], o *Alcalde* [Prefeito] de Santiago, e três representantes designados pelo presidente correspondente às associações de empregados, operárias, e camponesas. As funções do CSH eram gerir o financiamento da CHP, coordenar as instituições estatais, formular planos de edificação, colocar normas de edificação, e realizar estudos das habitações existentes, promovendo o saneamento da moradia popular²². Por sua vez, e a diferencia de seus precedentes, a CHP considerava o funcionamento articulado com conselhos a nível departamental e comunal, e não apenas departamental ou comunal. O primeiro, a nível departamental, era presidido pelo governador correspondente, e composto por um delegado da comuna capital, um profissional engenheiro e arquiteto, um médico, um patrão industrial ou agricultor, e um operário designado pelo CSH central. O segundo, a nível comuna, era presidido pelo *alcalde* [prefeito], e composto por um médico, um patrão, e um operário vizinho da comuna. Todos eles, a nível departamental e comunal tinham uma participação ad-honorem.

Este órgão foi o primeiro em contar com um orçamento fixo, e representou um novo patamar para o desenvolvimento institucional do Estado. Já no período dos governos da Frente Popular, dirigidos pelos presidentes do Partido Radical (PR), desenvolveram-se algumas institui-

²² Pouco a pouco foi se inserindo com maior claridade a responsabilidade do Estado pela habitação popular, o que levou a incorporar mais frequentemente a intervenção direta do Estado na produção, o que gerou mais de uma polémica e reclamos por parte de produtores imobiliários e da *Asociación de Propietarios de Chile* [Associação de Proprietários do Chile] (HIDALGO, 2000).

ções complementárias para impulsar a industrialização e impulsar a economia, em um momento de crise aprofundada pelo terremoto de 1939. Essas instituições, instituídas especificamente por Pedro Aguirre Cerda (PR), foram a *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO) [Corporação de Fomento da Produção] e a *Corporación de Reconstrucción y Auxilio* [Corporação de Reconstrução e Auxílio]²³, as duas criadas sob o amparo do *Ministerio de Hacienda* [Ministério de Fazenda], tendo um caráter executivo e procurando, sobretudo, a geração de trabalho e procurar o impulso da economia. Particularmente esta última dirige boa parte das suas funções a construir moradia com caráter de emergência e temporário, inserindo esta tipologia dentro da atuação do Estado, questão que recorrentemente (com cada terremoto, erupção de vulcão, etc.), vai aparecer como um aspecto chave da política habitacional conjuntural.

Quadro 8. Corporación de Reconstrucción y Auxilio

A *Corporación de Reconstrucción y Auxilio* [Corporação de Reconstrução e Auxílio] era presidida pelo Ministro de Fazenda, e composta por: o Ministro de Fomento; Ministro de Agricultura; quatro proprietários escolhidos pelo poder legislativo (senadores e deputados); o presidente do Banco Central de Chile; o presidente da *Caja Autónoma de Amortización* [Caixa Autônoma de Amortização], o presidente da *Comisión de Cambios Internacionales* [Comissão de Câmbio Internacional]; o presidentes da *Caja de Crédito Agrario* [Caixa de Crédito Agrário]; o presidentes da *Caja de Crédito Minero* [Caixa de Crédito Mineiro]; o presidente do *Instituto de Crédito Industrial*; o presidente da *Caja de Colonización Agrícola* [Caixa de Colonização Agrária]; o presidente da CHP; o presidente da *Sociedad Nacional de Agricultura* [Sociedade Nacional de Agricultura]; o presidente da *Sociedad Nacional de Minería* [Sociedade Nacional de Mineração]; o presidente da *Sociedad de Fomento Fabril* [Sociedade de Fomento Fabril]; o presidente do *Instituto de Ingenieros de Chile* [Instituto de Engenheiros do Chile]; o presidente da *Cámara de Comercio de Chile* [Câmara do Comércio do Chile]; e o secretário Geral da *Confederación de Trabajadores de Chile* [Confederação dos Trabalhadores do Chile]. O objetivo do órgão era criar planos para melhorar as condições de vida da população afetada, aproveitando recursos e diminuindo custos; coordenar estudos; efetuar ensaios a partir dos estudos; e fomentar a produção nacional e seu consumo. Se bem, este órgão tinha sido projetado para funcionar apenas por quatro anos, vinculadas à restituição de assentamentos após a emergência do terremoto e dos desastres sócio-naturais, ele seria prorrogado várias vezes até 1953, produto da extensão de projetos de reconstrução. Os projetos da *Corporación de Reconstrucción y Auxilio* foram viabilizados por uma fundação vinculada ao Estado, a *Fundación de Viviendas de Emergencia* [Fundação de Moradias de Emergência], criada em 1949 pela Primeira-Dama da época (MINVU, 2004).

²³ Lei 6640 de 1941 e a Lei 6334 de 1939, respetivamente, decretadas pelo ministério de fazenda durante a presidência de Pedro Aguirre Cerda do partido radical.

Destaca-se que nesses anos, procurou-se aprofundar a especialização de uma estrutura única de execução da política habitacional, eliminando a duplicidade de funções. A refundação da CHP, na Lei 7600 de 1943, significou mais um aprofundamento na profissionalização da estrutura, as labores “regulares” (combate ao déficit acumulado) e as labores de emergência (déficit derivado de catástrofes sócio-naturais). Também no período, cria-se a Ordenança Especial de Urbanização e Construção de Moradia Econômica, a primeira norma que vai estabelecer exigências materiais nos imóveis, indo além de sua condição de habitabilidade e da racionalidade econômica de definir apenas o preço máximo das moradias econômicas. A integração definitiva da institucionalidade será realizada no começo da década seguinte, durante o segundo governo de Ibáñez del Campo, período em que se reforma a estrutura institucional em sua totalidade. Ademais, dá-se continuidade ao controle da distribuição de bens a através da *Superintendencia de Abastecimientos y Precios* [Superintendência de Abastecimento e Preços] órgão que substitui o *Comisario de Abastecimiento y Precios* (1932).

Quadro 9. Reformas e instrumentos complementários

Destaca-se que nesses anos, procurou-se centralização e especialização de uma estrutura única de execução da política habitacional, eliminando a duplicidade de funções. A refundação da CHP, na Lei 7600 de 1943, significou mais um aprofundamento na profissionalização da estrutura, as labores “regulares” (combate ao déficit acumulado) e as labores de emergência (déficit derivado de catástrofes sócio-naturais). Também no período, cria-se a Ordenança Especial de Urbanização e Construção de Moradia Econômica, a primeira norma que vai estabelecer exigências materiais nos imóveis, indo além de sua condição de habitabilidade e da racionalidade econômica de definir apenas o preço máximo das moradias econômicas²⁴. A integração definitiva da institucionalidade será realizada no começo da década seguinte, durante o segundo governo de Ibáñez del Campo. Se da continuidade ao controle da distribuição de bens a através da *Superintendencia de Abastecimientos y Precios* [Superintendência de Abastecimento e Preços] órgão que substitui o *Comisario de Abastecimiento y Precios* (1932). Durante esse período também se abordaria a necessidade de desenvolver um instrumento técnico para a medição do problema da moradia a nível nacional, criando-se o índice de déficit habitacional derivado dos dados disponibilizados a partir de 1952 pelo *Censo de Vivienda y Población* [Censo de Moradia e População]. A quantificação do índice no Censo de 1952 deu suporte técnico para desenvolver os planos de moradia, papel que até então a associação de arquitetos e os técnicos da CSH.

²⁴ Até então o DL 308 de 1925 definia a ‘habitação barata’ seguindo o preço correspondente a \$300 e \$30.000 para o aluguel e compra de moradias, respetivamente, e moradia operária como aquela que tinha um preço de aluguel de \$150 e \$15.000 para o aluguel e compra de moradias, respetivamente. O DFL 33 de 1931 definiu moradia popular ou econômica como aquela de \$200 e \$20.00 para o aluguel e compra de moradias (MINVU, 2010).

Durante esse período também se abordaria a necessidade de desenvolver um instrumento técnico para a medição do problema da moradia a nível nacional. Aparece o índice de déficit habitacional como o principal instrumento para medir a carência de moradia. Este instrumento corresponde a uma sistematização mais detalhada de dados habitacionais e de população, questão que só se conseguiu dispor a partir de 1952, com a incorporação de dados habitacional no *Censo de Vivienda y Población* [Censo de Moradia e População]. A quantificação do índice no Censo de 1952 deu suporte técnico para desenvolver os planos de moradia, papel que até então a associação de arquitetos e os técnicos da CSH tinham ensaiado de maneira mais aproximativa.

Quadro 10. Plan de la Vivienda

O *Plan de la Vivienda* [Plano da Moradia], no DFL 150 de 1953, reformulou o Ministério de Obras Públicas, estabelecendo nas suas dependências uma Direção de Planejamento a cargo de desenvolver o *plan*, que tinha como objetivo dirigir de forma racional e coordenada instituições estatais e a iniciativa privada na matéria, organizando e fomentando a industrialização do mercado da construção e definindo produtos a serem considerados de primeira necessidade pela *Superintendencia de Abastecimiento y Precios*. Junto ao DFL 431 de 1953, estes decretos estabeleceram dois órgãos específicos de caráter técnico dependentes do Ministério de Obras Públicas (Ilustração 1), um enfocado no planejamento e o outro na execução. O primeiro destes, a *Junta de Planeamiento y Coordinación* (JPC) [Junta de Planejamento e Coordenação], estabelece-se como um órgão presidido pelo ministro de Obras Públicas, e composto pelo Advogado Diretor do Departamento Jurídico; o Diretor do *Departamento de Servicios Comunes* [Departamento de Serviços Comuns], o *Director de Planeamiento* [Diretor de Planejamento], o *Director de Arquitectura* [Diretor de Arquitetura]; *Director de Obras Ferroviarias* [Diretor de Obras Ferroviárias]; *Director de Obras Portuarias* [Diretor de Obras Portuárias]; *Director de Obras Sanitarias* [Diretor de Obras Sanitárias]; *Director Pavimentación Urbana* [Diretor Pavimentação Urbana]; *Director de Riego* [Diretor de Riego]; e o *Director de Vialidad* [Diretor de Estradas]. O Segundo, a *Junta Ejecutiva del Plan de Vivienda* (JEPV) [Junta Executiva do Plano da Moradia], é presidido pelo próprio Presidente da República, e composto pelo Ministro de Obras Públicas; o Vice- Presidente e o chefe da *Corporación Nacional de Inversiones de Pensión* [Corporação Nacional de Inversões de Pensão]; o Vice- Presidente da *Caja de Empleados Particulares* [Caixa de Empregados Particulares]; o Diretor do Seguro Social; o *Superintendente de Abastecimientos y Precios* [Superintendente de Abastecimentos e Preços]; o Presidente *Confederación Municipalidades* [Confederação de Municipalidades]; o Presidente da *Fundación Viviendas de Emergencia* [Fundação Moradias de Emergência]; Vice- Presidente e o Gerente da CORVI (desenvolvida a continuação); e representantes dos departamentos de *Obras Sanitarias, Arquitectura e Planeamiento*. Na gráfica da Ilustração 1 se mostra as relações estabelecidas entre estes dois órgãos para organizar o mercado e a produção de materiais de construção, distribuir os elementos necessários para catalisar os processos de construção e controlar a realização do Plan (MINVU, 2004).

Apesar das tentativas de coordenação, no geral estes reajustes de instrumentos e aprimoramento institucional tenderam para uma especificação das funções de cada espaço, o que trou-

xe certos inconvenientes na duplicação ou superposição de funções e desencontros entre instituições semelhantes. A tentativa de coordenação mais consistente viria com a volta de Ibáñez e uma visão tecnocrata e populista, cujas proposições foram condensadas no *Plan de la Vivienda* [Plano da Moradia].

Junto aos *Planes de la Vivienda*, Ibáñez cria a *Corporación de la Vivienda* (CORVI) [Corporação da Moradia], Quadro 11, que possui um caráter mais executivo que os órgãos anteriores, coordenador, em um nível mais específico, a realização efetiva dos *planes*. Destaca-se sua participação na elaboração dos *Planes de Vivienda*, o fomento e a coordenação da indústria da construção, e, sobretudo, a ênfase na construção direta do Estado, de forma de complementar atuação do mercado no acesso da população de menores ingressos. Estabelece-se uma complexa ‘máquina’ de contenção e redução do déficit habitacional, programação de projetos, e execução de obras habitacionais, tendo uma função mais incidente na produção direta e indireta. Institucionalmente a CORVI tem um caráter muito mais centralizado que sua antecessora a CHP, já que só conta com um conselho central, e também existem mudanças importantes na composição.

Quadro 11. Corporación de la Vivienda

O segundo destes, referido ao DFL 285 de 1953: “Sobre organización y atribuciones de la Corporación de la Vivienda” (CORVI) [Corporação da Moradia], funde as instituições anteriores da *Caja de la Habitación Popular* e da *Corporación de la Reconstrucción*, e propõe um maior envolvimento do Estado em diferentes funções na produção de moradia em uma mais eficiente articulação. O decreto da CORVI estabelece um conselho presidido pelo Ministro de Obras Públicas, e composta: pelo vice-presidente do ministério; o vice-presidente da corporação de investimentos; um representante de cada instituto profissional relacionado (arquitetos, engenheiros e construtor civil); um empregado e um operário designado pelo presidente; dois membros da estatal *Fundación de Viviendas de Emergencia* [Fundação Moradias de Emergência]; os diretores da área de Planejamento, Arquitetura, Obras Sanitárias e de Pavimentação Urbana do Ministério de Obras Públicas (MOP); o fiscal da CORVI; dois representantes de zonas devastadas designados pelo presidente; e quatro conselheiros parlamentários. Portanto, o caráter da CORVI, além de ser mais centralizado, também aprofunda a sofisticação técnica da institucionalidade, dando ênfase no planejamento mais em longo prazo de planos integrais de execução e financiamento de obras e conjuntos residenciais. Por outro lado, destaca também a recuperação de certo caráter político na presença de quatro conselheiros parlamentares, o que reflete a crescente mediação que vão desenvolver neste período os partidos políticos nas políticas públicas e na vinculação com outros atores envolvidos²⁵.

A Ilustração 1 vai expressar esta estrutura institucional de maneira mais clara, deixando ver a ampliação da atuação do Estado em diversas dimensões contidas no processo de promoção habitacional. Destaca-se, no esquema, a atuação do Estado em diferentes quadrantes, tanto de curto e longo prazo, e em diferentes escalas, superando o olhar anterior, referido especificamente à atuação na fiscalização ou na geração de crédito, que ao serem acionados de maneira isolada não terminavam se realizando em sua totalidade através produtos habitacionais. O gráfico (original de Luis Bravo de 1959 [AGUIRRE e RABÍ, 2001]) expressa de maneira clara essa verticalidade que envolve desde o presidente da república e o governo central, depois dos órgãos de caráter altamente técnico (a *Junta Ejecutiva del Plan de Vivienda* (JEPV) e a *Junta de Planeamiento y Coordinación* (JPC)), constituído por diretores dos diferentes espaços da institucionalidade, e depois os espaços de execução. Isto resulta importante, já que seria a primeira institucionalidade que se separa completamente da sociedade civil, ao não considerar nenhum representante de organizações operárias ou de empregados (mesmo que designados pelo presidente), aspecto que se estende até na atualidade.

²⁵ Os partidos políticos como o Partido Comunista, Partido Socialista e Partido Radical terão uma importante vinculação com organizações sociais através de apoiadores técnicos e da formação de lideranças sociais. Por sua vez, durante o último governo do Partido Radical o Estado criaria a *Cámara Chilena de la Construcción* (CChC) [Câmara Chilena da Construção] que agrupe os construtores privados, de maneira de constituir uma contraparte e interlocutor válido com quem ter relações mais estáveis e fluidas no referido ao mercado da construção e as políticas públicas (KORNBLUTH, 2012).

Embora, na época, o funcionamento do Plano Nacional da Moradia foi adotado de boa maneira pelo levantamento de um complexo sistema técnico, seu desenvolvimento em números não foi satisfatório. Apesar da tentativa de aprofundar a coordenação das diferentes funções ampliando a gerência da CORVI e integrando nela as diferentes funções e órgãos responsáveis, as metas projetadas pelo Plano não foram atingidas. Essa situação se tornou ainda mais grave para 1955, perante a estagnação da atividade imobiliária. Foi desta forma que, para finais da década, cobrará sentido a proposição de uma nova reformulação do sistema. No seguinte governo, do liberal Alessandri, a resposta do Estado veio com o DFL 2 de 1959: “*Del Plan Habitacional*” [Do Plano Habitacional], o qual se propunha atrair e promover a atuação dos privados para atingir as metas dos planos de habitação, estabelecendo incentivos e maiores facilidades para sua atuação.

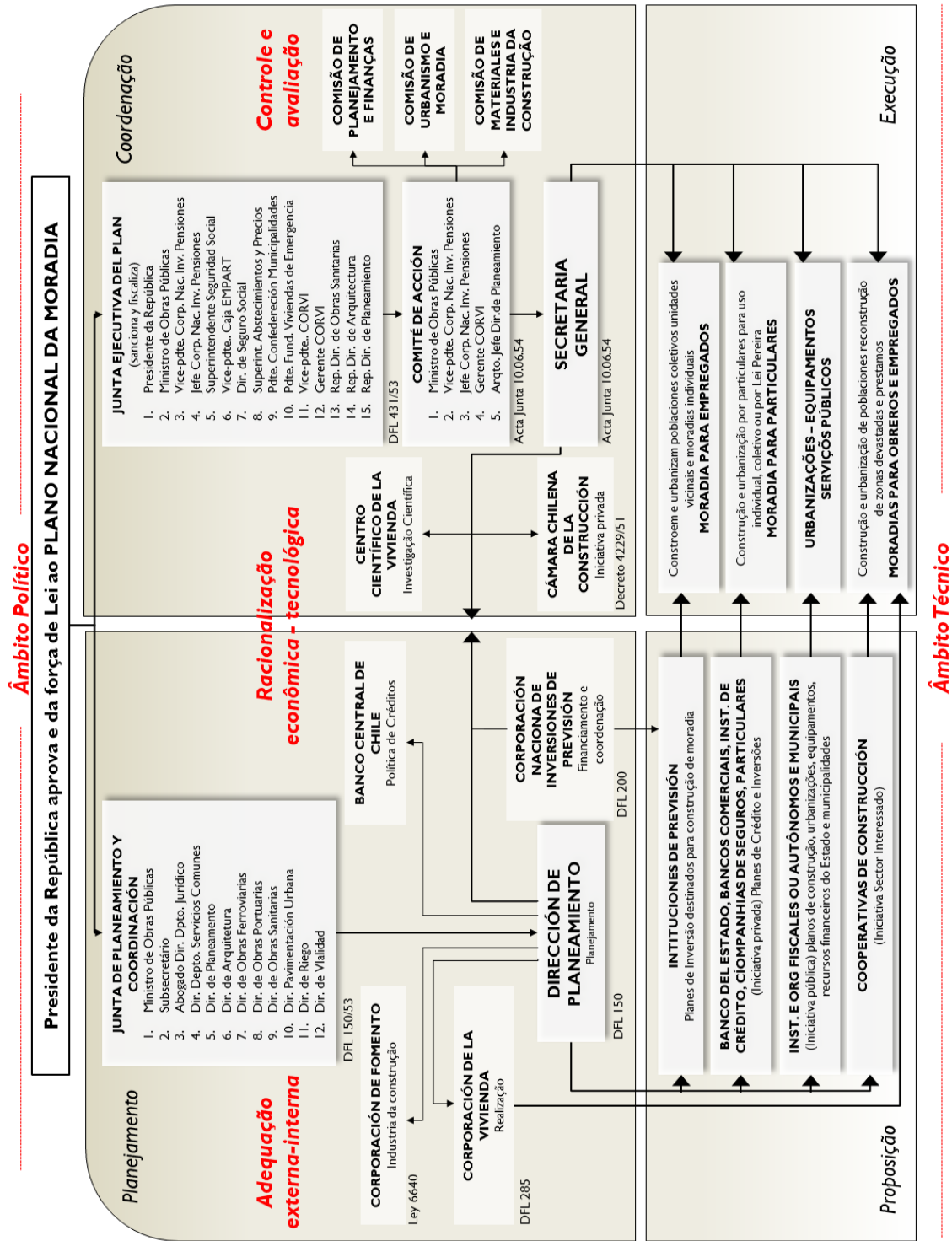


Ilustração 1. Esquema de funcionamento do Plano Nacional de Moradia DFL 431 de 1953. Fonte: BRAVO, 1959 (apud AGUIRRE e RABÍ, 2001).

Quadro 12. Plan Habitacional

O *Plan Habitacional* se estabelece como uma política de reajuste fiscal em base ao índice de variações de custos da vida e salários, corrige-se os sistema de focalização, e se reforça as ferramentas de poupança através da criação do *Sistema Nacional de Ahorro y Préstamo* (SINAP) [Sistema Nacional de Poupança e Empréstimo], o que permitiu a gestão de moradia da classe média. SINAP também entregou empréstimos, sendo de maneira implícita a primeira instituição em dar uma espécie de subsídio, aproximadamente um 20% de cada crédito estendido por conceitos de reajustabilidade dos empréstimos. Além da tentativa de incorporar a uma maior parcela da população no sistema de poupança, continuou-se a política de autoconstrução mediante o *Programa de Erradicación a Terrenos Urbanizados* [Programa de Reassentamento a Terrenos Urbanizados], para “utilizar o esforço privado” das camadas de menores ingressos com um investimento estatal baixo em urbanização básica e na construção parcial de moradia.

O desenvolvimento até 1964 de uma estrutura institucional moderna, mesmo que atravessada por diferentes correntes políticas, que tendem a gerar os nuances expressados na revisão anterior, elas guardam uma pretensão de neutralidade própria do Estado moderno. Raposo (2008) neste sentido destaca esta institucionalidade como o levantamento de uma instância de grande hierarquia na estrutura governamental, que desenvolve uma lógica política que consegue objetivos políticos, que guarda certa autonomia respeito dos seus representados, sejam operários, empregados, produtores imobiliários, proprietários de terra, etc.. Isto instala a noção de um *ethos público*, supostamente sensível e responsável com a condição social, gerando uma ruptura na vinculação direta das oligarquia com as decisões públicas do Estado.

2.2. Movimento de pobladores e os governos progressistas

2.2.1. A periferia e a emergência das ocupações de terreno e sua politização

Em termos gerais, as políticas de moradia a partir da década de trinta responderiam a um novo problema habitacional: o desenvolvimento da periferia via loteamentos e ocupações de terreno no contexto de migração campo-cidade (ver anexo 1). A ênfase no aperfeiçoamento técnico, de racionalidade econômica, e a complexa ‘máquina’ para detectar o déficit, derivaria em uma série de programas que teriam como objeto principal o espaço periférico. Se bem, durante a época, os planejadores urbanos elaboraram planos para o crescimento da cidade, estes planos seriam desenvolvidos por outros atores, sem levar a cabo esses planos. Estes loteamentos eram realizados por grandes rentistas, os quais, na maioria das vezes, não realizavam maiores obras de urbanização ou destinar espaços para a dotação de equipamentos, sendo operatórias

rentáveis que geravam assentamentos precários. O processo de loteamentos e as tensões políticas associadas geraram um amplo processo de subjetivação da população, que envolveria tanto ao recém-migrado, quanto uma parcela cada vez maior dos subalternos já estabelecidos mesmo de maneira precária na cidade. Foram involucrados nesse processo também aqueles que historicamente procuraram a propriedade e não tinham maior motivação por se mobilizar (ESPINOZA, 1988). Todos eles, atravessados pela procura de assentamentos periféricos, seriam identificados como sujeitos através do nome de *mejoreros* [melhoradores]. Embora, este conceito em particular era referido especificamente ao inquilino dos lotes, que construía sua moradia por autoconstrução, amiúde improvisada e precária, as quais eram chamadas de *mejoras* [melhoras] (HIDALGO, 2004), o termo se ampliou a partir das políticas de Estado que tentavam formalizar a situação da população ou, mais bem, levar a massa de população inquilina para o regime de propriedade²⁶.

Apesar das tentativas de criar e ajustar um aparato institucional *ad hoc* ao processo de assentamento na periferia, a lentidão para desenvolver loteamentos urbanizados não permitiu proporcionar moradia para o transbordamento da população imigrante. Entre 1930 e 1952 se estima que chegaram 400 mil pessoas a Santiago, desde setores rurais e a zona de mineração do salitre²⁷, completando um total de 1 milhão e 509 mil habitantes. Durante um primeiro momento, a população foi desenvolvendo ocupações espontâneas que paulatinamente iam aumentando sua população até saturar o terreno disponível, gerando as chamadas *tomas de terreno* [ocupações de terreno]. Até então a fiscalização do governo central em defesa da propriedade privada era férrea, e as ocupações de terreno apenas tinham sido um fenômeno marginal, realizado em terrenos cuja propriedade não era clara ou em rios e ribeiras, terrenos de uso público sem fiscalização. Já em um segundo momento a partir de 1945 estas ações começam a ser realizada de maneira organizada, com estratégias mais elaboradas para a ocupação e defesa do terreno (DE RAMÓN, 1990). Estas ações chamadas de *tomas* adquiririam o nome de *poblaciones callampas* [assentamentos cogumelo], ao serem ações noturnas que - semelhante aos cogumelos - apareciam instaladas na manhã seguinte, assentando-se em áreas húmidas da cidade e com materiais de refugo.

²⁶ Um cadastro destes sítios realizado pelo Departamento da Habitação em 1934 indicava que no país existiam 6.630 *mejoreros* ou inquilinos, e 18.682 compradores de sítios, os quais nos próximos anos iriam acedendo para política pública (HIDALGO, 2004).

²⁷ A mineração do Salitre era a maior exportação do país no início do século XX, chegando a 70% (1910), sendo uma indústria mineração bastante estendida no norte do país pelo baixo nível tecnológico requerido. Porém a invenção do nitrato artificial (1911) como substituto do salitre gerou uma notável diminuição de sua extração natural, gerando uma grave crise social durante várias décadas (Codelco).

A disputa pela moradia teria uma mudança com a emergência das ocupações de terreno. As organizações de inquilinos do período anterior adotaram uma agenda reivindicativa agrupados em novos referentes, como o *Frente Nacional de Afectados por la Ley 33* [Frente Nacional de Afetos pela Lei 33], porém não teriam maior transcendência além de assessorar operários para aceder a comprar uma moradia (ESPINOZA, 1988). A onda de ocupações de terreno tinha virado um fenômeno que se instalava no centro do debate. Estima-se que em 1952, 75 mil pessoas moravam em ocupações de terreno, correspondente ao 6,25% da população de Santiago, e para 1973 esse número era de 500 mil pessoas, o 18% (DE RAMÓN, 1990). Nelas houve vários períodos de repressão e tentativas de impor um controle do processo, pois estes assentamentos informais iam à contramão da defesa da propriedade privada e, sobre todo, da reprodução técnico-institucional do Estado moderno desenvolvimentista que pretendia gerar um sistema de acesso formal a soluções habitacionais.

A posição dos diferentes governos e tendências políticas da época jogaria um papel chave que teve como resultado a politização deste movimento e sua definição como sujeito sociopolítico relevante. Particularmente, a partir do caso da *población callampa* instalada a partir de 1945 na beira do *Zanjón de la Aguada* (um dos rios que atravessa Santiago pelo área periférica do centro), houve um longo processo de tensões e promessas de reassentamento que derivaria em uma experiência paradigmática, a qual mudaria o cenário para todos os atores (pobladores, autoridades locais e centrais, latifundiários, partidos políticos, etc.). O momento de inflexão ocorreu em 1957, depois de 12 anos, quando aquela população da *población callampa* da beira do Zanjón de La Aguada, apoiada por militantes do partido comunista, decidiram o traslado e a ocupação para um terreno em desuso, próximo ao seu assentamento precário em área de risco. Assim foi formada a chamada *Toma de La Victoria*, que partiu com 300 famílias. Estas que lotearam o terreno e começaram a construir por autoconstrução as casas e os equipamentos comunitários, superando a repressão e as tentativas de isolamento e despejo que os Estado desenvolveu através do exército.

Destaca-se dessa experiência as solidariedades estendidas desde diversos setores. Por um lado, a igreja através do cardeal José María Caro intercedeu a favor dos pobladores ante o presidente, conseguindo cancelar o despejo com a condição de se comprometer a construir 140 moradias no local através da fundação Hogar de Cristo²⁸. Os estudantes universitários (Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile (FECH) [Federação de Estudantes da Univer-

²⁸ Fundação chilena de beneficência pública fundada em 1944

sidade do Chile]), os médicos vinculados a partidos políticos, além de autoridades e políticos de partidos de esquerda parte de *Frente de Acción Popular* (FRAP) [Frente de Ação Popular], o partido comunista, o partido socialista e o partido radical. A FRAP, como força política com pretensão de tomar o poder estatal, estava no desenvolvimento do projeto de centralização estatal da construção de poblaciones e indústrias, o apoio a cooperativas de autoconstrução por assistência técnica e a extensão de créditos estatais, aprofundando o papel dos partidos políticos como intermediários entre o Estado e as organizações sócias.

Como resultado desse período houve três rupturas históricas que vão caracterizar o período a seguir, atravessada por uma maior tensão sociopolítica. Em primeiro lugar, os processos de formação de ocupações de terreno requeriam um processo de geração de lideranças e de novas maneiras de se relacionar no local, a diferença das ligas de inquilinos as quais desenvolviam uma prática menos ancorada, baseada em federações e delegados de cortiços. Em segundo termo, esses processos vão romper com o aluguel de solo e o regime de inquilinatos, relevando a propriedade, seja de maneira precária nos assentamentos informais ou de maneira mais formal nos reassentamentos e nos projetos de intervenção do Estado (DE RAMÓN, 1990). Por final, o papel dos partidos políticos como intermediários gerou uma influência direta nos assentamentos informais mudando completamente o caráter espontâneo das primeiras ocupações de terreno, tanto pela incorporação dos pobladores ao frente de massas de algumas forças políticas quanto pela instalação de certos projetos de transformação que iam além da luta reivindicativa da “*construção de minha casa*” (CASTELLS, 1973; ESPINOZA, 1988). Estes três elementos vão caracterizar uma posição oposta à tecnificação do Estado e os procedimentos objetivos estabelecidos no Estado, marcado pela consolidação de um novo sujeito sociopolítico na arena pública: *os pobladores*.

2.2.2. A emergência da autoconstrução assistida

Antes de entrar ao movimento de pobladores, provavelmente principal referência na luta pela moradia no Chile, é necessário revisar as formas alternativas de promoção habitacional por autoconstrução, as que foram difundidas na época por organismos internacionais, e que permearam a estrutura tecnocrática do Estado moderno. Se bem, esta autoconstrução é uma opção contrária à aspiração de levantar um sistema técnico racionalizado, será incorporada relativamente cedo à política habitacional chilena como forma de abaratar custos e resolver os problemas habitacionais da população mais pobre, enquanto era adquirida a capacidade técnica moderna. Como modelo, o primeiro programa de autoconstrução foi instalado pelo Convê-

nio Básico de Cooperação Técnica entre o Chile e os Estados Unidos de 1951, operativo a partir ano 1954, em um Convênio de Fundo Comum de Moradia entre a CORVI e o Instituto de Assuntos Interamericanos. Dessa maneira se viabiliza o *Programa de Autoconstrucción y Ayuda Mutua* (PRACAM) [Programa de Autoconstrução e Ajuda Mútua], que consistia em um modelo cooperativo com financiamento via empréstimos CORVI e aportes do Governo dos Estados Unidos investidos em ferramentas e maquinaria de procedência estrangeira (MINVU, 2004). Estas duas instituições, junto ao *Centro Científico de la Vivienda* [Centro Científico da Moradia] (dirigido a realizar estúdios sobre a experiência) administravam o programa em termos institucionais e financeiros, e CORVI coordenava a sua execução.

Resulta interessante que o desenvolvimento do programa, na prática, dependia de um processo que se articulava de maneira diferente, a partir de dinâmicas de escala local. Na operação do PRACAM se desenvolviam três eixos: i) o social, para indagar as características e necessidades próprias do grupo organizado; ii) o técnico, para abordar o desenho (desde a urbanização até a moradia) e assim definir a "*obra gruesa habitable*" [obra em bruto habitável] a ser entregue; e iii) o econômico-financeiro, para abordar o destino dos recursos disponíveis e a gestão de recursos complementários (AGUIRRE e RABÍ, 2001). Os empréstimos eram oferecidos a comitês de moradia de mais de 30 famílias, dirigidos para compra o terreno e os materiais necessários, estabelecendo um prazo de construção de dois anos. O produto final era a entrega do lote com uma moradia de 49m² autoconstruída em blocos de cimento sob assessoria técnico administrativa. Estima-se que se construíram 3070 moradias distribuídas em sete projetos iniciados durante 1954 e 1958 (MINVU, 2004).

O seguinte governo, de Jorge Alessandri, enfatizou a capacidade desta modalidade de promoção habitacional para viabilizar, a baixo custo, o reassentamento das ocupações de terreno. Entre 1958 e 1963 operou outro programa, o Programa de Erradicación a Terrenos Urbanizados [Programa de Reassentamento para Terrenos Urbanizados], o qual consistia em um processo de construção em várias etapas, com um tratamento mais individualizado que o programa anterior. A primeira etapa partia com instalação de uma unidade sanitária de 8m² (banheiro e cozinha) e a instalação transitória de uma casa improvisada no fundo do lote. As obras eram realiza trás a parte frontal por autoconstrução ou por contrato de uma empreiteira (dependendo a disponibilidade de mão de obra em cada família), entregando uma moradia básica de 38m² em painéis de madeira e blocos de cimento pré-fabricados. Posteriormente se previa uma segunda etapa de ampliação.

No geral os terrenos desenvolvidos por este último programa se localizaram na periferia, escolhidos sob a lógica dos terrenos mais baratos da periferia. Nos anos seguintes os programas de autoconstrução voltariam 1967 sob a lógica da radicação, o a urbanização e assentamento da população no próprio local da tomada de terrenos, questão que estará associada a um refluxo do processo de *ocupações de terrenos*.

2.2.3. O movimento de pobladores e a politização da questão habitacional

Dando continuidade ao processo de reivindicação que vinham dando na cidade as classes subalternas desde o século XIX, vários autores (CASTELLS, 1973; ESPINOZA, 1988; GARCÉS, 2003) destacam o processo de mobilização a partir de 1957, precisamente com *La Toma de La Victoria* e a politização dos processos, que trouxe um novo caráter às tensões entre pobladores e o Estado. Embora, o processo de ocupações de terreno tinha sido intenso durante o período 1947-1952, a repressão por parte do governo de Carlos Ibáñez del Campo geraria um período de certa estagnação. Ainda no governo de Ibáñez, *La Toma de La Victoria* é considerada um ponto de inflexão que marcaria a definição da mobilização pela moradia como um movimento social. A partir desta experiência pioneira, que desafia o rumo tecnocrático que até então estava tomando a política habitacional, vai se definindo o *movimento de pobladores*, em um processo em que o conjunto das organizações se institui como um sujeito sociopolítico relevante nas relações de poder, o que muda as articulações entre atores e as estratégias adotadas por estas organizações.

Mas esse novo cenário marcado pela emergência do movimento de pobladores se compõe não apenas em torno a um enfoque único, existe uma tensão entre certas visões correspondentes à influência de atores externos. Por uma parte houve uma importante influência de técnicos e analistas norte-americanos que, no marco dos programas da Agencia Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID) e Aliança para o Progresso, introduziram a Teoria da Marginalidade²⁹. Nesta perspectiva, as *ocupações de terreno* e as *poblaciones callampas* eram consideradas como um reflexo da marginalidade dessa população no sistema e do mercado, portanto sua solução era sua reintegração ao sistema. Para os marginalistas, a mudança do substrato material em que se desenvolvia a vida era fundamental para gerar a ruptura

²⁹ Em termos gerais a Teoria da Marginalidade é uma aplicação local do enfoque desenvolvimentista e modernizante que assinalava a existência de população desenvolvida e subdesenvolvida, tanto no nível de países, cidades, setores socioeconômicos, etc.

com a marginalidade, motivo pelo qual a política habitacional era a chave para realizar esse processo (GARCÉS, 2002). O Partido da Democracia Cristã incorporou este enfoque para propor seu projeto político, estendendo durante seu governo (1964-1970) um reajuste da política habitacional e do aparato institucional, em articulação com organizações sociais de escala de bairro. As principais mudanças foram a criação do *Ministerio de la Vivienda y Urbanismo* (MINVU) [Ministério da Moradia e Urbanismo] (1965), e a *Consejería Nacional de Promoción Popular* (CNPP) [Conselho Nacional de Promoção Popular], o órgão que tinha como função específica de “organizar e assistir” os pobladores e distribuí-los nos projetos (CASTELLS, 1973).

Em oposição as proposições do enfoque marginalista e desenvolvimentista, estava os partidos da esquerda, o Partido Comunista e o Partido Socialista, que formavam parte da União Popular, coalizão que chegaria ao governo no final deste período. Estes grupos acusavam a teoria marginalista de ignorar a relação estrutural desigual entre ricos e pobres, e a substituíam por uma relação entre desenvolvidos e atrasados, não resolvendo a causa da desigualdade. Porém, a partir de uma visão marxista convencional, a questão da moradia tendia a passar a um segundo plano por não estar vinculada diretamente à produção. Isto determinava que os *pobladores* fossem considerados em muitas ocasiões como “massas atrasadas” dentro da classe operária (ESPINOZA, 1988), que deviam ser mobilizados para, em um futuro próximo, tomar o poder e instalar um Estado socialista que modificara as relações estruturais.

Por final se encontra uma terceira proposição, correspondente à esquerda revolucionária e especificamente ao *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) [Movimento de Esquerda Revolucionária], que se conforma a partir da experiência dos movimentos revolucionários e de liberação nacional no resto de América Latina, os que propunham a via da luta armada. Depois de desistir da estratégia de guerra de guerrilhas no sul do país, o MIR começou sua inserção no processo dos pobladores, a partir da ascensão da violência na repressão às ocupações de terreno. O MIR propôs a disposição de um aparato paramilitar para confrontar a repressão estatal e desenvolver ocupações de terreno na lógica de gerar ‘zonas liberadas’ do capitalismo. Desta maneira os pobladores se envolveram na estratégia do MIR através de ‘milícias populares’, sob consignas como “*casa o muerte*” [casa ou morte] ou “*de la toma del sitio a la toma del poder*” [da tomada do sítio à tomada do poder], sustentados pela necessidade de fazer frente à violência do Estado. Seguindo a lógica de ‘zonas liberadas’ se tentou criar microcomunidades revolucionárias em que a mobilização para obter casa era um processo de conscientização e disciplina revolucionária (CASTELLS, 1973). Apesar do curto período

do e baixa massividade destas microcomunidades, destacam-se as práticas cotidianas que foram desenvolvendo, na criação de comissões setoriais para a autogestão dos serviços coletivos e a defesa militar (ESPINOZA, 1988).

2.2.4. O governo do PDC e a promoção popular habitacional

Submetendo-se a diferentes correntes políticas, como víamos acima, o movimento de *pobladores* foi mais bem diverso, porém, ele determinou a chegada ao poder de forças políticas mais progressistas. A diversidade do movimento estava presente inclusive na sua composição social, que misturava empregados, trabalhadores informais com operários industriais e até funcionários públicos e assalariados de estrato médios (CASTELS, 1973). A chegada ao poder da Democracia Cristã (PDC) (1964-1970), desenvolveu a chamada “revolução em liberdade”, que propunha mais bem uma reforma “vanguardista do capitalismo” centrada na atuação sobre os temas sociais, mas, ainda contida nas dinâmicas desenvolvimentistas do capitalismo periférico e a relação com os Estados Unidos (ESPINOZA, 1988). Após este período, o governo da Unidade Popular (UP) (1970-1973) radicalizou o tratamento dos temas sociais ao articular estes a uma dimensão estrutural, e romper os laços com os Estados Unidos (ESPINOZA, 1988). Apesar destas diferenças, houve uma continuidade entre a posição do Estado desde 1952 e 1973 de dar atenção ao questão habitacional a partir de uma institucionalidade estatal moderna, inovando a partir daí sobre políticas habitacionais e a gestão do saber técnico no território. Neste cenário, a política habitacional, e, particularmente, a proposta para formalizar os assentamentos informais, virou o centro de disputas, objeto de conexão entre os diferentes atores.

Em primeiro termo, o PDC colocou a moradia como um bem de primeira necessidade, fundamental para gerar uma distribuição mais justa dos ingressos, porém, que devia ser pago de maneira parcial ou total pelos usuários. O PDC articulou uma complexa maquinaria estatal em prol do “programa de promoção popular”, que procurava integrar as organizações sociais à execução dos programas habitacionais. As principais modificações institucionais foram: a criação das *Juntas de Vecinos* [Associações de Moradores], organizações sociais instaladas como vínculo entre a vida associativa comunitária e a vida política, além de gerir a política do Estado nos bairros; o estabelecimento de um ministério especializado na matéria, decretado na Lei 16.391: “*Ministerio de la Vivienda y Urbanismo*” (MINVU); a *Consejería Nacional de Promoción Popular*, para articular a intermediação das instituições técnicas e as organizações

sociais; e o desenvolvimento de diferentes formas de produção por promoção popular na construção e na produção e distribuição de materiais.

Quadro 13. Ministerio de Vivienda e Urbanismo

O MINVU veio a ser o órgão especializado do na matéria habitacional, tomando as funções do Ministério de Obras Públicas. No MINVU a CORVI deixa de ser o órgão central e passa a ser uma corporação semiautônoma, relacionada apenas às labores de construção direta de moradia popular. Da mesma forma, foram criados outros órgãos semiautônomos, com recursos próprio e independentes do governo central, destinados para funções especializadas. Estes foram: a *Corporación de Servicios Habitacionales* (CORHABIT) [Corporação de Serviços Habitacionais], que vinha a substituir a *Fundación de Viviendas de Emergencia* e tomar as funções de repasse de créditos e controlar os pagos de dividendos; a *Corporación de Mejoramiento Urbano* (CORMU) [Corporação de Melhoramento Urbano], que realizava as operações de compra de terreno e expropriações; e a *Corporación de Obras Urbanas* (COU) [Corporação de Obras Urbanas], que substituiu a Direção General de Obras Urbanas, realizando ou fiscalizando as obras de urbanização e construção de equipamentos comunitários. O MINVU de 1965 estabelecia um conselho coordenador chamado *Consejo Nacional de la Vivienda* [Conselho Nacional da Moradia], o qual mantinha uma estrutura semelhante a CORVI, presidido pelo Ministro do MINVU; e composto pelo Subsecretário MINVU; o *Superintendente de Seguridad Social* [Superintendente de Seguridade Social]; um representante do Ministerio de Educación e outro do Ministério de Saúde; um representante de cada colégio profissional (Arquitetos, Engenheiros e Construtores Civis); o vice-presidente de cada corporação, o presidente da *Caja de Ahorro y Préstamos* (CAP) [Caixa de Poupança e Empréstimos]; um representante da *Confederación Mutualista de Chile* [Confederação Mutualista de Chile]; e oito representantes designados pelo presidente, sendo um das *Juntas de Vecinos* [Associações de Moradores], outro do setor rural, dois trabalhadores, um das cooperativas de moradia, um empresário, e dois representantes de livre escolha. Ademais, junto ao MINVU se cria o Departamento de Desarrollo Urbano [Departamento de Desenvolvimento Urbano] que aborda a elaboração de planos diretores nas grandes concentrações urbanas.

Se bem, o MINVU se estabeleceu como um aparato operado por diferentes corporações técnicas especializadas, o objetivo era a articulação direta destas com uma série de atores privados e organizações sociais. Respeito ao setor privado, o PDC vai continuar as tentativas de convergência entre o Estado e o mercado através da *Cámara Chilena de la Construcción* (CChC). O primeiro Ministro do MINVU correspondeu ao presidente da CChC da época, o engenheiro Modesto Collados, situação que foi refletida no ênfase privatista e o privilégio à construção intensiva de moradias modernas. Os principais produtos habitacionais foram de moradia horizontal em série, destacando-se a chamada Casa CORVI, moradia unifamiliar de 60m², que articulava o sistema de investimento de previsão social e poupança (AGUIRRE e RABÍ, 2001). Em princípio se propus que o setor privado ia produzir 2/3 da produção habitacional, porém problemas orçamentais e o baixo retorno de recursos nos créditos hipotecários (não

havendo sanções para a moratória) e da venda de moradias (as quais se avaliavam apenas pelo custo de construção), forçaram a mudar o rumo da produção habitacional (MINVU, 2004).

Produto da falta de financiamento para sustentar os programas habitacionais de caráter industrializado, e logo de um período álgido de mobilização de *pobladores* entre 1967 e 1970, houve uma retomada dos programas de autoconstrução e promoção popular. Estima-se que entre 1967 e 1972 surgiram 312 ocupações de terrenos compostas por 54.710 famílias, o que criava uma demanda impossível de absorver pela lógica privatista da técnica industrial mantida pelo governo do PDC (ESPINOZA, 1988). Em consequência, a política habitacional foi incorporando com maior ênfase os modelos alternativos de promoção popular e autoconstrução, tanto individuais quanto coletivos. A articulação das novas corporações criadas pelo governo e as organizações sociais desenvolvia uma das componentes do pensamento do PDC que complementava o enfoque marginalista: o *comunitarismo católico*, definido pela solidariedade entre famílias organizadas para o desenvolvimento do espaço comum. Neste plano foi se desenvolvendo uma lógica de tratamento da questão habitacional que se afastou das pretensões do grêmio de construtores da CChC³⁰ e da confederação de trabalhadores da *Central Única de Trabajadores* (CUT) [Central Única de Trabajadores] (AGUIRRE e RABÍ). Propôs-se assim, o Programa *Operación Sitio* [Operação Sítio] de 1965, que fornecia lotes com urbanização básica, com moradias de emergência (*mediagua*), destinados à construção progressiva de moradias unifamiliares por autoconstrução; e o DS 553 de 1967: “Programa *Plan de Ahorro Popular*” (PAP) [Plano de Poupança Popular], que em definitiva criaria um sistema de acesso à moradia com cinco categorias seguindo a capacidade de poupança da família, onde foi inserido o programa *Operación Sitio* antes mencionado. O PAP oferecia diferentes benefícios: i) para uma família com uma poupança de 0 a ½ salário vital correspondia a *Operación Sitio* 1, um lote demarcado de 170m² sem construção, em conjunto de urbanização básica (sem rede de esgoto); ii) ½ a 1 salário vital correspondia *Operación Sitio* 2, igual ao anterior adicionando a rede de esgoto³¹; iii) 1 a 1½ salários vitais correspondia a *Operación Sitio* 3 com construção sólida de 20m², conectada à rede elétrica, água potável e esgoto, além de ruas de rípio; iv) 1½ a 2 salários vitais correspondia *Operación Sitio* 4 com construção sólida de 42m²; e v) 2 a 3 salários vitais correspondia um departamento entre 36 a 45m² em prédio coletivo. O

³⁰ Houve

³¹ Estes dois primeiros também chamados *Operación Tiza* [Operação Giz] por apenas entregar a demarcação de um lote. Foi bastante criticado pelas precárias condições entregadas para um programa estatal.

pagamento do crédito era realizado através do dividendo mensal de até um 20% do ingresso familiar, distribuído em 14 anos com um interesse de 0,5% (MINVU, 2004).

Se bem, o PAP permitiu mobilizar os esforços por produzir moradia, o obstáculo na disponibilidade de materiais de construção levou a gerar um novo programa que aprofundava a proposta de promoção popular. No último ano do governo do PDC, propôs-se uma série de objetivos para melhorar o grau de cumprimento do Plano Habitacional de 1961-1971. No caso dos programas por autoconstrução, estabeleceu-se uma meta de construção para 1970 de 20.000 moradias em todo Chile (13.450 a ser construídas em Santiago), para o qual se criou o programa especial 20.000/70: “de Autofabricación” [Autofabricação]. Este programa propunha a instalação de fábricas de painéis e materiais de construção nas *poblaciones*, como forma de apoiar os processos de autoconstrução, e superar as inadequações do sistema industrial chileno. As fábricas seriam trabalhadas pelo grupo organizado com o compromisso de continuar o papel depois de ter construído as casas, como forma de sustento econômico e de manter em operação o saber técnico traspassado. O programa propunha três fases: i) a construção da moradia básica de 36m² sem divisões interiores, nem instalações, nem revestimentos; ii) a realização das obras faltantes; e iii) uma ampliação de 18m² para completar 54m² totais (MINVU, 2004). O incentivo para este programa era a possibilidade de se inscrever com uma poupança de apenas 1 salário vital, que no PAP significaria uma moradia de piores condições

2.2.5. A Unidade Popular e a ‘via chilena ao socialismo’

Apesar dos intentos por ampliar a atenção, o governo do PDC deixaria uma dívida em relação ao *Plan Habitacional* 1961-1971, as quais seriam incorporadas à atuação do governo da *Unidad Popular* (UP) [Unidade Popular]. A UP, que se propunha realizar a “via chilena ao socialismo”, caracterizado pela toma do poder do Estado pela via democrática e a realização de uma série de reformas estruturais do modelo de desenvolvimento, aprofundando a industrialização e a nacionalização das grandes empresas extrativistas e manufatureiras. No habitacional a UP declarava que a moradia era “um direito irrenunciável”, que motivava a “obrigação do Estado de proporcionar moradia ao povo”, e não podia ser “objeto de lucro” (MINVU, 2004, p.132). Nesse sentido, o índice de déficit habitacional representa uma manifestação inerente da exploração do sistema capitalista, portanto, uma reestruturação da sociedade devia ir acompanhada por uma resolução do problema da moradia em um tempo prudente e sob um custo justo para os postulantes (sem ultrapassar o 10% dos ingressos familiares) (MINVU, 2004).

Em relação à estrutura institucional, a UP manteve a estrutura geral do MINVU, reenforcando a operação das corporações especializadas e suas formas de se articular com a base social. No plano geral, o governo da UP instalou uma estratégia de transição ao socialismo baseada em uma reestruturação produtiva que propunha o desenvolvimento de três áreas de produção: a *área propriedade privada*; a *área propriedade mista*, sendo maioritária estatal; e a *área social*, correspondente às empresas estatais existentes e as empresas a serem expropriadas, as quais eram administradas com participação dos trabalhadores. O objetivo era trasladar a esta última área todas aquelas atividades centrais para o desenvolvimento econômico e social do país (a mineração de grande porte, o sistema financeiro de bancos e seguros, as empresas e monopólios de distribuição, etc.), para assim efetivar “quantitativa e qualitativamente” a tomada do poder do Estado por parte dos trabalhadores e seus aliados (AMORÓS, 2009). O setor da moradia tomou um papel principal nesse esquema, tanto por sua forte vinculação com a demanda social, quanto por seu poder de mobilizar a reativação econômica e absorção de emprego, precisando de grandes contingentes de mão de obra (PALMA e SANFUENTE, 1979). A participação de grupos de moradores foi fundamental, os quais, mais do que participar na construção sob autoconstrução (modelo criticado pela UP por sua ineficiência), integraram comissões de análise dos projetos junto a profissionais e técnicos, inserindo determinações técnico-legais e demandas particulares do grupo. A incorporação dos *pobladores* na soluções urbanísticas, habitacionais e equipamentos se tenta realizar desde um começo pela visão particular dos problema, como pela possibilidade de criar projetos associados à operatória (AGUIRRE e RABÍ, 2001). Esta última questão justificou sua prioridade em um sistema de prelação que incorporava critérios sociopolíticos e econômicos, além da focalização por ingressos da população objetivo.

Quadro 14. O MINVU durante Allende

No âmbito institucional haveria uma reestruturação das funções das diferentes corporações que compunham o MINVU seguindo objetivos específicos, com o objetivo de melhorar a eficiência. Reformula-se a CORVI, enfocando sua atuação para um papel mais direta na urbanização e assentamento de *acampamentos* (Ver Anexo XX). A CORHABIT se ré-dirigiu como coordenadora de projetos de autogestão de pobladores para criar empresas populares associadas ao processo de produção de moradia industrializada (AGUIRRE e RABÍ, 2001). Finalmente, a CORMU seria destinada para a realização de projetos de renovação urbana através de sociedades mistas junto às municipalidades e convênios com outras instituições, com o objetivo de inverter as tendências de localização periférica e segregação espacial da moradia de interesse social, reposicionando a reprodução dos setores populares em áreas pericentrais junto a equipamentos associados (restaurantes populares, centros sociais, núcleos de abastecimento, etc.) (MINVU, 2004).

Quadro 15. A CORVI durante Allende

A CORVI durante o governo da Unidade Popular se reposiciona, estabelecendo um órgão institucional que coordena a totalidade de fases e processos para urbanizar, especificamente os *acampamentos* dos setores populares. Dessa maneira, cria-se dentro da CORVI cinco subdepartamentos especializados: i) o Subdepartamento de *Acampamentos* [Subdepartamento de Acampamentos], para atender de forma direta os grupos organizados; ii) o *Subdepartamento de Vivienda y Innovación* [Subdepartamento de Moradia e Inovação], focado em promover os sistemas construtivos baseados em materiais prefabricados; iii) o *Subdepartamento de Diseño* [Subdepartamento de Projeto] abocado à ideação de tipologias racionalizadas; iv) o *Subdepartamento de Materiales* [Subdepartamento de Materiais], para coordenar o abastecimento de materiais; v) o *Subdepartamento de Ejecución* [Subdepartamento de Execução], coordenando as obras de produção direta pelo Estado como forma de absorver o desemprego; e vi) o Subdepartamento de Control y Método [Subdepartamento de Controle e Método], como órgão de avaliação e racionalização do funcionamento dos anteriores. Ao mesmo tempo, CORVI reforçou o caráter técnico e sua articulação com órgãos secundários na promoção de moradia através de seis repartições específicas: i) a Oficina Técnica vinculada à vice-presidência, ii) a *Oficina Relacionadora de Cajas de Previsión* [Repartição Relacionadora de Caixas de Previsão Social]; iii) a *Oficina Relacionadora con Grêmios e Sindicatos*; iv) *Oficina Coordinadora de Delegaciones Descentralizadas* [Repartição Coordenadora de Delegações Descentralizadas], v) *Oficina de Expropiaciones de Vivienda* [Repartição de Desapropriação de Moradias] (operante apenas com as moradias construídas na imputação do 5% das empresas públicas), e vi) *Oficina Coordinadora com el SINAP* [Repartição Coordenadora com o Sistema Nacional de Poupança e Empréstimo] (AGUIRRE e RABÍ, 2001).

No referente aos programas, a política habitacional da UP se debateu entre o projeto de industrialização e sofisticação técnica, sua estratégia de transição ao socialismo através de uma área de produção social com controle popular, e as inadequações da matriz de produção existentes e a oposição da CChC. No contexto da chamada “batalha da produção”, a UP levantou o programa *Plan de Emergencia 1971* [Plano de Emergência 1971] dirigido aos acampamentos organizados, contrariando as propostas da CChC para o *Plan Habitacional 1971-1981*. Embora, esse plano incorporava a entrega de diferentes soluções habitacionais, sítios urbanizados, moradias unifamiliares entre 36 a 50m² e apartamentos em altura, a ênfase da UP foi por estas últimas tipologias, privilegiadas por gerar adensamento de população nas áreas bem localizadas (RAPOSO e VALENCIA, 2005). Destaca-se no período a busca por verticalizar a moradia de interesse social, sustentando essa mudança na sofisticação do processo. A produção de moradia no ano 1971 foi a maior da história até 1990, alcançando 76 mil moradias iniciadas (das quais 55 mil foram produzidas pelo setor público)³². Porém, nos anos seguintes a produ-

³² Até então a maior produção anual de moradia tinha sido de 52 mil moradias iniciadas no ano 1965.

ção não poderia atingir números tão altos (apenas pouco menos de 30 mil moradias por ano). Apesar da chegada da planta de produção de painéis pré-fabricados de concreto armado, sistema KDP, doado pela União Soviética como ajuda para a reconstrução do terremoto de 1971, a produção intensiva teria encontrado seus limites no ano 1971 nas dinâmicas da indústria de produção de materiais (AGUIRRE e RABÍ, 2001), inadequação que se vinculava às dificuldades de realizar reformas para expandir a área social (AMORÓS, 2009), e, portanto, do controle do Estado e dos trabalhadores sobre a produção. As travas para realização desta e outras reformas no parlamento seria uma das formas de desestabilização do governo que teriam como ação final o golpe de Estado de 1973, dando passo à ditadura militar que se estenderia até 1990.

2.3. A reestruturação do Estado e a mobilização de novos pobladores

2.3.1. Ditadura militar, a tecnocracia e inserção do projeto neoliberal

A ditadura militar trouxe uma mudança radical no cenário sociopolítico que teve uma rápida manifestação na reestruturação da institucionalidade e as formas de se relacionar com o resto da sociedade. Riscando a tentativa socialista da UP e a promoção popular comunitarista do PDC, no período entre meados e finais da década de setenta se realizaria uma mudança institucional do Estado para a adoção de um modelo “monetarista” ou neoliberal, baseado na privatização de empresas públicas, a liberalização do mercado e o fomento uma sociedade intermédia composta pelos atores do setor privado. Desta maneira se realizaria uma redução do Estado, e sua atuação direta para resolver problemas sociais. Destaca-se também neste período o fim do sistema de poupança e investimento habitacional de previsões dos setores médios através do SINAP pela falência desta instituição em 1977. Isto permitiu a entrada dos bancos comerciais e a criação de um sistema misto entre subsídios estatais, créditos comerciais e poupança familiar, esquema que definiu a lógica da política habitacional (MINVU, 2004).

No que tange estas últimas organizações, assim como todo espaço identificado com a mobilização popular, foram reprimidos, principalmente os vinculados à área social de produção, que foram destituídos das empresas e perseguidos. Os espaços habitacionais também sofreram uma assedia importante. Tanto *poblaciones*, conjuntos habitacionais construídos, e, sobretudo, as ocupações de terreno estabelecidas durante a UP, foram sitiadas e disciplinadas através da repressão do exército, alguns sendo até removidos e deslocados para as novas periferias. Essas

ações formaram parte de uma política de recomposição e reterritorialização do poder das elites na cidade (ESPINOZA, 1988).

Quadro 16. O reajuste do MINVU na Ditadura Militar

No referente à institucionalidade em matéria habitacional, a ditadura militar reorganizou o MINVU e seus serviços associados através de uma série de decretos lei³³, descentralizando sua operação e criando novos órgãos. Em primeiro lugar, o MINVU se descentraliza e divide em *Secretarías Regionales Ministeriales* (SEREMI) [Secretarias Regionais Ministeriais], órgãos de escala regional encarregados de planejar, programar e avaliar a execução dos programas de moradia. Em segundo lugar se fusionam as quatro corporações do MINVU, a CORVI, a CORHABIT, a CORMU e a COU, em órgãos também descentralizados: o *Servicio Regional de Vivienda y Urbanismo* (SERVIU) [Serviço Regional de Moradia e Urbanismo]. A estrutura geral do MINVU fica desde então composto por: i) o Ministro MINVU e seu gabinete (assessores diretos), ii) a subsecretaria MINVU, e as diversas divisões ministeriais de caráter técnico, iii) o *Comité de Planificación y Coordinación* [Comité de Planejamento e Coordenação], e iv) as SEREMI. A subsecretaria é integrado por: a *División de Desarrollo Urbano* (DDU) [Repartição de Desenvolvimento Urbano], a *División de Política Habitacional* (DPH) [Repartição de Política Habitacional], a *División de Finanzas* [Repartição de Finanças], a *División Técnica de Estudios y Fomento Habitacional* [Repartição Técnica de Estudos e Fomento Habitacional], a *División Jurídica* [Repartição Jurídica], a *División Administrativa* [Repartição Administrativa], e a *División de Informática* [Repartição de Informática]. Essas divisões se propõem como uma ligação entre o MINVU e as resoluções do *Comité de Planificación y Coordinación*, e as SEREMI, as que por sua vez tiveram relação com SERVIU para a execução de programas e projetos. Entretanto o *Comité de Planificación y Coordinación* é composto por: i) o Ministro MINVU, ii) o Subsecretario, iii) os chefes das repartições técnicas do Ministério, e iv) as pessoas que o Ministro designara através de decreto supremo. Se bem que anteriormente era mínima, a estrutura complexa estabelecida pela ditadura encerrou as portas para a incorporação de atores sociais como sindicatos e pobladores.

Nesse marco houve um combate total às tentativas de novas ocupações de terreno. Essa repressão geral, junto à escassa atuação das políticas habitacionais, gerou uma precarização do habitat popular e um incremento do déficit da moradia popular, o qual terminou sendo absorvido nos mesmos assentamentos formais de moradia de interesse social que até então tinham sido construídos e não foram removidos, as *poblaciones*. Se bem, nos últimos anos de ditadura houve um par de experiências de ocupação de terreno, estes foram fortemente reprimidos através de uma estratégia de negociação pressionada que combinava repressão com abertura ao diálogo (RODRÍGUEZ, 1987). Nestes termos, as supostas possibilidades de abertura oferecidas militares para os pobladores foi mais bem estabelecer práticas mistas de cogestão que

³³ DL 44 de 1973, DL 575 de 1974, e DL 1305 de 1976.

não colocavam em discussão os objetivos, aqueles que tinham a ver com localização e cobertura.

Como efeito desta política de aplacar as estratégias populares, os conjuntos horizontais de moradia unifamiliar produzidos no passado se foram adensando, aumentando o número de famílias morado em situação de agregadas ou allegadas (NECOCHEA, 1987). Junto a esse processo se multiplicaram as práticas de subsistência por autoajuda comunitária, comedores populares e associações de desempregados, onde a igreja teve um papel importante (GARCÉS, 2003). Em suma, a mobilização de pobladores durante este período seria marginalizada ao plano da subsistência básica pela repressão e o contexto de crise econômica. Apenas reapareceria ameaçados da década como na mobilização política pelo fim da ditadura.

A série de reformas e ajustes significou uma revolução conservadora e regressiva. O chamado “experimento neoliberal chileno”, caracterizado pela prescrição dos tecnocratas chilenos e norte-americanos formados na Escola de Economia da Universidade de Chicago e a execução autoritária destes ajustes, gerou uma política habitacional privatista inovadora. Os programas da ditadura constituíram a primeira política habitacional baseada em subsidiar a demanda como forma de acelerar o livre mercado (GILBERT, 2004). Nessa nova política o Estado assumiu um papel regulador e financiador, gerando a ferramenta de subsídio para a criação de demanda no mercado (no entendimento monetarista que a população em necessidade apenas vira demanda quando consegue alcançar capacidade de acessar ao mercado, concretado pelo apoio monetário correspondente ao subsídio). Ao subsidiar a demanda são habilitados novos mercados de moradia, os quais em outras condições não são atrativos para os produtores privados (HELD, 2000). A racionalidade econômica, baseada na atuação de produtores privados e o acesso ao mercado, estabeleceu um novo conceito: a *vivienda social* [moradia de interesse social] como aquela moradia cujo valor de transação no mercado é menor a 400 UF³⁴ (R\$ 55.780). Ademais, instaurou-se uma lógica de direito à moradia baseado no direito ao acesso ao mercado. De o próprio MINVU da época define a moradia como um bem que “que se ad-

³⁴ As UF (Unidades de Fomento) é uma unidade monetária usada no Chile complementar ao peso chileno, usada habitualmente no mercado imobiliário e na política habitacional. A UF tem a particularidade de se reajusta diariamente respeito à inflação, por tanto ele mantém o valor apesar das variações econômicas. Foi criada em 1967, e desde 1975 é medida em pesos. As conversões realizadas nesta dissertação foram feitas seguindo a projeção do valor da UF do dia 31 de março equivalente 1 UF = R\$ 139,45 (\$ 25.800 pesos chilenos).

quire através do esforço da família através da poupança e com o aporte do Estado através do subsídio”³⁵ (MINVU, 2004).

Esta reestruturação esteve acompanhada de uma série de medidas para o fomento do mercado privado e à diminuição da ingerência do Estado. Esta teve basicamente três eixos gerais: i) o suplemento do poder aquisitivo através do subsídio (1978)³⁶, para assim apoiar o direito ao acesso ao mercado; ii) a liberalização do limite urbano (1979) como medida para diminuir a pressão dos atores e baixar o preço do solo na área urbana (o que afinal de contas não ocorreu); e iii) a promoção de construção de novas moradias, exclusivamente localizadas na periferia. Estes eixos construíram os programas habitacionais da época, apenas por uma exceção, programa de cooperativas promovido por um empréstimo dos bancos norte-americanos através da USAID, que ao igual que outras instituições internacionais³⁷, fomentavam os processos de autoconstrução e da ação de Organizações Não-Governamentais. A promoção popular e a autoajuda foram praticamente proscritas dos programas da ditadura pela vinculação com as ocupações de terreno e o governo da UP, razão pela qual dessa modalidade operou apenas no âmbito da moradia de emergência (associada a eventos de terremotos) (GILBERT, 2004).

Dessa maneira, na convergência desses três eixos mencionados, dispôs-se o Programa de Subsídio Habitacional de 1978, dirigido à população em situação de “marginalidade”, e o *Programa Especial para Trabajadores* (PET) [Programa Espacial para Trabalhadores] de 1985, como alternativa para a trabalhadores estáveis de classe média. O primeiro programa, é o primeiro subsídio à demanda, na lógica de gerar demanda no mercado a partir da população sem acesso. Este programa seria perfeição seguindo indicações da CChC³⁸ no *Programa de Vivienda Básica* (PVB) [Programa de Moradia Básica] de 1984, que estaria vigente até 2005. A média das moradias fornecidas por esse programa estiveram entre 24m² e 36m² de superfície com um valor máximo de 200 a 225 UF (R\$ 27.890 a R\$ 31.380), dos quais um 75% eram financiados pelo subsídio e outro 25% era dividido entre a poupança familiar e um crédito hi-

³⁵ Em 1983, o engenheiro Modesto Collados, ministro MINVU, define a necessidade de moradia como: “um elemento de ordem social que se traduz e expressa em metros quadrados”; a demanda por moradia, como ‘um fator de ordem econômico que se materializa em quantidade monetária’; e a oferta, como ‘um fato de ordem físico traduzível também em metros quadrados’” (COLLADOS apud SUGRANYES, 2005, p. 29).

³⁶ Anteriormente, em 1974, tinha sido ensaiada um programa de subsídio à oferta o qual teve pouca operação, seguindo os análises, por falta de confiança dos atores privados envolvidos no processo (bancos comerciais, profissionais, e construtores) (MINVU, 2004).

³⁷ A meados da década seguinte seriam estes organismos os que começariam a promover o modelo chileno de política subsidiária, como forma de conciliar o mercado e a superação do déficit habitacional (HELD, 2000).

³⁸ Modesto Collados, diretor da CChC e primeiro ministro MINVU voltaria ao cargo entre 1983 e 1984, período que marcou uma reaproximação do grêmio de construtores privados à tomada de decisão na política habitacional. A partir daí se sucederam uma série de ministros vinculados ao grêmio (KORNBLUTH, 2013).

potecário oferecido pelo próprio SERVIU a um máximo de 20 anos. O PVB regulamentou o sistema de postulação, alocação e venda de moradias, criando as bases técnicas, administrativas e regulamentares para o funcionamento do subsídio habitacional. Com este programa existe uma mudança na lógica de contratação de obras habitacionais, a qual tendendo a privilegiar os contratos “*llave em mano*” [chave na mão], que abarcava a execução do total da obra. Assim, a principal mudança se refere ao controle do Estado sobre os projetos, que antes operava sobre a ideação do projeto e a determinação da tecnologia mais conveniente, escolhendo após o produtor que ofertara o menor preço. Na nova lógica dominante, a institucionalidade habitacional se estabelece apenas como um ator de planejamento comercial, licitando e contratando propostas privadas.

Quadro 17. Comités Habitacionales Comunales

Em primeiro momento, entre 1975 e 1979, os órgãos criados para os fins habitacional foram os *Comités Habitacionales Comunales* (CHC) [Comitês Habitacionais Comunaes], instituído pelo DL 1088: Programa de *Viviendas Sociales* [Moradias Sociais], entidades estatais autônomas que tinham a função de elaborar realizar planos e gerar as condições para operar a política de moradia. Os CHC estavam compostos por um Conselho presidido pelo *Alcalde* [Prefeito] da comuna; e formado pelo *Director de Obras Municipales* (DOM) [Diretor de Obras Municipais]; um representante da Oficina Nacional de Emergencia (ONEMI) [Repartição Nacional de Emergência] ou outro representante do Ministério do Interior; um representante da *Unión de Juntas de Vecinos* [União de Associações de Moradores]; por um representante do *Colegio de Arquitectos* [Conselho de Arquitetura]; por um representante do MINVU; e três representantes designados pelo Alcalde a partir dos grêmios de empregados da Indústria, o Comercio, a Construção, a Agricultura, a Mineração e o Transporte. Dentro das atribuições dos CHC, estes poderiam expropriar, vender, alugar, construir, permutar e subdividir imóveis, contratar empréstimos, operar contas bancárias, endossar e subscrever documentos; contratar estudos e serviços; e entrar em associação com outras instituições públicos ou privadas. Essas funções, na década de oitenta passaram a ser geridas a nível regional através dos SERVIU, movimento justificado pela incapacidade das municipalidades de abordar a promoção de moradia.

Apesar do sistema de subsídio habitacional disposto, a produção de moradia no período foi baixa. O contexto de crise econômica mundial que teve seu pico a finais da década de 1970, a falta de interesse e atração de produtores privados, a escassa confiança dos bancos comerciais, e as dificuldades de organizar a demanda levaram ao regime a procurar alternativas de maior ingerência estatal e operação a nível local. O autoritarismo da ditadura militar, e as estratégias de manter o controle, restringiam as possibilidades de organização e reunião da população, além do Estado de sítio e toque de recolher vigente na cidade de Santiago durante 15 dos 17 anos do regime. Nesse contexto de controle, a política social tinha sido derivada ao nível local

através dos municípios, os quais, em Santiago, tinham sido reestruturados procurando criar municípios homogêneos, a fim de focalizar espacialmente os programas sociais. Desta maneira, nos municípios pobres atuaram os CHC.

Apesar dos ajustes, até então a política habitacional não tinha achado sustento por parte do setor privado para sua realização. Na década dos oitenta, a reconciliação entre o Estado e o grêmio de construtores privados da CChC permitiu mobilizar os recursos seguindo uma lógica privatista e subsidiária. Mas, essa reconciliação não foi apenas uma recuperação de confianças. Durante este período uma série de representantes e consultores próximos à CChC foram nomeados sucessivamente ministros do MINVU, tendo um notável poder de influência nos marcos legislativos em que mais tarde operariam. Esta nova relação MINVU-CChC ficaria de manifesto, principalmente, a partir dos ajustes estabelecidos no DS 62 de 1984: Programa de Vivienda Básica (SUGRANYES, 2005).

Respeito à viabilização da política habitacional, as municipalidades cumpriram um papel fundamental para a operação local, apesar de ter deixado de realizar funções dentro da política principal com a derrogação dos CHC (Quadro 17). Em primeiro lugar, foram elas as responsáveis pela aplicação dos instrumentos de “informação social”, sofisticação do sistema de focalização, que durante o período ensaio: o *Mapa de Extrema Pobreza* (1974), os *Comités de Asistencia Social*, a Ficha CAS (1977) e a *Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional* (CASEN) [Formulário de Caracterização Socioeconômica Nacional] (1985)³⁹. Também executaram o programa de *Saneamiento de Poblaciones: Lotes con Servicio y Mejoramiento de Barrios* [Saneamento de Assentamentos: Lotes com Serviços e Melhoramento de Bairros] (Lei 18138 de 1982). Este programa operava na execução de obras realizadas em assentamentos existentes, tanto para a urbanização quanto para o fornecimento de serviços coletivos e, fundamentalmente, individuais. Foram-se inserindo assim as unidades ou *casetas sanitárias*, construções de 6 a 12 m² que concentrava os serviços húmidos de banheiro e cozinha, nas construções existentes. O financiamento era viabilizado através do governo local, seguindo a informação de seu diagnóstico comunal (resultante da aplicação dos instrumentos de focalização acima referidos), em forma de subsídios e empréstimos a famílias vulneráveis. Se bem, o programa se desenvolveria apenas na década de oitenta com aportes do Banco Interamericano

³⁹ Os últimos dois destes instrumentos têm sido aplicados de forma continua até os últimos anos. A atualização da Ficha CAS, a chamada Ficha de Protección Social [Ficha de Proteção Social] (2007) esteve em funcionamento até janeiro de 2016, sendo substituído por um complexo sistema de coleta de dados nas instituições estatais. Entanto a última Encuesta CASEN foi realizada entre novembro de 2015 e janeiro de 2016.

de Desenvolvimento (BID), em uma operatória de caráter sanitarista (MINVU, 2004), sua maior atuação foi realizada em áreas adensadas ou iniciadas com políticas habitacionais nos períodos anteriores.

Embora, esse período estabeleceu as bases da política atualmente vigente, a baixa produção de novas moradias e o crescimento vegetativo da população fez aumentar o déficit habitacional. Este déficit, definido pelos lares ou núcleos familiares⁴⁰ *allegados*, tem sido a partir de então a componente mais importante na construção do déficit quantitativo pelo MINVU. Estima-se que este déficit a princípios dos noventa ascendeu a 918 mil moradias (MINVU, 2004).

2.3.2. A volta da democracia: novas ênfases, mesmos códigos

O fim da década de oitenta trouxe também fim da Ditadura Militar, com o plebiscito de 1988, dando passo à transição dirigida pelos governos da coalizão de centro-esquerda *da Concertación de Partidos por la Democracia* [Concertação de Partidos pela Democracia]. Se bem, este evento foi, em certo grau, uma abertura política e social, este fato não significou uma mudança substancial nos aspetos centrais do Estado instalado na ditadura, mantendo a Constituição de 1980 e uma série de políticas fundamentais no marco legislativo⁴¹. As mudanças se vieram no plano das reformas e a incorporação de novos conteúdos específicos às políticas existentes, seguindo o princípio geral do "crescimento com equidade" e a diminuição da desigualdade. Isto derivou em uma ampliação do poder de consumo nas camadas populares (GARCÉS, 2003). No que tange à questão habitacional, os governos da Concertación se propuseram aumentar a produção de moradias de interesse social, gerando o maior financiamento no valor do subsídio, para poder estender de forma efetiva a política pública aos setores de menores ingressos (sem acesso por não ter capacidade de crédito) (MINVU, 2004).

Nesse sentido, além da continuidade do subsídio, houve uma importante recuperação de elementos do passado governo do PDC, como princípio da progressividade na promoção de moradia e a postulação coletiva e organizada, o que motivou a diversificação dos programas ha-

⁴⁰ Diferença entre domicílio e núcleo se explica pelo seu nível de independência respeito domicílio principal. O

⁴¹ Embora que com mudanças, a constituição de 1980 decretada na ditadura se tem mantido até o dia de hoje, além de várias leis, decretos e outros regulamentos que sustentam o modelo atual. Um a um os onze 'pilares ditatoriais' do modelo atual: 1) o Plano Laboral (1979), 2) o Sistema Tributário (1974, 1984), 3) o Sistema de Salud (1981), 4) Fomento Forestal (1984), Sistema de AFP (1981), Privatización e Abandono da Educação Pública (1981), Sistema Bancário (1975, 1986), Subcontratação (1979), Privatização D'agua (1981), e Constituição Política do Estado (1980); na síntese difundida no boletim da Fundación Sol (<http://elmostrador2015.mzzo.com/media/2013/09/LOS-11-DEL-11-MEDIOS.pdf>).

bitacionais em termos de produto habitacional e atenção diferencial para segmentos sociais de diversos estratos. Destacam-se destes quatro. Em primeiro lugar, foi modificado o PVB, programa de moradia básica de tipo moradia nova 'chave mão', definindo-se como um programa para população 'emergente' com acesso a crédito, que vive em situação de *allegada* (agregada) ou em regime de aluguel. Isto motivou uma melhora nos padrões da moradia, aumentando a superfície para 38 a 40m², investindo em urbanização e espaços coletivos nos conjuntos habitacionais. Enquanto o subsídio foi mantido em 140 UF (R\$ 19.520) máximo, porém a opção de adquirir crédito direto com SERVIU foi limitada, permitindo a entrada dos bancos comerciais. Em segundo lugar, foi criada uma variante do PVB, o PVB "*de Libre Elección*" [de Livre Escolha], que delegava a decisão de privilegiar alguma qualidade da moradia seguindo as alternativas oferecidas pelo mercado, sempre que o produto final não superasse uma superfície de 140 m² e um preço máximo de 400UF (R\$ 55.780). O financiamento do programa se compunha do subsídio de 140 UF, uma poupança de pelo menos 20 UF (R\$ 2.790), e um crédito de 12 anos com SERVIU de 100 UF (R\$ 13.940), onde as quotas não deviam superar o 20% do salário familiar mensal (MINVU, 2004).

Em terceiro lugar, criou-se o *Programa de Vivienda Progresiva* (PVP) [Programa de Moradia Progressiva], dirigido para atender a demanda mais urgente, principalmente da população mais pobre, através da lógica de dar a maior quantidade de soluções com os recursos disponíveis. O PVP, de maneira geral, tinha o objetivo de entregar os elementos estruturais de maior complexidade técnica e prioridade sanitária, para que a ampliação fosse menos complexa. O PVP foi dividido em quatro modalidades: i) a modalidade SERVIU de postulação sem aquisição de terreno, que entrega um lote de 100m² e uma construção de entre 13m² e 23m² composta por uma *caseta sanitária* (6m²) e um recinto múltiplo variável; ii) a modalidade privada de postulação com aquisição terreno – primeira etapa, que entregava um subsídio de 132 UF (R\$ 18.409) para a construção de uma *caseta sanitária* (6m²) e um recinto múltiplo variável; iii) a modalidade privada de postulação com aquisição terreno – segunda etapa, dirigida aos beneficiários das duas modalidades anteriores transcorridos dois anos, para realizar uma ampliação à moradia com um custo máximo de 70 UF (R\$ 9.762), entregando um subsídio de 18 UF (R\$ 2.510), uma poupança de pelo menos 5 UF (R\$ 700) e um crédito com SERVIU de 47 UF (R\$ 6.550); e iv) a modalidade de postulação para Densificación Predial (CDS) [Adensamento Predial], que permite que receber a construção de mais uma moradia no lote, a qual seria destinada para uma segunda família, aplicando a modalidade segunda ou terceira do programa segundo seja necessário (MINVU, 2004). Por final, no quarto lugar, desenvolveu-se

a continuidade do programa de melhoramento de bairros no novo Programa Chile Bairro, fornecido pelo Ministério do Interior, e dirigido para a regularização dos assentamentos informais e precários. O programa promovia a organização das famílias de assentamentos precários para escolher um dos programas do MINVU e elaborar um *Plan de Acción Compartido* (PAC) [Plano Compartido de Ação] destinado a preparar a mudança habitacional, para o qual eram assistidas por uma entidade de assistência (fundação, ONG, empresa, etc.) (MINVU, 2004). O programa procurava principalmente viabilizar a erradicação total dos acampamentos ainda existentes no país.

Os resultados destes programas, vigentes principalmente durante a década de noventa, têm gerado diversos debates sobre a operação da política subsidiária e seus efeitos na população beneficiária e na cidade. Em termos oficiais, durante o período Chile se converteu no primeiro país na América Latina em diminuir o déficit habitacional. Considerando que a política habitacional se enfocou em gerar o efeito de distribuição de renda, ela pode ter influído de grande maneira na diminuição da porcentagem de população considerada na categoria pobre de 39% a 21% entre 1990 e 2000, além de ter aumentado a propriedade de moradia de 61% para 70%. Porém durante, esse período também começam a serem visíveis falências e críticas sobre a política. Estudos demonstram que o maior período de produção habitacional foi entre 1990-2009, produzindo 1 milhão 800 mil moradias (Chile: 15.116.435 habitantes em 2002), período que também coincide com os piores padrões habitacionais em termos construtivos e locacionais. A média de distancia ao centro da cidade na localização de novos conjuntos habitacionais foi de mais de 14 quilômetros. Apesar de atingir uma ampliação da atenção habitacional, instalou-se um questionamento transversal por parte de diferentes atores sobre as condições de localização e a boa qualidade das moradias produzidas.

2.3.3. Revisar o sucesso da política habitacional e a reemergência dos pobladores

No começo da década de dois mil, o terceiro governo da Concertación tentou encerrar o período de transição democrático, aprofundando as ênfases ensaiadas desde os anos noventa na procura do ‘crescimento com igualdade’. Embora, não existe consenso se a transição encerrou neste período, com a aprovação de diversas modificações à Constituição de 1980, ou a manutenção dos eixos centrais na lei principal e outros documentos normativos estendem a transição até hoje, o certo é que durante este período tem sido mais consistente a revisão e debate sobre os rumos da sociedade chilena. No que tange a política habitacional, foi reformado o sistema subsidiário, mantendo a lógica central do sistema coletivo de postulação e a geração

de comunidades, procurando aprofundar as parcerias público-privadas, em sentido amplo, e a geração de novas alternativas de investimento e crescimento econômico. Ademais, foi abordado o déficit qualitativo da moradia existente, em parte para suprir as deficiências da moradia produzida na década anterior, através de programas de melhoramento de imóveis. Os objetivos do período foi terminar com as erradicações (Bicentenário da República 2010 “*sin campamentos*” [sem acampamentos]), continuar reduzindo o déficit, e melhorar a qualidade de vida da população através da melhora dos padrões de construção e do espaço público (MIN-VU, 2004).

Na construção de novas construções, a principal modificação foi o notável aumento do financiamento e o envolvimento da participação dos atores privados no processo. Foi criado um novo programa, o DS 155 de 2001 de *Fondos Concursables para Proyectos Habitacionales Solidarios* (FCPH) [Fundos Concursáveis para Projetos Habitacionais Solidários], que aprofundava o sentido privatista da elaboração de projetos. O programa entrega a opção a instituições públicas e privadas (fundações, universidades, ONG, empreiteiras, comunidades, etc.) de elaborar e promover um projeto habitacional vinculado a um grupo social postulante, e a possibilidade de dirigir sua realização, consolidando assim o papel do Estado apenas como um regulador de uma pluralidade de atores. Este programa incorporou a experiência que vinham desenvolvendo instituições privadas sem fins de lucro, como a Fundación Vivienda pertencente ao Hogar de Cristo e a Corporación Habitacional da CChC, corporações mistas e municipalidades, nas funções de elaboração e execução de projetos habitacionais, as quais realçavam qualidades geográficas, culturais e sociais particulares (TORO, 2006). Este programa foi incorporado ao programa de subsídio *Fondo Solidario de Vivienda* (FSV) [Fundo Solidário de Moradia] de 2001, que seria formalizado, depois, no DS 174 de 2005. O programa propunha uma unificação dos programas e modalidades existentes: i) *Construcción en Nuevos Terrenos* (CNT) [Construção em Novos Terrenos], que substituíria programa anterior PVB; ii) *Construcción em Sitio Proprio* (CSP) [Construção em Terreno Próprio], iii) *Densificación Predial* (CDS) [Adensamento predial] (única modalidade incorporada do anterior PVP), iv) *Adquisición de Vivienda Nueva* (AVN) [Aquisição de Moradia Nova], como primeiro comprador, seguindo a oferta do mercado; v) *Adquisición y Mejoramiento de Vivienda Existente* (AVE) [Aquisição e Melhoramento de Moradia Existente]; e outras modalidades de aquisição, reabilitação e subdivisão de antigos imóveis (patrimônio). Ademais, propunha um aumento do valor do subsídio, oferecendo em 2001 o valor de 280UF, (180UF para a construção e 120UF

para o terreno), mais um 10UF a 20UF de poupança familiar, e um crédito privado quando for necessário.

Criou-se uma nova figura para viabilizar a política habitacional daqui em diante, as entidades organizadoras. Estas entidades tinham o papel de descentralizar a execução da política habitacional, antes concentrada nos labores do SERVIU a nível regional. As entidades organizadoras concentram a capacidade técnica, social e econômica relativa ao projeto em específico, sendo composta por uma quantidade específica de profissionais, os quais vão acompanhar o processo de produção e elaborar e executar, junto ao grupo postulante, o *Plan de Acción Social* [Plano de Ação Social] (2001) ou do *Plan de Habitación Social* (PHS) [Plano de Habilitação Social] (2005). O PSH tinha duas partes: a) a etapa prévia à seleção do projeto, que tem por objetivo desenvolver um diagnóstico dos requerimentos sociais, fazer as famílias se conhecer, e integrar as famílias aos aspetos técnicos do futuro projeto; e b) a etapa posterior à seleção, que tinha por objeto envolver as famílias no projeto, formar os futuros proprietários (capacitando às famílias no cuidado e uso da moradia, assessorar a mudança e coordenar a alocação e os serviços de post-venta), e gerar redes comunitárias internas e externas no bairro. Isto procurou dar um enfoque de formação de bairros procurando um maior grau de decisão sobre o projeto às famílias beneficiárias. Se bem, nos primeiros anos as municipalidades desenvolveram o papel de entidades organizadoras, em poucos anos se abriu um novo nicho de mercado para empresas privadas e consultoras no geral sob a figura de *Empresas de Gestión Inmobiliaria (y) Social* (EGIS) [Empresas de Gestão Imobiliária (e) Social] (MINVU, 2004; TORO, 2006). As EGIS podiam ser públicas ou privadas, com ou sem fins de lucro, o que permitiu a atração de uma série de escritórios de arquitetura de tamanho pequeno e médio, permitindo uma desvinculação maior do Estado na execução do processo de promoção de moradias.

Enquanto aos produtos habitacionais, na geração de um programa único para os setores mais pobres, acabou por dar preferência ou instalar uma tendência baseada na produção de moradia pela modalidade de CNT, de projetos finalizados, por sobre outras modalidades, como a modalidade progressiva. O último deste tipo foi o programa de *Vivienda Social Dinámica Sin Deuda* (VsDsD) [Moradia de Interesse Social Dinâmica Sem Dívida], operativo entre 2000 e 2005, que tentou melhorar as condições da moradia progressiva e terminar com o endividamento das famílias mais pobres. Isto foi viabilizado por um subsídio maior de 280 UF (R\$ 39.050), produzindo uma primeira etapa de 25m², ampliável em uma segunda etapa a 50m².

Embora, no sistema único do FSV foi incorporada a modalidade progressiva, esta depende da lógica dos fundos concursáveis e do interesse dos promotores⁴².

Apesar de ser salientada a modalidade CNT e sua forma de produção supostamente mais eficiente das empreiteiras, um dos principais problemas do Estado em política habitacional tem sido a pressão do mercado por aumentar os valores destes. Apesar do incremento no valor dos subsídios desde o ano 2000, o acelerado incremento no valor do solo nas grandes cidades⁴³, e a sofisticação nos padrões de construção, motivaram a incorporação de uma série de subsídios complementários. O FSV de 2005 considerava um subsídio base de 330 UF (R\$ 46.020), além de um subsídio diferenciado de localização, que oferecia entre 100 UF e 200 UF (R\$ 13.950 a R\$ 27.890) para projetos bem localizados; o subsídio de construção em altura de 90 UF (R\$ 12.550), para conjuntos de quatro ou mais andares (com a exigências que as unidades habitacionais foram de uma superfície maior a 55m²); além de outros subsídios complementários para obras rurais ou especiais. Esse aumento no padrão na moradia de interesse social entregue se traduz em um maior financiamento do FSV, o qual, entre 2006 e 2010, duplicou-se em termos de número de projetos aumento, que foi de 49 mil para 60 mil. Tentando equiparar esta melhora nas condições da moradia produzida, foi criado nesse período um programa de melhoramento de imóveis e espaços comunitários, dirigido a melhorar as condições dos programas anteriores de moradia de interesse social. Este correspondeu ao DS 255 de 2006: *Programa de Protección al Patrimonio Familiar (PPPF)* [Programa de Proteção ao Patrimônio Famílias], que considerou um apoio financeiro variável para as diferentes alternativas de projetos, de tipo: equipamento comunitário, melhoramento da moradia e ampliação da moradia. A extensão deste programa, de ‘baixo custo’ para o Estado, foi exponencial, alcançando um número de 79 mil e 80 mil famílias em 2008 e 2009⁴⁴.

2.3.4. A mobilização e a tese do retorno dos pobladores

Durante esse período surgiram, de maneira mais consistente, organizações sociais de pobladores e outros grupos sociais que questionaram os caminhos do desenvolvimento urbano e a

⁴² Recentemente o arquiteto Alejandro Aravena foi premiado pelo prêmio Pritzker, maior reconhecimento na disciplina da arquitetura, destacando os projetos deste tipo que ele tem desenvolvido através do escritório Elemental, operando diferentes programas (Chile Barrio, FSV, PPPF, FSEV-Reconstrução, etc.).

⁴³ O novo subsídio tentava ‘corregger’ as distorções do mercado de solo e seu incremento geral em Santiago, passando de 0,57 UF/m² (79 R\$/m²) em 1990, para 3,00 UF/m² (418 R\$/m²) em 2006, e a partir de 2011 não desce dos 4,00 UF/m² (558 R\$/m²) (Boletín de Mercado de Suelo del Gran Santiago e El Mercurio 24/06/14).

⁴⁴ Observatorio Habitacional del MINVU.

política habitacional a partir de conflitos particulares (LÓPEZ, GASIC e MEZA, 2014; PAR-RAGUEZ, 2010). Se bem, nesse período o Estado se propôs ampliar os canais formais de participação com os comitês postulantes e beneficiários da política habitacional, estes sempre se realizaram na lógica particular-individual, através da ação de comitês, diminuindo as capacidades de se opor as medidas estabelecidas pelo Estado e o mercado, construindo sujeitos sociais com poder de tomar posição no debate público.

No caso das organizações populares, surgiu uma série de organizações de reivindicação da moradia, respondendo a três problemas principais: i) a moradia bem localizada, ou localizada nas comunas de origem da população em carência; ii) a moradia bem construída e com um tamanho adequado; e iii) o fim das práticas abusivas no pagamento da dívida habitacional pelas famílias já beneficiárias da política. A partir destas três demandas se identificam dois grupos, os *allegados*, que se propunham uma "luta pela moradia digna" (MPL, 2011), e os endividados que buscavam melhores condições de pago da moradia. Estes últimos, endividados pela entrada dos bancos no sistema (através do empréstimo hipotecário dos programas de moradia básica e para trabalhadores emergentes), reivindicavam condições justas de pago, sem as sobretaxas dos bancos comerciais e as desapropriações. Nesse grupo de pobladores, em 2004 se cria a *Agrupación Nacional de Deudores Habitacionales* (ANDHA) [Agrupação Nacional de Endividados Habitacionais], articulação de grupos de famílias envolvidas em negociações com instituições financeiras⁴⁵. No terremoto de 2010 emerge um terceiro grupo neste plano geral de reivindicações pela moradia, com a emergência da demanda pela reconstrução nas zonas atingidas pela catástrofe, gerando o *Movimiento Nacional por la Reconstrucción Justa* (MNRJ) [Movimento Nacional pela Reconstrução Justa] o qual articula uma série de comunidades danificadas a escala nacional.

Embora os três grupos têm relação com a moradia, apenas o primeiro tem tomado uma posição de contestação mais aprofundada sobre os programas habitacionais. Tomando inclusive uma postura propositiva, os *allegados*, por meio da *Federación Nacional de Pobladores* (FENAPO), debateram as condições do atual programa de moradia nas mesas de trabalho constituídas em 2011 pela Divisão de Política Habitacional do MINVU. As propostas da FENAPO

⁴⁵ Anos mais tarde ANDHA se dividiu em três partes, seguindo sua influência política e sua posição ao governo de centro esquerda, opositores de direita (ANDHA), oficialistas (ANDHA Chile democrático), e opositores da esquerda extra parlamentar (ANDHA Chile *a Luchar*). Os últimos dois grupos adotariam o nome de *Agrupación Nacional de Deudores Habitacionales* (ANDHA) [Agrupação Nacional de Endividados Habitacionais] (www.rebellion.org).

guardam relação com os conteúdos das políticas de autogestão promovidas por movimentos cooperativistas na América Latina, sendo parte integrante da *Secretaria Latinoamericana de Vivienda Popular* (SELVIP) [Secretaria Latino-Americana de Moradia Popular]. Não obstante, apesar do diálogo e a diferença do que tem acontecido em outros contextos, elas não são incorporadas de maneira consistente na política habitacional chilena (SUGRANYES e MORALES, 2012).

2.3.5. A política habitacional vigente

Em 2010 o bloque de direita chega ao poder do Estado, e coloca em operação um novo programa de moradia que aprofunda ênfases de mudança, ampliando a lógica dos fundos concursáveis e flexibilizando os programas para aumentar o poder de escolha individual e coletiva dos postulantes. O DS 49: *Fondo Solidario de Elección de Vivienda* (FSEV) [Fundo Solidário de Escolha de Moradia] de 2011 substitui o FSV, estabelecendo mudanças de enfoque respeito a seu precedente. Criou-se a figura das Entidades Patrocinante (EP) para substituir as EGIS, assim liberalizar o acesso de empresas privadas ao processo produção desde a etapa de organização da demanda. Por outro lado, o FSEV permitiu a postulação coletiva sem projeto associado, separando o sistema de projetos por fundos concursáveis do sistema de repasse de subsídios. Entre outras modificações, flexibilizou-se o sistema de postulação, permitindo a migração de postulantes da modalidade coletiva para individual, e se colocou tempo de vencimento de apenas um ano para os subsídios fornecidos. Isto gerou uma maior pressão para comprar imóveis já ofertados no mercado.

Essas mudanças seriam revisadas na volta da coalizão de centro esquerda ao governo nacional em 2014. A Concertación tinha colocado como eixo de sua política na década de dois mil o desenvolvimento de comunidades a partir do subsídio habitacional, ao contrário da tendência à individualização e a separação da população do processo de produção do projeto. O DS 105 de 2015 modificou parte destes aspetos, retirando a postulação coletiva sem projeto para a modalidade NTC. A principal mudança continuada foi a incremento do valor do subsídio mediante a integração de subsídios dirigidos a atacar diversas dificuldades econômicas, fortalecendo o caráter privatista da política. Os custos de construção subiram produto de tendências a nível global e uma sofisticação das normas de edificação, as que terminaram gerando maiores exigências na construção, tanto em termos de isolamento térmico, isolamento acústico e

estrutura⁴⁶. Na atualidade, o FSEV, programa de moradia de interesse social sem endividamento, permite um financiamento de até 830 UF (R\$ 115.750) via subsídio para uma poupança total de 30 UF (R\$ 4.180), totalizando 860 UF (R\$ 119.940).

Entanto, um ponto que ainda é não tem sido resolvido é a incorporação da promoção popular nesse processo. Entre 2011 e 2015 foi incorporada uma modalidade de gestão por “autogestão”, respondendo à demanda da FENAPO durante o período de elaboração do Programa FSEV, porém, o termo era referido a uma atuação limitada por parte do grupo social de poder substituir a assessoria técnica no processo de organização. Consequente à diminuição de custos na organização do grupo, esse valor devia ser transferido obrigatoriamente ao aumento da superfície das mordias em 6m², questão que poucas vezes coincidia de forma proporcional. Além do caráter rígido, o regulamento da modalidade por autogestão nunca foi definida, portanto não foi possível realizar projetos habitacionais nessa modalidade e realçar a autogestão institucional. Em 2015 foi derogado, com o compromisso de elaborar novo programa desenvolvido sob o controle popular.

2.4. Conclusões de capítulo

A revisão realizada permite situar o momento atual dos programas e da política habitacional, e do processo de mobilização social, assim como tentativas destes últimos de incidir nessa construção. As mudanças das políticas se instalam sob a lógica de continuidades e rupturas entre estes períodos, fundamentais para compreender os quadros conceptuais que sustentam as práticas e formas que adquire a promoção habitacional. Aplanando a história é possível comparar o caráter dos ajustes nos diferentes momentos. Nos primeiros anos compreendidos, identifica-se uma busca por definir uma estrutura institucional adequada para a resolução dos problemas habitacional, em oposição a uma tendência mais recentemente, que, desde a ditadura, privilegia essas mudanças apenas na formulação e ajuste do programa existente, trasladando a reflexão para um nível mais operativo dentro do quadro estabelecido. Esta situação também reflete em um caráter mais flexível da perspectiva do Estado contemporâneo respeito a seu percurso histórico. A modernização do Estado no século XX levou a desenvolver um planejamento claro e detalhado sobre a produção de moradia, a visualização de metas a serem

⁴⁶ Principalmente o Decreto 44 de 2008 oficializa a NCh 853 de 2007: sobre “Acondicionamento térmico, envolvente térmica de edificações, Cálculo de resistências e transmitâncias térmicas”; e o Decreto 117 de 2011, que institui o Regulamento de Desenho Sísmico para Edificações.

atingidas e a coordenação de atores envolvidos, foi estabelecendo horizontes de atuação anuais, sexenais (seguindo os períodos presidenciais) e decenais (seguindo a medição do Censo). Na atualidade, a elaboração de planos e atuação de um genuíno planejamento é substituído pelas dinâmicas da disponibilidade orçamentária, se bem este é definido de maneira geral através do Censo, sua operação é determinada pelo interesse dos atores privados em desenvolver moradia. A única ingerência do Estado nesse sentido é a determinação do financiamento e sua distribuição por região, lógica privatista que gera desencontros que são manifestados, nas mesmas cifras oficiais, na lacuna entre subsídios repassados e moradias desenvolvidas.

Mais especificamente, destacam-se os curtos períodos de inserção popular e as formas de participação de atores sociais que se estruturam nos diferentes arranjos institucionais. Ora limitados, ora cooptados, estes são manifestações da permeabilidade na estrutura do Estado e da possibilidade de conseguir e cristalizar avanços dentro dessa estrutura. No final do primeiro período de luta dos inquilinos, por exemplo, a criação dos Tribunais da Moradia representou um avanço considerável, que reconhecia por igual o direito de voz dos diferentes atores (os interesses dos setores populares, dos proprietários latifundiários, e o acompanhamento de profissionais técnicos) na avaliação a escala microlocal das condições de moradia operária. Porém, essas estruturas foram atravessadas pelo processo de modernização do Estado que veio com a Constituição de 1925, e institucionalização de novos órgãos técnicos, que substituíram os Tribunais da Moradia, e com eles um espaço fundamental para incidência das organizações populares na intervenção do Estado nos próprios espaços locais.

Mais recentemente, identifica-se uma tendência de desvinculação do Estado do processo de promoção de moradias. Durante os anos sessenta as tensões entre o grêmio de produtores e o Estado, motivou uma maior ingerência do Estado na totalidade do processo. Inclusive, durante o governo da UP se definiu a área social de produção como um setor específico de propriedade estatal e atuação direta dos funcionários públicos e organizações de trabalhadores. De maneira oposta, a partir de 1981 existe uma desvinculação do Estado: i) no sistema de licitações de projetos de elaboração estatal; ii) na instauração dos fundos concursáveis em 2001, que permitiu ao setor privado propor projetos e dirigir sua execução financiada pelo Estado; iii) na geração das Empresas de Gestão Imobiliária e Social (EGIS) em 2005, que traspassou a privados, com ou sem fim de lucro, a responsabilidade de organizar a demanda e coordenar os atores privados; e iv) na substituição das EGIS em Entidades Patrocinantes em 2011, que amplia a possibilidade para que as próprias empreiteiras tomem a responsabilidade da totalidade do processo, desde a organização da demanda até a entregue das chaves e o plano de acompa-

nhamento social. Esse enquadramento não possibilita a inserção direta das organizações sociais no processo, pelo menos, não através do Estado.

Porém, o rasgo característico mais importante da anterior revisão seja o caráter tecnocrático do Estado e sua determinação nas relações com os pobladores. A transição entre o declínio da República Parlamentária e a ascensão da República Presidencialista moderna em 1925, também se manifesta no estabelecimento de uma tecnocracia, que se instala no aparato estatal estabelecendo relações verticais com os territórios. Sua consolidação entre 1925 e 1953 vai conflitar com o atravessamento demandas que questionavam o discurso técnico. A chegada das perspectivas progressistas significou uma reforma da visão tecnocrática, deixando em um segundo lugar o ditado da racionalidade econômica. O compromisso do Estado em esse período, não tentou apenas sofisticar a institucionalidade para conseguir maior eficiência, também ensaiou formas institucionais mistas a escala local (programas estatais, centros de distribuição de matérias na população, fabricas de materiais de propriedade de trabalhadores e as empresas da área social de produção). A partir da ditadura a racionalidade técnica mudou seu foco, re-colocando a racionalidade econômica para ajustar o subsídio às dinâmicas de mercado, e sofisticar os instrumentos de medição da demanda e focalização dos recursos públicos.

CAPÍTULO 3.

A PROMOÇÃO POPULAR DA MORADIA DO MPL:

A LUTA PELA INSTALAÇÃO DE UMA FERRAMENTA PREFIGURATIVO

Neste capítulo se aprofunda na experiência do MPL como organização que ensaia um modelo de promoção habitacional com controle popular, tenta-nos encaminhar um projeto emancipador por meio da produção do espaço. Esta proposta adquire forma na noção de política prefigurativa, que se propõe realizar mudanças significantes, a partir do cotidiano da classe subalterna no presente. A seguir se desenvolvem três seções: a primeira referida a contextualizar a emergência da organização e os princípios fundamentais que dão sentido à atuação da organização; a segunda mais focada sobre a experiência na promoção habitacional; e uma terceira dirigida a sistematizar as projeções do modelo construído.

3.1. O Movimiento de Pobladores en Lucha

3.1.1. ‘Porque aquí vivimos, aquí nos vamos a quedar’⁴⁷: antecedentes

Com o retorno da democracia existe um novo cenário para as reivindicações por moradia. Os requerimentos habitacionais foram pouco atendidos durante a ditadura, acrescentando problemas de adensamento e *allegamiento* (agregados) nos bairros populares, principalmente aqueles conjuntos horizontais originados por processos de ocupações de terreno (NECO-CHEA, 1987). Assim como em outras comunas, na comuna de Peñalolén, localizada 10 quilômetros ao este da cidade de Santiago do Chile (ver Anexo 2), o problema de allegados tinha se acrescentado nos assentamentos populares formalizados. Ela se tem caracterizado por ser um espaço historicamente constituído a partir da mobilização de pobladores e das ocupações de terreno e os posteriores programas governamentais de urbanização que tentaram conter ou dar solução a estas. Na atualidade, ela é atravessada pela mobilização de novos grupos de pobladores allegados que exigem moradia na comuna, porém, o interesse imobiliário e o incremento do preço do solo tem aumentado o conflito. Se bem, desde o Estado, os programas

⁴⁷ “Porque aquí vivimos, aquí nos vamos a quedar”. Cristian, liderança do MPL3, em entrevista com o autor, 11 de agosto de 2015.

habitacionais têm tentado colocar maior financiamento para subsidiar a demanda por moradia (ver Capítulo 2) entanto viabilizar a moradia de interesse social em comunas como Peñalolén, não obstante, a tendência tem continuado localizando a produção habitacional em novas periféricas seguindo a racionalidade técnica e econômica relativa aos atores privados dominantes. A partir desta situação se constrói um conflito pela permanência dos pobladores desde o local produzido pela geração anterior e a resistência contra o traslado da população desde seu local de origem.

O fim da repressão permitiu uma incipiente rearticulação das organizações de *pobladores*, retomando antigas estratégias de luta pela moradia através de ocupações de terreno organizadas. Durante a década de noventa ocorreram dois eventos importantes de considerar nesse retorno da mobilização e ascensão do conflito na comuna. Estes foram: a *La Toma de Esperanza Andina* [Ocupação de terrenos de Esperanza Andina] (1992-2000), a primeira toma organizada de terrenos no período de retorno da democracia, e *La Toma de Peñalolén* [Ocupação de terrenos de Peñalolén] (1999-atualidade). La Toma de Esperanza Andina foi uma ocupação de grandes proporções, agrupando mais de mil famílias, entanto La Toma de Peñalolén foi a maior ocupação de terrenos organizada no Chile depois da volta da democracia, chegando a ter 1.750 famílias morando no acampamento. As duas ocupações ocorreram em terrenos desocupados ou subutilizados localizados em uma zona de expansão da área urbana, nas encostas da Cordilheira dos Andes. Neste sentido estas experiências dos anos noventa seriam uma clara recuperação da estratégia de luta dos anos sessenta, ocupando o solo disponível na periferia (SALAZAR, 2012).

Este novo período de ocupações de terreno é reconhecido pelos *pobladores* como um período de importantes aprendizados, tanto nas ocupações de terreno realizadas pelos grupos mais radicalizados, quanto na formação de comités de allegados daqueles que decidiram tentar mediante a postulação formal ao programa habitacional. Destaca-se que neste período, as novas organizações, dirigidas principalmente por mulheres e jovens, tiveram uma importante transferência geracional no encontro com os militantes das agrupações dos anos sessenta e oitenta (COTAL, 2011). Gestou-se desta forma um processo de subjetivação das agrupações, as quais foram passando de serem conjuntos de famílias individuais unidas na luta por conseguir uma “solução definitiva na comuna” para se conformar um grupo mais consistente a partir deste processo, onde reemerge a identidade dos pobladores como sujeitos em busca de construir o hábitat popular.

Na dimensão organizativa, ensaiaram-se as primeiras organizações de tipo federativas, que foram articulando redes a escala comunal e intercomunal. Em 2002 emerge a *Coordinadora de Allegados, Sin Casa y Deudores Habitacionales* [Coordenadora de Moradores em Agregados, Sem-Tetos e Endividados Habitacionais], que de maneira ambiciosa se propunha como uma coordenadora intercomunal, que teve presença em quatro comunas, dentre estas Peñalolén. A escala local, em Peñalolén, começaram a se articular diversas redes de comités de moradia. O caso mais emblemático foi o comité *Lucha y Vivienda* (LyV) [Luta e Moradia] formado em 2003, que se constitui como um precedente direto do *Movimiento Allegados en Lucha* [Movimento de Agregados em Luta], o qual derivaria no MPL. LyV coordenava as agrupações de diferentes bairros, estendendo sua rede na maior parte da comuna. Se bem, nestas experiências se desenvolveram as primeiras ações de reivindicação, existiam diversas tensões que dificultaram a emergência de um projeto comum (GUANCA, 2011; MPL, 2011).

As definições neste sentido vieram a meados da década de dois mil, a partir de dois acontecimentos que motivariam a radicalização de uma parte das agrupações. Particularmente no ano de 2005, na relação do *Movimiento Allegados en Lucha* [Movimento de Agregados em Luta] e o principal partido político com presença nas *poblaciones*: o partido comunista (PC), gerou-se uma ruptura, ao tentar forçar os grupos de pobladores para uma desmobilização das agrupações populares, isto, parte de um acordo partidário estabelecido entre o PC e a coalizão governante, a fim de sustentar um aparente cenário de estabilidade até as eleições presidenciais de dezembro desse ano em troca da inserção do PC na coalizão (MPL, 2011). O desentendimento entre o partido e as lideranças de organizações populares gerou a desvinculação definitiva destes últimos do partido, além de um distanciamento do PC com uma base de trabalho nos territórios populares. A oposição e radicalização destes teve como expressão mais importante a ocupação de terreno realizada nas proximidades da anterior Toma de Esperanza Andina em março de 2006, coincidente com o começo do quarto governo da Concertación, ação que teve a participação de 700 famílias. Porém, a diferença das experiências anteriores, a resposta das autoridades foi operação repressiva de um grau de violência maior do que tinha existido até então em democracia, a fim de evitar a consolidação de uma terceira toma multitudinária na comuna (GUANCA, 2011). Finalmente, o despejo efetivado da toma veio sucedido de novas tentativas de reocupação do terreno, as quais também não tiveram sucesso.

“[P]ara nós essa foi uma derrota militar[, porém,] que conseguimos inverter em uma vitória política (...). Fomos despejados de um espaço recém-ocupado pelo movimento de pobladores, em 2006, no mesmo dia que Michelle Bachelet assumia o cargo”. (Informação verbal)⁴⁸

A principal vitória política a partir desta experiência se traduz em uma recomposição do cenário de mobilização na comuna, momento em que surge uma aliança de comités sob o nome de *Movimiento de Pobladores en Lucha* (MPL). Em termos discursivos, isto marcou uma importante distinção na construção do sujeito a partir do termo de poblador. Cabe destacar que a partir daqui se prioriza de forma deliberada este último termo por sobre o termo de *allegado* [agregado], o qual corresponde a uma construção de identidade e significação mais limitada, que faz referência apenas a sua condição de carência habitacional. No novo cenário se gerou uma composição mais consistente da rede de agrupações e comités mobilizados, o que significou a possibilidade de inovar na estrutura organizativa, abrir novos espaços de atuação e estabelecer alianças (GUANCA, 2011; MPL, 2011).

[O]s comités do Movimiento de Allegados en Lucha, entendemos que apenas a luta conjunta de todos os pobladores por suas demandas é a única ferramenta que nos permite lograr nosso objetivo de vida digna. (...) Por esta razão, nossa organização passa a se chamar Movimiento de Pobladores en Lucha, “instrumento dos pobladores para conquistar lutando o que eles nos negam, e assim conseguir a vida digna”. O MPL incluirá aos sem casa de outras comunas, endividados habitacionais, estudantes, sindicatos e a todas as organizações da classe trabalhadora (...) levantando a organização em todas as comunas, onde um sem casa, um operário, um estudante, quer dizer, um poblador, tenha motivação para lutar. (Comunicado n. 1 do MPL, 18 de julho de 2006).

Essa recomposição da mobilização se desenvolve junto com uma recomposição das estratégias, a qual, particularmente, manifesta-se em uma diminuição das ocupações de terreno, e uma busca por novas formas no contexto atual. Salazar (2012) enumera quatro aspectos fundamentais neste novo cenário: a) forte repressão dos governos da Concertación, b) a sofisticação dos programas subsidiários da ditadura, c) a diminuição da pressão por migração campocidade, e d) a adoção de novas formas de pressão e ação coletiva. A partir deste momento, começa a ser explorada a contradição entre o maior financiamento dos programas habitacionais, e as dinâmicas excludentes no mercado de solo. De maneira geral, o maior valor dos subsídios têm sido absorvido pelas alças de solo, estagnando o investimento na moradia e o aumento na satisfação habitacional, o que tem dificultando uma resposta à demanda por moradia de interesse social bem-localizada, nas áreas de procedência.

⁴⁸ Lautaro, liderança MPL em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

3.1.2. ‘Nuestro sueño es más grande que la casa’⁴⁹: principais enunciações

A questão do solo e a localização tem sido uns dos pontos centrais na disputa pela política habitacional neste novo cenário. Existe uma percepção de um progressivo deslocamento da população pobre para novas periferias, promovida pelas políticas habitacionais que operam nas novas periferias, o planejamento urbano dos governos locais que tenta se adaptar ao interesse imobiliário para atrair investimentos no território administrativo, e a atuação do mercado de solo especulativo, estabelece diversos conflitos entre organizações sociais e os governos locais (LÓPEZ, GASIC e MEZA, 2014; PARRAGUEZ, 2010). Tanto em Peñalolén, quanto em outras comunas, os comités de moradia, associações de moradores e outros, começaram a alcançar uma maior presença no nível local na interpelação do Estado (COTAL, 2011). Particularmente, estas tensões se estendem a partir de uma disputa que coincide com muitas situações no espaço social produzido nos processos de ocupações de terreno e mobilização de pobladores nos sessenta e sessenta.

Um dos elementos determinantes para o MPL será precisamente o diagnóstico sobre as políticas de Estado e em particular sobre a política habitacional. Por um lado, no geral, as políticas inseridas dentro dos espaços populares desde cima são cada vez mais mercantilizantes, aumentando os custos para os pobladores, e diminuindo as possibilidades de ficar (LATORRE e UGARTE, 2010). Por outro lado, a política habitacional responde uma racionalidade técnica que se posiciona a partir dos atores privados, os quais, apesar de operar em um mercado dirigido para a população pobre, não pode gerar condições adequadas para o desenvolvimento do mundo popular.

Muitos de nós [classe subalterna no geral] temos hoje um teto, mas ele localiza-se nos extramuros da cidade, expulsados de sua terra de origem e seu território. Ainda mais, o acesso à moradia na lógica neoliberal oculta as demandas superiores sobre o hábitat e as limita a um assunto material, reduzindo a organização social à repartição da [moradia] “chave na mão”⁵⁰ (...) este cenário, mantido desde 1974, há instalado práticas assistenciais, de caridade, clientelistas e de controle social dos governos com as famílias, dando sustento, ainda mais, à rentabilidade dos agentes de mercado e reprodução da ordem estabelecida. (MPL, 2011: 29-30).

⁴⁹ “Nosso sonho é maior que a casa” (MPL, 2011).

⁵⁰ Resulta interessante fazer a distinção entre produtos habitacionais. *Vivienda llave em mano* [Moradia chave na mão] se refere à moradia conseguida em propriedade, de caráter terminado, onde o novo proprietário não obtém um bem material terminado, pronto para morar, assim como dispor ele como propriedade para conseguir crédito, etc. Se bem, em alguns casos, as moradias entregues não tem terminações, a característica principal é sua disposição imediata e a separação entre usuário e produtor. Nesse sentido, utilizando os termos de Feenberg (2010), poderíamos falar que a moradia chave na mão é uma manifestação clara da autonomização do artefato moradia.

Instala-se uma demanda por manter a posição conseguida pelos pobladores na periferia, e avançar por ter maior incidência no desenvolvimento destes espaços. Desta maneira, abrem-se instâncias de exigência ao Estado por conseguir sustento material para o desenvolvimento de moradia nos seus espaços. Consolida-se, neste sentido, uma compreensão da *población* (no sentido de espaço popular) como produto social dos *pobladores*, onde os investimentos do Estado correspondem a uma atuação pública que faz parte de uma efetivação de um direito social. Em outras palavras, a *población* é um espaço socialmente produzido que recebe os correspondentes aportes públicos. Porém, esta compreensão para o MPL implica reformular o papel das organizações nesse processo avançando par uma posição mais ativa, instalando no discurso a distinção entre o *velho poblador* e o *novo poblador*⁵¹. Esta distinção depende, entre outras coisas, de sua capacidade de tomar a direção do processo. Um velho poblador seria o agente dependente de instituições externas, o Estado, a igreja, os partidos políticos, contra um novo poblador autônomo.

*“[O] velho poblador que está no espaço combativo (...) sempre vai tentar puxar para trás, vai estagnar, o que pode corroer elas no seu interior” (informação verbal)*⁵²

Junto com a noção de criar um caminho próprio, dirigido pela organização de maneira horizontal, existe a necessidade de recuperar o sentido coletivo nas organizações populares. Assinala-se, por um lado, que as organizações convencionais, como associações de moradores e outras organizações comunitárias, tinham entrado em uma lógica instrumental e clientelista recebendo recursos em troca de favores políticos eleitorais. Por outro lado, as massas populares no presente estariam mais atravessadas pela promoção do consumismo e a possibilidade do crédito, portanto, estas se encontrariam mais imbuídas em projetos individuais (GARCÉS, 2003). Contudo, era necessário adotar formas de mobilização, não apenas para gerar a recuperação dos meios materiais e gerar melhoras nas condições de vida da classe subalterna, mas acima de tudo para germinar mudanças culturais no cotidiano destas (MPL, 2011).

A partir deste diagnóstico se constrói um discurso fora das influências políticas dos partidos convencionais, que apropria e desconstrói os termos utilizados pelo próprio Estado na questão habitacional. O principal exemplo disto é a adoção da enunciação ao redor da construção da

⁵¹ Nuevo poblador [novo poblador] como termo adquire parte de seu sentido a partir do termo homem novo do Che Guevara, como parte de um sujeito social que adquire uma disciplina em relação à luta emancipatória e a construção de uma sociedade igualitária, e cuja imagem tem sido parte da estética dos primeiros anos da organização (ver Anexo XX). Porém o trabalho de recuperar as conexões entre as duas proposições, constitui uma pesquisa mais ampla que não será aprofundada em esta dissertação.

⁵² Entrevista a Lautaro realizada por Rhonny Latorre (LATORRE e UGARTE, 2010).

vida digna. O uso desta enunciação deriva, por uma parte, da permanente demanda por melhorar as condições de reprodução da classe subalterna, e, por outra, do discurso instalado tanto nas organizações sociais quanto no Estado, que se propunha dignificar as condições de vida fornecidas pela política habitacional (SUGRANYES, 2005)⁵³. Desta maneira, passou-se do discurso oficial sobre *vivienda digna* [moradia digna], como forma de consenso sobre os problemas das políticas habitacionais, para falar de *vida digna*, termo qual tem a ver com gerar uma ruptura neste consenso, estabelecendo outro patamar nos ganhos das organizações populares e sua ingerência. Por outro lado, existe uma busca por evitar ser compartimentalizado apenas como uma organização que demanda moradia, compondo uma instância de exigência abrangente, que incorpore o trabalho, a saúde, a educação, etc. Com isto, estabelece-se uma oposição ao Estado que tende a compartimentar os grupos mobilizados por demandas setoriais, gerando um enfraquecimento das posições contestatárias e suas possíveis articulações. Por outro lado, os próprios pobladores, como base social, assumem um processo mais longo, onde conseguir a casa representa apenas um passo em um percurso mais amplo de mudanças (MPL, 2010). Além da moradia, a enunciação da *vida digna* cobra sentido em promover diversos desdobramentos em outras áreas de desenvolvimento social, o que tem sido manifestado em diferentes experiências dirigidas por pobladores e apoiadores⁵⁴.

Assim, como projeto sociopolítico, a *vida digna* começa por se opor às dinâmicas dominantes tanto materiais, de desigualdade social e exploração, quanto culturais, opondo-se ao individualismo no mundo popular, e ao assistencialismo como forma de dominação. Em contra partida, propõe-se uma forma coletiva de construir e reproduzir a vida da classe popular, a partir da solidariedade e o reconhecimento destes como sujeitos de transformação. A *vida digna*, nesse sentido, prescinde da dependência e a direção de partidos políticos ou uma vanguarda iluminada, que estabelecem o caminho em quatro paredes, ao contrário, tenta construir se percurso de maneira horizontal (MPL, 2011). Isto não se refere de um isolamento do grupo social que se define autônomo, mas de uma interação também horizontal entre iguais com outros grupos. Portanto, rejeita-se o assistencialismo como forma que naturaliza as desigualdades e a

⁵³ Por sua vez, corresponde a um termo cunhado por instituições supranacionais como ONU Habitat e promovido pelo Comitê de Direitos Urbanos das Nações Unidas, cujo objetivo é ampliar o conceito de moradia. Vale a pena mencionar que no caso do Chile, o direito à moradia é ratificado em 1990 através do documento do documento da Convenção Interamericana sobre Direito Humanos – Pacto de San José de Costa Rica (1969).

⁵⁴ Entre estas têm sido desenvolvidas principalmente experiências de formação autogeridas para diferentes níveis de ensino: cursos de alfabetização para crianças, a creche Epuwen Dignidad, o curso para lideranças sociais, a especialização em movimentos sociais e gestão comunitária, o Colégio Paulo Freire para adultos, a escola psico-social Martín Baró, o pré-vestibular popular, os cursos de capacitação para cooperativa de mulheres construtoras (em eletricidade e alvenaria), entre outras experiências em associação com apoiadores externos.

verticalidade, tentando amenizar as contradições negando o potencial de poder contido no grupo social.

A diferenciação do MPL respeito outras organizações populares que vinham surgindo desde os noventa se estabeleceu, entre outras coisas, a partir da busca de uma nova retórica. O objetivo do projeto de vida digna, como se assinala, “não é viver melhor”, no sentido de eficiência ou crescimento que permitam viver melhor que antes, ou de melhor maneira que antes, mas "uma opção que expressa a diversidade e a experiência de vida dos nossos povos" (MPL, 2011, p. 31). A posição do MPL procura construir um caminho próprio, e não ser dirigidos por ideias externas, através da construção do poder popular. Neste sentido, adota-se uma atitude semelhante a outros movimentos populares e referentes políticos na América Latina, que retomam a clássica pergunta de: o que fazer?, desde o enfoque de transformação e emancipação social das classes subalternas e assumir a responsabilidade por pensar em sua atuação no momento atual.

Consequente a este enunciado geral, a construção do projeto do MPL tem levado a repensar as práticas no período atual. A própria instituição do MPL esteve vinculada à adoção da promoção habitacional como prática central na estratégia da organização, procurando criar formas para realizar seus objetivos através de seus próprios meios. As práticas tradicionais de ocupações de terrenos são, em certa forma, substituídas por um projeto de promoção popular da moradia, que incorpora mudanças nos modos de vida dos envolvidos (SALAZAR, 2012). Neste sentido, assume-se uma posição de autoprodutores do hábitat popular e reproduzir essa periferia que gera um sentimento de pertencimento histórico nos pobladores.

3.1.3. ‘De la Toma de Peñalolén ‘a tomarnos Peñalolén’⁵⁵: dinâmica territorial

Neste cenário, a comuna de Peñalolén se apresenta como o teatro de operação da organização, atravessado pela disputa perante a atuação de outros atores na comuna (partidos políticos, empresários, etc.). Em primeiro lugar, o governo local, tem tentado mudar as dinâmicas socioeconômicas da comuna, entrando na competência intercomunal a nível metropolitano por atrair o mercado imobiliário através de diferentes práticas espaciais, como a realização de modificações no planejamento urbano para liberalizar as normativas e desenvolver interven-

⁵⁵ “Da ocupação de terrenos de Peñalolén (1999) para tomar Peñalolén”. (GUZMÁN, RENNA, SANDOVAL e SILVA, 2009)

ções estratégicas (LÓPEZ, GASIC e MEZA, 2014), como outras de caráter discursivas. Nessas últimas, tem-se tentado invisibilizar as origens da comuna, deixando de lado a história dos assentamentos, as ocupações de terreno e a mobilização dos pobladores que tem produzido e reproduzido boa parte do espaço urbano da comuna desde a década de quarenta. Ao contrario, adotando um discurso que ameniza estes aspectos e propõe a heterogeneidade social da comuna (ORREGO, 2006), o governo local deixa de lado os pobladores e o passado, fomentando a chegada do futuro através de investimentos imobiliários de bairros fechados nas áreas de expansão da comuna.

Em segundo lugar, atores privados têm começado a operar na comuna a partir deste projeto de atração de investimentos imobiliários, principalmente interessados no desenvolvimento da área de expansão da comuna, o chamado *Peñalolén Nuevo*. Este espaço tem sido desenvolvido no tempo e aos poucos, a partir de sucessivas ampliações do limite urbano que aconteceram desde os anos noventa. Os atores produtores, e outros vinculados aos processos de produção imobiliária, são proprietários de grandes superfícies de terreno nestas áreas, tanto dentro quanto fora do limite urbano, na espera da realização de modificações no Plan Regulador Comunal (PRC) [Plano Regulador Municipal] (semelhante aos plano diretor). Em terceiro lugar, por parte da sociedade civil existe outro ator relevante nesta disputa tem se instalado a chamada *Comunidad Ecológica* [Comunidade Ecológica], correspondente a um assentamento ecológico de classe média alta, iniciado na década de sessenta, localizada em uma área atualmente de transição entre o urbano e o rural. Estes se tem posicionado até agora procurando fixar normativas mais bem conservadoras a fim de preservar o ecossistema de encosta da Cordilheira de Los Andes, por tanto em oposição ao Município, aos imobiliários, e, em certas conjunturas, aos pobladores. Perante estes últimos, a *Comunidad Ecológica* estaria contrária ou colocaria bastantes limitações, à construção de moradia interesse social, devido ao incremento da população em densidade, a impermeabilização dos solos, e pelo “estilo de vida dos pobladores”⁵⁶.

Estes distintos projetos de comuna têm entrado em conflito durante os últimos anos devido à diminuição dos terrenos disponíveis em relação ao consumo de solo, e a conseqüente pressão

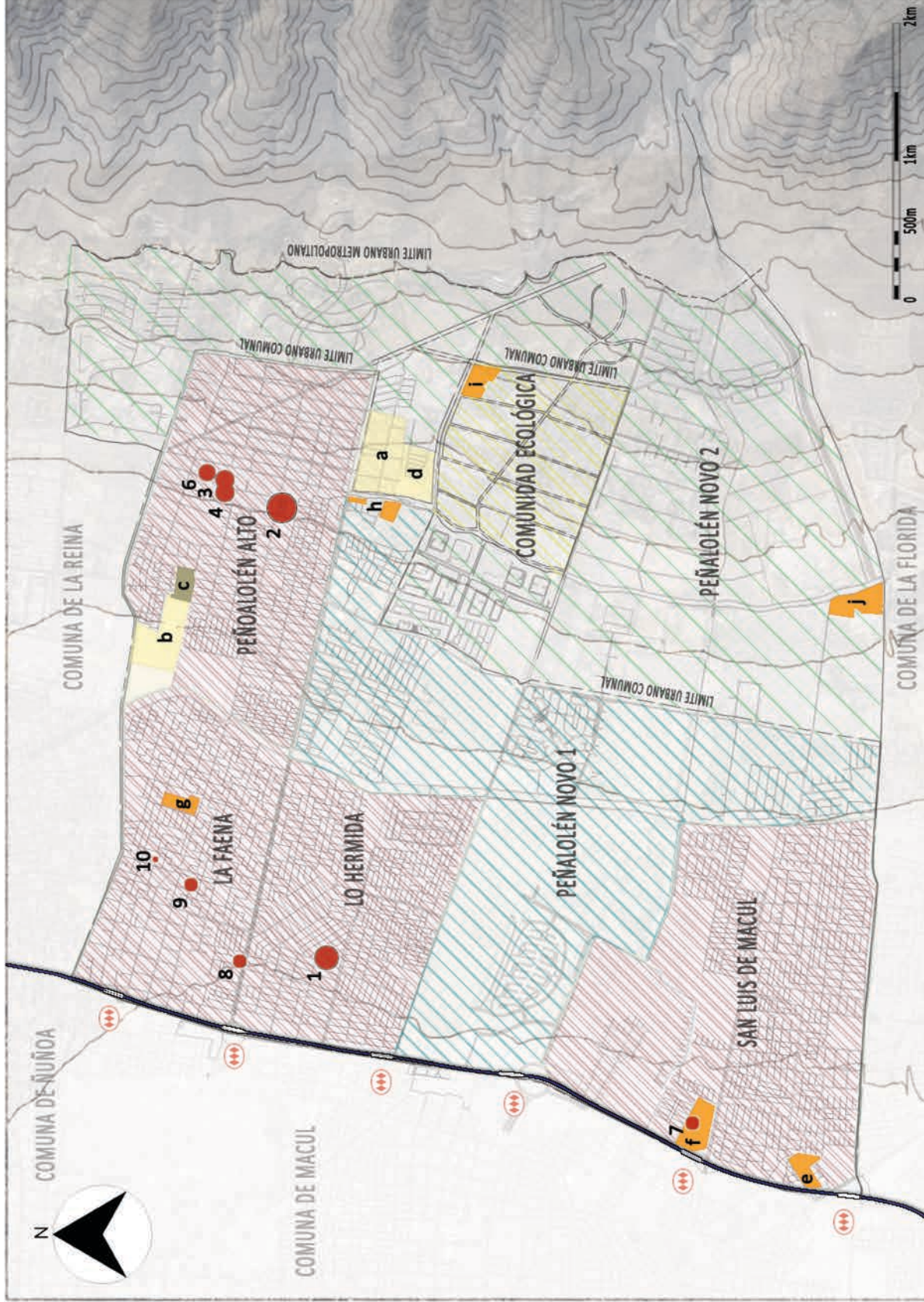
⁵⁶ Em 2012, depois de um processo de tensões contra a modificação do Plan Regulador Comunal e a possibilidade de construir moradia interesse social na proximidade da Comunidad Ecológica, os moradores desta última chamaram para uma série de sessões de debate para chegar a consenso sobre as diretrizes dos possíveis projetos de moradia interesse social, chamados “Diálogos Vecinales de Antupirén Alto”. As matérias tratadas neste debate foram atravessadas por instalar elementos que permitissem gerar mudanças de caráter ecologistas. <<http://comunidadecologicapenalolen.bligoo.com/acuerdo-inedito-de-integracion-en-atupiren>>.

por mudar o PRC. A partir de 2007, a municipalidade começou um processo de modificação total do PRC, incorporando novas áreas para empreendimentos residenciais em extensão e áreas para edificação em altura nas proximidades da linha de metrô que se dispõe no limite comunal. As mudanças geravam intervenções em zonas de moradia popular, além de estabelecer normas mais limitantes para o desenvolvimento formal das poblaciones⁵⁷. A partir desta proposta surgiram diferentes grupos a favor e contra da modificação. Entre os primeiros, o governo local conseguiu mobilizar, em favor e em controle, uma parte importante de população, principalmente de comités de moradia e organizações comunitárias próximas à gestão municipal, prometendo benefícios em troca das ações. Por outro lado, na oposição se estabeleceu um grupo heterogêneo formado por grupos ecologistas que pretendiam resguardar a o ecossistema de encostas na cordilheira; moradores antigos da comuna; e um grupo amplo de comités de moradia, que viam que as modificações iam trazer maiores dificuldades para produzir moradia interesse social (HÖRLZL, 2015). A Ilustração 3, gerada no marco desse conflito, mostra uma ilustração destas disputas a partir de uma zonificação base e figuras explicativas do conflito e as propostas. Um por um, a cor vermelha representa as áreas de moradia popular existentes, a área ciano a comunidade ecológica, às áreas em roxo as áreas industriais existentes (que seriam eliminadas na proposta), em azul os equipamentos municipais, e em tons de cinza a área de expansão de bairros fechados.

Em dezembro de 2011, a ascensão no conflito levou a desenvolver um plebiscito vinculante para definir a resolução do plano. O resultado do plebiscito foi contra da aprovação da proposta municipal, questão que para a organização, mais do que um avanço representava uma oportunidade de conseguir ganhos concretos na luta pela moradia na comuna. O principal aprendizado deste processo, sem dúvidas, tem sido a ampliação da noção de luta pela moradia, inserindo-se na dimensão do planejamento urbano e as disputas técnicas pela norma operativa sobre o território. Isto tem levado a repensar o conflito em torno à promoção de moradia em seu conjunto, partindo desde o planejamento urbano.

⁵⁷ O contra discurso político-técnico foi desenvolvido desde 2009 entre o MPL e o Centro de Estudos Críticos Urbanos (CECU) da Universidad de Chile. A partir desta cooperação se desenvolveram uma série de propostas e documentos. Disponível em : <<https://seminariogladysarmijo.files.wordpress.com/2009/10/propuesta-de-plan-regulador-de-los-pobladores-de-penalolen.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2016.

Mapa de situação



Listado de elementos:

- 1 - MPL1: Comunidade Conquistadores de Lo Hermida
- 2 - MPL2: Comunidade Las Araucarias e Creche Epuwen
- 3 - MPL3 (Estagnado)
- 4 - MPL4 (Estagnado)
- 6 - MPL6 (Em construção)
- 7 - MPL7 e MPL8 (Dentro de megaprojeto SERVIU)
- 8 - Local MPL
- 9 - Horta do MPL e Quinchoala (Espaço comunitario)
- 10 - Casa Poblal (Espaço comunitario)
- 11 - Vereadoria MPL (prefeitura municipal)

- a - Ex acampamento Esperanza Andina (1992-2003) - atual bairro Esperanza Andina
- b - Extensão máxima do acampamento Nazur (La Toma de Penalolén) (1999-)
- c - Extensão atual do acampamento Nazur
- d - Terrenos da tentativa de acampamentos (2006)
- e - Terreno de San Luis de Macul
- f - Terreno El Sauzal (Em gestao do SERVIU)
- g - Terreno Ex prefeitura municipal
- h - Terrenos de Las Perdices
- i - Terrenos de Antupirén alto
- j - Terreno Macul con Consistorial

Estações Linha 4 do Metrô de Santiago (2006)

Ilustração 2. Territorialização do MPL na comuna de Penalolén

Elaboração: Daniel Meza Corvalán
Escala 1 : 3000
Data: 2 de abril 2016

SIMBOLOGIA

- Ruas e Avenidas
- Limite comunal de Penalolén (1981)
- Limite urbano comunal (PRC 1989)
- Limite urbano metropolitano (PRMS 1994)
- Subáreas de assentamentos populares (iniciadas 1940)
- Subárea da Comunidade Ecológica (iniciada 1960)
- Subárea de Penalolén Novo 1 - limite comunal (1989)
- Subárea de Penalolén Novo 2 - Novas urbanizações (2003)
- Presença materializada do MPL
- Terrenos demandados para moradia social por CMSP (2013)
- Ex-acampamento da história recente
- Acampamento existente

Como resultados da confrontação contra o município, abriram-se dois processos que reformularam as formas de atuação do MPL. Por um lado, adotou-se o tratamento do planejamento como um aspecto importante na luta dos pobladores. Respondendo a esta questão se assumiu um novo frente de disputa no planejamento urbano e confrontação do planejamento tecnocrata convencional, criando-se em 2012 a *Secretaria Popular de Planificación Territorial* (SEPPLAT) [Secretaria Popular de Planejamento Territorial]. A SEPPLAT tem sido um espaço onde os apoiadores técnicos da academia têm criado um espaço de discussão junto aos pobladores das diferentes assembleias sobre o planejamento urbano. Sua atuação principal é dar continuidade ao seguimento do planejamento comunal, com o objeto de construir um contradiscurso técnico para contestar o município, procurando gerar as condições para novos avanços materiais dos pobladores na comuna.

Por outro lado, a confrontação contra o município tem motivado ao MPL, junto a outras organizações de pobladores, a disputar o governo local. A partir das primeiras informações do projeto de atualização do Plan Regulador Comunal, em 2008 é iniciado um processo de candidatura de uma das lideranças para disputar um dos seis cargos de *concejales comunal* [vereador municipal]. O envolvimento das organizações de pobladores em eleições de governos locais derivou em 2009 o Partido Igualdad (PI): “ferramenta do povo”, como forma de dar sustento às candidaturas emergidas desde conflitos locais. Desta maneira, em Peñalolén, tem-se incorporado uma política de disputa do poder institucional a nível local, resultado do qual o MPL tem conseguido instalar um *concejal municipal* em dois períodos, entre 2008 e 2012, e 2012 e 2016.

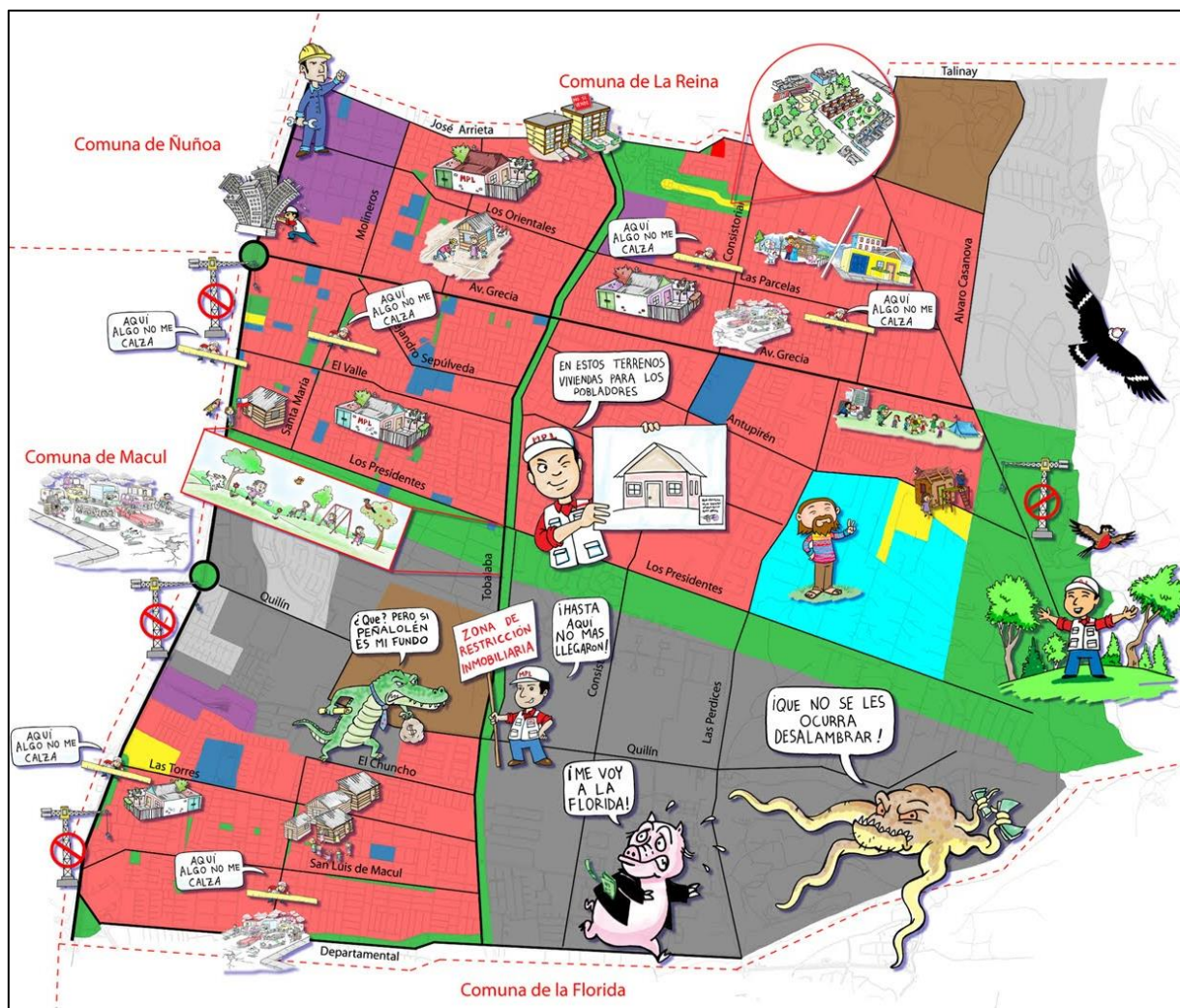


Ilustração 3. Plano de síntese da oposição à atualização do Plan Regulador Comunal de 2011.
Fonte: arquivo MPL

3.2. Construindo um modelo de promoção habitacional

3.2.1. ‘Construyendo la nueva población’⁵⁸: mobilizar a demanda local

O MPL na comuna de Peñalolén se constitui a partir de uma rede preexistente de comitês de moradia mobilizados. Desde começos dos anos noventa, com *La Toma de Esperanza Andina* e a modificações do *Programa de Vivienda Básica*, foi-se construindo uma política popular de organização de allegados por parte das novas gerações. Se bem, as dinâmicas organizativas vinham sendo ensaiadas desde finais dos anos oitenta, na década de dois mil existe uma importante ruptura na lógica de desenvolvimento destas. Até então, as organizações de poblado-

⁵⁸ “Construyendo a nova población” (MPL, 2011)

res vinham sendo determinadas em sua instituição e composição pelo bairro de origem, e, às vezes, pela influência de algum ator externo como a igreja ou os partidos políticos (GUANCA, 2011). Assim, a primeira e única instância de organização de pobladores era o bairro, que correspondia a cada uma das quatro áreas de população popular na comuna: La Faena, Lo Hermida, Peñalolén Alto e San Luis de Macul.

3.2.1.1. *‘Somos la unión de comités de nuevo tipo’⁵⁹: mudanzas organizativas*

Cada uma destas áreas (La Faena, Lo Hermida, San Luis de Macul, etc.) têm uma forte identidade interna que da unidade como bairros, apesar do desenvolvimento progressivo e heterogêneo. Tal vez o principal fator, mais do que a proximidade espacial, seja a origem dos assentamentos, vinculada aos diferentes processos populares que caracterizaram esta, inclusive nessa lógica existem microsetores mais específicos. Prévio à chegada dos pobladores, Peñalolén era um espaço rural, subdividido em áreas de grande tamanho, as que foram se subdividindo na primeira metade do século XX. Os primeiros assentamentos foram se realizando na zona de Peñalolén Alto, onde um dos proprietários começou a realizar loteamentos irregulares, sem urbanização. Realizando a venda destes loteamentos para as populações pobres, os chamados *mejoreros* de loteamentos, foram-se produzindo por autoconstrução as primeiras poblaciones (San Judas Tadeo, Nueva Palena, Las Brisas).

“[Eu cheguei a viver com minha família a Peñalolén Alto no ano 1947. Existia neste lugar vida silvestre sendo os coelhos e as perdizes os bichos mais abundantes. (...) Era só morro com córregos e florestas. Para o setor de Antupirén, Lo Hermida e Arrieta haviam vastas fazendas. (...) Quando uma pessoa ou família nova chegava, a primeira coisa que tinha que fazer era ir a pedir ao dono do terreno um espaço para viver, o qual ele delimitava fazendo deslindes com pedras”(Informação verbal)⁶⁰

Um processo semelhante foi replicado também em áreas da área de San Luis de Macul, o qual foi conhecido como o assentamento dos *mejoreros*, que teriam uma presença importante até a radicalização das estratégias populares das ocupações de terreno. Em meados da década de sessenta e começos da década de setenta foram se assentando agrupações de pobladores em terrenos agrícolas na parte baixa da comuna, mediante ocupações de terreno organizadas, correspondente às grandes fazendas coincidentemente de nome La Faena e Lo Hermida. No primeiro caso, a consolidação da subárea da *población La Faena* tem estado marcada pela ação

⁵⁹ “Somos a união de comités de novo tipo” (MPL, 2011).

⁶⁰ Don Pepé da población San Judas Tadeo, em entrevista realizada em 2007 pelo Centro de Estudios Urbanos Críticos (CECU) da Universidad de Chile (GONZÁLEZ e MORALES, 2009).

do governo democrata cristão, no começo de 1970, para realizar o assentamento da população proveniente de diferentes ocupações de terreno realizadas a finais da década de 1960 nos redores do setor. Foi uma importante superfície de terrenos destinada ao *Programa Operación Sitio*, onde o Estado urbanizava e assistia o processo de autoconstrução através das associações de moradores (GARCÉS, 2002). Particularmente a política habitacional e de organização social dessa época marcou o que têm sido as formas de urbanização e organização desta subárea até hoje, onde as associações de moradores e comités de moradia continuavam sob uma importante influência do partido da democracia cristã (GUANCA, 2011).

No caso de Lo Hermida, a situação é um pouco diferente. Depois de sucessivos grupos ocupantes, a população que permaneceu até hoje corresponde a uma população assentada em ocupações mais tardias dentro das ondas do período de ocupações organizadas nos sessenta. Em palavras de uma das lideranças históricas da población Lo Hermida:

“[I]sto foram umas ocupações que se fizeram no dia 13 de outubro de 1970, onde nos juntávamos por volta de uns dois mil pobladores (...). Eram campos de pêssegos e plantações de lucernas (...). [Nesses anos] estivemos com vários problemas com a autoridade. Muitos foram mortos, muitos fomos massacrados. [Dessa maneira] estivemos uns três ou quatro anos em acampamentos, onde eram uns grandes alagamentos, e as autoridades que faziam? Riam. Os militares, carretando gente de um lado para outro, para que? Para nos atropelar (...) Mas sim, ganhamos a luta (...) Nos deram apoio ao final, porque vieram que nós éramos capazes, e lutávamos por nossas necessidade (...) Eu assumi o cargo de liderança por 14 anos nesta población. Conseguimos o mais que pudemos com a prefeitura, e daí seguimos para frente, com nosso esforço, organizando nossa población. As autoridade pouco o que nos têm ajudado (...) Graças a deus estamos em uma casa digna, tranquilos e felizes apesar de todo o que há passado”. (Informação verbal)⁶¹

Lo Hermida é uma população produzida por ocupações de solo mais tardias, cuja consolidação formal estaria atravessada pela ditadura militar. Além deste primeiro grupo de pobladores em acampamentos desde 1970, foram se adicionando, no decorrer do tempo, novos grupos, principalmente produto da política de remoção e reassentamento de população popular em áreas bem-localizadas e realocização destes na periferia (MORALES e ROJAS, 1987). Desta maneira, como em La Faena, a modalidade de produção dominante foi por autoconstrução, porém, com menor presença do Estado. Em Lo Hermida o Estado esteve presente esporadicamente através de diferentes intervenções executadas em um período de tempo de quase duas décadas, tempo em que foram concretados o loteamento, a entrega de material para moradias

⁶¹ Seu Gerônimo em testemunho entregue durante a visita de David Harvey às assembleias do MPL, em 23 de novembro de 2014. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=ui_21z9C3qw>. Acessado em: 10 mai. 2015.

provisórias, a urbanização e higienização. O desenvolvimento das habitações corresponde a um processo mais individual, porém, as organizações comunitárias também tiveram um papel importante em demandar a maior atuação do Estado. A mudança mais significativa das condições de habitação foi a higienização, através da instalação de unidades sanitárias (construção que concentrava banheiro e cozinha em uma superfície de 6 m²), projeto que se desenvolveu a finais da década de oitenta. Desta forma, além das separações físicas entre as diferentes poblaciones constituídas por avenidas, condições de topografia, entre outros elementos presentes, também existem diferenças entre os processos de produção do espaço, as que têm determinado o grau de arraigo territorial das novas organizações populares formadas na década de noventa e dois mil.

A constituição do MPL em 2006, além de tentar construir uma posição diferente dos pobladores frente ao Estado e a luta pela moradia, também significou uma mudança na estrutura organizativa da rede de comités mobilizada. Antes de 2006, as dinâmicas organizativas dos precedentes do MPL se subdividiam de forma determinante nestas quatro áreas territoriais antes referidas (La Faena, Lo Hermida, Peñalolén Alto e San Luis de Macul), o que gerava uma rede de coordenações de comités que atuavam como instâncias intermédias fortes, que dirimiam as alianças perante a administração comunal (MPL, 2011). Os processos iniciavam e terminavam nesse território, em uma lógica onde os comités que permaneciam quase imutáveis no processo de postulação e aquisição da moradia.

A mudança nesta dinâmica veio com o estabelecimento do MPL como um comité unificado, que chegou a mobilizar quase 600 famílias em 2006 (GUANCA, 2011). Naturalmente, o comité unificado foi composto por coordenações mais específicas, que no princípio funcionaram de maneira semelhante a suas precedentes replicando a maior parte da estrutura anterior, chamadas de Assembleias Mães de La Faena, Lo Hermida, e Peñalolén Alto. No novo arranjo, foi-se flexibilizando os arranjos organizativos, podendo-se acoplar o trabalho de outros comités, explorando estratégias de colaboração que constituíram um grupo amplo, sem o determinante do bairro. Assim, essa nova dinâmica organizativa tem mudando internamente a composição da organização. As famílias com maior participação, que têm trabalhado grupos postulantes e avançar na promoção de conjuntos habitacionais, adquirem um lugar de preferência na ordem de prelação para constituir uma assembléia específica para um determinado projeto habitacional. Isto gera um dinamismo maior no processo de determinação destes grupos e, de passo, motiva aos membros menos mobilizados a se envolver de maneira mais profunda com as práticas da organização.

“[N]aquela época começamos com a habilitação das famílias, e os arquitetos tinham recém feito as cabidas [habitacionais], então tínhamos que partir nas assembleias madres, que havia uma em La Faena, Lo Hermida e Peñalolén Alto. Nesse tempo os grupos do MPL1 e MPL2 estavam prontos, mas os grupos do MPL3, MPL4, MPL5, e MPL6 tinham que ser formados. Apenas se tinha recém, a partir destas assembleias madre, subido [ao sistema do SERVIU] as famílias que tinham sido mais participativas”. (Informação Verbal)⁶².

3.2.1.2. *‘Es um processo largo, pero aqui estamos’⁶³: Três fases na promoção habitacional*

Esta estrutura organizativa unificada, livre da carga da proximidade como determinante, estrutura-se a partir do processo de promoção habitacional. Neste sentido, reconhecemos diversas etapas chaves, as quais podem ser simplificadas em três: i) a busca de um terreno apto; ii) a postulação ao subsídio como meio de financiamento; iii) a execução do projeto. Se bem, o processo não é lineal e dentro destas etapas existem conexões e superposições com outras etapas menores (como a organização da demanda, a vinculação legal a um projeto pré-aprovado, a realização dos estudos de habilitação de terrenos, o projeto de habilitação ou acompanhamento social, etc.) estas três se destacam por serem pontos de inflexão fundamentais que determina mudanças na dinâmica organizativa. Vale a pena destacar que estes dois pontos de inflexão, são determinados por diversos fatores, que precisam ser extraídos de cada experiência particular. De maneira de geral, sempre está presente a aprovação do Estado através do SERVIU (Serviço Regional de Moradia e Urbanismo).

“[N]esse tempo não tínhamos outras etapas, éramos apenas uma grande assembleia inicial. Depois dessa crise que tivemos após das ocupações do ano 2006 (...) aí começamos a trabalhar e acompanhar a reunião semanal dessa assembleia, eu particularmente. Começamos a crescer e aí eu comeci a cumprir o trabalho de dirigir a assembleia como Fase 1”. (Informação verbal).⁶⁴

As três etapas redefinem assim, de maneira mais específica, a organização do MPL. Adota-se este esquema de organização progressivo, definido a partir das três etapas referidas anteriormente como Fase 1, Fase 2 e Fase 3. Em primeiro lugar, a Fase 1 corresponde ao comité unificado na escala comunal, uma instância permanente de organização das famílias sem projeto nem terreno, definido as que se vão integrando à organização. A função principal na Fase 1 é conseguir o terreno e elaborar o projeto de moradia a ser desenvolvido, para o qual a o comité é acompanhado por profissionais e apoiadores técnicos. As famílias de Fase 1 devem passar

⁶² Rayén, trabalhadora social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 11 de agosto de 2015.

⁶³ “É um processo longo, mas aqui estamos”. Mariana, em entrevista realizada pelo autor, 4 de agosto de 2015.

⁶⁴ Natalia, vereadora do MPL pelo Partido Igualdad (PI), em entrevista realizada pelo autor, 13 de agosto de 2015.

por diferentes instâncias: na busca de terreno, procurando em documentação de imóveis, participar de instâncias municipais de gestão de moradia, negociar com proprietários, coletar a informação inicial dos postulantes, conseguir a aprovação técnica do projeto e o terreno na municipalidade e em SERVIU, a factibilidade técnica econômica, entre outras tarefas. Destaca-se que esse processo vai ir definindo gradualmente as lideranças de base e o grupo mais específico de pobladores envolvidos nos projetos planejados, definição que vai seguir critérios de participação. Enquanto o desenho do projeto, durante a Fase 1 começa um processo de definição, desenvolvido em conjunto com apoiadores técnicos. Esse processo, composto de jornadas de discussão para explorar aspectos mais abstratos da moradia vai determinando as linhas gerais do anteprojeto habitacional.

Em segundo lugar, a Fase 2 corresponde à definição mais concreta tanto de uma assembleia de moradia, que dispõe de anteprojeto habitacional e terreno pré-aprovado, como do próprio projeto. Esta definição deriva da mesma aprovação do terreno e de um projeto básico pelo *Departamento de Estudios* [Departamento de Estudos] no SERVIU, por meio da aplicação das normativas associadas ao sistema de fundos concursáveis e banco de projetos habitacionais, que também opera através do *Programa Fondo Solidario de Vivienda* (FSV) de 2006, do *Programa Fondo Solidario de Elección de Vivienda* (FSEV) de 2011. Ao serem referidas à construção de um projeto habitacional, as assembleias de Fase 2 são menores, e adotam uma denominação seguindo a sequência de projetos do movimento (MPL1, MPL2, MPL3,...). A partir deste ponto o objetivo habitacional vai tomando forma, não apenas no referente à construção do projeto, mas também, na conformação de comunidades. A definição dos membros destas assembleias de projeto é determinada pela participação, em primeiro lugar, daqueles que têm adquirido um papel de liderança, envolvidos na aprovação do projeto. Outras atividades relativas a este processo, que vão se desenvolvendo em simultâneo, é a recoleção de documentos para a postulação ao programa de subsídio habitacional. A passagem do anteprojeto para o projeto definitivo requer de um envolvimento maior, tanto dos pobladores da assembleia de projeto (nas jornadas de discussão e desenho participativo), quanto dos técnicos e profissionais envolvidos.

Destaca-se neste processo a capacitação inicial dos membros da assembleia de projeto no referente às etapas de desenvolvimento do projeto. A Tabela 2 corresponde à informação trabalhada em uma jornada de capacitação, onde se mostra a síntese do processo de desenvolvimento do projeto habitacional, referindo as diferentes etapas e tarefas segundo o produto a ser entregue, o profissional envolvido, e a instância institucional que deve aprovar o produto.

| Que produto? | Técnico Responsável | De que trata? | Que instituição do Estado aprova? |
|---|--|--|--|
| Estudo de mecânica de solo | Topógrafo | Composição do solo e medições de comportamento do solo a diferentes ondas de movimentação | Departamento de estudos do SERVIU (engenheiro) |
| Projeto de estrutura (casas/ap, sede, muros de contenção de terreno, etc.) | Engenheiro calculista | Especifica os elementos estruturais. É o responsável de desenhar para um eventual terremoto segundo a normativa existente | Departamento de estudos do SERVIU (engenheiro estrutural) |
| Projeto de arquitetura (sinal de trânsito, áreas verdes, sede social, moradia, salas de lixeira (SEREMI)) | Arquiteto | - Da a forma às construções, define terminações, revestimento, define espacialidade, segundo normativa (quadro normativo) - EETT (especificações técnicas) são detalhe e resumo escrito de toda a obra ou projeto - Normativa é composta pela urbanística (relação com os vizinhos e a cidade), resistência ao fogo, e o comportamento térmico e acústico. | Departamento de estudos do SERVIU (arquitetura) Direção de Obras Municipais (DOM, urbanística) |
| Projetos de serviços sanitários: Água potável Esgoto Servidão e projetos especiais | Engenheiro Sanitário Eletricista | - Tem a ver com a rede de água potável fria e quente, e qualquer complemento de esta rede (estanques, bombas, etc.) - Tem a ver com esgoto desde a moradia até a rede pública - Segundo as características do terreno e das redes existentes, podem aparecer mais elementos | Águas Andinas (empresa privada de água potável) (em primeira instância no desenho e logo na construção) |
| Projeto de Gás | Instalador certificado de gás | Conexões à rede (cano) ou à fonte (balões) para equipes (esquentador de água e cozinha) | Departamento de estudos do SERVIU (engenheiro sanitário) |
| Projeto de eletricidade | Engenheiro elétrico | Rede domiciliária (casas ou apartamentos) Rede pública ou comunitária Define pontos de luz, interruptores, luminárias, e potencia disponível. | Superintendência de eletricidade e combustíveis |
| Projeto de pavimentação e águas pluviais | Engenheiro civil | Saídas veiculares, veredas, ruas, etc. Pode ter pavimentação pública, privada ou não ter. Mede a impermeabilização do projeto (solo) e projeta drenes acorde ao cálculo | Departamento de pavimentação SERVIU |
| Orçamento | Construtora e Profissionais técnicos | Valorar todos os projetos em pesos e UF | Departamento de estudos SERVIU |

Tabela 2. Síntese da informação trabalhada nas jornadas de capacitação sobre o processo de produção habitacional das assembleias de Fase 2.

Fonte: material EaGIS-MPL.

Em terceiro lugar está a Fase 3, correspondente à etapa de execução após do repasse dos subsídios habitacionais. A execução vai implicar uma especialização técnica dos diferentes envolvidos. No que tange à assembleia de moradia se conformam comissões diferentes, as que podem ser distinguidas seguindo três categorias: as técnicas, as administrativas e as sociais. As comissões técnicas de pobladores vão ser envolvidas na execução material do projeto, seja

integrando comissões mistas com profissionais, no seguimento de obras, dando informes ao resto da assembleia, e avaliando os estados de avanço. As comissões administrativas de pobladores cumprem funções de desenvolver junto à EaGIS a gestão administrativa do projeto, levando o planeamento da execução, as contratações, e distribuindo os recursos. Por final, a comissão social de pobladores desenvolve as atividades de formação e educação, e elabora junto aos profissionais o ‘plano de habitalização social’ ou ‘plano de acompanhamento social’ correspondente ao projeto. Este plano, requerido pelo programa habitacional, deve ser dirigido para diferentes problemáticas e áreas de desenvolvimento social, desde questões legais de escrituração, até a consolidação comunitária e projetos de geração de renda, seguindo os interesses da assembleia.

Vale a pena mencionar que nesta fase, e até agora, tem sido relevante o papel de atores externos. A materialização do projeto requer da aplicação de diferentes saberes técnicos, pelo que tem sido necessário estabelecer relações com certas construtoras privadas de meio porte, além de uma série de profissionais e órgãos técnicos que apoiam solidariamente atuando como agentes externos no processo. O objetivo da organização é ir diminuindo estes intermediários, internalizando o processo para ter um maior controle, articulando a construção material da moradia com a construção comunitária de grupos organizados (MUÑOZ, 2014).

Por final, é preciso mencionar a coordenação geral exercida pela *Assembléa de Dirigentes* [Assembleia de Lideranças], que serve para relacionar as diferentes assembleias e espaços da organização. Este espaço, está vinculado principalmente ao funcionamento do MPL em Peñalolén (e de maneira secundária com outras assembléas em outras comunas). Este resulta ser então um espaço de coordenação onde participam delegados por cada assembleia, tanto de pobladores, de profissionais da EaGIS, e outros espaços. Se bem, este é um espaço mais bem político, onde se decidem aspectos relativos às formas de mobilização, em ele se relaciona simultaneamente a política de confrontação, de cooperação e de construção fora da institucionalidade estatal. Destaca-se a tentativa de unidade entre questões técnicas e políticas. Se bem, isto em certas conjunturas mais intensas, quando aspectos políticos ou técnicos requerem mais atenção, tem havido um desdobramento desta instância de decisão em outras mais específicas, como o *Conselho de Cidade* do MPL (referido a questões mais técnicas mais específicas), existe um limite difuso entre as duas categorias.

Em suma, a dinâmica de funcionamento da organização há tentado colocar no centro ao grupo social, correspondente ao comité unificado de *allegados* e às assembleias de projeto que se

constroem, em cada fase. A dinâmica adotada pelo MPL desde seus inícios responde a uma leitura das oportunidades que tinha tencionar as margens do novo programa de moradia, vigente desde a mesma data de fundação da organização. Assim, a tendência do Estado de delegar o processo de promoção habitacional para o setor privado é aproveitado pela organização para copar espaços de produção e diminuir os agentes intermediários externos, ou pelo menos os agentes com uma lógica de mercado mais determinante. A continuação se descreve o papel dos órgãos técnicos criados pela organização para aumentar o controle popular do processo de promoção habitacional.

3.2.2. ‘Si el Estado no puede, y el privado no quiere...’⁶⁵: EaGIS e construtora popular

Para as organizações de *allegados*, o cenário durante a década de dois mil esteve caracterizado pela reformulação dos programas habitacionais (ver seção 2.3.3). Os novos programas fomentaram a atuação de atores privados, através dos fundos concursáveis os quais permitiram a iniciativa privada na promoção de projetos, e a atuação das Empresas de gestão Imobiliária e Social (EGIS), estas empresas tinham como principal objeto substituir o Estado na gestão do processo. Nos dois casos as funções do SERVIU foram transferidas para outros atores, entre fundações e empresas de pequeno porte com ou sem fins de lucro. As novas condições para as organizações de *allegados* levaram estes a procurar empresas privadas e outras organizações para poder entrar no sistema de postulação ao subsídio habitacional.

3.2.2.1. ‘A ferramenta de produção dos pobladores’⁶⁶: validando um órgão técnico-popular

A diferença do MPL em comparação com as outras organizações têm sido tentar ocupar o lugar aberto pelo Estado para a entrada das empresas privadas na gestão habitacional, trans-trocando a lógica do funcionamento e procurar atingir objetivos mais amplos. A partir de 2006 a leitura da contingência e, sobretudo, das oportunidades que poderiam se abrir com uma política habitacional que aprofunda seu caráter privatista, a organização decide em 2007 criar seu próprio órgão de tipo EGIS, a qual se denomina como EaGIS (*Empresa de AutoGestión Inmobiliaria y Social* [Empresa de Autogestão Imobiliária e Social]), propõe-se utilizar

⁶⁵ “Si o Estado não pode, e os privados não querem...”. Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

⁶⁶ “La herramienta de producción de los pobladores”. Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

esta como plataforma para inserir a atuação dos moradores no processo e transformar dinâmicas tanto de funcionamento do programa como da vida cotidiana. Desta maneira se declara:

Nosso movimento constitui desta forma a primeira Empresa de Autogestão Imobiliária e Social (EaGIS), como uma forma de fazer frente às contradições geradas pela privatização do direito à moradia (...). O caminho hoje está traçado pelo desafio que temos como moradores para fazer funcionar e sacar na frente esse pedacinho de poder estatal recuperado por nós. A gestão e construção de projetos habitacionais para os setores mais atingidos pela pobreza é uma tarefa que devemos cumprir com uma responsabilidade (...). Demonstraremos nossa capacidade de nos governar. (Comunicado n. 9, 18 de julho de 2007).

O órgão criado pelo MPL tem como objetivo incorporar o grupo de moradores, combinando as capacidades e o saber popular com o conhecimento técnico. Para isto se tenta transformar a prática desde a estrutura revertendo as lógicas que determinam as EGIS convencional. Estas últimas são compostas principalmente por uma equipe técnica de arquitetos, profissionais das disciplinas sociais, como trabalhadores ou serviço social, e advogados que concentram as tarefas e responsabilidades determinam as EGIS. O princípio geral desta entidade das EGIS têm sido criar empresas privadas seguindo a estrutura de funcionamento que o próprio SERVIU desenvolvia, a possibilidade de ter um trabalho mais específico, que explore aspectos particulares do grupo social, questão que não tem sido explorada de maneira suficiente (TORO, 2006). A EaGIS do MPL, entanto sua estrutura funciona a partir de um grupo permanente correspondente ao equipo social, o grupo rotativo de moradores envolvidos (em cada fase, tanto na fase 1 ou as assembleias de projeto de fase 2 ou fase 3), e um grupo variável de profissionais técnicos da área de arquitetura, construção e outros relativos.

Por tanto, o funcionamento da EaGIS tem um caráter permanente e outro mais variável. Por um lado, adota-se um funcionamento permanente, através da assembleia da EaGIS que se reúne cada duas semanas. Esta é composta pelos profissionais permanentes, apoiadores técnicos, e membros das comissões técnicas das diferentes assembleias de projeto. Aqui se discutem questões técnicas e as possibilidades de intensificar o apoio do avanço de determinado projeto. Por outro lado, o funcionamento conjuntural da EaGIS é mais variável, em função do avanço dos projetos. Até agora, os requerimentos dos projetos e as dinâmicas das assembleias têm incidido em um funcionamento centrado nos profissionais das disciplinas sociais pelas dificuldades para conseguir terreno para progredir os projetos. Assim, as tarefas se têm concentrado na gestão de terrenos e do grupo postulante, e na readaptação dos projetos, produto as sucessivas modificações do programa habitacional.

“[Eles] nos vão mudando cada certo tempo as regras, e aí temos que estar correndo atrás da informação, com as vizinhas (...) as vezes são questões pequenas, mas é trabalho e termina se acumulando ao resto. A mais terrível foi com o MPLI, que tivemos que ingressar o projeto de novo pela mudança do programa”. (Informação verbal)⁶⁷.

“[No caso do MPLI], depois de resolver os problemas (...), tivemos que trasladar todo o projeto para o DS49 [FSEV], porque tinham mudado o programa. Foi horrível! Tanto pelas questões técnicas, que foi fazer o projeto praticamente de novo, quanto pela informação da assembleia, que foi reingressar todo mundo outra vez”. (Informação verbal)⁶⁸

O avanço dos projetos iniciados na década anterior, e os requerimentos de outras tarefas estão redefinindo a EaGIS. Isto tem sido reforçado pelo recâmbio por parte dos profissionais, as mudanças na política habitacional, e a entrada de novos pobladores com uma visão mais apurada do sentido da organização. As aspirações por agora é conseguir avançar a ter controle total do processo de promoção habitacional, para o qual foi criada a figura da Construtora EME PE ELE. A perspectiva é, nos próximos projetos, poder colocar em funcionamento este órgão, tentando desenvolver uma ferramenta de caráter cooperativista.

“[C]om esse projeto chegamos a ser entidade patrocinante. E falo, chegamos a ser porque há dez anos éramos apenas o comité de allegados, entanto a entidade patrocinante e a construtora eram particulares (...) em dez anos mais poderíamos ser o comité, a assistência técnica e a construtora”. (Informação verbal)⁶⁹.

Se bem, o projeto de construtora se projeta em longo prazo, têm havido diversas tentativas de colocar em funcionamento um órgão de produção direta. Segundo os informantes têm havido pelo menos três tentativas de dar início ao processo, em 2009, 2012 e 2014, as três sem sucesso. O projeto de construtora resulta uma empresa complexa para a organização pelos altos custos de colocar em funcionamento legal e material um órgão deste tipo. Pela parte legal, a aprovação de uma construtora como tal precisa de um respaldo financeiro importante, apenas para poder assinar contratos de construção em projetos de moradia. Pela parte mais técnica, as mudanças na legislação em relação às exigências do desenho sísmico não só têm encarecido a obra, também têm determinado uma sofisticação das tecnologias aplicáveis pelas construtoras.

⁶⁷ Paloma, profissional de trabalho social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 4 de agosto de 2015.

⁶⁸ Rayén, profissional de trabalho social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 11 de agosto de 2015.

⁶⁹ Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

“[H]oje, sobretudo depois do terremoto, um projeto como o MPL1, de cinco pisos, precisa de guas. Eu vejo cada vez mais complexo chegar a se fazer responsável por uma construtora. É utópico”. (Informação verbal)⁷⁰.

“[V]ocê vai ver que todos os apartamentos hoje são de 80% de concreto armado e 20% de alvenaria (...). Já não vai ter estas moradias que [como construtores] fazíamos antes, que tinham concreto, apenas alguns elementos pré-fabricados. Mas não, agora com a nova normativa e 80% ou 85%”. (Informação verbal)⁷¹.

Assim, a construtora ainda tem sido uma área pouco explorada. Nas três tentativas têm concentrado a preparação da construtora em uma pessoa, um profissional, que tem tentado armar uma proposta de estrutura e postular a trabalhos de obras menores. No ano 2009, com o MPL1 como primeiro projeto aprovado, a ideia foi tentar realizar a totalidade do processo, porém, além da complexidade técnica e econômica, houve obstruções por parte do Estado através do serviço da moradia.

“[A]s autoridades de SERVIU da época nos chamaram de monopolistas. ‘Não podem ser EGIS e ser construtora ao mesmo tempo, está no regulamento do programa.’ Assim que no começo tentamos procurar a forma legal para validar o uso da construtora (...). No final nós apresentamos ante SERVIU e falamos que não queríamos ser EGIS, íamos ser construtora. Ficaram perplexos. O que fizemos foi conseguir outra EGIS, de tipo popular, desenvolvida por uma organização irmã que tinham replicado nosso modelo (...). No final, tivemos que recuar e deixar a construtora para um próximo projeto, era muito dinheiro e era nosso primeiro projeto”. (Informação verbal)⁷².

Já em 2012 a proposta foi tomada por uma pessoa específica, quem estruturou uma metodologia de funcionamento que apesar da sofisticação da ferramenta, ela não teve sucesso. Esta corresponde a uma metodologia promovida pela Câmara Chilena da Construção para explorar o máximo a eficiência dos processos de construção e planejamento, supõe uma lógica de produção e tecnologia mercantilista.

“[A pessoa encarregada] tentou instalar esse programa, e começou a centralizar todo no seu computador. Ninguém entrava nele, até porque era um programa muito complexo. Ela entrou em um curso de capacitação da Câmara [CChC], até incorporou um familiar no trabalho para desenvolver o programa, mas era ela sozinha. (...) Eu acho que era um programa muito complexo, não era necessário, e terminou excluindo

⁷⁰ Francisco, arquiteto do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 7 de agosto de 2015.

⁷¹ Santiago, chefe da empresa IMConstrucción, construtor do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 17 de agosto de 2015.

⁷² Rayén, profissional de trabalho social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 11 de agosto de 2015.

outras pessoas que poderiam ter entrado a trabalhar na construtora”. (Informação verbal)⁷³

Na terceira tentativa, em 2014, outro profissional tentou reformular a proposta de 2012, considerando agora um projeto piloto específico. O projeto escolhido foi o MPL6, que assim como o MPL3 e o MPL4 tinha uma vantagem de ser um projeto pequeno, de 14 moradias, que tinha o potencial de ser abordável por uma construtora em formação do próprio movimento. O outro fator determinante para escolher este projeto foi a composição de sua assembleia, onde uma parcela desta trabalha em algum ofício da construção. Porém, novamente, a concentração das responsabilidades em uma nova pessoa, construtor civil de profissão, gerou novas dificuldades nos tempos de desenvolvimento da ferramenta. Finalmente, a urgência por contratar os serviços antes de expirar os subsídios terminou por descartar a iniciativa.

“[T]al vez o problema foi confiar em que uma pessoa levaria para frente a construtora (...). Houve vários erros, assim como uma perda de responsabilidades destas pessoas (...) No mais recente, no MPL6, tínhamos até um grupo que maneja os ofícios da construção, porém a iniciativa teve dificuldade a nível central (...). É a pressão dos tempos. A Construtora deve estar andando [de maneira consolidada]”. (Informação verbal)⁷⁴

Neste cenário, as normativas estatais têm mudado. Atualmente, no programa habitacional vigente, o FSEV de 2011, a figura das EGIS foi ampliada para atrair outras empresas privadas ao mercado. Ademais, a criação das *Entidades Patrocinantes* estabeleceu um marco mais amplo que permite a entrada de diferentes atores no processo de promoção de moradia. O objetivo desta ampliação era diversificar os agentes, e aumentar as possibilidades de escolha dos beneficiários de subsídio, já que as avaliações das EGIS não tinham sido muito boas nos primeiros cinco anos de funcionamento dessa figura (TAPIA, 2009). Assim, às empresas, fundações e outros agentes, com ou sem fins de lucro, considerados na figura das EGIS, somaram-se as próprias empreiteiras. Todas elas atualmente podem dirigir os processos de promoção habitacional, organizando a demanda, desenvolvendo o plano de habilitação social, elaborando o projeto habitacional, e contratando os serviços de execução. No caso das empreiteiras, estas últimas funções de execução e elaboração do projeto se vinculam diretamente às funções já realizadas por estas na dinâmica dos *Fondos Concursables*, por tanto se abre uma possibilidade real de integrar a totalidade do processo.

⁷³ Marcela Paz, arquiteta MPL6, em entrevista realizada pelo autor, 12 de agosto de 2015.

⁷⁴ Marcela Paz, arquiteta MPL6, em entrevista realizada pelo autor, 12 de agosto de 2015.

Se bem, estas novas modificações abrem novos nichos de mercado no processo de promoção habitacional, também têm servido para instalar um reconhecimento mais direto aos processos de produção social. Durante o processo de elaboração do programa FSEV de 2011 foram criadas umas comissões de trabalho em que participaram organizações de pobladores, através da FENAPO, e técnicos do MINVU. Se bem, a FENAPO apresentou uma série de propostas, finalmente o processo final de elaboração do programa apenas considerou alguns termos da demanda dos pobladores. Em concreto, no artigo 68 do FSEV de 2011 se incorporou o termo de autogestão como processo desenvolvido pelos próprios comités postulantes ao programa, porém as atribuições destes eram bastante limitadas, podendo atuar apenas nas etapas iniciais de organização da demanda. Aliás, esta modalidade “por autogestão” teve dois problemas para sua implementação. Por um lado, o regulamento normativo nunca foi aprovado, pelo que não se conseguiu operar como comités autogestionários. Por outro lado, os recursos supostamente poupados pela “autogestão” destas funções devia ser por si mesma reinvestida para aumentar em 6m² o tamanho das moradias, aspecto que fazia do sistema ainda mais rígido (sobretudo considerando que o problema do solo é recorrentemente o obstáculo econômico mais importante). Finalmente, na modificação do FSEV de 2014, o MINVU eliminou a autogestão dos comités, comprometendo a elaboração de um programa específico sobre autogestão habitacional que ainda não tem sido publicado⁷⁵.

3.2.2.2. *‘Me siento tan contenta, siento haber crecido’⁷⁶: formação de pobladores*

Independente de sua formalização no programa de moradia, a experiência do MPL na incorporação da população nos processos de promoção de moradias, tem gerado um processo associado de formação dos pobladores com um caráter particular. Destaca-se este aspecto na subjetivação dos pobladores, a qual é diferente a outros períodos da história, deixando de lado o caráter predominantemente reivindicativo e dependente que tinham estas agrupações durante o século XX (SALAZAR, 2012).

Nesta experiência tão ampla se destaca principalmente o trabalho de comissões específicas dentro das assembléias autogeridas, as que permitem desconcentrar o trabalho mediante a distribuição de horas de ajuda mútua entre os pobladores de uma assembleia. Se bem, estas

⁷⁵ Por causa desta informação em agosto de 2015 se realizou uma jornada de debate sobre a noção do conceito de autogestão para os comités que formam parte das organizações da FENAPO. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q0A5bvLd8Tw>>. Acesso em 10 out. 2015.

⁷⁶ “Sinto-me tão contente, sinto ter crescido”. Lorena, vizinha do MPL3, em entrevista realizada pelo autor, 12 de agosto de 2015.

comissões têm adquirido diversos nomes em cada, no geral elas têm respondido a três categorias: a social, a técnica e a administrativas, as quais são instituídas principalmente na fase 2 do processo de promoção de moradia. Esta é a fase que, segundo os depoimentos, demanda maior tempo e trabalho aos pobladores envolvidos.

Na primeira categoria de comissão, nas comissões de tipo social, tem-se realizado um trabalho principalmente vinculado à elaboração e excussão do Plano de Habilitação do projeto de moradia. Este plano é considerado no programa FSEV de 2011, assim como no programa anterior, o FSV de 2005, e deriva do programa de urbanização de acampamentos precários do programa Chile Bairro aplicado os anos noventa. Contudo, pode-se dizer que o Plano de Habilitação tem um viés geral que aponta a inserir certos costumes e práticas no futuro usuário da moradia, sobretudo relativo à tenência da propriedade e os papéis a serem distribuídos, tanto prévios, quanto posterior à definição do projeto. Porém, o MPL tem tentado aproximar esse plano para os requerimentos dos pobladores, prestando atenção em problematizar princípios centrais do modelo imperante para gerar mudanças concretas no cotidiano das assembléias.

“[N]o plano de habilitação, a gente o tem discutido com os vizinhos, temos conseguido dar outro viés, resgatando outros aspectos. (...) Por exemplo, quando na assembleia há mais mulheres, preparamos, jornadas centradas em desenvolver questões relativas à confiança, e menos dependência de gênero. Porque pelo geral é súper recorrente ter problemas desse tipo que são difíceis de trabalhar em conjunto. Ou quando há mais pessoas de terceira idade, não pode-se pensar nas mesmas coisas”. (Informação Verbal)⁷⁷.

“[N]o meu caso tenho me interessado nos Planos de Habilitação Social (...) porque eu estudei depois de velha, trabalho social, (...) mas a maioria da assembleia não sabe que sou. (...) Eu fui liderança mas sai por esse problemas e o desgaste das assembleias (...) depois me uni ao trabalho social dos Planos de Habilitação (...) [de maneira complementar] fazíamos um talher com Verônica em relação ao MPL, desenvolvendo conceitos do novo poblador, vida digna, e porque é importante se organizar. (...) Nos foi bem, a nível grupal e nível pessoal. (...) Havia um que se chamava ‘Mulheres Políticas e Criadoras’, foi um talher onde se desenvolvia a parte prática de criação com discussões, por exemplo, nos reuníamos em uma mesa e íamos fazendo trabalhos manuais tipo mosaico, cortando cerâmicas e essas coisas, e ao mesmo tempo íamos conversando através de perguntas reitoras (...) desenvolvendo o gênero, por que era importante a política para a mulher? E essas coisas” (Informação Verbal)⁷⁸.

O trabalho dos planos de habilitação, ora diminuído pela urgência de outras tarefas das comissões sociais, tem sido importante para construir e adotar certos enunciados mais próximos à composição da assembleia. O número predominante de mulheres nas assembleias tem instala-

⁷⁷ Rayén, trabalhadora social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 11 de agosto de 2015.

⁷⁸ Laura, vizinha da comissão social do MPL4, em entrevista realizada pelo autor, 13 de agosto de 2015.

do certos questionamentos, como a questão do gênero e a busca de desenvolver funções produtivas e criativas na assembleia. Inserem-se assim estas questões como elementos importantes para constituição das futuras comunidades MPL.

“[A]quí no MPL tem várias mulheres mas nos fomos percebendo que sempre os homens são os que levam a direção, como que não tinha um reconhecimento às mulheres. Então começamos a instalar a questão da erradicação do patriarcado. Muitas mulheres começamos a refletir sobre isso, o que tem mudado o cariz do MPL. Não se visibiliza tanto a mulher (...) são mais coisas cotidianas. Por exemplo, se uma mulher da uma ideia e um home da outra, quase sempre vai prevalecer a do homem, de forma quase independente ao valor de cada uma por si só. Aí compreendemos que tínhamos que dar essa luta.

Assim começamos a estudar, porque tem diferentes vertentes dentro do feminismo. Eu antes não me chamava a atenção o feminismo porque achava que ficava estagnado [nas temáticas] de aborto e na violência intrafamiliar, e eu acho que a mulher é muito mais do que isso, muito mais campo de luta do que isso (...) tem um monte de coisas que nos vão afetando (...) por isso temos adotado um feminismo de classe”. (Informação Verbal)⁷⁹.

Além destes questionamentos dirigidos a gerar mudanças nas relações sociais da comunidade em formação e inserir questionamentos de gênero e classe na comissão social também existem outros trabalhos práticos. O principal destes trabalhos tem sido o ingresso do grupo envolvido no sistema Rukan, pertencente ao MINVU, que permite formalizar a postulação do grupo. Em termos concretos o Rukan é uma plataforma online que permite ingressar dados pessoais de cada chefe de família que compõem o grupo postulante. A partir dessa operação o Rukan identifica a informação e vincula esta a outras informações, principalmente à pontuação, correspondente a esse chefe de família no sistema de avaliação social da *Ficha de Protección Social*⁸⁰ [Formulário de Proteção Social], instrumento nacional de focalização dos benefícios sociais. Uma vez ingressado ao sistema Rukan⁸¹ todas as famílias do comité, o sistema permite realizar a postulação do grupo ao programa de subsídio à moradia FSEV.

⁷⁹ Laura, vizinha da comissão social do MPL4, em entrevista realizada pelo autor, 13 de agosto de 2015.

⁸⁰ A Ficha de Proteção Social é um instrumento que deriva da Ficha Cas elaborada nos anos oitenta para criar um sistema de focalização eficiente, a fim de atuar apenas nos casos que mais necessitem de benefícios sociais. Seu funcionamento depende da aplicação de um formulário realizado pela municipalidade, para logo depois passar por uma complexa fórmula logarítmica que determina uma pontuação válida para a postulação de benefícios sociais do Estado. Assim, a partir desta pontuação, a instituição pode definir o repasse de recursos. Embora, durante os governos da Concertación, o instrumento tem sido mudado, a lógica é a mesma até agora. A partir de 2016 o sistema mudou completamente. Agora se aplica um complexo sistema que vincula de maneira automática a informação oferecida por diferentes órgãos estatais sobre os postulantes, supostamente para evitar possíveis arbitrariedades e entrega de falsas informações.

⁸¹ Se bem o Rukan é uma expressão clara do controle estatal imposto aos procladores, associado à focalização das políticas sociais e não a universalização do acesso, e por tanto caberia categorizar ele como um instrumento

A inserção dos vizinhos da comissão social ao trabalho da base Rukan tem sido percebido, no geral, como uma boa experiência de desconcentração das tarefas da EaGIS. A capacitação no ingresso de informação na base não tem requerido muito trabalho, aumentando a capacidade da EaGIS de realizar gestões. Porém, têm havido complicações, as quais relacionadas a travas técnicas e mudanças no sistema realizado pelo próprio SERVIU.

“[N]o começo o Rukan era súper delicado. Passava, por exemplo uma vez, uma vizinha abriu o Rukan e desvinculou o projeto, desvinculou um par de vizinhos, então depois fomos mais cuidadosos. Mas tentávamos trabalhar todos juntos”. (Informação Verbal)⁸².

No segundo caso, das comissões técnicas, têm papeis mais variáveis. Em um primeiro momento, estas comissões estão envolvidas na materialização das moradias, seja na elaboração do projeto e na execução. As comissões técnicas, em primeiro lugar, tentam se submeter nesses papeis, apropriando-se dos códigos e dos termos técnicos utilizados nas diferentes áreas, para o qual precisam ter uma ideia geral do processo. Os vizinhos das comissões técnicas participam das reuniões da EaGIS, tendo como responsabilidade levar à assembleia as informações sobre o desenvolvimento técnico do projeto e transmitir inquietudes para os dois lados. Ao mesmo tempo, nas reuniões com atores externos como SERVIU, a municipalidade e a construtora, deve estar presente pelo menos um vizinho dessas comissões, tanto para comunicar aos outros, quanto para fazer valer as opiniões leigas mas também importantes para o enriquecimento do processo.

Tal vez o principal trabalho que tem desempenhado as comissões técnicas tenha sido a visita de obras e relação com o agente externo de execução de obra. Principalmente no MPL1, a relação entre o grupo e o agente externo foi proveitosa, podendo resolver alguns temas na própria obra. Por outro lado, a comissão técnica na visita de obra tem permitido uma maior seguridade da assembleia com o projeto.

“[O]s vizinhos tomam poder, armam comissões e protegem o projeto, seja por seguridade como, pelo mito que os operários roubam materiais. Aliás, em Lo Hermida, población combativa, comemora-se o dia do jovem combatente e o 11 de setembro

de controle que também possui um caráter disciplinar (associado a um ajuste da vida aos parâmetros medidos e aprovados pela base Rukan), ao tempo que estes grupos vão se inserindo no sistema, vão adotando uma posição de maior controle comparada à posição convencional. Em outras palavras, existe uma leitura por parte da organização de explorar as margens potenciais de capitalizar ganhos a partir desse controle sobre o funcionamento do Rukan e o sistema de focalização e outorga de benefícios sociais.

⁸² Rayén, trabalhadora social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 11 de agosto de 2015.

[aniversário do Golpe de Estado de 1973], então tomamos as precauções (...) porque a policia também viram loucos e atiram bombas”. (Informação Verbal)⁸³.

A diferença da comissão social, a comissão técnica não tem conseguido envolver os vizinhos em tarefas mais específicas. Se bem, existem certas opções ainda debatidas, como a capacitação de vizinhos em manejo básico de visualização de arquivos técnicos, planos e documentos, principalmente para sua impressão; leitura de planos para participar de melhor maneira em reuniões técnicas; e capacitação em ofícios da construção como alvenaria e eletricidade estas experiências ainda estão na etapa iniciante. Destes três, os últimos dois têm sido desenvolvidos em algumas oportunidades, mas ainda sem uma massiva aplicação dos conhecimentos desenvolvidos. O que mais destaca destas tentativas é o manejo de termos técnicos por parte de alguns vizinhos e sua função de intermediação entre os profissionais e o resto da assembleia.

“[E]u estava nas comissões. Estava na comissão de família, a comissão de construção. Então eu estava na comissão de construção, e tinha que estar nas reuniões da EaGIS, onde estavam os técnicos e falavam dos planos, ou às reuniões com a construtora. Então com essas coisas eu podia ir [a SERVIU] falar mais claro, mais do que sobre o trabalho social. (...) Que era o que tratava de fazer? Como eram muito técnicos, que a cota, que o diâmetro, que isto, que aquilo. Eu tinha que traduzir isso para os vizinhos, porque se vinha um técnico, todos diziam para ele que sim. ‘Entenderam?’, ‘sim’, mas na verdade ninguém entendia nada. Então eu tratava de traduzir para que eles e eu entendamos. Eu sempre perguntava, ‘perai, me explica em para-que-eu-entenda’. Essa é a ideia!

Sobretudo com SERVIU. [SERVIU] é como uma fortaleza. Mas uma vez que você entra, e sabe onde tem que ir, e que tem que fazer, e, sobretudo, que não está indo para pedir por favor, sentem o peso da pessoa, de que vem do MPL (...). Mas [chegar a isso] é muito difícil. Se você me falasse há uns oito ou nove anos atrás ‘vai lá para SERVIU e deixe essa carta’, eu vou e deixaria na entrada. Nada de ir no sexto piso, entrar”. (Informação verbal)⁸⁴

Por último, no terceiro caso pode se mencionar os trabalhos da comissão de administrativos, relativos ao funcionamento cotidiano da EaGIS, no local do MPL, assim como o funcionamento deste. Uns das principais tarefas realizadas por esta comissão é o traslado das entregas de documentação nas instituições, realizando labores de estafeta e a coordenação de reuniões.

No geral, valora-se a oportunidade de ampliar a participação no processo de promoção por dois motivos. O primeiro, por ser uma forma de gerar crescimento pessoal, e muitas vezes,

⁸³ Rayén, trabalhadora social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 11 de agosto de 2015.

⁸⁴ Cíntia, liderança da assembleia e membro da comissão técnica do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 5 de agosto de 2015.

independência por parte das mulheres, que deriva de uma cultura machista que pressiona a ser submissas e tímidas, com vergonha de se desenvolver em espaços coletivos. O segundo, pela busca de mudanças nas relações entre profissionais-técnicos e a população, sobretudo, onde frequentemente se geram desconfianças e boatos sobre o processo.

“[D]esconfia-se muito do trabalho das lideranças e dos técnicos, e te tratam muito mal. (...) Há que envolver às pessoas, que vejam como se faz as coisas, que vejam. (...) Mas se eu te vejo afastado, te vejo técnico ou profissional, não posso como ver teu trabalho (...) Eu tenho que estar aí no processo, e ver como as vezes te fecham as portas na cara”. (Informação verbal)⁸⁵

Em síntese, o processo de incorporação de pobladores é uma peça fundamental para o modelo construído pelo MPL. Tanto no plano do funcionamento da ferramenta institucional de produção de moradia, até agora centrada na EaGIS, quanto para a construção comunitária. Essa construção comunitária, que se constrói a partir de mudanças a nível individual e coletivo, seria o principal conteúdo da estratégia prefigurativa de mudança social, porém, ainda emergente, que precisa ir aplicando os questionamentos a mais áreas do desenvolvimento comunitário e individual.

3.2.2.3. ‘Profesionales rebeldes’ e ‘aliados del área social’⁸⁶: o papel dos apoios e serviços

Outra situação que chama a atenção a partir da revisão da experiência da EaGIS é salientar o papel importante que desenvolve a disposição do saber técnico nos processos dirigidos por organizações de pobladores. Apesar de ser um fator que separa a sociedade entre leigos e especialistas, a articulação destes tem estado presente nos momentos de maiores avanços na política do movimento de pobladores. Na ocupação La Victoria em 1957 (fato que para diversos autores (GARCÉS, 2004; ESPINOZA, 1998; CASTELLS, 1973) marca o início do movimento de pobladores), estudantes de arquitetura vinculados às Juventudes Comunistas desenvolveram um papel fundamental no acompanhamento do processo de ocupação, apoiando o loteamento do terreno tomado e o processo de autoconstrução do bairro, podendo prescindir por um tempo da assistência estatal que pretendia remover a ocupação (GARCÉS, 2002). Na década seguinte, no período de maior abertura política e adoção de uma posição mais progres-

⁸⁵ Cíntia, liderança da assembleia e membro da comissão técnica do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 5 de agosto de 2015.

⁸⁶ “Profissionais rebeldes”. “aliados da área social”. Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

sista por parte do Estado, os programas de autoconstrução assistida consideraram comissões locais para a gestão de materiais e desenvolvimento das moradias, onde também a assistência técnica jogou um papel importante (ESPINOZA, 1988) Porém, também tem havido conjunturas onde o Estado viabilizou sua política de remoção através da atuação da assistência técnica como forma de criar uma instância de negociação pressionada que misturava a repressão militar e as mesas de diálogo (RODRÍGUEZ, 1987). Analisando estes encontros e desencontros, na maior parte dos casos, essa separação entre leigos e especialistas tem redundado em uma separação entre dinâmicas de base-cotidianas e dinâmicas técnicas de lógica mais externa, recorrentemente associadas aos partidos políticos ou autoridades governamentais.

Outra componente da ruptura do MPL com as estratégias convencionais do movimento de pobladores tem sido o estabelecimento de relações diretas com o saber técnico, sem precisar de vinculações a estruturas intermediárias, como partidos políticos ou instituições de beneficência. Desde os começos da organização houve uma proximidade com profissionais e técnicos, entanto alguns tinham um caráter “politizado”, vindo de militâncias políticas e participação na política universitária, outros não tinham esse tipo de vinculação, adquirindo uma vinculação com a organização a partir do trabalho conjunto com a população na elaboração dos projetos. Esta última situação é mais comum nos profissionais das disciplinas técnicas, mais vinculados à concreção de um produto concreto. Como se observa nos depoimentos de diferentes atores:

“[N]ão, eu não vinha de nenhuma militância. Tinha uma amiga que me contatou (...). Eu tinha toda vontade de desenvolver o projeto [MPL1] e eu me tinha confiança, porém, como falo, o assunto estava começando, éramos três [nesse projeto], Lautaro o coordenador da assembleia, Felipe, o geógrafo a cargo da parte social, e eu arquiteto que estava vendo a parte técnica. (...) [Lembro que] me fazia sentido o discurso do novo poblador (...). De que se não se movem vão ficar como o resto das pessoas que reclamam, [perguntando-se] por que nós não?” (Informação verbal).⁸⁷

“[N]o meu caso, minha militância vai pelo compromisso. Eu já me arrisquei profissionalmente perante SERVIU ao representar o MPL, mas é um preço (...). Eu antes trabalhava [na fundação] Techo para Chile [ONG Teto no Brasil], onde se bem também trabalhamos projetos de maneira participativa, termina sendo mais convencional. Aqui no MPL temos a oportunidade de desenvolver projetos em menor escala, e o objetivo é gerar conquistas em melhores condições materiais. (...) Da FENAPO ou os espaços mais políticos não tenho participado tanto, tal vez tenha algumas coisas que não concordo.” (Informação verbal).⁸⁸

⁸⁷ Francisco, arquiteto do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 7 de agosto de 2015.

⁸⁸ Alejandro, arquiteto do MPL4, em entrevista realizada pelo autor, 1 de agosto de 2015.

“[E]u enganchei na hora com o projeto do MPL. Conheci-os depois de ter saído da faculdade, por amigos (...). Agora, você sabe, por tempos não tenho participado como quisera. Eu sei o que é o MPL mas gostaria participar nos espaços mais políticos” (Informação verbal).⁸⁹

Existem certas diferenças nas procedências e nos elementos que geram motivação entre estes profissionais das disciplinas técnicas e das sociais. Nos depoimentos anteriores, dos arquitetos, existe uma maior motivação de tomar o projeto como uma oportunidade de poder construir um produto diferente, uma motivação por inovar. Nessas aspirações, a participação nas instâncias mais política fica em um segundo plano, tanto por tempo ou quanto às vezes por interesse. Apesar do trabalho participativo, os requerimentos da parte técnica geram certa separação, a qual eles reproduzem para perceber esses “outros espaços” como prescindíveis.

[E]u não tenho ido para as marchas, nem nenhuma dessas coisas, mas sempre estava atrás, terminando um plano, coordenando de lá pra cá, indo para SERVIU, juntandome com Paloma e Rayén o tempo todo. Teve até uma época que tive que trabalhar no SERVIU todo o verão, médio tempo, porque havia que terminar o projeto em 2009, para obter o permissão de edificação. (Informação verbal).⁹⁰

No caso dos profissionais das disciplinas sociais e de advocacia, essa situação muda, sendo a vinculação política parte importante de sua aproximação à organização. Isto fica patente nas precedências destes profissionais, a partir da aproximação com outras organizações de pobladores ou organizações políticas estudantis. A motivação destes profissionais, neste caso, tende a não separar as questões políticas das sociais, sendo difícil determinar limites entre estas duas dimensões.

“[Depois] de ter entrado na moedora de carne do advogado [trabalhando em escritórios de advocacia], (...) eu decidi não entrar mais trabalhar em algo que não acreditasse (...). Assim, por um ex-namorado, conheci uma das lideranças e no tempo em que precisavam advogados para ANDHA [Chile a Luchar], e começamos a trabalhar os dois juntos buscando a parte legal de sua demanda da dívida habitacional. (...) Depois começamos a trabalhar na FENAPO. Eu comecei a me involucrar bastante na FENAPO, na luta pela moradia e do habitar em Santiago no geral. Assim, foi como de maior a menor, arribei ao MPL como apoio à EaGIS e à concejalia, que estavam vendo a questão do Plan Regulador (...).[Assim] comecei a entrar aos pouquinhos até que entrei todo, principalmente junto à EaGIS.” (Informação verbal)⁹¹

“[E]u estudei trabalho social. Quando estava em segundo ano tive que fazer um trabalho em La Victoria (...) aí defini que queria fazer minha monografia em moradia (...). [Aliás] na universidade eu participava de um coletivo político que se chamava

⁸⁹ Marcela Paz, arquiteta MPL6, em entrevista realizada pelo autor, 12 de agosto de 2015.

⁹⁰ Francisco, arquiteto do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 7 de agosto de 2015.

⁹¹ Carla, advogada da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 12 de agosto de 2015.

CAE, Consciência e Ação Estudantil, onde também militava Rayén (...). Em 2008 uma colega nos reenviou um mail (...) que estavam solicitando profissionais da área social⁹² para um projeto de EGIS popular e todo, do Movimiento Pobladores en Lucha (...). Ela decidiu entrar para ter experiência e trabalhar antes de se titular, mesmo porque a universidade estava em paralização (...). Depois em quarto ano, quando tive que fazer estágio, que dura o ano todo e são três dias inteiros na semana no local (...) a chamei para entrar no projeto e aqui estou.” (Informação verbal)⁹³.

“[E]sse ano a UTEM (Universidad Técnica Metropolitana) esteve em paralização de março a agosto, então eu entreguei a monografia em março mas não consegui me titular (...), aí me chegou um correio de uma companheira que precisavam assistentes sociais no Movimento de Pobladores, assim que entrei. (...) Sempre me interessou a questão da moradia porque minha mãe foi liderança de comité de allegados em Lo Barnechea, então eu desde criança acompanhava ela para SERVIU fazer trâmites. (...) Quando entrei haviam quatro [quase] arquitetos e dois na área social, e logo foram chegando vários nessa convocatória, mas ficamos apenas três.” (Informação verbal)⁹⁴.

Se bem, estes aspectos podem ter haver com os perfis profissionais promovidos em certas disciplinas, um fator importante é o grau de proximidade com realidade cotidiana do mundo popular. Por um lado, existiria uma diferença relativa ao grau de proximidade do objeto de trabalho dos dois tipos de apoiadores respeito ao mundo popular, questão que marcaria a própria distinção entre profissionais técnicos e profissionais sociais dentro da EaGIS.

Por outro lado, no caso do último depoimento, haveria também um fator mais direto relativo à procedência do mundo popular e uma história familiar que vai definindo o enfoque adotado pela profissional. Mais do que um caso pontual, estes aspectos têm sido referidos por autores como Salazar (2013), como uma consequência do aumento dos estudantes de extração popular nas universidades⁹⁵, que se bem e motivado pela mercantilização da educação superior, gera um aumento da classe média, também transfere saber acadêmico ao mundo popular, permitindo em certos casos, utilizar as ferramentas adquiridas para estudar ou intervir nele. Esta tendência gera uma ruptura com as tendências históricas da chegada das classes populares no ensino superior, que tendia separar os indivíduos capacitados do mundo popular e melhorar sua qualidade de vida. Uma ruptura, sobretudo, implica transformar a dependência do Estado e dos partidos políticos como intermediários.

⁹² O termo ‘área social’ para referir-se aos profissionais de trabalho social, serviço social, e outros, foi substituído no texto pelo termo ‘disciplinas sociais’ para não confundir com o termo ‘área social de produção’ desenvolvida na Unidade Popular e retomada pelo MPL na atualidade.

⁹³ Paloma, trabalhadora social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 4 de agosto de 2015.

⁹⁴ Rayén, trabalhadora social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 11 de agosto de 2015.

⁹⁵ Considera-se que um 33% dos estudantes da educação superior (universidades, institutos profissionais e centros de formação técnica) correspondem a um 40% mais pobre da população chilena (SALAZAR, 2013).

Considerando esta inclusão dos atores populares, os limites do saber acadêmico e técnico com o saber popular estariam menos definidos do que amiúde se supõe. Constitui-se assim uma instância de convergência heterogênea de apoiadores, onde se estabelecem diferentes posições dialéticas entre apoiadores de caráter técnico, de caráter social; de classe média, de classe baixa; de procedência militante ou sem vinculação política, etc., as quais vão gerando uma síntese a cada momento. Neste cenário os profissionais das disciplinas técnicas adquirem um papel mais relevante ao serem mais próximos às dinâmicas cotidianas do mundo popular. A entrada de profissionais técnicos, apesar de adotar de conhecimento sobre formas de desenho participativo e trabalho conjunto com pobladores, tende a se isolar das dinâmicas cotidianas da organização. Se bem, têm existido conjunturas onde a participação de arquitetos tem sido mais influente, no geral, a participação destes profissionais em atividades mais horizontais termina sendo mais esporádica, reduzidas a uma sucessão de eventos particulares.

Parte desta situação, provavelmente, seja determinada pela escassez de recursos para desenvolver os projetos e, por tanto, para custear o pagamento de profissionais, sobre tudo considerando sua valorização monetária no mercado laboral. Por um lado, não existiu respaldo econômico prévio para o funcionamento da EaGIS, sendo um órgão que começou articulando uma rede de solidariedades de universitários e profissionais recém titulados, que aportam no processo de gestão da primeira camada de projetos habitacionais do movimento. Por outro lado, dos serviços realizados pela EaGIS, desenvolvidos mediante a legislação de assistência técnica tem sido cobrados apenas dois pagamentos, os quais, seguindo a normativa, são pagos posterior à entrega da execução de cada etapa.

“[N]o começo essa autogestão começa precária. Não tínhamos nem arquivadores. Nada de nada. Teve uma época em que no local estávamos sem luz e tivemos que ir a trabalhar na consejalia. Não tínhamos internet. Em um momento foi bem precário, mas sabíamos que vinham tempos melhores. Até que chegou o primeiro pagamento por assistência técnica, como depois de cinco anos. (...) é terrível, os pagamentos vem depois, com o projeto aprovado, com a qualificação definitiva, e a única qualificação definitiva que temos até agora é do MPL1. E aí fazem o pagamento da metade. Apenas quando se termina o projeto e se inscrevem as escrituras no Conservador de Bens Raízes, aí pagam a outra. Recém agora se estão ingressando as escrituras do MPL1 [depois de oito meses da entrega do projeto]. Imagina que no MPL2 ainda não culmina essa etapa” (Informação verbal)⁹⁶.

O modelo promove a atuação de atores de mercado, é por este motivo que, até o momento atual, a EaGIS depende da capacidade de articular uma rede de solidariedades externas e soli-

⁹⁶ Paloma, trabalhadora social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 4 de agosto de 2015.

dariedades. Assim, além dos apoiadores técnicos e sociais referidos até aqui, que forma um círculo mais próximo, existe uma série de outros profissionais que conformam um círculo mais secundário que entregam seus serviços a baixo custo de operação ou sem custos, valorando o processo desenvolvido pelas assembleias e o potencial do movimento. Na Ilustração 4 se observam três níveis dessa relação entre profissionais e a assembleia de projeto, onde se define um segundo círculo, composto por apoiadores externos da organização, os quais se definem por não ter um envolvimento com o mundo cotidiano da assembleia; e um terceiro círculo, de simpatizantes, que aporta em algumas tarefas fundamentais, mas não geram contato direto com o cotidiano das assembleias.

“[Desta maneira] gera-se um núcleo de profissionais rebeldes, que associados ao processo autogerido através das redes de solidariedade, articulam práticas que transtrocam as relações profissionais e profissionalizantes. (...). Porém, eu problematizaria a situação dos profissionais. Se bem Francisco [como arquiteto do MPL I] é muito coerente, veio com a municipalidade a abrir cada apartamento para ver como tinham ficado (...) [Eles] não têm a mesma regularidade nos espaços de reunião como qualquer outro militante. Acho que para estar mais dedicado deve vender menos horas de trabalho no mercado, mas para isto o movimento tem que absolver essas horas e financiar elas. É a única forma de problematizar a relação profissional com o movimento e as questões associadas” (Informação verbal)⁹⁷.

O objetivo destes esforços por consolidar um órgão de produção instala uma série de componentes de uma busca por mudar as formas de produção de moradia. Por um lado, a criação de uma instância nova permite questionar o papel das mesmas disciplinas operantes no processo de promoção de moradia, como as profissões técnicas e sua separação do processo social, assim como também questionar as profissões das disciplinas sociais, apesar de seu suposto acompanhamento dos moradores. Não há que esquecer que o fim que persegue a criação e as bases de cada disciplina em particular.

[É] muito chato, quando você percebe esse papel que a gente adota quando a assembleia está com raiva, e a gente tenta de conter, esse papel. É muito ruim (...) Aí a gente pensa que efetivamente a disciplina surgiu para conter a explosão social (...) o colchão entre o Estado e a explosão social. E aí você escolhe. Se ficar sendo o colchão (...) ou se colocar do lado dos moradores e juntos trabalhar. (Informação verbal)⁹⁸

⁹⁷ Lautaro, liderança MPL em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

⁹⁸ Paloma, trabalhadora social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 4 de agosto de 2015.

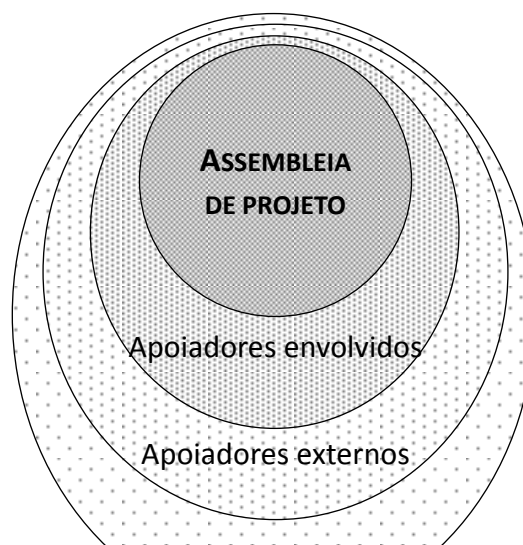


Ilustração 4. Graus de envolvimento.
Fonte: elaboração própria

Então, considerar que a mera proximidade física dos profissionais sociais não assegura a adoção de um lugar de atuação popular mais próximo às demonstrações por movimentos. A separação com a realidade, também presente nos profissionais das disciplinas sociais, manifesta-se de forma mais específica submersa nestes processos de decisão desde uma atitude que tende a desmobilizar e aplacar reações mais radicais do grupo social.

Outra questão associada se refere à posição em que se inserem estes profissionais dentro da organização. Souza (2015), em um texto que problematiza a atuação destes nas dinâmicas da assembleia, chama a atenção para as diferenças que se estabelecem na orgânica das agrupações, entre estes, que tendem a reproduzir desigualdades entre a base social e apoiadores, colocando estes últimos em posições de liderança. Este seria o aspecto determinante que define organizações predominantemente de tipo vertical “por coordenação”, e outras horizontais “por coletivo”. Em relação ao caso do MPL, o objetivo de produzir moradia como meio de mobilização gera uma noção *a priori* técnica, que separa o faz de difícil acesso à instâncias de decisão para a parcela leiga da organização. Porém, as estruturas de trabalho conjunto, e as dinâmicas de trabalho estendidas tentam aproximar essas atividades a distâncias convencionais, que sempre guardam desigualdade de posições.

"[H]a uma relação muito especial entre os dirigentes, os profissionais e os vizinhos das assembleias. Os vizinhos das assembleias se sentem com poder de chegar e dizer, 'vamos ligar o Mati [arquiteto de vários projetos]', e todos têm o telefone de todos.

Como que não há obstáculos, não há diferença. Os colegas vão para a assembleia, não têm problema com isso (...). (Informação verbal)⁹⁹.

Assim, parte importante das instâncias e relações estabelecidas entre pobladores e os profissionais do primeiro círculo tendem a mudar as lógicas convencionais, porém outra parte importante depende de outros profissionais, cuja relação é mais esporádica e distante. Dentro destes estão os apoiadores externos, profissionais e técnicos que mantem um compromisso de apoiar as labores da EaGIS, porém, que não se inserem nas dinâmicas da construção comunitárias. Nos dois casos, correspondem a um vínculo sobre tarefas práticas, e aportes de caráter específicos. A distinção entre estes os dois se encontra no caráter pontual do apoio oferecido e incerteza da manutenção do vínculo com o movimento. Os requerimentos do processo de produção de moradia, comumente estão associados a uma série de tarefas relacionadas, o que leva a ter que refazer ou emendar estes várias vezes os produtos, questão que leva a valorizar em um maior grau os aportes mais persistentes de parte dos profissionais.

No outro plano, fora estes apoiadores e profissionais envolvidos mais em profundidade, existem as contratações externas de serviço, relacionada à parte mais convencional do funcionamento técnico da EaGIS. Este âmbito de relação com empresas privadas tem sido um desafio para a organização, pois coloca em tensão a proposta de trocar as lógicas convencionais de comercialização e tecnificação. Como temos observado até agora, o caráter das assembleias do MPL incorpora a base social às instâncias de trabalho e transtoca as relações técnicas do processo, questão que termina por determinar o trabalho com agentes externos. Até agora existem diversas experiências de trabalho com agentes externos, das quais podem se referir três tipos: de rejeição e não diálogo, de aproveitamento externo e mutua associação. O primeiro tipo, de rejeição e não diálogo, tem sido observado em processos com equipes profissionais tecnocratas, que vem na organização social possibilidade de criar conflitos que afetem a eficiência do serviço realizado. Esta posição, mais convencional, baseia-se na negação do outro, reduzindo a organização a partir de sua condição de beneficiários e sua pouca capacidade de ter em conta aspectos sob uma lente técnica, as quais podem vir tanto das noções do agente externo quanto da postura adotada pela assembleia. Nesse modelo, estabelece-se uma situação de oposição caracterizada pelas desconfianças e a escassa comunicação.

“[Q]uando uma assembleia acha que aperta um botão e o projeta o que vai ser construído, ela se separa do território, desentendendo-se de uma série de problemas, não

⁹⁹ Paloma, trabalhadora social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 4 de agosto de 2015.

apenas de índole construtiva ou administrativa, mas sociais, que foram elementos fundamentais na sua constituição como assembleia”. (Informação verbal)¹⁰⁰.

“[O] projeto do MPL2, se bem pode ser um caso notável de avanço de construir 120 moradias na comuna, ao ter optado por trabalhar a execução com uma EGIS privada, deixou demonstrado que não podemos deixar de lado essa parte do processo. (...) Não tínhamos controle dos prazos das dinâmicas. A obra parava e ninguém sabia de nada”. (Informação verbal)¹⁰¹.

O segundo tipo, de aproveitamento externo, corresponde aos casos em que os serviços externos usam seu manejo de aspectos técnicos para tirar proveito dessa disparidade, às vezes, até podendo-se considerar como estafa. Tal vez se pode considerar ela como um aprofundamento da relação anterior em base à mera tolerância do outro apenas para tirar proveito. Essa situação também poderia ser considerada recorrente no âmbito dos programas habitacionais e nas relações entre técnicos e os comités de moradia convencionais.

“[No MPL1] primeiro pagamos um engenheiro que conseguimos, é um cara equatoriano que fez um projeto merda, nunca terminou o projeto, faziam observações e nunca as resolvia. No final fugiu, não localizamos mais ele. Chegávamos sem saber muito de engenharia, e nos diziam: ‘de novo as mesmas coisas erradas!’”(Informação verbal)¹⁰².

Por último, reconhece-se um terceiro, de mutua associação, correspondentes aos profissionais e empresas externas que têm uma preocupação maior pelos projetos e adotam uma relação horizontal entre o comité e o profissional. Nessa posição do agente externo, aceita-se, e até se considera positiva, a maior participação da população no processo, encarando as inquietudes e os desencontros que pousam emergir como uma oportunidade de melhorar o projeto.

“[S]em dúvida o comité do MPL tem sido o mais participativo dos comités que tenho trabalhado. (...) O comité (convencional) tem como objetivo: ‘eu quero me entreguem meu apartamento’. Não tem interesse em participar no desenvolvimento, nem de ver como vai a coisa, de visitar, de se organizar para mostrar os avanços aos outros. (...)

Para mim não há problema [de encarar essa participação]. Como eu sempre vou de frente e falo ‘isto vou fazer assim, assim e assim’. (...) tenho a impressão (...) que cada vez que me convidam para participar de alguma reunião, para apoiar em alguma solução técnica ou construtiva como tal, é que eles respeitam o que eu pousou dizer, [assim] como eu também respeito o que eles pousam dizer (...). Se nós entendemos

¹⁰⁰ Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

¹⁰¹ Paloma, trabalhadora social da EGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 4 de agosto de 2015.

¹⁰² Francisco, arquiteto do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 7 de agosto de 2015.

que somos sócios no negócio, que não somos inimigos, o trabalho se faz mais rápido”. (Informação verbal)¹⁰³.

A experiência instalou como fator a preocupação pelos profissionais contratados e possibilidades de estender estas relações de igual a igual com o agente externo. Recuperando a conceptualização de uma *área social de produção*, constituída por uma série de empresas de propriedade estatal com controle popular que funcionaram brevemente durante o governo da Unidade Popular, estes agentes externos associados são considerados como aliados desta última, sobretudo, na atual etapa de construção de uma ferramenta que assuma a produção.

“[A Construtora MPL não pode começar suas funções] sem antes se desenvolver financeiramente, em expertise de obra. (...) O processo produtivo permite a entrada de um construtor mais próximo a os princípios da organização (...). Aí aparece IM (...). Nós propomos que existe uma faixa de construtoras e produtores aliados da área social, que quiçá não estão dentro mas se movimentam no mercado seguindo outras condições, atributos e relações (...) geralmente, pelo tipo de produto que desenvolvem, vão entrar mais em contradição com o grêmio dos construtores e os latifundiários, a Câmara (Chilena de la Construcción), ou outras corporações. É muito difícil que uma Paz Froimovich¹⁰⁴ chegue a ser aliada da área social. Não está dentro de seus padrões de rentabilidade nem na suas dinâmicas de operação”. (Informação verbal)¹⁰⁵.

3.2.3. ‘Desde que empezamos a ponerle números sabíamos que un proyecto iba a ser categóricamente distinto del anterior’¹⁰⁶: productos habitacionais

A construção de um órgão técnico pelo MPL tem sido um processo de quase uma década, que tem diversos momentos, os quais podem ser analisados a partir dos próprios projetos habitacionais, assembleias e comunidades formadas. A atuação do MPL em Peñalolén, neste período, conta com dois conjuntos habitacionais já entregues, três assembleias de projeto em etapa de construção, e três assembleias de projeto em etapa de elaboração do projeto e definições mais específicas. Nestes projetos se têm colocado em funcionamento de diferentes lógicas, determinadas pelas conjunturas particulares, que tem marcado seu desenvolvimento.

¹⁰³ Gastón, construtor chefe de IM Engenharia e Construtora Ltda., em entrevista realizada pelo autor, 17 de agosto de 2015.

¹⁰⁴ Paz Froimovich correspondia a uma das maiores imobiliárias e construtoras de Chile, fundada em 1994, pelo arquiteto Benjamin Paz, o construtor civil Eduardo Froimovich, e o banqueiro Jacobo Ergas. Sua operação entre 1995 e 2008 se destacou na sua atuação no Programa de Repoblamiento de Santiago, através de um modelo de produção de conjuntos de moradia em altura, financiado pelo subsídio de renovação urbana para classe média e assistido pelo governo local.

¹⁰⁵ Lautaro, liderança MPL em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

¹⁰⁶ “Desde que nós resolvemos colocar números [a os projetos] sabíamos que cada projeto ia ser categoricamente distinto ao anterior”. Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

| Descrição Projetos | MPL1 | MPL2 | MPL3 | MPL4 | MPL6 | MPL7 | MPL8 | MPL9 |
|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Ano de início Assembleia projeto | 2007 | 2007 | 2009 | 2009 | 2010 | 2015 | 2015 | Fase 1 |
| Superfície do terreno | 1.739m ² | 6.000m ² | 2.400m ² | 1.980m ² | 1.000m ² | Por confirmar | Por confirmar | Por definir |
| Número de moradias | 32 | 120 | 32 | 28 | 14 | Por confirmar | Por confirmar | Por definir |
| Densidade habitacional | 736 hab/há | 800 hab/há | 533 hab/há | 566 hab/há | 560 hab/há | Por confirmar | Por confirmar | Por definir |
| Superfície dos apartamentos | 59m ² | 59m ² | 59m ² | 59m ² | 59m ² | Por confirmar | Por confirmar | Por definir |
| Etapas assembleia | Fase 4 | Fase 4 | Fase 3 | Fase 2 | Fase 3 | Fase 1 | Fase 1 | Fase 1 |
| Estado de avanço do projeto | Terminado | Terminado | Em Construção | Em gestão | Em Construção | Em gestão | Em gestão | Em gestão |
| Origem do terreno | Compra venda com SERVIU | Compra venda com privado | Compra venda com privado | Compra venda com privado | Compra venda com privado | Megaprojeto SERVIU | Megaprojeto SERVIU | Compra venda com privado |
| Tipologia do projeto | Blocos de apartamentos 4 andares | Blocos de apartamentos 4 andares | Blocos de apartamentos 3 andares | Casa 2 andares (duplex) | Casa 3 andares (triplex) | Blocos de apartamentos 5 andares | Blocos de apartamentos 5 andares | Por definir |
| Localização | Lo Hermida | Peñalolén Alto | Peñalolén Alto | Peñalolén Alto | Peñalolén Alto | San Luis de Macul | San Luis de Macul | Peñalolén Alto |
| Entidade Patrocinante | EaGIS MPL | EGIS VyS (privada) | EaGIS MPL | EaGIS MPL | EaGIS MPL | SERVIU-EaGIS MPL | SERVIU-EaGIS MPL | Comité autogerido - EaGIS MPL |
| Construtora | IM Construtora (privada) | Francisco León (privada) | IM Construtora (privada) | IM Construtora (privada) | IM Construtora (privada) | SERVIU | SERVIU | Construtora |

Tabela 3. Assembleias de projeto com seus respectivos projetos em andamento ou finalizados. Fonte: Atualização da tabela MPL (2011).

Durante essa breve histórica tem sido desenvolvido diferentes projetos. Como o trabalho dos projetos vai sendo desenvolvido de maneira associada, a data de início dos projetos permitiria reconhecer certas camadas de projetos: uma primeira correspondente ao MPL1 e MPL2, iniciados em 2007, uma segunda correspondente ao MPL3, MPL4, e MPL6, iniciados em 2009 e 2010, e uma terceira camada mais atual, do MPL7, MPL8 e MPL9, que está em processo. Como forma de sintetizar essa atuação do MPL na comuna de Peñalolén, a Tabela 3 incorpora os dados principais destes oito projetos¹⁰⁷. Nela podem se estabelecer algumas comparações gerais e extrair certos elementos. A primeira, enquanto o tamanho dos projetos, o maior é MPL2 e o menor é MPL6, com 120 e 14 moradias respectivamente, os quais marcam dois produtos diferentes que condicionam uma forma de construção e reprodução da comunidade também dispar.

A segunda camada, enquanto à localização, até agora apenas se tem instalado fora de Peñalolén Alto, em um setor consolidado da población Lo Hermida. Os outros quatro se encontram relativamente próximos, formando uma potencial faixa de comunidades da organização. Os restantes três atualmente se acham em definição, sendo provavelmente dois desenvolvidos em San Luis de Macul. A terceira enquanto às diferentes tipologias de moradia desenvolvidas. No caso dos dois primeiros, correspondem a projetos de blocos de moradia em quatro andares, enquanto os projetos menores na parte alta de Peñalolén, nas encostas da cordilheira, são projetos de casas de dois (duplex) e três andares (tríplice), tentando inovar as tipologias propostas para as áreas de encostas.

Um ponto importante que, como temos observado, determina a construção de comunidade, são os agentes promotores. A possibilidade desta de se constituir a partir de sua participação no processo, resulta determinada pela capacidade de assumir ou delegar tarefas em agentes externos estas funções e como são estes. Destaca-se que o primeiro projeto desenvolvido, o MPL2, conta com as duas labores, de entidade patrocinante e construção, em mãos de agentes externos de caráter privado, e a partir daí os projetos seguintes têm sido trabalhados pela Ea-GIS-MPL. Nos últimos três casos, de mais recente data, observam-se duas situações atravessadas pelo cenário conjuntural. Por lado, o MPL7 e o MPL8 estão sendo incorporados a um Megaprojeto Urbano promovido por SERVIU para aplicar o novo programa DS 116 de 2014:

¹⁰⁷ A ausência de um MPL5 corresponde à desistência de um projeto. Se bem, este chegou ter um terreno definido e certo nível de avanço técnico, porém, não prosperou devido a diversos motivos (problemas técnicos, pouco envolvimento da assembleia, falta de continuidade nos técnicos involucrados, etc.), sendo substituído em parte pelo MPL6.

“*Proyectos de Integración Social*” (PIS) [Projetos de Integração Social], que procura desenvolver o novo eixo da política habitacional, produzindo conjuntos com moradia de diferentes tipos e modalidades, tanto pelo programa FSEV (subsídio e poupança), DS01 setores emergentes (subsídio, poupança e crédito hipotecário), e o DS01 classe média (subsídio, poupança e maior crédito hipotecário), todas elas como formas de conseguir costear a produção de moradia interesse social em solo bem localizado. No caso do MPL9, ainda é cedo ter certezas sobre seu desenvolvimento devido a sua recente constituição e incertezas do megaprojeto em que se insere.

A continuação se apresenta os relatos da conformação de três destes projetos, os quais permitem extrair algumas discussões importantes para a discussão da técnica e espaço. Estes são o projeto MPL1, na sua particular luta por conseguir o terreno e construir 32 moradias neste; o MPL2 como um ensaio sobre o tamanho e os efeitos de ter delegado a gestão e execução do projeto a um privado; e por último o MPL6, como primeira tentativa concreta de realizar, por meios próprios, a maior parte do projeto.

3.2.3.1. *MPL1 - Conquistadores de Lo Hermida: ‘El terreno determina la asamblea’*¹⁰⁸

O primeiro projeto desta revisão, correspondente ao MPL1, um dos projetos da primeira camada em ser desenvolvida pela organização. O começo do processo específico do projeto se pode datar em 2007, data da identificação do terreno e formalização em SERVIU, e término em janeiro de 2015, data da entrega dos apartamentos. Sua constituição está marcada pela conformação do MPL em 2006 e a aspiração de gerar uma mudança radical na forma de produzir moradia interesse social, baseada na atuação direta da assembleia de usuários no processo e o desafio por gerar melhoras na moradia de interesse social.

Particularmente os inícios do projeto significaram um período de bastantes disputas. Em primeiro lugar, a identificação do terreno corresponde ao resultado de pesquisas nos livros do Conservador de Bienes Raíces de Santiago, esse processo iniciante permitiu identificar que o proprietário de um terreno subutilizado no médio da población Lo Hermida, era o próprio SERVIU. Isto determinou e os rumos do projeto.

“[L]autaro fez um trabalho enorme procurando [a informação de](...) os terrenos vazios. ‘Este se vende, este terreno é municipal, etc.’, e aí descobrimos o terreno do

¹⁰⁸ “O terreno também determina a assembleia”. Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

MPL1 (...). O terreno era um estacionamento ilegal de ônibus (...) que era SERVIU. E aí vimos imediatamente a possibilidade para não comprar o terreno, mas que ele já existia. Assim, a gestão [com SERVIU] foi: ‘oh, esse terreno é SERVIU, é teu, utiliza-o para fazer moradia interesse social, exijo-te agora, temos esse pessoal com um projeto, com essa disposição’. Aí fizemos um anteprojeto com todas da lei, e partia da premissa de não romper as redes cotidianas. Se vão dar uma solução tem que ser aí mesmo, [no local onde as pessoas moravam]”. (Informação verbal)¹⁰⁹.

Se bem, a existência do terreno SERVIU abriu uma instância para exigir a atuação do Estado, esta foi adquirindo um caráter diferente, derivado da luta dos pobladores por conseguir construir no terreno. A primeira disputa pelo terreno foi por validar a propriedade de SERVIU do terreno e conseguir a saída da empresa de ônibus que ocupava o terreno. A segunda luta foi fazer presença no terreno para evitar que fosse ocupado novamente pela empresa de ônibus ou por terceiros. Foi assim como surgiram as primeiras experiências de ação coletiva da assembleia, através do desenvolvimento de uma horta urbana como forma de guardar o terreno e, ao mesmo tempo, inserir os primeiros princípios de vida comunitária. Desta forma se constituiu uma ocupação de terreno legitimada na exigência de SERVIU de comprometer o terreno para moradia interesse social.

“[E]u acho que tem a ver com a proximidade. Os pobladores decidiram pelear por esse terreno, porque maioritariamente são de Lo Hermida e as reuniões também fazíamos aqui na sede que está aqui do lado, mas também vinha de uma conjuntura particular. [Na época] não era nem sequer MPL quando se formou o primeiro comité aqui, era Lucha y Vivienda, que tinha passado por três tentativas de ocupação de terrenos”. (Informação verbal)¹¹⁰.

A partir deste momento, além das reuniões da assembleia e o trabalho das hortas, desenvolveram-se no local do futuro projeto uma série de atividades do coletivo, constituindo uma toma de terreno diferente às tomas convencionais do movimento de pobladores. Apesar, do caráter da horta e as atividades comunitárias, uma terceira luta se instalou a partir da oposição de algumas lideranças do bairro vizinho.

“[E] aí vinha uma segunda parte, sobre como nos fazemos parte deste terreno e somos vizinhos das outras pessoas. Porque tinha gente que era de Lo Hermida, viviam duas, três ou seis quadras do próprio terreno, onde estava a assembleia mas não todo mundo os conhecia. (...) Aí tivemos que fazer uma reunião do MPL com El Duraznal, que é o assentamento contíguo deste terreno, onde tínhamos adversário reais declarados. Tinha uma vizinha que estava em pé de guerra contra o MPL. ‘Que éramos todos uns maconheros, que éramos pessoas de outros lados, uns delinquentes, que eram sei lá o que. Que íamos terminar com os ônibus do setor. Porque tínhamos manipula-

¹⁰⁹ Francisco, arquiteto do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 7 de agosto de 2015.

¹¹⁰ Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

ção desde a empresa de ônibus, manipulação dos próprios vizinhos, da municipalidade. Tinha um pastor evangélico também que organizou um pessoal”. (Informação verbal)¹¹¹.

“[D]ize-se que as autoridades não queriam que o MPL construa. (...) No caso do MPL tinham vizinhas próximas à associação de moradores, que atuam como operadores políticos do alcalde, que se opunha ao projeto. Sem muito argumento, falavam qualquer coisa para desprestigiar o grupo, mas no final a população [vizinha] entendia que eram igual que eles, além a maioria era de Lo Hermida”. (Informação Verbal)¹¹².

A dinâmica de legitimar o uso do terreno envolveu diferentes âmbitos de atuação e marcou o caráter da assembleia. Podem-se reconhecer entre estes, três âmbitos: i) a exigência ao SERVIU para ele destinar o solo para moradia, ii) a afirmação territorial, para afastar definitivamente à empresa de ônibus que ocupavam o terreno para uma atividade comercial sem pagar pelo uso, e iii) a afirmação discursiva, para instalar sua posição frente ao déficit e desmentir os boatos e estabelecer uma relação de vizinhança aberta. Isto levou um processo longo, paralelo à elaboração do projeto para ser aprovado, que gerou um desgaste na assembleia.

[E]u me lembro, que de segunda a domingo, eu tinha apenas um dia que não ia a reunião, ou que tinha que fazer um trâmite, ou ter que falar com as pessoas da assembleia, falar com alguém de fora, ir a SERVIU, ir à municipalidade, etc. (...). [Tinha] que motivar aos vizinhos, porque com o passar dos anos as pessoas vão baixando os braços, além que tivemos uma época em que dávamos um passo e retrocedíamos três, então era complicado. (...) Eu me acomodava porque faço a tarde meus muffins para vender na feira. (Informação Verbal)¹¹³.

A possibilidade de SERVIU reconhecer o direito à moradia de um grupo social, no melhor dos casos, significa a cessão do terreno para construir moradia interesse social. Isto é fundamental para não entrar na lógica especulativa do solo, que tem gerado a perda das possibilidades de desenvolver moradia interesse social na comuna. Se bem, o processo de reconhecimento por parte de SERVIU durou mais de dois anos, entre 2007 e 2009, depois, a parte técnica também seria uma batalha que tomaria tempo e trabalho de várias arestas. O projeto devia ser aprovado pelo SERVIU, encarando todas as especialidades para um projeto residência deste tipo, muitas das quais eram desconhecidas o pequeno equipo técnico da EaGIS daquela época. Subestimava-se que a parte técnica se remetia _a arquitetura e as estruturas.

¹¹¹ Francisco, arquiteto do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 7 de agosto de 2015.

¹¹² Rayén, trabalhadora social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 11 de agosto de 2015.

¹¹³ Cíntia, liderança da assembleia e membro da comissão técnica do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 5 de agosto de 2015.



Ilustração 5. Reunião do Projeto MPL1 no terreno do projeto no ano 2007.
Fonte: Francisco Ibarra.

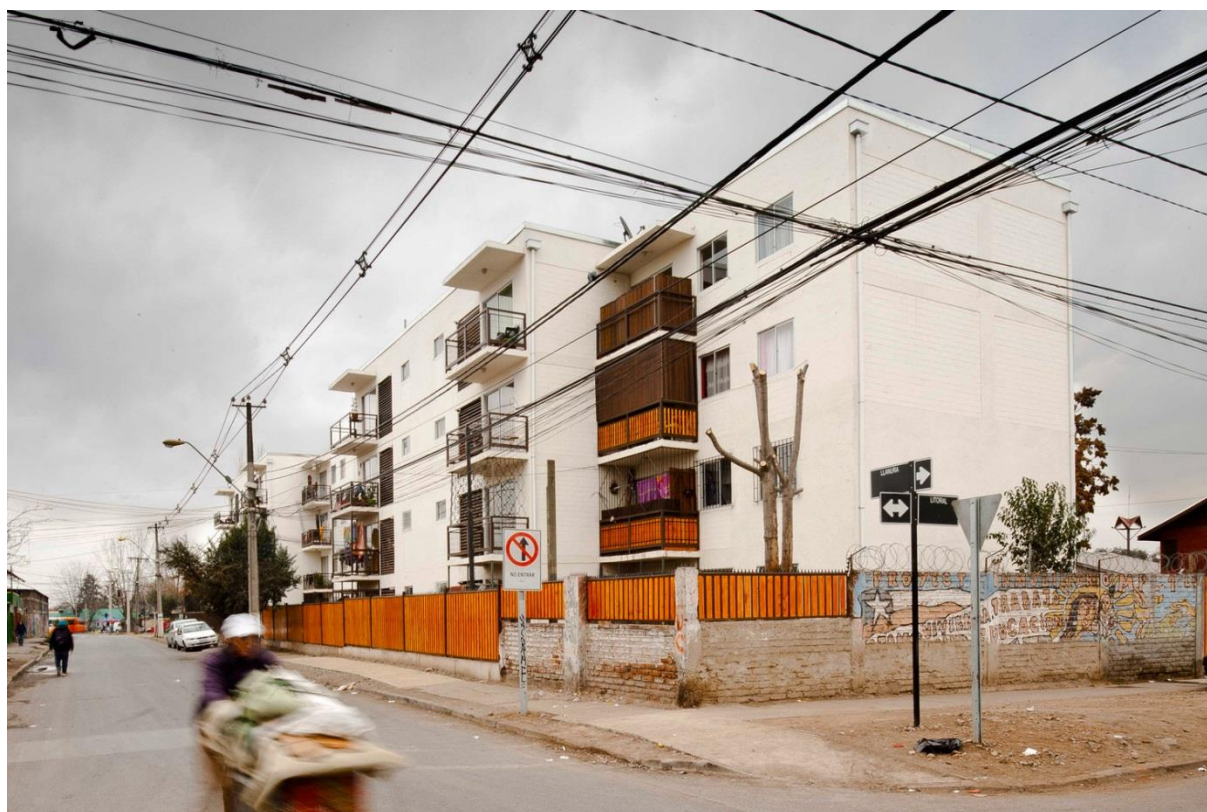


Ilustração 6. Conjunto MPL1: “Conquistadores de Lo Hermida”, agosto de 2015.
Fonte: Andrés Quintana.

[P]recisavamos engenheiros com compromisso social que deram uma mão, achávamos que não existiam. (...). Tivemos sorte de achar um militante do PC daqui de Peñalolén, que era próximo de alguns companheiros (...). Nessa reunião chegaram 5 engenheiros civis menção em solo, e dois hidráulicos. Eles trabalhavam na época no Idiem, e apenas um deles era titulado. (...) Para realizar o estudo solo, eles pegavam os instrumentos antes de sair, de noite, a gente fazia as escavações no dia anterior com os vizinhos, e eles faziam as medições bem cedo e depois levavam de volta os instrumentos. Depois eles falaram no Idiem para utilizar os laboratórios do Idiem para realizar as provas. (...)

Para o [projeto] hidráulico, Pedro se envolveu, mas custou muito para ele, porque seu ensino todo era calcular grandes massas de água, mas não um projeto domiciliário. Aí foi que apareceu a Momi, que era uma professora (...) que tinha estado no antigo processo em que a Universidad de Chile estava vinculada ao Estado e trabalhavam na moradia interesse social juntos. Ela sabia muito. Fazia para eles aulas especiais para trabalhar isso. (...) A parte elétrica não foi tanto problema, fez um especialista daqui. A água chuva fez uma militante da JJCC que fez todos os planos. O gás fez o Francisco. (...) Mas nos faltava o projeto de estruturas. Aí tivemos que pagar para um cara que nós estafou (...). Destinamos 3 UF [R\$ 139] por família para pagar ele. Horrível”. (Informação Verbal)¹¹⁴.

“[E]le fez um projeto merda, nunca terminou o projeto, faziam observações e nunca as resolvia. No final fugiu, não localizamos mais ele. E chegávamos sem saber muito de engenharia, e nos diziam: ‘de novo as mesmas coisas!’. (...) Tivemos a sorte de que me enviaram para um revisor de SERVIU, o diretor de estudos Marcelo Aristoi, que me falou, ‘sabe que rapaz, esquece esse projeto, venha aqui que eu vou fazer o projeto de estruturas’. Eu tive que desenhar todos os planos do que ele falava. (...) Essa época passei o verão todo indo a trabalhar a SERVIU meio tempo (...) As pessoas em SERVIU já me conheciam. Falavam-me de ‘o novo’. (...) Mas com isso fomos aprovados em tudo”. (Informação verbal)¹¹⁵.

Passados estes obstáculos técnicos e mantendo boas relações com a comunidade circundante, já em 2010, apareceria um novo obstáculo que quebraria as esperanças da comunidade e adiaría ainda mais o projeto. Pela metade do terreno descobriram que passava um coletor de esgoto, o qual não aparecia nos planos como uma área de servidão de águas e esgoto relativa à empresa de águas. Documentando-se, o cano pertenceu à empresa pública de água, hoje privatizada na Empresa Aguas Andinas, a qual tinha um antigo projeto conjunto a SERVIU para trocar a peça, diminuir o tamanho da matriz e permitir uma maior habilitação do terreno. O novo desafio era reativar o projeto e conseguir realizar as modificações no terreno para viabilizar a construção de um novo projeto, considerando a área de servidão que tinha que ficar livre.

¹¹⁴ Rayén, trabalhadora social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 11 de agosto de 2015.

¹¹⁵ Francisco, arquiteto do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 7 de agosto de 2015.

“[E]stavamos prontos com tudo e deu que pelo meio passava o coletor público, desses grandes, não de 70cm, mas de 1,10m. (...) Ficamos muito mal, porque aliás tinham outorgado já os subsídios e estes venciam. Teríamos que postular de novo. Além que tínhamos que conseguir construtora (...) ninguém queria fazer porque era muito pequeno o projeto (...) Me lembro da reunião onde tivemos que decidir (...) explicamos e aí foi entrar na luta, em uma disjuntiva eterna entre SERVIU e Aguas Andinas, e no projeto tínhamos que resolver isto liberando essa zona para separar ele na junta de dilatação.

No final se meteram em uma bolsa de projetos (...) não me lembro se foi Bachelet ou Piñera, parece que foi Piñera que colocou financiamento e a gente ‘tem que sair, tem que sair’ e pum... saiu. (...) Foi como um uff. De um momento para outro SERVIU tomo parte e nos recomendou a construtora”. (Informação verbal)¹¹⁶.

“[Os canos] paralisaram o início da obra por um ano e meio. Tivemos que lidar com o SERVIU, para o financiamento, com Aguas Andinas, que é a corporação espanhola que tem a concessão do serviço. (...) [Isto nos levou a realizar] por primeira vez uma mobilização em uma dependência privada. Até que ao fim souberam o significado de pobladores mobilizados. Antes tivesse sido público, mas para a gente não mudou nada. As ocupações, as manifestações de todo tipo no prédio de Aguas Andinas significou não apenas responde em menos tempo, mas romper com a lógica do cliente. O cliente vai lá, faz a fila, saca o número, mandam para cá para lá e acolá. Aqui se enfrentaram a uma comunidade e isso não se resolve no módulo de atenção ao cliente”. (Informação verbal)¹¹⁷.

A mobilização por reativar o projeto, por coordenar as instituições, hoje uma privada e outra pública, condicionou o projeto em dois âmbitos. No primeiro lugar, no relativo à assembleia, muitos decidiram passar para o MPL2, cansados do processo. O MPL2 para eles oferecia um projeto avançado na lógica mais convencional, já que essa assembleia tinha decidido começar desenvolver o projeto mediante uma EGIS privada.

Estava como alternativa o terreno do MPL2. Isto condicionava uma série de coisas. Estava a proximidade. Os pobladores decidiam ficar em Lo Hermida, porque aqui fazíamos as reuniões, e a maioria vinha da fase em que éramos LyV, das tentativas frustradas de ocupação (...). MPL2 perspectivava outras coisas, uma mudança no financiamento, inserir-se alterando a trama urbana local. No caso do MPL1 a possibilidade era ter uma solução autônoma, fora de SERVIU. (Informação verbal)¹¹⁸.

No segundo lugar, a configuração espacial do projeto mudou, não apenas referido às condições arquitetônicas gerais, mas pela determinação de uma série de questões associadas a ter um bloco unitário de moradia ou ter duas torres. Na Ilustração 7 aparece o plano do projeto MPL1, na sua configuração final, dos dois blocos de quatro apartamentos por andar e uma separação de 3m no médio, no fundo, de ter projetado uma sede social em construção. Distin-

¹¹⁶ Francisco, arquiteto do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 7 de agosto de 2015.

¹¹⁷ Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

¹¹⁸ Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

guem-se a condição no substrato físico que tende a estabelecer diferenças e centrar uma e outra comunidade em relação a duas caixas de escadas. Nesse sentido, aspectos que desde o ponto de vista técnico era uma mudança menor, maiormente, um problema econômico, desde o ponto de vista social e político significaram modificações determinante.

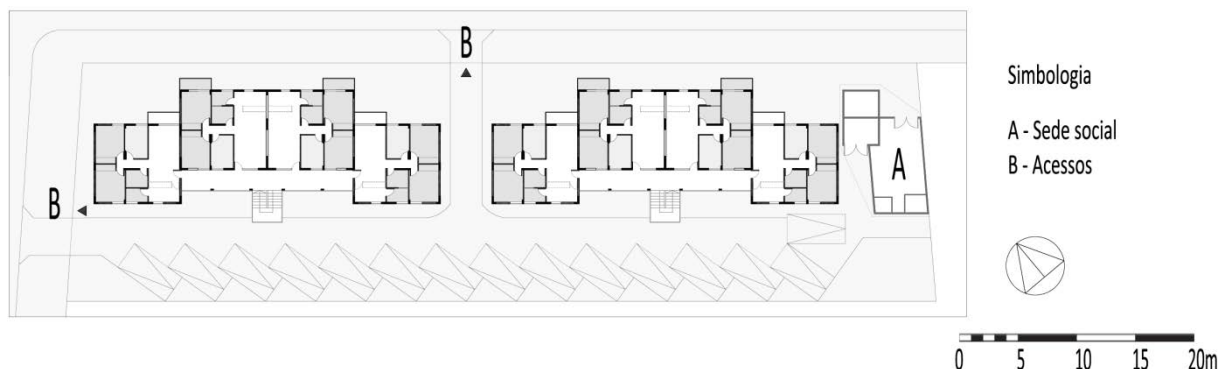


Ilustração 7. Plano do Conjunto MPL1: Conquistadores de Lo Hermida.
Fonte: Elaboração própria em base a plano de arquitetura.

“[A]o não poder fundar sobre ductos, uma junta de dilatação de 5 centímetros do prédio passo a ter três metros. Efetivamente, agora tem um delegado para cada bloco, e se formou uma comunidade deste bloque e uma do outro. Por uma junta de dilatação. (...) Muda a configuração espacial, mas também social, e até política. Economicamente, tivemos que ceder essa faixa para os espanhóis [da empresa concessionária do serviço de águas, Aguas Andinas]. Mais uma vez. Aliás, todos os custos que significou essa mudança”. (Informação verbal)¹¹⁹.

“[H]á uma tensão entre o bloco A e bloco B. (...) Por exemplo, algo que está na cara, que a grade de fora tem madeira apenas a torre de lá. Isto é porque em reunião se decidiu colocar ligustrina, mas eles chegaram e desfizeram o acordo, colocando as madeiras. Eu não acho tanto ainda, mas da pra ver que á uma rivalidade”. (Informação verbal)¹²⁰.

“[H]á uma competência. Justo a pessoa que me separa o grupo é uma liderança antiga que fez bastante problema, que não acreditava e fazia para as pessoas remar para o lado contrário. Agora o negocio da grade, a metade de lá tem madeira e a metade de cá tem ligustrina, e as árvores que eles podaram, (...) recém agora conseguimos prevalecer que somos 32 e não 16 e 16, assim que vamos colocar as duas coisas, madeira e ligustrina nos dois lados para ter unidade no projeto”. (Informação verbal)¹²¹.

Em suma, a importância que a assembleia outorga ao solo termina por caracterizar a própria assembleia. Seja pela importância outorgada à posição dentro da trama urbana de uma pobla-

¹¹⁹ Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

¹²⁰ Cíntia, liderança da assembleia e membro da comissão técnica do MPL1, em entrevista realizada pelo autor, 5 de agosto de 2015.

¹²¹ Mariana, moradora do MPL1 e participante da comissão social, em entrevista realizada pelo autor, 4 de agosto de 2015.

ção consolidada, à propriedade da terra adquirida para construir, etc., condicionam a composição de uma assembleia e as relações destas, para bem ou para mal. As tensões têm ficado mais evidentes após da modificação, as que acrescentaram certos aspectos de desenho que separa a comunidade MPL1 em duas torres. Se bem, não é uma determinação definitiva, vai depender das formas de se relacionar e encarar os próximos desafios, entre estes, a construção da sede social e as melhoras dos espaços comuns, e transferir o conhecimento adquirido no processo para as outras assembleias.

3.2.3.2. *MPL2 - Las Araucarias: 'Cuando la asamblea cree que aprieta un botón y listo'*¹²²

Na primeira camada de projetos da organização, já foram distinguidos certos elementos de um e do outro. Respeito do MPL1, o MPL2 é um projeto mais convencional, produto de um processo menos envolvido nos princípios atuais da organização. As características administrativas do projeto também condicionaram essa situação. A questão de ter assumido através da EaGIS do MPL um projeto de 120 moradias na primeira camada de projetos tivesse levado a lidar com uma complexidade maior do que passaram apenas no MPL1 de 32 moradias. Provavelmente, as formas de organização e resolução de conflitos para um grupo tão grande como MPL2 tampouco sido desenvolvidas, pelo que seria bastante incerto o resultado. Mas, o desenvolvimento do MPL2 através de uma EGIS e uma construtora privada, de enfoque convencional e afastado dos princípios destes princípios, tampouco foi um processo fluido e sem contratempos.

Em termos de desenho o projeto materializou alguns elementos de interesse a serem replicados pelos próximos projetos. O MPL2 contou com um primeiro anteprojeto elaborado pela organização e suas solidariedades, o qual foi assumido pela EGIS contratada, de maneira que pelo menos a configuração do projeto considerasse alguns elementos da organização, principalmente aqueles que promovem a geração de instâncias de convivência. Na Ilustração 9, destacam-se estes pontos na configuração da planta, a qual contou, entre outras coisas, com a participação do arquiteto Castillo Velasco, quem promoveu certas condicionantes no desenho, como dar jerarquia aos espaços de convivência, relevando no médio a sede social, que centraliza a vida comunitária. O resto do programa se desenvolve através de blocos de moradia de duas ou três moradias por andar, de quatro andares, os quais estão circundam o terreno.

¹²² “Quando a assembleia acha que aperta um botão e pronto”. Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

Logo, o desenvolvimento do projeto foi levado por entidades privadas, primeiro, desenvolvido pela EGIS VyS, e estes encarregaram a execução à construtora Francisco León. Este processo, se bem em princípio liberou de cargas às organização e principalmente a sua assembleia, com o desentendimento destes sobre o avanço do projeto, depois este desentendimento significaria uma separação entre a assembleia e o projeto, isto significou uma baixa capacidade de atuar por melhorar as condições de avanço deste.

“[O MPL2] perdeu a capacidade da assembleia de se vincular mais estritamente com o construtor. Quando a assembleia acha que aperta um botão e se constroem as moradias, na verdade, está-se reservando [para depois] uma série de problemas, não apenas de índole construtiva ou administrativa, mas de desarraigo do terreno, que partiu marcando a assembleia. O terreno [neste sentido] também determina a assembleia. Então, no final, porque se incorporou um privado a assembleia também deve se comportar como um indivíduo particular? Como se move um particular? Ele não se move! É a antítese do movimento! (...) A dispersão do grupo determinou a capacidade para iniciar a obra e para terminar ela, mas também, e sobretudo, para constituir de boa forma a nova comunidade. Tanto faz não. (...) Por isto que o MPL coloca números aos projetos, para tomar esse aprendizados”. (Informação verbal)¹²³.

“[E]m relação entre o MPL2 e o MPL1, acho que nossa EaGIS trabalhou muito bem. Porque o no MPL2 tem uma EGIS privada, e eles ainda não têm escrituras, e levam dois anos morando, e a gente leva seis meses e nós já quase temos. (...) Se os vizinhos estão dispostos a trabalhar, isto pode sair muito bem. (...) A questão que os vizinhos somos a EaGIS fica expressada na comparação destes dois projetos. (...) No MPL2 estiveram mais separados. Eles não podiam ir a uma reunião de EGIS, não podiam estar ligando para assistente social. Nós sim. Ou estar trabalhando com ela até a meia-noite. Eu me lembro quando a gente estava ingressando as pessoas ao Rukan. A comissão social ficou trabalhando aí. A ideia é que a maior quantidade este disposta a trabalhar. E que não existam desconfiças”. (Informação verbal)¹²⁴.

Em particular esse desenvolver do projeto, de maneira desvinculada, terminou por adiar certos questionamentos fundamentais para constituir ele como comunidade. O projeto passou por períodos de paralização de obras, desfinanciamento, os quais a assembleia pouco soube antecipar. A lógica instalada, aparentemente, era contrária à mobilização social e a criação de instâncias de exigência do Estado, que permitiram destravar os obstáculos da materialização do projeto. Essas lógicas têm sido estendidas no tempo até os primeiros anos, gerando outros conflitos, inclusive contra o uso da sede social como espaço atuação da organização, e contra a atuação de outros espaços do MPL dentro do conjunto habitacional.

¹²³ Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

¹²⁴ Cintia, moradora do MPL1 e participante da comissão técnica, em entrevista realizada pelo autor, 5 de agosto de 2015.



Ilustração 8. Cerimônia de colocação de primeira pedra do projeto MPL2, setembro de 2009.
Fonte: MPL (2011).

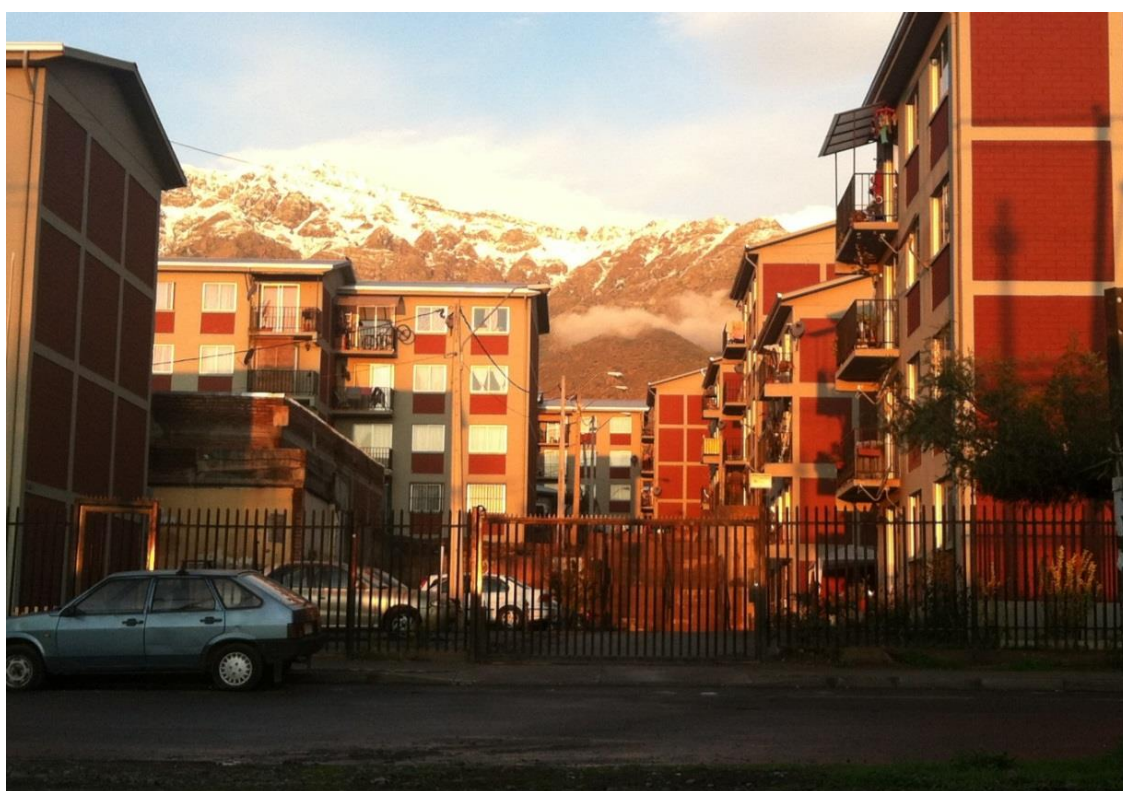


Ilustração 9. Conjunto MPL2: “Las Araucarias”, agosto de 2015.
Fonte: Elaboração própria.

“[N]ós viemos de La Faena, Lo Hermida, onde se você vê, a questão de desenvolver uma escola, um posto de saúde, são questões fundamentais do lugar. São parte da construção dessas poblaciones, e a gente, como pobladores, tem incorporado essa inquietudes na prática. Na construção vida comunitária”. (Informação verbal)¹²⁵

“[T]emos tentado desenvolver outras dimensões nos projetos habitacionais. Mas têm havido também conflitos por isto. Por exemplo, na creche Epuwen, tinha havido vizinhos que se resistiam, ‘que não era necessário para o projeto’, ‘que as crianças são muito barulhentas’. Porém, tem havido uma reconciliação com esta experiência, entendendo que é importante a educação, sobretudo, ‘quando começaram a enviar as crianças no jardim’. Tem um caso de uma criança que as professoras de outro jardim tinham traumatizado por uma questão do banheiro e que no Epuwen foi melhorando. Não imediatamente mas foi uma questão que os vizinhos tomaram em conta. Isso é o que tentamos falar com uma educação outra, uma moradia outra, vida digna”. (Informação verbal)¹²⁶

As condições de desenvolvimento do projeto, se bem, têm gerado um afastamento entre a comunidade e o resto da organização, hoje passa por um reencontro. Ao mesmo tempo, um reencontro da vida comunitária tem vindo após a entrega do projeto, como forma de reconstruir os laços que deram origem à assembleia.

“[O] notável é que todos os problemas do MPL2, agora, têm sido resolvidos em assembleia. Se bem, hoje, não participa o 100%, participa o 80%, estes resolveram os conflitos de estacionamentos, de fechamento do terreno, pelos espaços comuns. A diferença de [outro projeto relativamente recente], Parcela 7¹²⁷, nesse colapsaram os hidropack e as pessoas ficaram literalmente com a merda até o pescoço, não pagaram os gastos comuns (...) e manda a lei do mais forte. Então é diferente. E aí se vê o desenvolvimento da vida comunitária, os espaços comuns”. (Informação verbal)¹²⁸

“[P]essa a origem da conformação da assembleia. Quando você conhece o vizinho, pode ser que tenha desencontros com os vizinhos porém, já na segunda não se passa a ideia de fazer confronto. A diferença dos outros conjuntos como Parcela 7, aonde os vizinhos chegaram a se conhecer no local. Ai não há vida comunitária (...) [Então] se bem para mim o MPL2 pode ser o filho ingrato da organização, a gente vai para lá e também ele é em parte o que a gente pensou. Todas as quartas se juntam, pelo menos delegados, e a [assembleia] geral se juntam uma vez no mês. (...) Através de comissões eles têm realizado obras nos espaços comuns, a pavimentação. Convidaram um delegado do jardim no projeto (...) têm voltado a considerar eles mesmos como dentro da organização e isso da alegria, depois de todos os desencontros”. (Informação verbal)¹²⁹

¹²⁵ Gonzalo, liderança do MPL, em entrevista realizada pelo autor, 13 de agosto de 2015.

¹²⁶ Natalia, liderança e vereadora do MPL, em entrevista realizada pelo autor, 13 de agosto de 2015.

¹²⁷ Projeto de moradia de interesse social desenvolvido pela prefeitura de Peñalolén para os comités inscritos na entidade patrocinante municipal.

¹²⁸ Gonzalo, liderança do MPL, em entrevista realizada pelo autor, 13 de agosto de 2015.

¹²⁹ Natalia, liderança e vereadora do MPL, em entrevista realizada pelo autor, 13 de agosto de 2015.

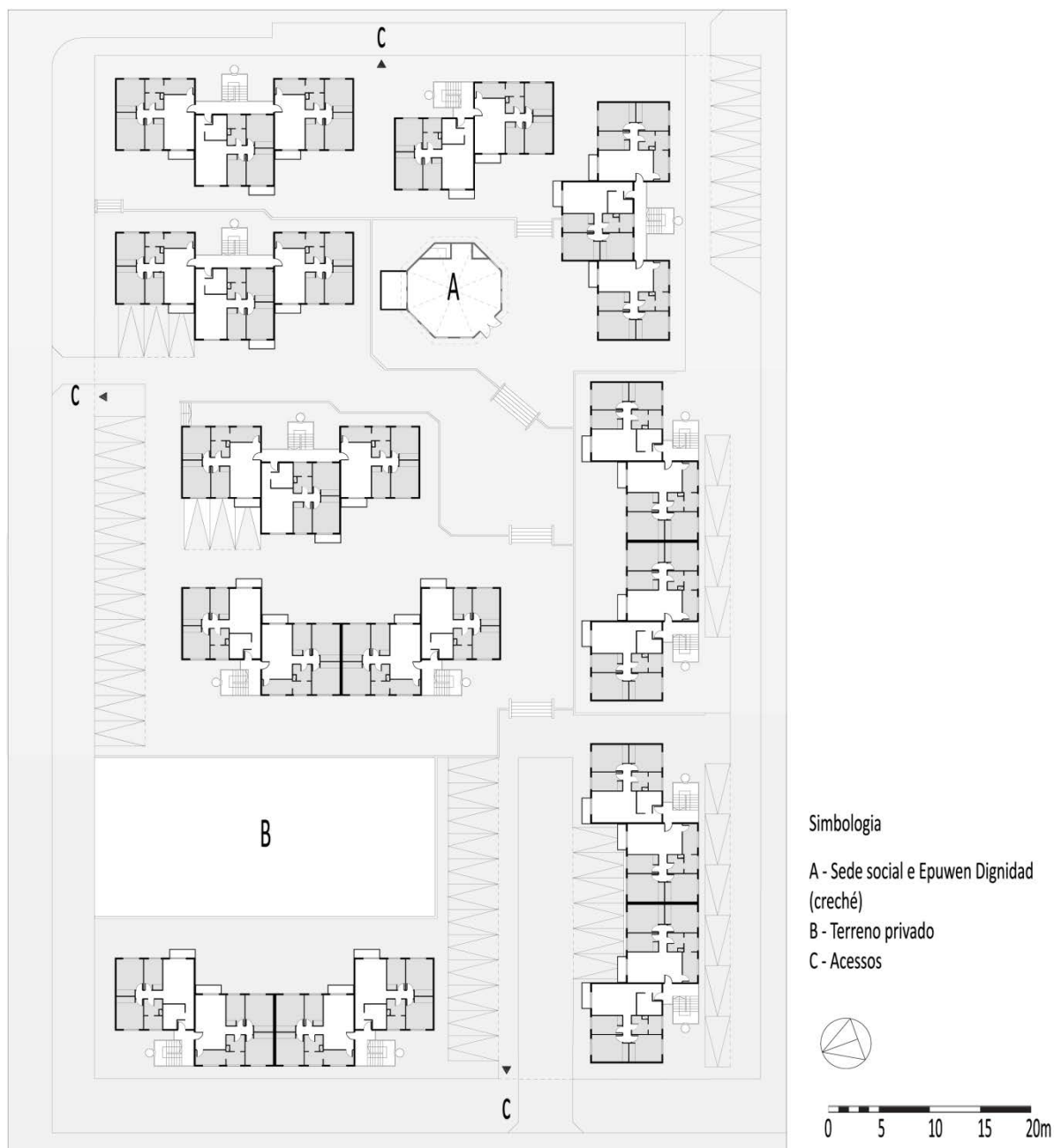


Ilustração 10. Plano do Conjunto MPL2: Las Araucarias.

Fonte: Elaboração própria em base a plano de arquitetura.

Em síntese, a constituição da comunidade do MPL2 se desenvolveu de maneira mais tardia produto da decisão de delegar o desenvolvimento do projeto a uma EGIS privada. A impossibilidade de intervir diretamente nas decisões da EGIS afetou a continuidade no desenvolvimento do projeto. Na atualidade, a administração dos espaços comunitários tem recuperado os elementos de vida comunitária desenvolvidos nos começos do projeto, questão que tem reinserido a assembleia em algumas dinâmicas da organização.

3.2.3.3. MPL6: ‘Pensávamos construí-lo pero no entendíamos lo que significaba’¹³⁰

No caso do projeto MPL6 se tem construído uma situação particular, que caracteriza o caráter dos projetos da segunda camada desenvolvida pela organização. Até o momento, o processo do projeto de menor tamanho até agora, que ademais possui uma assembleia envolvida com o projeto e cujos associados, parte deles, trabalham ofícios referidos à construção. Essas condições têm servido para retomar em duas oportunidades a possibilidade de conseguir levantar uma construtora de moradia interesse social própria. Porém, as condições iniciais do projeto não foram suficientes para levar adiante tal empresa.

“[A] questão da construtora [ressurge] a partir de que íamos a construir o MPL6. Tínhamos dado conta de que podíamos fazer isto. Por quê? Porque estava tão envolvida a assembleia (...). Para mim como arquiteta me chamou a atenção esse compromisso geral, tanto dos profissionais quanto da gente, que poderia perfeitamente estar em sua casa tomando chá vendo a novela, mas está na reunião, morrendo de frio no inverno, mas aí estávamos”. (Informação verbal)¹³¹.

A composição da assembleia aparecia como uma oportunidade para o percurso da organização. Um dos argumentos desta proposta se baseava na possibilidade de desenvolver uma construtora era o manejo técnico de boa parte da assembleia, que poderia equiparar a capacidades dos profissionais e substituir estes em tarefas mais específicas. Porém, estas diferenças convencionais entre profissionais técnicos e a assembleia ainda se mantinham com a população menos envolvida. A tentativa de desenvolver uma linguagem comum entre vizinhos com conhecimento, vizinhos leigos e profissionais, teve como centro a possibilidade de constituir a construtora.

“[Se bem], eu não acho muitas diferenças. Logicamente eu tenho uma facilidade maior para interpretar planos e tenho uma educação específica. No começo demorava que me entenderam. Depois me fui preocupando por imprimir um planito, mais bem não era plano com acotação e dimensões, era mais um desenho esquemático, limpava as questões que não iam ser discutidas (...) a questão da participação também custa, porque as pessoas têm vergonha de levantar a mão, é uma questão de personalidade, mas aos poucos vai se envolvendo e perguntando: ‘onde está o banheiro? Quantas portas cubicaram aqui, e assim’. Eu tentava sempre de explicar as coisas não da maneira técnica, mas esquematizar (...) sim, a gente tem que fazer, é uma maneira de se comunicar, e isso implica mudar o material que mostrar para eles. (...) Há que traduzir.” (Informação verbal)¹³².

¹³⁰ “Pensamos nós construir [o conjunto habitacional] e não percebemos o que significava”. Marcela Paz, arquiteta MPL6, em entrevista realizada pelo autor, 12 de agosto de 2015.

¹³¹ Marcela Paz, arquiteta do MPL6, em entrevista realizada pelo autor, 12 de agosto de 2015.

¹³² Marcela Paz, arquiteta do MPL6, em entrevista realizada pelo autor, 12 de agosto de 2015.

“[O] primeiro projeto tinha menos quintal, porém mais jardim comum na frente. A maioria se opôs, e queria mais quintal, então se apresentou outro plano com quintal, e isso é também autogestão. É participar e decidir, isto é o que eu gosto. Não que uma empresa te fale isto é o que há.” (Informação verbal)¹³³.

Para bem ou para mal em relação à construção da comunidade, estas distinções entre os próprios vizinhos da assembleia foram armando posições entre os vizinhos com conhecimento e os sem conhecimento técnico, inclusive gerando, em alguns casos, um afastamento respeito ao comitê. Os membros mais entendidos com as labores técnicas tenderam a se afastar do processo e tentando intervir posteriormente o projeto de maneira radical nas instâncias em que assistiam. Nesse sentido, houve uma subestimação de um processo sócio-técnico, que seguindo o ritmo da compressão da totalidade da assembleia, sem deixar ninguém de lado¹³⁴.

“[Tinha] um vizinho [do projeto] que queria até me mudar o projeto. E porque não fazemos com laje colaborante. E claro, não tinha participado muito das assembleias, a mulher dele que ia, ele chegou depois. (...) E é um moço meio do interior, me custou [o fazer entender], mas ele é um amor. [No começo chegou às reuniões] 'tem colocar laje colaborante aí', e depois me dizia 'senhorita arquiteta'. Se tive que dar um fora, 'não seja cara de pau, estamos falando de outra coisa agora'. No final, [o processo] tem de tudo, desconfianças, problemas.

Durante o processo teve duas tentativas de armar a construtora. Por um lado com Camila e outra com Pepe, técnico em construção (...) [Nas duas]-houve uma barreira de desconfiança entre eles e as pessoas, eles estiveram sempre tendo que demonstrar constantemente às pessoas que sim se podia fazer, que não queriam sacanear eles.” (Informação verbal)¹³⁵.

Essas desconfianças se fizeram mais recorrentes na medida em que vai tomando uma aposta mais de vanguarda. Não obstante, a necessidade ter um respaldo financeiro de 5% do projeto¹³⁶, gerou uma preocupação importante para a assembleia. Acreditar um capital perante SERVIU, para eles aprovarem a construtora. Essa lógica virou uma constante dificuldade, uma demonstração perante a um projeto que devia começar gerir sua construção, fez com que se adotaram formas de trabalho mais convencionais.

Eu meti meu companheiro que é engenheiro. Trabalhavam os análises de preços. (...) aí apareceu outro personagem (...) que também queria participar e que trabalha na CChC. (...) Eu Acho que eles quiseram armar um modelo muito econômico. Instalaram um programa para aumentar a eficiência da construtora. Era um programa súper

¹³³ Alfonso, membro da comissão técnica MPL6, em entrevista realizada pelo autor, 12 de agosto de 2015.

¹³⁴ Aludindo às palavras do subcomandante Marcos para caracterizar o desenvolvimento autônomo: “caminhando sem pressa mais sem pausa, ao passo do mais lento”.

¹³⁵ Marcela Paz, arquiteta do MPL6, em entrevista realizada pelo autor, 12 de agosto de 2015.

¹³⁶ 5% do projeto MPL6 significavam 963UF (R\$ 134.310), apenas para operar esse projeto.

complexo, Camila estava fazendo uma capacitação para poder operar ele. Em fim, acho que isso terminou isolando seus labores e perdendo força.

A tentativa de construtora se vê atravessada pelas expectativas de eficiência e a adoção de certo padrão de funcionamento. Isto, considerando a situação da assembleia (se bem, alguns envolvidos com o trabalho técnico, em sua maioria são idosos), afastou a possível intervenção direta das pessoas envolvidas no projeto, as que passaram a se concentrar em outras questões do projeto. A pressão dos tempos e a possibilidade de perder os subsídios por sua expiração, levou a optar por desistir da construtora MPL e trabalhar com a construtora IM, que já tinha trabalhado com o MPL1, tendo disposição para um maior relacionamento com a assembleia, aliás de gerar boa qualidade de construção.

“[L]evavam três anos antes de eu chegar e agora vão mais quatro.(...) Porém, há uma questão quando você começa a trabalhar com uma construtora [implica lógicas de tipo] econômica, que gera utilidades. É um caminho longo de se percorrer, mas se chegar a isso (...) é difícil construir um modelo diferente [construtora]. Estávamos nisso. (...) Mas o tempo urge, e quando começam a chegar certos prazos e não há respostas tem que continuar por outro lado. (...) Eu acho que estivemos todos unidos até a questão da construção (...) tínhamos que começar a ver a construção porque já tinham entrado ao terreno, já tinha derribado tudo que tinha no interior, não demoraram nada. (...) Havia uma ansiedade por termina-lo, e eu acho que isso joga um pouco em contra de fazer o projeto com nosso construtora e demos o mando a Gastón (IM Construtora) do MPL1. (...) porém as pessoas igual se desanimam.

[Apesar de tudo] sinto que o trajeto foi proveitoso, (...) isso também serviu muito para que as pessoas se envolvessem com o orçamento, que não é um tema menor, quais são as partidas [de obras], ‘que é o que é isto? cubiou-se cinco portas e eram quatro’, e eu achei isso notável. Todos os processos servem”. (Informação verbal)¹³⁷.

Esta experiência truncada permite extrair algumas questões. O envolvimento na construção precisa superar uma série de desconfiças pela possibilidade de alguém estafar a assembleia. Além, na parte técnica, implica um envolvimento da assembleia na parte técnica, questão que abre novas instâncias de debate. A tentativa de instalar um programa de gestão de obra de alta complexidade exacerba as capacidades técnicas do profissional, aumentando as disparidades destes e a assembleia. Os novos códigos técnicos incorporados diminuem as possibilidades de gerar um debate sobre essas questões. Porém, a questão mais importante até agora talvez seja a necessidade de desenvolver a construtora como um projeto em longo prazo, parte do percurso da organização, na construção de um modelo de promoção habitacional.

¹³⁷ Marcela Paz, arquiteta do MPL6, em entrevista realizada pelo autor, 12 de agosto de 2015.



Ilustração 11. Visita de obras do MPL6 em fevereiro de 2016.

Fonte: EaGIS-MPL.

“Eu sinto que as vezes se trabalha o dobro trabalhando assim. [É recorrente] que tem que pegar um documento porque se perdeu ou alguma coisa desse tipo (...) No MPL6 aprendemos a ser ordenados, mas ainda falta um ordem na organização.(...) Necessita-se mais compromisso. Um arquiteto fixo, não sei, na verdade que tenha uma remuneração. Porque todos necessitam dinheiro, todo trabalho vale. (...) Uma construtora tem que ter uma estrutura (...) pessoas que manejem um monte de coisas técnicas, e que seja um equipe multidisciplinares. Além de incorporar as pessoas. Que seja uma fonte de trabalho possível.

Eu acho que tem que se fazer isto com tempo, não contra o tempo, ou quando se esteja construindo um projeto. Temos que começar rever os custos, processos. Começar a gestar a construtora como um projeto em longo prazo, porque o tempo esse trabalho se estresse.” (Informação verbal)¹³⁸.

3.3. Agregando um modelo de promoção habitacional prefigurativo

3.3.1. ‘Ayer éramos comité, hoy, entidad patrocinante, mañana...’¹³⁹: projeções

O MPL tem constituído uma experiência renovadora na luta dos pobladores pela moradia no Chile. Provavelmente o principal logro conseguido tem sido instalar princípios base para uma promoção habitacional com potencial emancipador, e junto isto ir ensaiando um modelo concreto da aplicação. O objetivo deste modelo tem sido gerar práticas sociais que transtrocam as

¹³⁸ Marcela Paz, arquiteta do MPL6, em entrevista realizada pelo autor, 12 de agosto de 2015.

¹³⁹ “Ontem fomos comité, hoje, entidade patrocinante, amanhã...”. Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

relações sociais de produção e de organização da assembleia, para construir uma forma diferente de desenvolver a prática técnica, assim como constituir comunidades. Essa busca chamou a atenção de profissionais de diversas áreas, que tem apoiado a experiência.

"[C]hega companheiros estudantes ou profissionais recém titulados procurando saber o que a universidade não ensina. Por exemplo, tem um companheiro engenheiro hidráulico bem conotado da Universidad de Chile, e ele falava 'eles (na universidade) não me ensinaram a fazer um vaso para uma casa, ele foi ensinado para fazer projetos de barragem para hidroelétricas. A educação está enfocada para o mercado, para as grandes empresas, então quando se encontram com nós eles despertam. Tal vez para alguns não é uma mudança tão grande porque [ele] é de aqui, da pobla[ción] de Peñalolén. (...) Ele quis volcar seus conhecimentos para onde ele mesmo vem". (Informação verbal)¹⁴⁰.

Este ensaio vai tomando diferentes formas, combinando as possibilidades da política habitacional. Se bem, a política habitacional no Chile é normatizada por uma regulamentação bastante rígida, o envolvimento das assembleias na elaboração e na execução dos projetos tem permitido abrir instâncias para explorar a flexibilidade potencial gerando modificações nas tipologias convencionais mais desenvolvidas.

"[N]o MPL2 todos os vizinhos - de 120 famílias, 100 - tiraram a parede entre a cozinha e a sala. No MPL1 [construído depois] fizemos a consulta e ninguém quis que se construísse ela. Conseguimos antecipar. Então, se bem é menor, já poupa trabalho e material. Se bem, por normativa, tivemos que colocar algo bem precário que separe, mas ninguém queria, e todos tiraram rapidamente. Todos queriam a sala, a copa e a cozinha sem divisões e depois cada um se adapta, mas SERVIU pedia essa separação(...) [Assim como] passa sempre isto de que, são um matrimonio de velhinhos, para que vai querer os três quartos [obrigatórios para apartamentos em altura], mas não. Vai ter que ter, apesar de que termine sendo uma carga. Mas aí vamos tentando puxar as normas". (Informação verbal)¹⁴¹.

Assim, a experiência do MPL, além de colocar em termos gerais um discurso não convencional sobre a moradia, também explora o campo da produção, gerando um modelo que questiona a lógica tecnicizada que predomina na produção de moradia. Na última década, produto a crítica à moradia construída nos anos 1990, o desenvolvimento da máxima sofisticação tinha marcado os avanços da política habitacional, gerando normativas mais específicas e especializadas. Essas modificações, pensadas para o desenvolvimento de megaprojetos e empreendi-

¹⁴⁰ Paloma, profissional de trabalho social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 4 de agosto de 2015.

¹⁴¹ Paloma, profissional de trabalho social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 4 de agosto de 2015.

mentos de grandes construtoras, servem como antítese da busca do movimento, sendo estes colocados em questionamento.

“[N]os projetos de lá em cima [MPL3 e MPL4] nos fizeram fazer o estúdio de dinâmica de solo de novo, porque trocou a normativa sísmica (...), tivemos que atacar um peso de 100 kg e colocar uns geofones, e ficar aí por 4 horas fazendo esse exercício, vendo como tremia a terra ou não, com massa, sem massa, quanto mediam as vibrações. (...) Foi um dia inteiro de trabalho (...) que costearia uns 9 milhões de pesos (R\$ 48.650), (...) e que nós, por ser o MPL, conseguimos de graça. (...) Tivemos que procurar a forma porque as assistências técnicas não aumentaram [depois dessa mudança normativa]! (...) Um estudo sobre dimensionado para 28 do MPL4 e 32 do MPL3. (...) [Além dos estudos] também passam questões absurdas. Quando tínhamos começado a trabalhar projetos com SERVIU durante o governo da Bachelet, passamos a ingressar eles para sua revisão final no governo de Piñera, e não aceitaram o ingresso porque tinham mudado os símbolos institucionais. É uma anedota, mas no final é a burocracia que nos tenta excluir”. (Informação verbal)¹⁴².

A busca atual por desenvolver projetos menores, não deve-se apenas pela dificuldade técnica nos projetos maiores, mas pela possibilidade de criar comunidades mais envolvidas com o projeto. Constitui-se uma oposição entre tecnificação e criação de comunidades. Os projetos que promovem a inserção dos pobladores no processo se corresponderiam a estes projetos menores, nos termos de Illich, mais manejáveis e convivenciais. Em outras palavras, nestes projetos a população determina os marcos técnicos seguindo as capacidades e a possibilidade de ter capacitação nas formas de produção do projeto, questões que constituem um código próprio.

Estes aspectos são fundamentais para entender a lógica contratação de empresas privadas para delegar processos de construção. Algo que para muitos grupos de esquerda pode ser polêmico é esta abertura a empresas privadas, guiadas por uma racionalidade técnica e econômica. Resgatando a teorização da área social de produção desenvolvida na década de setenta na Unidade Popular, retoma-se o regime de pequenas empresas privadas associadas na transição à consolidação das empresas da área social. Se bem, neste sentido não se procura a máxima sofisticação técnica do processo, mas do que o estabelecimento de relações de produção e um marco técnico em função do processo de construção comunitária e mobilização social.

“[A]o menos com o MPL1, o que eu sempre falo, em certo modo fomos sócios no negócio. (...) Durante o processo construtivo teve muitas travas, sobretudo por parte dos organismos e serviços associados ao Estado, nos quais, com apoio do comité se conseguiu sair pra frente. Se bem é certo, quiçá não foram as melhores maneiras respeito

¹⁴² Paloma, profissional de trabalho social da EaGIS-MPL, em entrevista realizada pelo autor, 4 de agosto de 2015.

às mobilizações e protestos contra órgãos públicos, porque sempre foram com formas de pressão, mas chegamos a resultados, que era o importante”. (Informação verbal)¹⁴³.

A ideia é não deixar de constituir um modelo de promoção de moradia a escala humana, convivencial, dirigido a determinar os marcos técnicos a partir do processo de cada assembleia e em cada projeto. Ao mesmo tempo estes projetos, em particular, vão se incorporando a uma sucessão maior. Uma sucessão que constrói um modelo de promoção habitacional a partir de inovações extraídas dos processos populares. Na seção seguinte se tenta sistematizar a experiência de produção da organização para ter uma noção total do processo, podendo reconhecer de maneira mais clara as relações e alcances deste modelo.

3.3.2. ‘El área social se planifica’¹⁴⁴: sistematização da ferramenta

A continuação se realiza um exercício de sistematizar o modelo de promoção de moradia do MPL. O objetivo deste exercício é ter uma compreensão mais acabada do processo, relevando sua complexidade. Tenta-se aqui desenvolver uma noção mais abrangente do que é a autogestão, considerando esta como um processo amplo em termos de espaço e tempo, que não se limita à produção pontual de um projeto em uma determinada conjuntura.

Em termos metodológicos, desenvolve-se um esquema gráfico, correspondente à Ilustração 12, o qual se estrutura a partir de quatro quadrantes, que se definem a partir de sua operação sobre dois eixos: o horizontal referido em termos de tempo, como maior e menor prazo, e o vertical referido ao espaço, escala global e específica. Desta maneira os quadrantes adotam a uma funcionalidade preponderante seguindo esta estruturação, definindo os quadrantes específicos de: planejamento, projeção, execução e coordenação. Neste sentido, resgata-se uma matriz desenvolvida por Luis Bravo (1959 apud AGUIRRE e RABÍ, 2001) para desenhar a estrutura institucional da política habitacional de 1959. Porém, as principais diferenças com entre o presente esquema e o realizado por Bravo e a jerarquizarão e conexão entre agentes. No primeiro caso (Ilustração 1), o modelo se estrutura a partir do próprio Presidente da República e depois se estabelecem duas juntas de caráter técnico, gerando um esquema centralizado e tecnocrático, que centraliza as decisões e verticaliza as relações de produção relevando a

¹⁴³ Gastón, construtor chefe de IM Engenharia e Construtora Ltda., em entrevista realizada pelo autor, 17 de agosto de 2015.

¹⁴⁴ “A área social se planeja em etapas e em papeis”. Lautaro, liderança MPL, em entrevista realizada pelo autor, 15 de janeiro de 2015.

atuação global (nacional). No segundo caso, existe uma busca por aplanar essas relações, horizontalizando elas, e centrando a tomada de decisão na assembleia de projeto ou assembleia autogerida MPL.

Aprofundando de maior maneira cada quadrante vão a parecendo as componentes institucionais, os principais órgãos, junto aos principais objetivos envolvidos no processo. Em primeiro lugar, o Quadrante 1 (superior esquerdo), refere-se ao âmbito do *planejamento*, onde se desenvolvem questões mais amplas e em longo prazo. Em termos práticos, esse âmbito tem tomado corpo a partir da política de recuperação de solo (bancos de solo na comuna) e a influencia no estabelecimento de normas de solo favoráveis, que permitam ampliar a cobertura do déficit habitacional, desenvolvendo novas comunidades. Em termos mais abstratos, existe uma permanente construção do horizonte sociopolítico e a avaliação das dinâmicas desenvolvidas pelos projetos habitacionais.

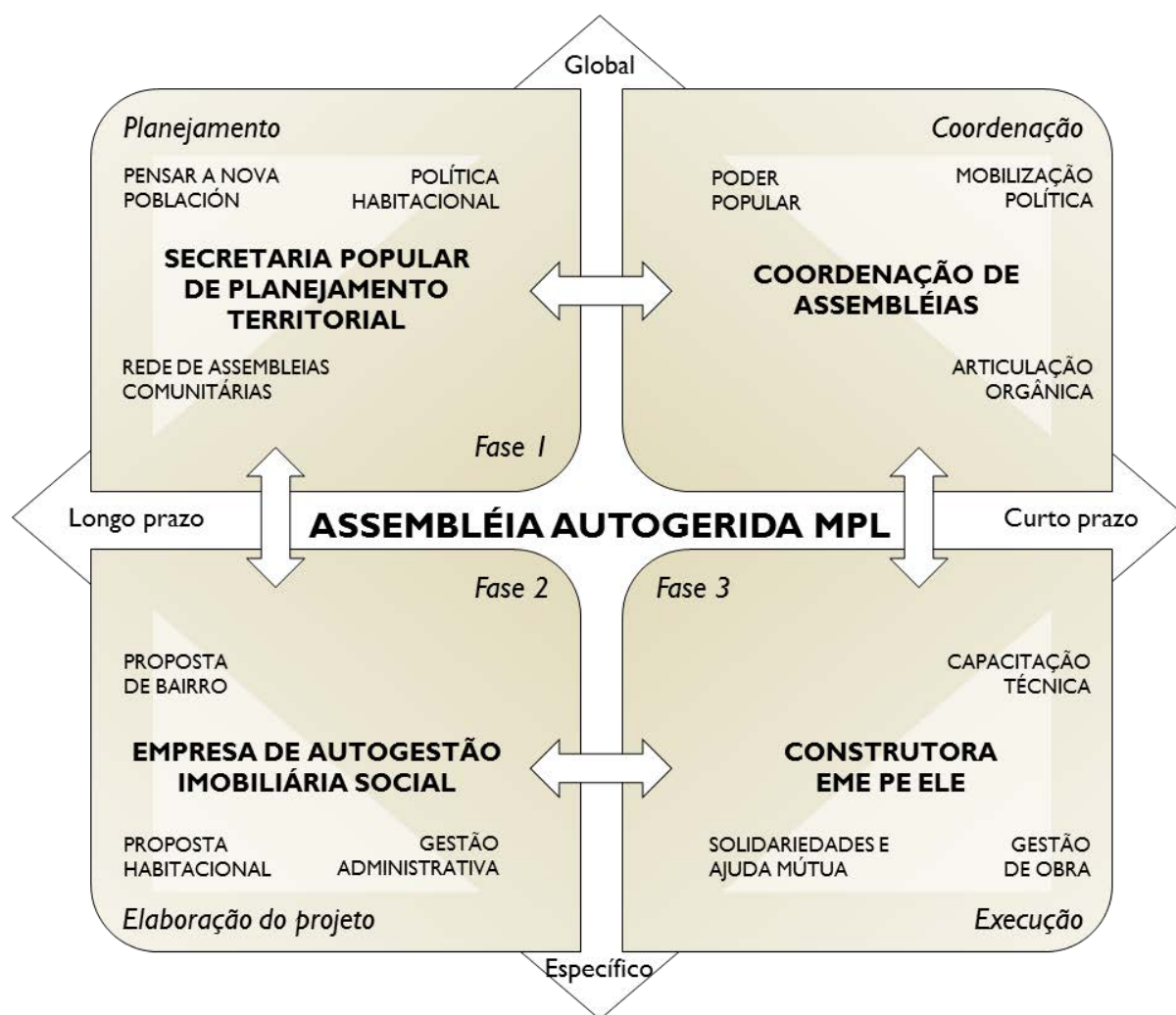


Ilustração 12 Matriz teórica da proposta de área social.

Fuente: Elaboração própria.

Em segundo lugar, o Quadrante 2 (inferior esquerdo) se refere à *projeção*, que desenvolve de maneira geral as questões de longo prazo referidas à atuação pontual, de bairro e comunidade. Neste quadrante se desenvolve a ideação e a projeção da comunidade, que concretamente se realiza a partir na elaboração de planos de ideação de projetos a futuro, planos de gestão dos projetos em operação, e cursos de capacitação e transferência de conhecimento técnico para os pobladores da assembleia. Em termos mais abstratos, desenvolve-se uma ideia mais específica das aspirações do desenvolvimento do modelo na escala de bairro, assim como as noções que caracterizam as relações entre os integrantes.

Em terceiro lugar, o Quadrante 3 (inferior direito) se refere à *execução*, que desenvolve de maneira específica estas aspirações a pequena escala, tendo por objeto a materialização dos projetos. Neste quadrante se desenvolve a parte mais concreta do processo, vinculado à contingência da execução, realizando ela através da produção direta e parto na obra, visita e seguimento de avanços, distribuição de horas de ajuda mutua e a gestão de solidariedades. Na parte mais abstrata se aplica as noções derivadas da problematização das relações de produção. Por último, em quarto lugar, o Quadrante 4 (superior direito) se refere à *coordenação*, que articula as questões globais, instalando-as de maneira transversal nas diferentes experiências desenvolvidas. Neste quadrante se problematiza sobre as travas para desenvolver os projetos e se estabelecem estratégias de mobilização e pressão ao Estado assim como outros atores. A dimensão mais abstrata deste quadrante também tem haver com a definição destas estratégias operadas pela rede de assembleias de projeto.

Para cada quadrante tem sido estabelecido um órgão específico. Se bem, isto na prática não é rígido, e os limites entre o que é planejamento e projeção ou projeção e execução não são tão claros na prática ou eles sempre vão mudando. Na gráfica tem sido colocado o órgão mais característico para cada dimensão referida. No caso do Quadrante 1, a *Secretaria Popular de Planificación Territorial* (SEPPLAT) desenvolve as principais tarefas relativas a solo e estudo de reformas que permitam melhorar as condições para o desenvolvimento de moradia interesse social na comuna. No caso do Quadrante 2, a *Empresa de Autogestión Inmobiliaria Social* (EaGIS-MPL) desenvolve a gestão de solo e elaboração técnica vinculada ao desenvolvimento do projetos em específicos. Ela, como órgão legitimado pelo SERVIU, desenvolve a transferência de dinheiro público e o destino deste. No caso do Quadrante 3, Constructora EME PE ELE, se bem ainda não operativa, projeta-se como o órgão para nuclear a capacidade e as relações de produção que desde a dimensão técnica são transtrocados e reenfocados. Por final, no caso do Quadrante 4, a coordenação de assembleias, ou a assembleia de lideranças,

estabelece-se como um órgão que gera instâncias de exigência através de diversas estratégias de enfreteamento e atuação política.

A ideia de dispor este esquema em torno à assembleia autogerida é para desenhar que estes não são apenas espaços de nível específico. A disposição em rede da organização conecta estes com questões mais globais. Por outro lado, as assembleias autogeridas atravessam e operam em estas dimensões de maneira livre e simultânea, dependendo os requerimentos e motivações destas. Se bem há uma relação dialética entre o construto da rede de assembleias com as assembleias em particular, os exemplos dos diferentes projetos são gráficos na capacidade das assembleias de tomar suas decisões em independência. Neste sentido aparecem as três etapas da promoção de moradia: Fase 1, Fase 2, e Fase 3, também expressadas no esquema.

3.4. Conclusões de capítulo

Neste capítulo se desenvolveram alguns aspetos principais da experiência do MPL relacionado com a promoção habitacional e sua construção de um modelo particular de atuação. O objetivo foi dar conta dos alcances deste modelo, vinculando a discussão desenvolvida no Capítulo 1 sobre a autonomia projetada pelos movimentos sociais na América Latina e atuação de movimentos sociais no plano da promoção habitacional, e isto particularmente em associação a uma história maior sobre a promoção habitacional para a classe subalterna no Chile referido no Capítulo 2. Destacam, a partir daí, alguns elementos fundamentais para aprofundar sobre elementos no presente. Em primeiro lugar, afirma-se a ruptura fundamental que caracteriza o MPL e outros movimentos populares pela moradia em Santiago, afastando-se das tendências gerais do movimento de pobladores tradicional, tanto na sua prática, quanto, principalmente, prescindindo dos partidos políticos e outros agentes intermediários entre o grupo social e o Estado. Isto também instala uma política popular múltipla que imprime uma maior complexidade na política popular, diferente das posições estadocêntrica e estadofóbica que tem caracterizado o debate na esquerda e nos movimentos na atualidade.

Com relação à promoção de moradia. Segundo: a adoção desta posição implica uma conceitualização da promoção habitacional mais ampla do que comumente se associa esse processo que abarca diferentes fases. Considera-se, assim, o processo de promoção de moradia como um processo mais abrangente, vinculado à assembleia autogestionária e sua articulação com um acúmulo maior desenvolvido pela rede de assembleias do MPL. Terceiro: existe, neste sentido, o desenvolvimento de um produto habitacional diferente, que não se refere apenas à

moradia promovida nos termos da política habitacional e do assistencialismo paternalista, mas à comunidade que desenvolve o projeto. Quarto: consequentemente com isto, existe uma concepção diferente da satisfação das necessidades habitacionais, que se opõe à lógica do combate ao déficit habitacional correspondente ao governo central, e à lógica de atenção de serviços habitacionais do SERVIU regional e do município local (principalmente deste último que, em ocasiões, derivam em lógicas clientelistas que outorga benefícios sociais em troca de favores políticos). Distinto destes, a lógica instalada se vincula com a noção de satisfação das necessidades das classes populares e o direito social referido a estas, noção que envolve à própria comunidade na avaliação habitacional dos processos promovidos.

Com relação ao marco técnico que rege a promoção de moradia. Quinto: a promoção habitacional se constitui como uma ferramenta em si, que por sua vez conta com diferentes instâncias que combinam o capacidades técnicas e o capacidades populares. Mais do que evitar as tensões entre estas, deve-se adotar estas instâncias como nós centrais no processo de formação das comunidades, dotando as condições para uma construção verdadeiramente democrática da promoção habitacional como ferramenta. Sexto: junto a isto, em modo de crítica, sobressai a ausência da figura dos pobladores como instâncias a serem decisivas na promoção habitacional (questão que fica expressada na ausência destes na Tabela 2 referida ao processo técnico e à aproximação de produtores também técnicos). Isto enfraquece os princípios promovidos, e termina mantendo parte do poder nos profissionais e técnicos por definirem o projeto mais do que a própria comunidade que se constrói junto a ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Antes de tudo, vale a pena destacar que a revisão do caso do Movimento de Pobladores em Lucha em Santiago do Chile, além do interesse específico por experiências de promoção habitacional com controle popular, também oferece elementos de interesse mais amplos. Estes elementos se vinculam aos estudos de movimentos sociais na América Latina, das políticas alternativas prefigurativas, do desenvolvimento (ou demanda) de políticas habitacionais em associação com organizações sociais, e à democratização tecnológica em instâncias de construção social de ferramentas ou objetos dirigidos a satisfazer as necessidades humanas. Neste sentido, o foco na apropriação da técnica (e do espaço) nesta dissertação foi uma tentativa de articular diferentes campos de estudo.

Aprofundam-se uma observação sobre os alcances do modelo proposto na última década pelo movimento de pobladores em Santiago. Este modelo se baseia em tomar o processo de agrupação de um comitê de moradia e postulação aos programas habitacionais do Estado como um acontecimento que permite gerar mudanças no cotidiano dos postulantes e projetar uma nova condição como classe popular organizada nos lugares de reprodução social. Nessa atuação sócio-espacial se vão conformando territórios onde se ampliam as táticas do movimento, a partir da adoção de uma busca por construir poder popular, de maneira autônoma. Assim, desenvolvem-se práticas espaciais concretas que reformulam as formas convencionais de se relacionar com outros atores, especialmente com o Estado, a partir do qual vai se gerando uma política à distância do Estado (CERDEIRAS, 2001), essa política às vezes: i) ensaia formas de atuação conjunta com o Estado, concorrendo por fundos de financiamento público, e participando em tentativas de ingerência na tomada de decisão institucional; ii) em confrontação ao Estado, na exploração de conflitos e contradições do Estado moderno; e iii) para além dos campos e relações promovidas pelo Estado (SOUZA, 2006b; RODRÍGUEZ, E, 2007; RENNA, 2014).

Se bem, cria-se uma atuação que tenciona as margens da institucionalidade, ela vai se construindo no percurso da coletividade. Na primeira etapa é impossível desconhecer que a motivação por se organizar se limita a conseguir dar solução à necessidade de moradia. A criação de assembleias de moradia, a adoção de uma dinâmica organizativa, participar e o envolvimento das pessoas gera um processo de subjetivação, que vai incorporando outros elementos e obje-

tivos à organização. Vão adquirindo sentido a dinâmica horizontal e aberta na tomada de decisões, que procura formas de atuação não convencionais em que entram a intervir outros elementos associados. Neste sentido se estabelece a necessidade de recuperar formas e elementos da história de mobilização social pela moradia, e sua intervenção nos arranjos institucionais da política habitacional no passado. Encontram-se desta forma diversas referências ao movimento de pobladores nos anos sessenta e setenta, período correspondente a uma abertura institucional, nos programas de promoção e poupança popular no governo da Democracia Cristã, e de formas de cogestão de uma área social de propriedade do Estado e controle popular, durante o governo da Unidade Popular. Porém, essas referências ainda guardam relação com a política convencional do movimento de pobladores. Em outras palavras, ela não reflete na principal distinção entre o movimento de pobladores do passado (1957-1973) e o movimento de pobladores atual, sendo este último um sujeito sociopolítico que supera a sua condição histórica vinculada ao *peticionismo* e à intermediação dos partidos políticos tradicionais (SALAZAR, 2012), o que tem implicado romper com certas alianças com instituições (GARCÉS, 2003). A avaliação de avanços nos arranjos institucionais deve considerar fatores como a recuperação efetiva de financiamento público e as instâncias de ingerência das organizações de pobladores sobre os programas e a normativa da moradia. Desta forma são valoradas, tanto na história da mobilização de pobladores quanto na atuação no presente, formas que permitem desenvolver estes princípios gerais. A título de exemplo, no capítulo 2 se destaca a institucionalização dos Tribunais da Moradia na década de vinte, produto de um intenso período de mobilização das Ligas de Inquilinos. Esse órgão que reconhecia a sociedade organizada, incorporando ela em uma instância paritária junto ao Estado e os proprietários de moradia em aluguel, que possuía atribuições a avaliação do estado dos imóveis alugados e a definição do preço do aluguel.

Por outro lado, existe uma vinculação com as novas políticas populares a partir de outras experiências no continente na promoção de habitação por movimentos sociais, e da teorização sobre as novas formas que vão desenvolvendo os movimentos sociais nas últimas décadas. Neste sentido, a revisão de propostas autonomistas nos movimentos populares, difundidas diferentes autores (ZIBECHI, 2000, 2007; CERDEIRAS, 2001; MAZZEO, 2005, 2007; DRI, 2008; SOUZA, 2012a), vão alimentando a atuação do movimento de pobladores hoje, instalando aspectos fundamentais que chamam a explorar o potencial transformador e emancipador que guardam os âmbitos de reprodução cotidiana das classes subalternas. Essa postura se converte em uma permanente busca por construir formas de reprodução das organizações popula-

res como sujeitos sociopolíticos que reconstróem seus espaços e adquirem maior ingerência nos processos sociais em que se inserem.

Salientando estes aspectos resulta necessário superar a concepção da promoção habitacional por movimentos populares como uma tática conjuntural de produção de projetos habitacionais de maneira isolados. A conceptualização da também chamada autogestão habitacional deve considerar horizontes mais amplos tanto em escala geográfica quanto temporal, em uma permanente construção de um modelo habitacional operativo de caráter revolucionário. Isto implica mudar a noção de moradia como objeto da luta limitado pela própria moradia, e introduzir categorias mais amplas como hábitat popular e o seu espaço, as que permitam trabalhar uma noção não individual do problema, pelo contrário, a partir de processos coletivos e relacionais que se desenvolvem em diferentes seções de tempo e espaço. Em outras palavras, não reificar a moradia, mas considerar como objeto central do problema habitacional as relações sociais que produzem e se desenvolvem na reprodução do hábitat popular. De maneira geral, um dos principais achados desta dissertação assinala a proposta do MPL como a adoção dessa consideração, projetando o desenvolvimento de um modelo de promoção habitacional acumulativo, que permita gerar maiores avanços no controle popular destes processos, realizando uma avaliação e reformulação permanente das formas de atuação da organização.

O processo de constituição deste modelo de promoção habitacional se instala como a construção de uma ferramenta específica, dirigida à satisfação da habitação como necessidade social. Neste sentido a luta pela moradia deve se distinguir da moradia como acesso à propriedade privada ou o fomento da produção habitacional como reativação econômica, duas proposições que estabelecem o problema da moradia em função de dinâmicas externas. A promoção habitacional se converte assim em uma tecnologia em si, sendo possível detectar os graus em que estas dinâmicas externas se convertem em dominantes através das normas e relações impostas pelas estruturas estatais e o mercado. A diferença no grau de convivialidade ou manipulação que salienta Illich, em oposição à maneabilidade. Uma posição que considera como objeto principal as dinâmicas cotidianas que constroem a promoção habitacional é a base para a instalação de uma política autônoma. Se bem, isto tem sido assinalado por alguns autores como o princípio de uma estratégia endógena, que busca realizar o socialismo ‘em apenas um bairro’ (MAZZEO, 2005; RENNA, 2014), devemos retomar a essência da conceptualização do movimento social, como uma ação coletiva que se estabelece em função de uma transformação profunda da sociedade, que, por sua vez, gera mudanças nas estruturas sociais e nas formas do espaço urbano (CASTELLS, 1983 apud SOUZA, 2006a). Desta maneira se considera que a

promoção habitacional desenvolvida pelas classes populares articula diversas territorializações, estabelecendo dinâmicas mais amplas que a mera produção da moradia.

Contudo, a promoção habitacional pela classe popular, afasta-se tanto da concepção individualista, que considera a mera produção da habitação como objeto, quanto de uma concepção localista e paroquial da autogestão. Estes elementos caracterizam a política de construção de comunidades como a forma que cristaliza a busca da autonomia para a extensão de uma política de transformação social. Nestes termos, colocar a construção de comunidades como um dos elementos centrais do modelo de promoção habitacional é um aspecto fundamental da proposta do MPL, que a distingue de outras proposições na história dos movimentos populares na luta pela moradia em Santiago do Chile (o outro elemento seria esse acúmulo que cria e reproduz modelos de promoção de moradia desenvolvidos na construção de comunidades). A partir deste princípio, o MPL desenvolve diversas inovações, principalmente na dinâmica territorial, que revisa as estratégias históricas em base a ocupações de terreno e ação direta. Hoje, salienta-se o desenvolvimento de uma rede ampla de assembleias que se constituem a certa distância da norma da política habitacional, trasladando as ações de confrontação e contestação do Estado a diferentes momentos da promoção habitacional. Isto tem assentado as bases da política territorial do MPL, que se desenvolve em um espaço local a partir de uma rede de assembleias de moradia e comunidades já conformadas. Entanto o avanço de uma política tecnológica ainda se expressa em experiências mais esporádicas, que são atravessadas pelos tempos, as normas e as exigências das instâncias institucionais, desenhadas a medida de atores privados que dispõem de respaldo financeiro para operar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, Beatriz; RABI, Salim. **Trayectoria institucional de la Corporación de la Vivienda**. Documento de Trabajo N° 4. Centro de Estudios de la Vivienda. Escuela de Arquitectura - Universidad Central. Santiago do Chile, 2000.

AIMINO, Matías. El humanismo de Illich, evaluación de tecnologías para una sociedad convivencial. **Tópicos** (Universidad Católica de Santa Fé), n. 30, p. 1-18, 2015.

AMORÓS, Mario. Desde el hondo crisol de la patria... Salvador Allende y el Partido Comunista de Chile. **Utopías / Nuestra Bandera**, nº 219, p. 23-32, 2009. Disponível em: <<https://www.rebellion.org/docs/83157.pdf>>. Acesso em: 24 sep. 2015.

ANGELCOS, Nicolás. Lucha por la vivienda y politización de las trayectorias individuales. **Revista Polis**, vol. 11, n. 31, p. 17-38. Universidad Bolivariana, Santiago do Chile, 2012.

BENÉVOLO, Leonardo; FLORES, Carlos. **Historia de la arquitectura moderna**. Barcelona: G. Gill, 1974.

BIJKER, Wiebe. **Of bicycles, bakelites, and bulbs: Toward a theory of sociotechnical change**. MIT press, 1997.

BIJKER, Wiebe; AIBAR, Eduardo. Dutch, dikes and democracy: An argument against democratic, flexible, good and bad technologies. **Technology Assessment Texts** 11. Lyngby, DK: Unit of Technology Assessment, The Technical University of Denmark, 1993.

BIJKER, Wiebe; BIJSTERVELD, Karin. Woman walking through plans. Technology, democracy, and gender identity. **Technology and culture**, v. 41, n. 3, p. 485-515, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. (Trad. Carmen Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini). Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BORREMANS, Valentina; ILLICH, Iván. Apéndice: la necesidad de un techo común. El control social de la tecnología. In: ILLICH, I. **Némesis médica** (Juan Tovar, trad.). Ciudad de México: Editorial Joaquín Mortiz, 1978. p. 396-398.

CASTELLS, Manuel. El movimiento de pobladores y lucha de clases en Chile. **EURE**, vol. 3, n° 7, pp. 9-35, 1973.

_____. **Movimientos Sociales Urbanos**. Siglo XXI: Buenos Aires. 1987.

CASTILLO COUVE, María José. Competencias de los pobladores en vivienda y barrio: trayectoria y experiencias recientes en Chile. **América Latina Hoy**, n. 68, p. 17-37, 2014.

CASTORIADIS, Cornelius. Reflexiones sobre el “desarrollo” y la “racionalidad”. In: CASTORIADIS, C.; DOMENACH, J. M.; MASSÉ, N. **El mito del desarrollo**. Barcelona: Kairós, 1979. Disponible em internet: <<http://www.fundanin.org/castoriadis7.htm>>. Acceso em: 21 jan. 2016.

_____. **As encrucijadas do labirinto 1**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987 [1978].

_____. **Un mundo fragmentado**. Buenos Aires: Altamira, 1997 [1990].

CERDEIRAS, Raúl. La política en el pensamiento y la acción del zapatismo. **Revista Acontecimiento**, n° 22, 2001. Disponible em internet: <<http://grupoacontecimiento.com.ar>>. Acceso em: 12 mai. 2015.

CONSEJO DE MOVIMIENTOS SOCIALES DE PEÑALOLÉN (CMSP). **El derecho a vivir en Peñalolén**. Quince terrenos para avanzar en el problema de la vivienda en la comuna. Documento de presentación en Municipalidad de Peñalolén, 2013.

CORTÉS, Alex. Henri Lefebvre y el movimiento de pobladores en Chile: análisis de un desencuentro. In: GASIC, I.; NARVÁEZ, A.; e QUIROZ, R. **Reapropiaciones de Henri Lefebvre: crítica, espacio y sociedad urbana**. Santiago do Chile, Editorial Triángulo, 2015. p. 40-54.

COTAL, Javiera. **El movimiento de pobladores en lucha (MPL)**. Continuidades y rupturas en las tradiciones organizativas del movimiento de pobladores (Santiago 1957-2010). . 208 f. Monografía (Graduação em História) – Universidad de Santiago de Chile, Santiago do Chile, 2011.

DE RAMÓN, Armando. La población informal. Poblamiento de la periferia de Santiago de Chile. 1920-1970. **EURE**, vol. 17, n° 50, pp. 17-50, 1990.

DRI, Rubén. El poder popular. In: MAZZEO, M. et al. **Reflexiones sobre el poder popular**. Buenos Aires: El Colectivo, 2007. p. 63-84.

DUCCI, María Elena. Chile: el lado oscuro de una política de vivienda exitosa. **EURE**, v. 23, n. 69, p. 99-115, 1997.

ESPINOZA, Vicente. **Para una historia de los pobres de la ciudad**. Santiago do Chile: Ediciones SUR, 1988.

FEDERACIÓN NACIONAL DE POBLADORES (FENAPO). **XIII Encuentro de la Secretaría latinoamericana de la vivienda popular, SeLViP**. Documento de trabalho da delegação Chile en SeLViP, 2011.

FEENBERG, Andrew. Do essencialismo ao construtivismo. A filosofia da tecnologia em uma encruzilhada. In: NEDER, R (org.) **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2010a [2000]. p. 205-251.

_____. O que é filosofia da tecnologia. In: NEDER, R (org.) **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2010b [2003]. p. 49-65.

FRAMPTON, Kenneth. **Historia crítica de la arquitectura moderna** (Jorge Sainz, trad.). Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

GARCÉS, Mario. Tomando su sitio. **El movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970**. Santiago do Chile: LOM Ediciones, 2002.

_____. La revolución de los pobladores, treinta años después... In: International Conference of Latin American Studies Association, n. 24, Dallas (TX), 27 mar. 2003. **Anais eletrônicos...** Dallas (TX): Latin American Studies Association, 2003. Disponível em internet: <http://www.archivochile.com/Mov_sociales/mov_pobla/MSmovpobla0002.pdf>. Acesso em: 14 out. 2015

GILBERT, Alan. Power, ideology and the Washington Consensus: The Development and Spread of Chilean Housing Policy. **Housing Studies**, n. 17, v. 2, p. 305-324, 2002.

GOHN, María. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008.

GONZÁLEZ, Patricio; MORALES, Felipe. Alternativas de construcción de ciudad desde la mirada del Urbanismo Popular. Perspectivas urbanas del Movimiento de Pobladores en Lucha. **Boletín de Geografía**, n. 30, p. 1-10, 2009.

GUANCA, Lautaro. Política, poder y el movimiento de pobladores. In: MOVIMIENTO DE POBLADORES EN LUCHA (MPL). **Latinoamericanamente**. Conversaciones del Diplomado de Especialización en Movimientos Sociales y Autogestión Comunitaria. Santiago do Chile: Quimantú, 2011.

GUZMÁN, Romina; RENNA, Henry; SANDOVAL, Alejandra; SILVA, Camila. **Movimiento de Pobladores en Lucha**: a tomarse Peñalolén para conquistar la ciudad. Santiago do Chile: Ediciones Sur, 2009.

HARVEY, David. **La condición de la posmodernidad**. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural (Martha Erguía, trad). Buenos Aires: Amorrortu editores, 1998 [1990].

HELD, Günter. **Políticas de viviendas de interés social orientadas al mercado**: experiencias recientes con subsidios a la demanda en Chile, Costa Rica y Colombia. Serie financiamiento del desarrollo, n. 96. Santiago do Chile: CEPAL/ONU, 2000.

HIDALGO, Rodrigo. El papel de las leyes de fomento de la edificación obrera y la caja de habitación en la política de vivienda social en Chile 1931-1952. **Boletín INVI**, v. 15, p. 92-120, 2000.

_____. Vivienda social y espacio urbano en Santiago de Chile: Una mirada retrospectiva a la acción del Estado en las primeras décadas del Siglo XX. **EURE**, v. 28, n. 83, p. 83-106, 2002.

_____. La vivienda social en Santiago de Chile en la segunda mitad del siglo XX: Actores relevantes y tendencias espaciales. In: DE MATTOS, C., DUCCI, M. E., RODRÍGUEZ, A. y YÁÑEZ, G. (eds.) **Santiago en la globalización**: ¿Una nueva ciudad? Santiago do Chile: SUR-EURE libros, 2004 (p. 219-241).

HIDALGO, Rodrigo; ARENAS, Federico. Vivienda y ciudad para todos. Utopías y realidades de las políticas habitacionales en Chile en la segunda mitad del siglo XX. **Tiempo y espacio**, n. 13, 2003.

HOLLOWAY, John. **Cambiar el mundo sin tomar el poder**. El significado de la revolución hoy. Valencia (Venezuela): Vadell Hermanos Editores, 2005 [2002].

HÖLZL, Corinna. **Emancipatory dynamics and spatial entanglements of contentious planning practices**. The example of Peñalolén, Santiago de Chile. In: RC21 International Conference on The Ideal City, 2015, Urbino. Anais eletrônicos... Urbino: RC21, 2015. Disponível em: <<http://www.rc21.org/en/wp-content/uploads/2014/12/E10-Hoelzl.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

ILLICH, Ivan. **La convivencialidad** (Joaquín Mortiz, trad.). Cidade do México: Planeta, 1985.

JEIFETZ, Néstor. Ejes autogestionarios en la producción social del hábitat. In: ORTÍZ, E.; ZÁRATE, M. L. (Org). **Vivitos y coleando**. 40 años trabajando por el hábitat popular en América Latina. México (DF): Universidad Autónoma Metropolitana, 2002. p. 79-91.

LATORRE, Rhonny; UGARTE, Ana Sofía. **Movimiento de Pobladores en Lucha. De la lucha por la vivienda a la construcción de la vida digna**. 67 f. Monografía (Graduação em Sociologia) - Pontificia Universidad Católica. Santiago do Chile, 2010.

LAGO, Luciana Corrêa do. Introdução. In: _____. **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2012. p. 7-16.

LÓPEZ, Ernesto; GASIC, Ivo; MEZA, Daniel. **Actores sociales y políticos contestando un modelo de urbanismo pro-empresarial**: el lado B de la renovación urbana de Santiago de Chile. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona: mayo, 2014.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **De máquinas y seres vivos**. Autopoiesis: La organización de lo vivo (6ta ed.). Santiago: Editorial Universitaria, 2003a [1994].

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **El árbol del conocimiento**: las bases biológicas del entendimiento humano (5ta ed.). Buenos Aires: Lumen, 2003b [1984].

MAX-NEEF, Manfred. **Economía descalza**. Señales desde el mundo invisible (2da ed) (Estela Lorca, trad.). Estocolmo, Buenos Aires, Motevidéu: Nordan, 1986 [1986].

MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana**. Conceptos, reflexiones y algunas reflexiones (2da ed). Barcelona: Nordan-Icaria, 1998 [1991].

MAZZEO, Miguel. **¿Qué (no) hacer? Apuntes para una crítica de los regímenes emancipatorios**. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

MAZZEO, Miguel; STRATTA, Fernando. Introdução. In: MAZZEO, M. et al. **Reflexiones sobre el poder popular**. Buenos Aires: El Colectivo, 2007. p. 7-16.

MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO (MINVU). Chile. Un siglo de políticas en vivienda y barrio. Santiago do Chile: Pehuén, 2004.

MITCHAM, Carl. **¿Qué es la filosofía de la tecnología?** (César Cuello Nieto y Roberto Méndez Stingl, trad). Barcelona: Anthropos - Argitarapen Zerbitua Euskal Herriko Unibertsitatea, 1989.

MORALES, Eduardo; ROJAS, Sergio. Relocalización socioespacial de la pobreza. Política estatal y represión popular. In: CHATEAU, J; et al. **Espacio y Poder**. Los Pobladores. Santiago do Chile: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO, 1987. p. 75-121.

MOVIMIENTO DE POBLADORES EN LUCHA (MPL). **Resoluciones del Primer Congreso del Movimiento de Pobladores en Lucha**. Documento de trabalho. Santiago do Chile. 2008.

_____. **Siete y cuatro**. El retorno de los pobladores. La lucha por la vivienda, autogestión habitacional y poder popular en Santiago de Chile. Santiago do Chile: Quimantú, 2011.

_____. **Lucha por la tierra, la vivienda y la ciudad**. Voces de resistencia y avance. Santiago do Chile: Poblar, 2015.

MUNICIPALIDAD DE PEÑALOLÉN. **Actualización Plan Regulador Comunal de Peñalolén**. Resumen Ejecutivo, 2009.

MUÑOZ, Ignacio. **Autogestión, utopística e identidad en el movimiento de pobladores en lucha**. Los movimientos antisistémicos y la crisis civilizacional. 200 f. Dissertação (Grado de Psicólogo e Magíster em Psicologia) – Universidade Diego Portales, Faculdade de Psicologia. Santiago do Chile, 2014.

NECOCHEA, Andrés. Los allegados: Una estrategia de supervivencia solidaria en vivienda. **EURE**, vol. 13, n.39-40, p. 85-99, 1987.

NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. O fetiche da tecnologia. **ORG & DEMO**, v. 5, n. 2, p. 189-210, 2004.

ORMEÑO, Paula. **Trabajo social y autogestión**. Sistematización de la experiencia autogestionaria de la EaGIS MPL. 276 f. Monografía (Licenciatura em Trabalho Social) – Universidad Tecnológica Metropolitana, Facultad de Humanidades y Tecnologías de la Comunicación Social, Escuela de Trabajo Social. Santiago do Chile, 2013.

ORREGO, Claudio. Peñalolén: un sinfín de desafíos. **Revista Semestral CIS**, n. 8. Santiago: Centro de Investigación Social - Un Techo para Chile, 2006. Entrevista concedida a C. Cassanello e P. Mansilla em 2006. Disponível em: <<http://www.techo.org/paises/chile/wp-content/uploads/2014/07/cis8.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

ORTIZ, Enrique. Producción social de vivienda y hábitat: bases conceptuales para una política pública. In: VVAA. **El camino posible**. Producción social del hábitat en América Latina. Montevideo: Trilce – Centro Cooperativo Sueco, 2012. p. 13-43.

_____. Con los pies en la tierra (p. 13-20) In: ORTÍZ, E.; ZÁRATE, M. L. (Org). **Vivitos y coleando**. 40 años trabajando por el hábitat popular en América Latina. México (DF): Universidad Autónoma Metropolitana, 2002.

OSLENDER, Ulrich. Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una "espacialidad de resistencia". **Scripta Nova**, vol. 6, n. 115, p. 1-16, 2002.

OUVIÑA, Hernán. Hacia una política prefigurativa. Algunos recorridos e hipótesis en torno a la construcción del poder popular. In: MAZZEO, M. et al. **Reflexiones sobre el poder popular**. Buenos Aires: El Colectivo, 2007. p. 163-192.

_____. La política prefigurativa de los movimientos populares en América Latina. Hacia una nueva matriz de intelección para las ciencias sociales. **Acta Sociológica**, n. 62, p. 77-104, 2013.

PALMA, Eduardo; SANFUENTES, Andrés. Políticas estatales en condiciones de movilización social: las políticas de vivienda en Chile (1964-1973). **EURE**, v. 6, n. 16, p.23-55, 1979.

PARRAGUEZ, Leslie. **Reconstrucción de los movimientos sociales urbanos**: aprendizajes a partir del caso de la Coordinadora de Pobladores José Matía Caro en Santiago de Chile. México: Infoavit-Universidad Autónoma del Estado de México, 2010.

PÉREZ, Miguel; MARTÍN-CABRERA, Luis. El movimiento de Pobladores demanda una mesa social desde las riberas de la pobreza. **Rebelión**, Santiago do Chile, 19 jun. 2014. Disponible em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=186219>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

PERÉZ OYARZÚN, Fernando. **Bresciani Valdés Castillo Huidobro**. Santiago do Chile: Ediciones Arq, 2006.

PULGAR, Claudio. When spatial justice makes the neo-liberal city tremble. Social and Seismic action in Chile: The aftermath of the February 27, 2010 earthquake. **Justice spatiale | Spatial justice**, n. 6, 2014.

RAPOSO, Alfonso. **Estado, ehos social y política de vivienda**. Santiago: RIL, 2008.

RAPOSO, Alfonso; e VALENCIA, Marco. La Interpretación de la obra Arquitectónica: Historia de las realizaciones habitacionales de CORMU en Santiago 1967-1976. **Revista Electrónica DU&P. Diseño Urbano y Paisaje**, v. 2, n. 4. U. Central: Santiago do Chile, 2005.

RENNA, Henry. **Sobre el ejercicio y construcción de autonomías**. Santiago do Chile: Poblador, 2014.

RODRÍGUEZ, Alfredo. Asistencia técnica y pobladores. **EURE**, v. 13, n. 39-40, p. 43-52, 1987.

RODRÍGUEZ, Esteban. Más acá del Estado, en el Estado y contra el Estado. Apuntes para la definición del poder popular. In: MAZZEO, M. et al. **Reflexiones sobre el poder popular**. Buenos Aires: El Colectivo, 2007. p. 101-128.

RODRÍGUEZ, María Carla. **Producción social del hábitat y políticas en el área Metropolitana de Buenos Aires**: historia con desencuentros. Documentos de Trabajo, v. 49. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2007.

_____. **Autogestión, políticas del hábitat y transformación social**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2009.

SABATINI, Francisco. **Liberalización de los mercados de suelo y segregación social en las ciudades latinoamericanas**: El caso de Santiago de Chile. Santiago do Chile: Instituto de Estudios Urbanos, PUC-Santiago, 1997.

SAINT-SIMON, Henri de. **El catecismo de los industriales** (Luis David de los Arcos, trad). Buenos Aires: M. Aguilar, 1960 [1808].

SALAZAR, Gabriel. **Movimientos sociales en Chile**. Trayectoria histórica, proyección política. Uqbar Editores, 2012.

_____. **Los matices de la juventud popular**. Crítica al centralismo, declive del partidismo y los nuevos horizontes de proyectos de autonomía y participación social. Santiago do Chile: ONG SEDEJ, 2013. Entrevista concedida a N. Quiroz e P. Rivas em mai. 2013. Disponível em: <<https://juventudsedej.wordpress.com/2013/05/15/gabriel-salazar-los-jovenes-que-llegan-a-la-universidad-no-quieren-perder-su-identidad-poblacional/>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

SCHTEINGART, Martha. Aspectos teóricos y prácticos de la autogestión urbana. **Sociológica**, v. 5, n. 12, p. 113-128, 1990.

SECRETARÍA LATINOAMERICANA DE VIVIENDA POPULAR (SELVIP). **Impulsando la Vía Urbana del Alba de los Pueblos Por Su Liberación**. Caracas: SELVIP Documentos, 2012. Disponível em: <https://albaibera.files.wordpress.com/2012/05/11_tphp-e28093-mat-complementario-e28093-libro-selvip.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77–116.

_____. **A prisão e a ágora**: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. Together with the state, despite the state, against the state. Social movements as ‘critical urban planning’ agents. **City**, v. 10, n. 3, p. 327-342, Londres, 2006b.

_____. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades**, Grupo de estudos urbanos (GEU), Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, 2007.

_____. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. Em OLIVEIRA, M.P de; COELHO, M.C.N.; e CORRÊA, A.M. (Orgs.), **O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas** (Vol. 2). Rio de Janeiro: Lamparina, ANPEGE, CLACSO e FAPERJ, 2008. p. 367-384.

_____. Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Cidades**, Grupo de estudos urbanos (GEU), Presidente Prudente v. 6, n. 9, p. 9-26, 2009.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Cidades**, Grupo de estudos urbanos (GEU), Presidente Prudente v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

_____. Autogestão, “autoplanejamento”, autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. **Cidades**, Grupo de estudos urbanos (GEU), Presidente Prudente, vol. 9, n. 15, p. 59-93, 2012a.

_____. Challenging heteronomous power in a globalized world: Insurgent spatial practices, ‘militant particularism’, and multiscalarity. In: KRÄTKE, S; WILDNER, K; LANZ, S. **Transnationalism and Urbanism**. Nova Iorque-Londres: Routledge, 2012b. p. 172-196.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. Os apoiadores acadêmicos dos movimentos sociais: seu papel, seus desafios. In: _____. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SUGRANYES, Ana. La política habitacional en Chile, 1980-2000: éxito liberal para dar techo a los pobres. In: RODRÍGUEZ, A.; SUGRANYES, A. (ed.). **Los con techo**. Un desafío para la política de vivienda social. Santiago do Chile: Ediciones Sur, 2005. p. 23-58.

SUGRANYES, Ana; MORALES, Raúl. La reconstrucción social del subsidio habitacional. In: VV.AA. **El camino posible**. Producción social del hábitat en América Latina. Montevideo: Ediciones Trilcel, 2012. p. 45-57.

TAPIA, Ricardo. Rol y funcionamiento de las Entidades de Gestión Inmobiliaria Social, EGIS. **El INVI Opina**, Santiago do Chile, 2 jun. 2009. Disponível em: <<http://invi.uchilefau.cl/rol-y-funcionamiento-de-las-entidades-de-gestion-inmobiliaria-social-egis/>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação** (14^o ed). São Paulo: Cortez, 2012.

THWAITES REY, Mabel, **La autonomía como búsqueda, el Estado como contradicción**. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

TORO, Alejandro. Las Entidades de Gestión Inmobiliaria Social EGIS y su rol en la Nueva Política Habitacional Chilena. **El INVI Opina**, Santiago do Chile, 21 jul. 2006. Disponible em: <<http://invi.uchilefau.cl/las-entidades-de-gestion-inmobiliaria-social-egis-y-su-rol-en-la-nueva-politica-habitacional-chilena/>>. Acceso em: 12 mar. 2015.

ZIBECHI, Raúl. **La mirada horizontal. Movimientos sociales y emancipación** (2da ed). Quito: Abya-Yala, 2000.

_____. **Autonomías y emancipaciones**. América Latina en movimiento. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos - Programa Democracia y Transformación Global, 2007.

ANEXOS

Anexo 1.

Dados gerais comparativos

Neste primeiro anexo se tentam colocar alguns dados gerais básicos para acompanhar a leitura e melhor compreensão dos processos referidos no Capítulo 2 desta dissertação.

A aceleração do processo de concentração urbana no Chile teve um desenvolvimento mais cedo do que o Brasil. Se bem, no Chile esse processo desenvolve um incremento notável da população urbana, que se estende de maneira constante entre 1910 e 1960 e algo mais acelerada até 1980, ele é bem menos acelerado do que no Brasil, que onde o fenômeno sofre uma forte aceleração em 1960, mantendo o ritmo de crescimento urbano até 1980. Nas linhas verticais se encontra o ponto de inflexão entre uma população maioritária morando em áreas rurais e uma população morando em urbanas, seguindo as projeções entre as medições para cada país. No caso de Chile essa inflexão ocorre em 1932, mais de 30 anos antes do que no Brasil.

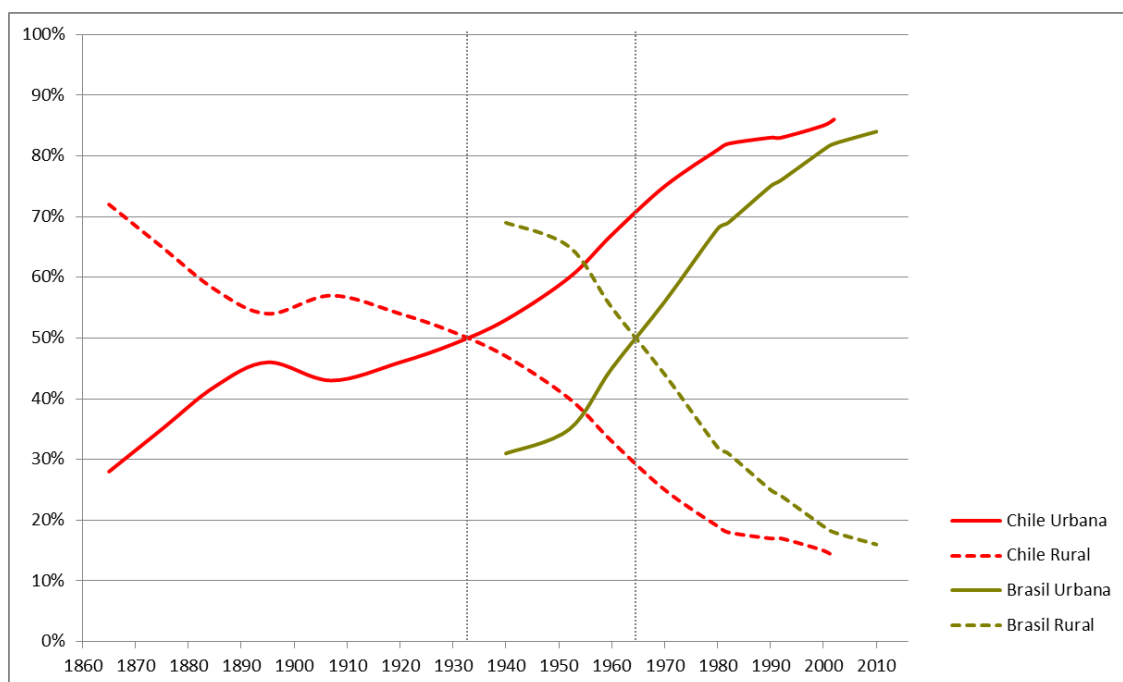


Ilustração 13. Crescimento da população em zonas urbanas no Chile e no Brasil.

Fonte: dados do Censo Chile e Brasil

Anexo 2.

Dados gerais da comuna de Peñalolén

Peñalolén, além de sua definição como unidade administrativa, corresponde a um espaço particular na periferia oriente da Área Metropolitana de Santiago do Chile. O que observamos é um reflexo de seus usuários e a cristalização histórica sobre seu substrato material dos processos sociais que o tem construído. A comuna possui uma superfície de 5.487 hectares, e se localiza no sopé da Cordilheira dos Andes, em um plano de inclinação progressiva atravessada por uma série de córregos (como sua toponímia em mapudungún indica “vale de córregos estreitos¹⁴⁵”). Essa situação tem condicionado o crescimento da cidade para essa zona. Na Ilustração 14 se mostra a localização da área urbana da comuna de Peñalolén dentro da cidade de Santiago (Polígono emquadrado na parte inferior direita, junto à referência da Circunvalação Américo Vespúcio (linha que bordea o limite do polígono ao oeste) e o centro histórico da cidade de Santiago, o chamado triângulo central (polígono ao centro superior esquerdo da figura)).

Desde o período da colônia espanhola, na Capitania General do Chile, até as primeiras décadas do século XX, Peñalolén foi uma zona controlada por poucos latifundiários, destacando-se três grandes proprietários: a família Egaña da fazenda de Peñalolén, a família Von Schroeders da fazenda Lo Hermida e a família Cousiño da fazenda Macul¹⁴⁶. A incorporação à área urbana seria realizada de maneira progressiva a meados do século XX, mediante o processo de loteamentos irregulares na parte alta da comuna, e, de maneira mais intensiva, no processo de arribo e consolidação das ocupações de terreno realizadas no período do movimento de pobladores (LATORRE e UGARTE, 2010). Destaca-se que em Peñalolén existe uma área considerável produzida através de programas estatais de moradia interesse social, em blocos e por urbanização e autoconstrução assistida, para assentar as ocupações de terreno na década de sessenta. Principalmente pelo programa Operação Sítio se construiu a Población La Faena e a Población Lo Hermida (anterior acampamento Vietnam Heroico).

¹⁴⁵ Se bem não há completa certeza dessa versão. Outra versão bastante divulgada indica que *Peñalolén* faria alusão ao também *mapudungun peñi-trüwen*, reunião de irmãos, ou mais especificamente de *peñis*, forma com que se refere aos homens em uma comunidade *mapuche*.

¹⁴⁶ Ainda hoje existem amplos terrenos, de até 260 hectares contínuos, correspondentes à propriedade de algumas dessas famílias, que nos últimos anos tem mudado de uso progressivamente de terras agrícolas para projetos imobiliários de alto padrão.

Durante a ditadura, a adoção de um enfoque de combate aos pobres se centrou na repressão das *poblaciones*, as quais eram percebidas como focos de insurgência. O programa de remoções realizou uma operação militar de realocação e segregação social, desde as áreas valorizadas para as novas periferias, como Peñalolén. A última reforma municipal de 1981 consagrou essa segregação no plano governamental, aumentando o número de comunas (de 14 para 32) e reformulando a definição de comunas, definindo para ricos e comunas para pobres. A realocação de população na comuna aumentou a situação de exclusão e precariedade, a partir da qual se levantaram organizações da sobrevivência, compostas principalmente por mulheres e jovens. Estes contaram com apoio da igreja católica, do partido democrata cristão (PDC) e de diversas ONGs, alimentando a constituição de uma resistência ao regime desde a *población* (GARCÉS, 2003). Apesar de um papel importante, essas mobilizações passariam para uma fase de contradições no fim da ditadura, no período de negociações pela volta e o retorno democracia, quando algumas lideranças populares passaram a ocupar cargos públicos no governo e gerar reforço nas relações clientelistas entre o governo e às bases sociais, questão que condicionou o desenvolvimento de outras dinâmicas no local (MPL, 2011; COTAL, 2011).

Para ter alguma magnitude do problema habitacional em relação ao total popular na atualidade, a população comunal corresponde a 236.017 habitantes (Censo 2012), existe um déficit quantitativo de 13.322 moradias para acolher mais de um quinto da população comunal (Observatorio Habitacional do MINVU), isto sem contar com o déficit qualitativo. Estima-se que mais de três mil núcleos familiares recebem um ou mais de outro núcleo familiar na sua residência, seja por allegamiento interno (dois núcleos compartilhando despesas) ou externo (duas famílias com despesas separadas mas vivendo na mesma moradia). Os setores com maior frequência desta situação são La Faena (34%), a Lo Hermida (31%) e o setor de Peñalolén Alto (26%). Ao mesmo tempo, nas últimas duas décadas a comuna tem recebido população de estratos socioeconômicos altos que tem chegado a habitar novos fechados e subúrbios no setor de Peñalolén Novo. Novos vizinhos de maior poder aquisitivo se instalaram na comuna gerando uma diminuição nas distâncias entre a população de segmentos socioeconômicos mais altos e populares, em uma diminuição da escala da segregação.

Na Ilustração 15 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** podem se observar os contrastes ocioeconômicos dentro da comuna de Peñalolén, e o resto da cidade a partir da categorização e mapa socioeconômico realizado pela consultora Adimark. Este estudo, amplamente utilizado no âmbito das políticas públicas e nas esferas acadêmicas, constrói um índice a partir da posse de certos bens de consumo e o nível educacional Um a um, as categorias referidas

são: ABC1 corresponde ao grupo do 11,3% mais abastado da população de Santiago, correspondente a ingressos de entre \$1.700.000 e \$3.500.000 (R\$9.500 e R\$19.500 respectivamente), depois os C2/C3 correspondente ao 45,7% seguinte (de ingressos entre \$400.000 e \$1.200.000 (R\$2.200 e R\$6.700), depois os D4 correspondente ao 34,5% seguinte (de ingressos entre \$200.000 e \$300.000 (R\$1.100 e R\$1.600), e por final os E5 correspondentes ao 8,5% mais pobre da população de Santiago (de ingressos abaixo de \$160.000 (R\$900))¹⁴⁷. A concentração de grupos homogêneos na cidade tem no geral uma distância menor de separação, especialmente na comuna de Peñalolén, produto do crescimento dos bairros fechados. A situação estabelece tensões entre diferentes estratos socioeconômicos que residem na comuna, e os grupos econômicos que, conseqüentemente, arribam para capitalizar a localização.

Calcula-se que em 2009 existiam aproximadamente 500 hectares sem construção, dos quais 424 hectares correspondem às novas áreas de expansão da comuna (MUNICIPALIDAD DE PEÑALOLÉN, 2009). A disputa por esses hectares tem gerado o principal conflito das últimas décadas na comuna, entre a tensão por promoção de novos empreendimentos de tipo ‘bairros fechados’ e a demanda por construção de moradia de interesse social para as novas gerações da população pobre. Se bem esta situação se repete em outras comunas periféricas, em Peñalolén instalou-se um conflito mais intenso onde, além da diferença socioeconômica entre os usuários, tem sido colocado em questão o projeto de comuna. O interesse imobiliário existente desde finais da década de oitenta procura produzir condomínios suburbanos nas áreas do sopé da cordilheira, reserva ecológica que tem sido incorporada aos poucos, e mais recentemente, prédios em altura nas áreas próximas à linha 4 do metrô de Santiago (inaugurado em 2006).

¹⁴⁷ http://www.adimark.cl/medios/estudios/Mapa_Socioeconomico_de_Chile.pdf

As mudanças respondem em parte às políticas introduzidas por uma administração determinada, também da Democracia Cristã, presentes na comuna desde 2004, que tem instalado o projeto de modernizar a comuna, deixando para trás o passado vinculado às ocupações de terreno e o estigma social da delinquência nas *poblaciones*¹⁴⁸. Os antigos moradores da comuna, principalmente organizações de *pobladores* e grupos de ecologistas, têm-se resistido ao avanço da produção imobiliária, tanto pela perda das condições ambientais do sopé da cordilheira, que afeta ao resto da comuna e a cidade no geral, quanto pela dificuldade que representa o aquecimento do mercado imobiliário para viabilizar a produção de novas soluções habitacionais de interesse social dentro da comuna.



Ilustração 14. Localização da zona urbanizável da comuna de Peñalolén em relação ao centro da cidade e a circunvalação Américo Vespúcio.

Fonte: elaboração própria em fotografia satélite.

¹⁴⁸ Aspectos que são nota pública <https://www.youtube.com/watch?v=Dfpw8VlphNM>



**Ilustração 15. Estratificação socioeconômica predominante por quarteirão.
Comuna de Peñalolén em referência ao resto de Santiago.**
Fonte: Mapa elaborado por Zambra, M; Geo Adimark GFK, sobre figura anterior.

Anexo 4.

A promoção habitacional dos pobladores na ascensão das lutas

A partir das experiências de recuperação da memória do movimento de pobladores dos sessenta nas ocupações de terreno dos anos noventa em Peñalolén, a tese da reemergência do movimento de pobladores, desde 1999, tem-se aberto um processo de mobilização e articulação das organizações de luta pela moradia que se mistura com uma série de manifestações e ações coletivas que tomam lugar, particularmente, na cidade de Santiago. As organizações, como o MPL, que recuperaram as ocupações na periferia de Santiago foram incluindo às estratégias que reconstruíram o movimento de pobladores, ampliando assim os repertórios de ação coletiva herdados dos anos sessenta. Esse tipo de ações tem implicado o aumento da visibilidade do movimento como atores radicalizados, que além da reivindicação da casa, constroem uma identidade e colocam uma posição na arena política. Entre os repertórios de luta explorados têm havido marchas, bloqueios de avenidas ao modo do movimento piqueteio da Argentina, ocupações de prédios governamentais, acampamentos, entre outras manifestações.

A partir de uma sistematização das mobilizações organizadas por agrupações de pobladores nos últimos seis anos, descreve-se a convergência das agrupações de pobladores em torno a ações coletivas e manifestações que são formas de se apresentar na sociedade. Dessa maneira se complementa o relato da emergência dos pobladores e o levantamento de uma agenda relacionada à autogestão habitacional nos últimos anos. Na Figura 1 se gráfica uma linha de tempo identificando quatro tipos de ações coletivas realizadas pelo movimento de pobladores nos últimos seis anos na cidade de Santiago. Ao mesmo tempo de datar as ações têm se localizado o local das ações e sua distância ao centro político. Isto porque a partir da articulação de agrupações de diferentes locais da cidade se têm mudado o local da realização das ações, assim como suas dinâmicas e o poder de ter impacto na agenda pública.

Em primeiro lugar, reconhece-se salientado o centro político como local de convergência das manifestações do movimento de pobladores, em primeiro lugar em relação ao Palácio de La Moenda, prédio da presidência da república, e as dependências do MINVU, a 200 metros de distância. Assim, as primeiras ações se referiam a ações que pretendiam implicar a altos funcionários com a demanda por solo e a criação de um banco de terrenos localizados em áreas urbanas consolidadas na periferia da cidade, nos locais de onde radicam as organizações. As

manifestações deste tipo tomavam local fora das dependências das autoridades, e em alguns casos involucrava marchas desde locais mais afastados.

Um segundo momento identificado a partir do final do ano 2011 se desenvolve um processo de mobilização que, a diferença do período anterior, toma como local principal a periferia da cidade, através de ações de bloqueio de avenidas na periferia, principalmente realizados de maneira simultânea durante a manhã, por volta das sete horas na hora pico, em nós de grande fluxo. Essas ações tiveram um caráter mais contestatário que as anteriores, e tinham por objeto se opor às mudanças na política habitacional e o sistema de postulação aos benefícios sociais e de moradia de interesse social, as que estavam dificultando o acesso à moradia dos grupos organizados. O interessante desse período é que significou um incremento na mobilização das organizações de pobladores, que articulou diferentes grupos e demandas locais (por exemplo o processo de mobilização contra o plano diretor de Peñalolén), com uma agenda comum e manifestações que tiveram impacto local como metropolitano, ao conseguir parar boa parte da circulação da cidade por quase uma hora.

Outros aspectos importantes relacionados a essa mobilização foi por um lado a participação da FENAPO na discussão e nas sessões de trabalho da proposta de nova política habitacional, anunciada afinais de 2011 e decretada em 2012. Se bem, tem sido a primeira vez que se trabalha uma política habitacional dessa maneira, na hora de definir documento final correspondente à política, a maior parte das propostas do MPL (a serem desenvolvidas na seção do capítulo seguinte) não foram incorporadas. Entre outras coisas o conceito de autogestão foi inserido no decreto DS49, como era a demanda dos pobladores, porém ela foi reduzida apenas a uma forma onde os próprios pobladores participavam da constituição do grupo postulante, prévio ao processo de gestão e produção de moradia

Ao mesmo tempo, entre finais de 2011 e começo de 2013, houve um processo de reformulação da Ficha de Proteção Social, principal instrumento para a postulação a benefícios estatais, realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social, e aplicada pelos municípios. Durante esse período de reajuste houve inadequações nos processos em andamentos e a nova tecnologia e procedimentos incorporados tiveram uma série de perfeitamentos e mudanças. Finalmente, após mais de um ano de adequação, U\$30 milhões de investimentos, várias datas de mobilização, mas nenhum caso de aplicação, a nova Ficha de Proteção Social foi cancelada, mantendo vigente o instrumento decretado durante 2007.

Um terceiro atual vem após do término do governo Piñera e começo do segundo mandato Bachelete, no processo de reformulação da política habitacional pela mudança de governo e coalizão. Esse aprendizado dos pobladores faz parte do discurso e estratégia atual do movimento, porém, a diferença dos períodos anteriores, essa vez o centro está marcado pela proposição da gestão dos próprios pobladores e a autogestão habitacional como a principal demanda. A partir desse pressuposto se têm articulado as anteriores demandas por gestão de terrenos para moradia interesse social e financiamento. Dessa maneira, considerando a recorrente categorização de atores que considera por um lado o Estado, o mercado e por final a sociedade, os pobladores tem dirigido suas demandas para o fortalecimento da esfera social como médio para dar resposta ao déficit habitacional. Em base a isto podemos observar que tem havido uma abertura das oportunidades políticas dos pobladores a partir de uma intensificação da mobilização, organização e articulação das agrupações. Propõe-se assim um caminho diferente ao crescimento do Estado como forma de substituir o mercado, mas um fortalecimento das capacidades sociais.

A mesa e área social como alternativa

No marco dessa terceira fase, a partir do Estado, já se realizou uma mudança importante com a modificação do texto de decreto DS49 de 2011, pelo DS105, que eliminou algumas das propostas que nesses anos não tinham operado de maneira regular. Nessas modificações se eliminou o termo de autogestão da política habitacional com o argumento que nos três anos de vigência do decreto não teve uma regulamentação dos procedimentos, o que impossibilitou o uso reconhecido dessa modalidade e atrasou os processos de postulação dos grupos interessados em se constituir como comitês autogeridos (no caso do MPL, a assembleia do MPL8). Em substituição ao DS49 e à autogestão institucionalizada nos anos anteriores tem sido anunciado para finais do presente ano, com motivo do aniversário número 50 do MINVU, um decreto especial para produção de moradia por autogestão. Não obstante, inclusive além da autogestão como um conjunto de práticas controladas pelas organizações de pobladores, o que está emergindo do discurso da FENAPO hoje em dia é diferente.

“[H]oje em dia estamos frente à evidência de que o sistema já colapsou (...) desde aí nos vamos encontrando que esse fenômeno se expressa de maneira diferente em cada território (...) Nós estamos perseguindo que se instale uma mesa social que permita que os pobladores tomem protagonismo para a solução do tema habitacional, e assim poder produzir nós desde nossas poblaciones o hábitat, contrapondo-nos à forma em

que o Estado vem fazendo cidade e sobrelotando os mais pobres”. (RAFAEL SOTO, dirigente do Comité de Allegados Don Bosco e vozeiro da FENAPO, em entrevista PÉREZ e MARTÍN-CABRERA, 2014)

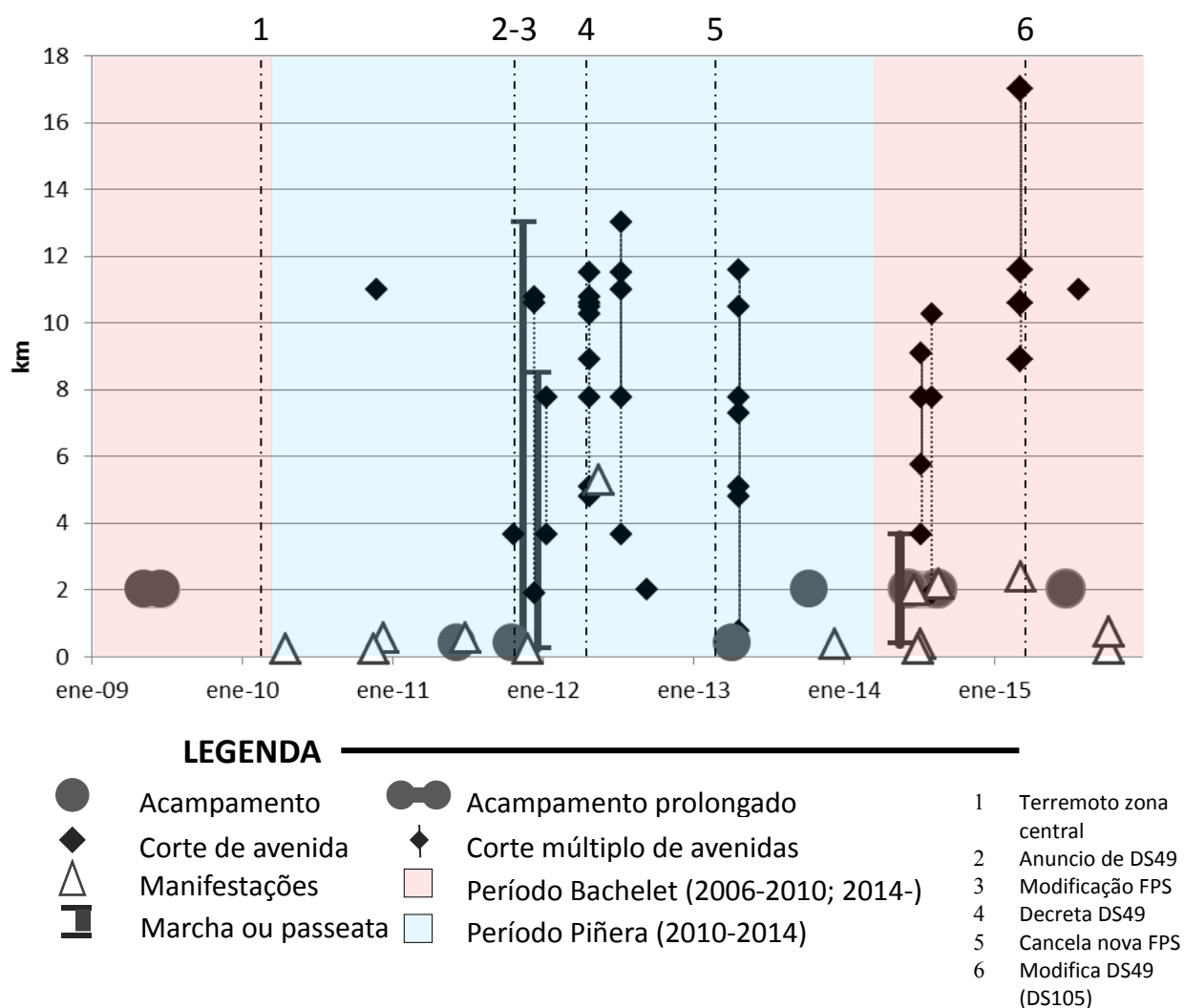


Figura 1. Linha de tempo das manifestações e as distâncias em relação ao centro político.
 Fonte: elaboração própria.

Anexo 5.

Listado de entrevistas

Listado de entrevistas agendadas e realizadas durante o trabalho de campo de agosto de 2015 na cidade de Santiago do Chile.

| Pseudonimo | Função | Idade | Data | Lugar da entrevista |
|----------------|----------------------------------|-------|---------------|------------------------|
| 1 Cíntia | [VC] Liderança assembleia MPL1 | 32 | 03-08-2015 | Apartamento MPL1 |
| 2 Luis | [VC] Comissão técnica MPL1 | 49 | 03-08-2015 | Apartamento MPL1 |
| 3 Danae | [VC] Comissão técnica MPL1 | 29 | 04-08-2015 | Apartamento MPL1 |
| 4 Francisco | [AT] Arquiteto MPL1 | 35 | 07-08-2015 | Escritório arquitetura |
| 5 Mariana | [VC] Comissão social MPL1 | 54 | 04-08-2015 | Apartamento MPL1 |
| 6 Alfonso | [VA] Comissão técnica MPL6 | 42 | 11-08-2015 | Local MPL |
| 7 Marcela Paz | [AT] Arquiteta MPL6 | 33 | 12-08-2015 | Casa |
| 8 Loreto | [VA] comissão técnica MPL3 | 35 | 12-08-2015 | Casa agregada |
| 9 Mario | [VA] Liderança comunal | 36 | 13-08-2015 | Recinto municipal |
| 10 Lautaro | [VC] Liderança comunal | 34 | 13-01-2015 | Apartamento MPL1 |
| 11 Natalia | [VA] Liderança comunal-Vereadora | 30 | 13-08-2015 | Recinto municipal |
| 12 Carlos | [VA] Liderança comunal | 37 | 08-11-2015 | Terreno MPL3 |
| 13 Andrea | [VA] Comissão técnica MPL4 | 60 | 13-08-2015 | Local MPL |
| 14 Laura | [VA] Comissão técnica MPL4 | 48 | 13-08-2015 | Local MPL |
| 15 Paloma | [PI] Trabalhadora Social EaGIS | 31 | 04-08-2015 | Casa |
| 16 Rayén | [PI] Trabalhadora Social EaGIS | 32 | 11-08-2015 | Local MPL |
| 17 Alejandro | [AT] Arquiteto MPL4 | 34 | 01-08-2015 | Horta MPL |
| 18 Santiago | [PE] Construtor Civil | 49 | 17-08-2015 | IM Construtora |
| 19 Verónica | [VA] liderança Assembleia MPL4 | 52 | 11-08-2015 | Terreno MPL4 |
| 20 Carla | [AT] Advogada | 33 | 12-08-2015 | Casa |
| 21 Dario | [VA] Comissão técnica | | Não realizada | Não realizada |
| 22 Edison | [AT] Topógrafo | | Não realizada | Não realizada |
| 23 Rodrigo | [AT] Elétrico | | Não realizada | Não realizada |
| 24 Don Alfonso | [VA] comissão técnica MPL6 | | Não realizada | Não realizada |
| 25 Mauricio | [VA] comissão técnica MPL6 | | Não realizada | Não realizada |
| 26 Marina | [VA] liderança assembleia MPL6 | | Não realizada | Não realizada |
| 27 Martino | [VA] liderança assembleia MPL4 | | Não realizada | Não realizada |
| 28 Patricia F | [VA] Comissão técnica | | Não realizada | Não realizada |
| 29 María R | [VA] liderança assembleia | | Não realizada | Não realizada |
| 30 Joanna | [VA] liderança assembleia | | Não realizada | Não realizada |

Nota: [AT] Apoiador Técnico; [PI] Profissional Interno; [PE] Profissional Externo; [VA] Vizinho de Assembleia Postulante; [VC] Vizinho de conjunto realizado.¹⁴⁹

¹⁴⁹ Foram considerados para AT, PI e PE, o roteiro 1; VA o roteiro 2; com a exceção de VA Lideranças comunitais que foi destinado o roteiro 3 do seguinte anexo.

Anexo 6.

Roteiros de entrevistas

ROTEIRO 1: APOIADORES TÉCNICOS E PROFISSIONALES

Fecha: ___/___/_____

Lugar: _____

La persona entrevistada **no necesita identificarse**. En caso que no quiera, puede dar sólo el primer nombre, una inicial, o su función. Es necesario aclarar, antes de cada entrevista, el propósito del trabajo, destacando que la identidad de cada entrevistado no será revelada sin su permiso.

Identificación del Entrevistado:

Nombre: _____

Organización: _____

| |
|--|
| <p>Introducción</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Si pudieras compartir tu trayectoria, ¿dónde naciste, qué estudiaste, cuando entras a trabajar con el MPL? 2. ¿Cómo te defines, militante o apoyo? ¿Qué te motivó a involucrarte y entrar tomar decisiones? 3. ¿En qué otras cosas trabajas o has trabajado como profesional? ¿Qué cosas rescatas y que otras no? (<i>alguna experiencia</i>) |
| <p>Lucha local por la vivienda</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ¿Cómo resumirías la línea del MPL y su producción de vivienda en la comuna, y sus diferencias con otras formas de producción de vivienda social? 2. ¿En ese sentido sería más próximo a la industrial o la autoconstrucción? ¿Qué te parece esa oposición? 3. ¿En qué tareas vez que se concreta esto? ¿Qué tareas se presentan diferente? (<i>alguna experiencia</i>) 4. ¿Qué rol juegas como profesional en que esa línea se ejecute? |
| <p>Trabajo de profesionales técnicos en relación a los comités</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ¿Qué etapas reconoces en el proceso habitacional? ¿qué hitos marcan estas etapas? 2. ¿Con qué actores, fuera del MPL, se trabaja en este proceso? ¿Con cuales más? ¿Alguno afin? 3. ¿Cuál es la relación con cada uno de ellos? ¿Qué potencial y dificultad ves? <i>Alguna experiencia.</i> 4. ¿Cómo te relacionas con lo institucionalizado? 5. ¿Qué actores, dentro del MPL, ves involucrado en el proceso habitacional, y en qué fase en específica? 6. ¿Cómo ves la relación entre lo técnico y lo social? ¿Existe esa separación? ¿Tratan de disminuirla? |

7. ¿Qué tensiones se presentan entre técnicos y comité? ¿Alguna experiencia.
8. ¿Existen instancias de convergencia? ¿Comisiones de trabajo, obra? ¿Qué realizan?
9. ¿Existen instancias de capacitación? ¿Qué rol juega?
10. ¿Cómo asocias este trabajo técnico-popular a la autogestión de la vivienda? ¿Qué podría mejorar?

Conjuntos vivienda social recientes y en desarrollo

1. ¿Qué debe ser, para ti, un proyecto del MPL?
2. ¿Qué rol juega el tamaño? (Alguna experiencia)
3. ¿Qué elementos ha incorporado la asamblea?
4. ¿Qué destacas del trabajo conjunto entre comité y profesional?
5. ¿Cuál es tu visión de la autoconstrucción?
6. ¿Cuál es tu visión ante la producción en masa?
7. ¿Qué debiera potencial el MPL?

¡MUCHAS GRACIAS!

ROTEIRO 2: VIZINHO DE ASSEMBLEIA DE MORADIA

Fecha: ___/___/_____

Lugar: _____

La persona entrevistada **no necesita identificarse**. En caso que no quiera, puede dar sólo el primer nombre, una inicial, o su función. Es necesario aclarar, antes de cada entrevista, el propósito del trabajo, destacando que la identidad de cada entrevistado no será revelada sin su permiso.

Identificación del Entrevistado:

Nombre: _____

Organización: _____

Introducción

1. Si pudieras compartir en breve tu trayectoria, ¿dónde naciste, cuando entras al comité?
2. Sí, quieres compartir ¿a qué te dedicas fuera y qué cosas traes desde tu actividad laboral o estudios?
3. ¿Qué motivó a involucrarte al proceso habitacional?

Lucha local por la vivienda

1. ¿Cómo ves la línea del MPL y las viviendas que construyen, y sus diferencias con otros comités?
2. ¿Qué es la autogestión y por qué esa vía?
3. ¿En qué tareas vez que se lleva a cabo esto?

| |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 4. ¿Cómo se vincula esta línea con la lucha por permanecer en la comuna? 5. ¿Qué te llevó a entrar a la comisión técnica? ¿qué tareas te toca (coordinar, ejecutar)? (vincular con pregunta 2) 6. ¿Qué etapas reconoces en ese proceso? 7. ¿en qué etapa van en el proceso con tu comité? ¿qué hitos reconoces que han habido? (<i>experiencias</i>) |
| <p>Trabajo de profesionales técnicos en relación a los comités</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ¿Qué es el trabajo de la comisión técnica? 2. ¿Cómo te enfrentas a algo técnico (un plano, la política)? ¿Ves una separación? 3. ¿Qué actores, dentro del MPL, ves involucrado en el proceso técnico habitacional? 4. ¿Qué diferencias entre técnicos municipales y MPL? 5. ¿Qué acciones realizas para disminuir esa separación con ellos? 6. ¿Qué acciones ves que tomas los técnicos? 7. ¿Qué tensiones suelen presentarse entre técnicos y comité? Alguna experiencia. 8. ¿Qué fruto has visto del trabajo de las comisiones técnicas en tu proyecto? 9. ¿Han realizado capacitación para la participación? 10. ¿Qué ves que podría mejorar (comisión, MPL)? |
| <p>Conjuntos vivienda social recientes y en desarrollo</p> <ol style="list-style-type: none"> 8. ¿Qué debe ser para ti un proyecto del MPL? Tamaño de proyecto, ¿cuántos son en tu comité? 9. ¿Cómo incorporan sus inquietudes a los proyectos? 10. ¿Qué elementos tratan de recalcar en el dialogo con los técnicos? ¿Qué diferencias se presentan? 11. En relación a la vivienda ¿Qué elementos crees que podrían ser completados después? 12. En relación a la comunidad ¿Qué elementos crees que debieran ser trabajados? |

¡MUCHAS GRACIAS!

ROTEIRO 1: LIDERANÇAS COMUNAIS

Fecha: ___/___/_____

Lugar: _____

La persona entrevistada **no necesita identificarse**. En caso que no quiera, puede dar sólo el primer nombre, una inicial, o su función. Es necesario aclarar, antes de cada entrevista, el propósito del trabajo, destacando que la identidad de cada entrevistado no será revelada sin su permiso.

Identificación del Entrevistado:

Nombre: _____

Organización: _____

| |
|--|
| <p>Introducción</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Si pudieras compartir en breve tu trayectoria, ¿dónde naciste, cuando entras al comité, y llegas a dirigente? 2. ¿Qué te motivó? 3. Sí, quieres compartir ¿a qué te dedicas fuera y qué cosas traes desde tu actividad laboral o estudios? |
| <p>Lucha local por la vivienda</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ¿Cómo resumirías la línea del MPL y las viviendas que construyen, y sus diferencias con otros comités? 2. ¿En qué tareas vez que se lleva a cabo esto? 3. ¿Cómo se vincula esta línea y objetivos perseguidos con la lucha por permanecer en la comuna? 4. ¿Qué rol juegas como dirigente en la producción de vivienda? ¿qué tareas te toca (coordinar, ejecutar)? (vincular con pregunta 2) 5. ¿Qué etapas reconoces en ese proceso y en qué etapa van en el proceso? ¿qué hitos reconoces? |
| <p>Trabajo de profesionales técnicos en relación a los comités</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ¿Qué actores, fuera del MPL, ves involucrado en el proceso habitacional y en qué fase en específica? 2. ¿Cuál es la relación con cada uno de ellos? Alguna experiencia. 3. ¿Qué potencialidades y dificultades ves en relación con estos actores externos? 4. ¿Cómo te relacionas con lo técnico? ¿Existe esa separación o tratas de disminuirla? 5. ¿Qué actores, dentro del MPL, ves involucrado en el proceso habitacional y en qué fase en específica? 6. ¿Qué tensiones se presentan entre técnicos y comité? Alguna experiencia. 7. ¿Cómo ves el trabajo de las comisiones técnicas? 8. ¿Qué rol juega la capacitación para la participación? 9. ¿Cómo vinculas este trabajo técnico-popular a la autogestión de la vivienda? 10. ¿Qué ves que podría mejorar? |
| <p>Conjuntos vivienda social recientes y en desarrollo</p> <ol style="list-style-type: none"> 13. ¿Qué debe ser para ti un proyecto del MPL? Tamaño de proyecto, ¿cuántos son en tu comité? 14. ¿Cómo incorporan sus inquietudes a los proyectos? 15. ¿Qué elementos tratan de recalcar en el dialogo con los técnicos? ¿Qué diferencias se presentan? 16. En relación a la vivienda ¿Qué elementos crees que podrían ser completados después? 17. En relación a la comunidad ¿Qué elementos crees que debieran ser trabajados? |

¡MUCHAS GRACIAS!